

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA
CURSO DE MESTRADO

A IMPORTÂNCIA MORAL DA DOR E DO SOFRIMENTO
ANIMAL NA ÉTICA DE PETER SINGER

FLORIANÓPOLIS
2012

WESLEY FELIPE DE OLIVEIRA

A IMPORTÂNCIA MORAL DA DOR E DO SOFRIMENTO
ANIMAL NA ÉTICA DE PETER SINGER

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Darlei Dall’Agnol

FLORIANÓPOLIS
2012

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Oliveira, Wesley Felipe de

A importância moral da dor e do sofrimento animal na
ética de Peter Singer [dissertação] / Wesley Felipe de
Oliveira ; orientador, Darlei Dall'Agnol - Florianópolis,
SC, 2012.

250 p. ; 21cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação em Filosofia.

Inclui referências

1. Filosofia. 2. senciência. 3. experimentação animal.
4. igualdade. 5. abolição. I. , Darlei Dall'Agnol. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-
Graduação em Filosofia. III. Título.

Dedico esta dissertação em Filosofia para o escritor Isaac Bashevis Singer (1904-1991) em humilde reconhecimento da importância que a história de sua vida, seus romances, contos, ideias e ideais têm em minha vida. Foram os seus personagens que me fizeram viver a Filosofia, perceber a existência, os mistérios e a simplicidade das Forças que Governam o Mundo, e acreditar que o caminho para uma sociedade melhor é, necessariamente, acompanhado de uma vida ética que inclua o respeito moral e a eliminação de qualquer tipo de sofrimento, não apenas dos seres humanos, mas também de todos os animais.

Agradecimentos

Meus agradecimentos iniciais vão ao meu avô Sebastião Alves de Oliveira (*in memoriam*), pela sabedoria que muitas vezes minha ignorância não me deixou aprender, e minha vó Rosa Pelição (*in memoriam*), cujas últimas palavras suas que ouvi foram de incentivo e de que eu conseguiria passar nas provas. Do meu retorno da seleção de mestrado em Florianópolis, ela já se encontrava inconsciente, vindo falecer naquele mesmo dia.

Agradeço a toda minha família. Ao meu pai Francisco Pelição de Oliveira, cuja imagem sempre está em minha mente quando preciso de paciência para resolver os problemas e ouço sua voz falando que “vai dar tudo certo”, e sempre dá. Obrigado por me transmitir confiança e segurança. À minha mãe Gilda de Oliveira, por todo carinho, compreensão e atenção que nunca me faltaram. Sou grato a eles por todo o apoio emocional, financeiro, por toda educação, disciplina me ensinada, por me possibilitarem ter os meios para poder estudar e pelos incentivos nas minhas escolhas e o respeito por elas. Ao meu irmão William Júlio de Oliveira e a sua esposa Fabiane Lodi, agradeço pelas tantas vezes que me ligam para compartilhar suas alegrias.

Agradeço ao meu grande amigo Asher Grochowalski Brum Pereira, uma pessoa que a vida tornou um irmão para mim. Obrigado por rir de mim e pelas tantas vezes que me interrompeu e me distraiu bem quando eu estava formulando um argumento neste trabalho. Agradeço ao amigo Rodolfo Denk Neto, pelas tantas discussões sobre as coisas boas da vida. Ao professor e amigo Beto Petry, sou grato por sempre me incentivar a estudar e escrever. À Bárbara Leite, agradeço por ser uma boa ouvinte.

De um modo especial agradeço à Daiane Martins Rocha, por todo seu amor, carinho e amizade oferecidos, e também pelos inúmeros artigos que me foram enviados quando fazia parte de seu doutorado nos EUA. Eles fizeram a diferença nas minhas pesquisas. Serei eternamente grato por sempre querer filosofar comigo.

Sou grato à professora Dra. Sônia T. Felipe, pela enriquecedora conversa no dia 26 de Abril de 2012, na Biblioteca Universitária, e pelas muitas outras que se sucederam. Suas palavras me incentivaram profundamente a seguir o caminho da Filosofia e da defesa ética dos animais não-humanos.

Agradeço especialmente ao professor Dr. Darlei Dall’Agnol, pela paciência e atenção com que me orientou e por suas compreensões

e tolerâncias nos meus atrasos. Tomarei suas ações como exemplos de profissionalismo e dedicação à Filosofia a serem seguidos.

Agradeço o apoio financeiro da Capes que possibilitou a realização desta pesquisa, à coordenação do programa, os docentes e às secretárias do departamento, pelo eficiente atendimento que sempre prestaram.

Obrigado a todos que sempre me ajudaram das mais variadas formas, com conversas, sugestões, leituras, empréstimos de livros, recomendação de artigos.

Ler filosofia em hebraico foi mais difícil do que em iídiche [...]. O prazer que eu esperava daqueles dois livros aos poucos transformou-se em desespero e raiva. Se os filósofos não sabiam e não podiam saber – como Locke, Hume e Kant diziam – de que adiantavam todas aquelas elevadas palavras? Por que toda a pesquisa? Eu suspeitava que os filósofos fingissem, mascarassem sua ignorância com frases latinas e gregas. Além disso, parecia-me que omitiam os temas principais, a essência das coisas. A pergunta das perguntas era o sofrimento das criaturas, a crueldade do homem para com o homem e animais. Mesmo se desse resposta a todas as outras perguntas exceto essa, a filosofia ainda não valeria a pena. Eram esses os meus sentimentos então, e ainda são hoje em dia. Mas lendo sobre aqueles filósofos tive a impressão de que a questão do sofrimento era pouco importante para eles.

*Isaac Bashevis Singer
Amor e Exílio: memórias*

RESUMO

A IMPORTÂNCIA MORAL DA DOR E DO SOFRIMENTO ANIMAL NA ÉTICA DE PETER SINGER

O objetivo desta dissertação é defender a importância moral da consideração da dor e do sofrimento de animais não-humanos. Isso se dá através do princípio da igual consideração de interesses desenvolvido por Peter Singer. A ciência possibilita os animais a terem interesses, no mínimo, o interesse evitar a dor e o sofrimento. É por essa razão que devem ser incluídos nas decisões morais. São reconstruídas e analisadas as objeções de Peter Harrison, Carl Cohen, R.G. Frey e Lawrence C. Becker direcionadas ao princípio de Singer, e que criticam os pressupostos básicos, quais sejam, a capacidade de sentirem dor/sofrimento e de terem interesses, sobre os quais se fundamenta a inclusão dos animais nas considerações morais. Cada uma dessas objeções é analisada e criticada de modo a demonstrar suas limitações e inconsistências, juntamente com as implicações morais geradas para seres humanos. Na análise dessas críticas, reforça-se a importância e a consideração moral que deve ser conferida à dor e ao sofrimento dos animais. Após essa discussão teórica, é analisado um caso de âmbito prático: a pesquisa científica sobre o câncer humano através do modelo animal. Verifica-se, a partir do princípio de Singer, a imoralidade de tal procedimento realizado em animais sencientes devido à violação de seus interesses. Com isso, a dissertação enfatiza a exigência ética de abolir o uso de animais nessa prática em razão da incapacidade preditiva dos animais, mas principalmente devido à dor e ao sofrimento causado neles e também aos seres humanos, que ficam sujeitos aos erros, prejuízos e sofrimentos originados pelo intenso uso animal nas pesquisas. Nessa conclusão, se constata que a insistência no uso de animais nos experimentos compromete o cientista a preferir usar seres humanos, uma vez que isso gera mais benefícios e resultados mais seguros. A recusa moral ao uso de humanos em pesquisas implica, por outro lado, na recusa moral do uso de animais, ou seja, sua abolição.

Palavras chave: Interesses, ciência, experimentação animal, igualdade, abolição.

ABSTRACT

THE IMPORTANCE OF MORALITY IN REGARDS TO PAIN AND SUFFERING OF ANIMAL IN PETER SINGER'S ETHICS

The aim of this dissertation is to defend the moral importance of considering pain and suffering of nonhuman animals. This is achieved through The Principle of Equal Consideration of Interests developed by Peter Singer. The sentience enables nonhuman animals to have interests, at least the interest of avoiding pain and suffering. That is why it should be included in moral decisions. The objections of Peter Harrison, Carl Cohen, RG Frey and Lawrence C. Becker directed to the principle of Singer are reconstructed and analyzed, as they are criticizing the basic assumptions, i.e., the ability to feel pain/suffering and have interests, upon which is based the inclusion of animals in moral considerations. Each of these objections is analyzed and criticized in order to demonstrate their limitations and inconsistencies, simultaneously with its moral implications for humans. In the analysis of these criticisms, it reinforces the moral importance and considerations that should be given to pain and suffering of animals. After this theoretical discussion, a case study of practical scope is analyzed: animal testing for scientific research on human cancer. It is verified from the Singer's principle that such procedures performed on sentient animals are a violation of their interests and, therefore, immoral. Thus, the dissertation emphasizes the ethical demand to abolish the use of nonhuman animals in this practice due to their predictive inability, but mainly due to the pain and suffering caused to them and also to humans, who are subject to errors, injuries and suffering originated by the intense use of nonhuman animals on research. The conclusion verifies that the insistence on the use of nonhuman animals in experiments moves the scientist to prefer using humans in experiments since it generates greater benefit and more reliable results. The moral refusal to using humans in research implies the moral rejection of the use of animals in experiments and consequently, its abolition.

Keywords: Interests, sentience, animal experimentation, equality, abolition.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 ÉTICA E UTILITARISMO	23
1.1 Ética e Justificativa.....	24
1.2 Ética e Universalidade.....	26
1.3 O Utilitarismo de Preferências na Ética de Singer	29
2 O PRINCÍPIO DA IGUAL CONSIDERAÇÃO DE INTERESSES: A IGUALDADE PARA OS ANIMAIS NÃO-HUMANOS	37
2.3 Igualdade e tratamento desigual	51
2.4 O Princípio da Igual Consideração de Interesses aplicado aos animais não-humanos: o valor moral da senciência	54
3 CRÍTICAS AOS PRESSUPOSTOS DO PRINCÍPIO DA IGUAL CONSIDERAÇÃO DE INTERESSES SEMELHANTES	75
3.1 Os animais não sentem dor: a tese de Peter Harrison.....	77
3.2 Análise das críticas de Harrison: evidências da senciência nos animais não-humanos	91
3.3 A irrelevância da dor animal: a tese de Carl Cohen	104
3.4 Análise das críticas especistas de Cohen: a relevância moral da dor e do sofrimento dos animais.....	115
3.5 O Conceito de Interesses	132
3.6 Os animais não possuem interesses: a tese de R. G. Frey	133
3.7 Análise das críticas de Frey e o conceito de interesses vinculado a linguagem.....	138
3.8 A irrelevância dos interesses dos animais não-humanos: a tese de Lawrence C. Becker	146
3.9 Análise das críticas contratualistas de Becker: a proximidade dos animais e a relevância de seus interesses.	151
4 ÉTICA E CIÊNCIA NA PESQUISA SOBRE O CÂNCER COM A UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS NÃO-HUMANOS	165
4.3 O uso de animais não-humanos na pesquisa sobre o câncer humano.	173
4.4 Crítica ao método científico da experimentação animal.	184
4.5 O sofrimento animal na pesquisa sobre o câncer.	193
CONSIDERAÇÕES FINAIS	223

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	231
ANEXO 1.....	243
ANEXO 2.....	247

INTRODUÇÃO

Em 1975 Peter Singer lançou o livro *Libertação Animal* e com a discussão instaurada nessa obra, inseriu definitivamente os animais não-humanos no debate ético contemporâneo. Desde sua publicação, a questão de como devemos tratar os animais não-humanos ganhou amplo destaque nas discussões éticas. Posteriormente, Singer publicou aquela que veio a ser a sua principal obra, *Ética Prática*, onde o autor ampliou a sua discussão sobre o *status* moral dos animais, analisando não apenas a questão acerca de se infligir dor e sofrimento, mas, também, tudo aquilo que envolve o ato de tirar a vida dos animais. Tal discussão encaminhou também as reflexões sobre outras questões éticas que foram ganhando destaque mais precisamente a partir da década de setenta, como a eutanásia, o aborto, a pobreza, e o meio ambiente.

Com a publicação dessas obras, os então conhecidos movimentos sociais de Libertação Animal passaram a ganhar um novo terreno sobre o qual se tornaram mais expressivos: a *ética animal*. Esse campo se configurou, de um modo geral, como um dos setores da *ética aplicada* ou *ética prática*, e, desde então, desencadeou uma série de discussões e teorias acerca do *status* moral dos animais não-humanos.

A questão central que investigarei nesta dissertação pode ser resumida nas seguintes perguntas: existe alguma relevância moral na dor e no sofrimento de animais não-humanos? Se existe, o quanto isso é relevante? É possível causar dor e sofrimento em um ser para com isso gerar um bem-estar e prazer para outro ser, mesmo que sejam de espécies iguais ou diferentes? Assim, o objetivo desta dissertação é responder tais questões, analisando e defendendo a existência de uma relevância moral no sofrimento animal a partir do *Princípio da Igual Consideração de Interesses* desenvolvido por Peter Singer.

Para investigar essas questões, o trabalho se estrutura em três momentos, divididos em seus respectivos capítulos:

No primeiro momento será analisada a tese de Singer em dois capítulos. No primeiro é apresentada a concepção do autor acerca do que é a ética. A importância de se analisar isso se deve ao fato de Singer formular seu princípio da igual consideração de interesses buscando atender algumas exigências mínimas da ética. Como será observado, o autor entende que um princípio ético precisa satisfazer os critérios de universalidade, imparcialidade e justificação. Nesse sentido, apresentarei neste capítulo o modo como a ética se estrutura a partir dessas exigências e de que maneira esses critérios encaminham Singer a adotar o utilitarismo como teoria ética a partir da qual ele analisa os problemas morais em suas obras.

O segundo capítulo deste primeiro momento é destinado, então, a apresentar a tese central de Singer em defesa da importância moral da dor e do sofrimento de animais não-humanos a partir do princípio da igual consideração de interesses. Esse princípio é desenvolvido após analisar o que torna os seres humanos moralmente iguais e tal análise se estende, então, para os animais não-humanos. De acordo com Singer, a condição da sentiência confere a um ser a capacidade de ter interesses. Se um ser é capaz de sentir dor, ele tem o semelhante interesse em não vivenciar essa experiência desagradável. A preocupação moral conferida à dor e ao sofrimento não deve ficar restringida apenas aos seres de nossa espécie, mas, se estender também para todos aqueles seres capazes de experimentar tal sensação. A imparcialidade de um julgamento ético exige que levemos em consideração um interesse *em si mesmo* e não necessariamente o ser que o possui. É nesse momento que as críticas dirigidas ao racismo e ao sexismo, preconceitos esses que levam os agentes morais a desconsiderarem os interesses dos membros de outras raças ou sexo, se estendem, então, para as relações com os membros de outras espécies, denominado então de especismo. Se a dor e o sofrimento é algo desagradável e que deve ser evitado, e o prazer algo agradável que deve ser promovido, o princípio da igual consideração de interesses exige que levemos em conta a dor e o sofrimento dos animais não-humanos, assim como o seu prazer, uma vez que esses também são capazes de tais experiências semelhantes. O que importa é a capacidade de sentiência, e não o ser que a possui. Essa condição é suficiente para inserir um ser na esfera de ação moral.

As ideias de Singer a respeito da relação dos agentes morais humanos com os animais não-humanos têm gerado um amplo debate. Suas obras inspiraram muitos filósofos a refletir o *status* moral dos animais e defender a abolição de sua exploração, ainda que numa perspectiva diferente da defendida pelo utilitarismo de Singer, como é, apenas para citar alguns exemplos, a vertente deontológica da *Teoria dos Direitos dos Animais*, desenvolvida amplamente por Tom Regan; ou a perspectiva da *Teoria das Capabilidades* aplicada por Marha C. Nussbaum na questão dos animais; a *Ética do Cuidado*, desenvolvida pelas feministas, como Carol Adams. Por outro lado, as ideias de Singer têm recebido amplas críticas de opositores, não apenas por sua perspectiva utilitarista, mas também contra toda e qualquer teoria que busque a inclusão dos animais na comunidade moral e, conseqüentemente, o abolicionismo da exploração.

No terceiro capítulo, iniciarei o segundo momento da dissertação, que se concentrará nas críticas destes filósofos, que podem ser chamados de conservadores ou opositores, justamente em razão de defenderem a permanência das atuais práticas e conceitos que se mostram prejudiciais na consideração dos interesses, no bem-estar e da vida dos animais não-humanos, e, em alguma medida, também dos próprios seres humanos. Neste momento do trabalho serão debatidos os pressupostos sobre os quais o princípio da igual consideração de interesses se fundamenta. Deste modo, após apresentar a tese de Singer e demonstrar a relevância moral da dor e do sofrimento, que implica, portanto, em se levar os interesses dos animais com uma igual consideração, analisarei algumas críticas direcionadas ao princípio da igual consideração de interesses e a inclusão dos animais na comunidade moral humana. Essas críticas se concentrarão nos dois aspectos fundamentais atribuídos aos animais, que serão divididos em duas partes: (i) a capacidade de sentir dor e sofrimento (senciência); e (ii) a capacidade de ter interesses. Cada um desses aspectos será analisado de modo a reconstruir seus argumentos e apresentar suas incoerências e limitações.

Acerca da sentiência, reconstruirei, primeiramente, os argumentos do filósofo Peter Harrison, segundo o qual os animais não são capazes de sentir dor e sofrimento. O autor analisa os argumentos frequentemente invocados em favor dessa alegação e os critica, concluindo, portanto, que os animais não são seres sencientes. Com isso, as conclusões morais que se derivam dessa tese, se refletem diretamente na ideia de que não há nada de errado em continuar com as práticas que exploram e matam animais. Para Harrison, toda a ética animal fundamentada no princípio da sentiência deve ser amplamente revisada, uma vez que, ao contrário de Singer, ele considera que não faz sentido discutir a dor e o sofrimento em animais, e tampouco sua importância moral, e por isso, o princípio da igual consideração de interesses semelhantes perde o foco daquilo que ele busca defender.

Em seguida, serão reconstruídos os argumentos do filósofo Carl Cohen. Ao contrário de Harrison, Cohen reconhece a sentiência nos animais não-humanos, tal como Singer, mas, ao contrário desse último, ele não reconhece a importância moral da dor e do sofrimento experimentada por animais, defendendo intensamente o especismo. Para Cohen, é moralmente aceitável infligir dor em animais se isso resultar em algum benefício para os seres humanos (e também aos demais animais), o que o leva a afirmar que uma atitude moralmente correta por

parte dos humanos muitas vezes implicará em agir de modo especista, isto é, desconsiderando a dor e o sofrimento dos animais.

A segunda parte da investigação das críticas ao princípio de Singer repousa sobre o conceito de interesses. E, seguindo o mesmo padrão utilizado na análise da sciência, apresentarei primeiramente a tese do filósofo R.G. Frey, segundo o qual os animais, ao contrário do que entende Singer, não possuem interesses. Enquanto Singer fundamenta a existência de interesses na capacidade de sentir dor e sofrimento/prazer e fruição, Frey, por sua vez, o fundamenta em algo mais complexo do que a sciência, ou seja, nas capacidades dos seres em manifestarem um *querer*, assim como na possibilidade de com isso terem *crenças* e *desejos*, e tudo tecido pela faculdade da linguagem. No entendimento de Frey, apenas seres dotados dessas capacidades possuem interesses. Sem a capacidade de desejar algo, o que pressupõe a capacidade de crer e querer, é impossível ter algum interesse. Ainda que admita que os animais possam ser dotados de certas *necessidades*, do mesmo modo que as plantas e as máquinas também o são, Frey compreende que essas necessidades não se configuram como interesses. Deste modo, a implicação moral direta da sua tese é de que, ao contrário de Singer, não há neles o que ser igualmente levado em consideração. Como será observado, Frey defende não apenas o uso de animais em experimentos científicos, mas se posiciona favorável também ao uso de humanos cujas capacidades mentais sejam tão limitadas a ponto de, assim como os animais, não possuírem interesses a serem preservados.

Por fim, reconstruirei os argumentos de Lawrence C. Becker, que ao contrário de Frey, reconhece a existência de *interesses* nos animais não-humanos, embora discorde de Singer no que diz respeito à proposta de se levar em igual consideração esses interesses, ainda que sejam semelhantemente comparáveis aos interesses dos humanos, como evitar experimentar as sensações desagradáveis de dor e sofrimento. Para Becker, as considerações morais variam conforme o grau de *proximidade* existente entre os agentes e os pacientes morais, assim como o grau de *empatia* que se origina disso. Deste modo, o autor entende que as considerações e preocupações morais diminuem conforme aumenta aquilo que ele chama de *distância social*, o que justificaria uma consideração *desigual* não apenas com os interesses daqueles indivíduos que nos são mais distantes, como também em relação aos dos animais não-humanos. Para Becker, embora muitos interesses sejam comparáveis, ainda assim os interesses dos animais

não-humanos são irrelevantes, podendo ser negligenciados se isso resultar em um benefício para os seres humanos.

Após reconstruir esses argumentos conservadores no que se refere ao modo como devemos tratar os animais, e analisá-los a luz da teoria moral de Singer, investigarei em um terceiro momento, que constitui último capítulo da dissertação, se o princípio da igual consideração de interesses desenvolvido por Singer a fim de estabelecer uma consideração moral pela dor e sofrimento animal conduz, na prática, para uma libertação dos animais no que diz respeito à experimentação científica, ou, se o seu princípio ainda não alcança esse objetivo, se restringindo, em muitos casos, apenas ao alcance de um *bem-estar animal*, o que não implica necessariamente em uma libertação. Nessa discussão, analisarei mais precisamente o uso de animais na pesquisa sobre o câncer e mostrarei porque o princípio encaminha uma libertação dos animais usados nas pesquisas científicas. Essa abolição se dá tanto em razão da incapacidade dos modelos animais predizerem respostas e efeitos humanos, mas, principalmente, em virtude da imoralidade de se infligir dor e sofrimento em animais, violando seus interesses para com isso gerar benefícios para seres humanos. Mostrarei que o princípio ético não justifica ações que causem danos em animais, ainda que isso possa gerar benefícios para humanos, e a insistência nesse argumento encaminha necessariamente, portanto, à substituição do modelo animal por indivíduos de nossa própria espécie, efetivando neles os mesmos experimentos realizados nos animais, justamente em razão do maior benefício que isso confere.

Pretende-se, com isso, ampliar o debate acadêmico em torno do *status* moral dos animais não-humanos, reconstruindo e analisando os argumentos destes críticos, ainda sem tradução para nosso idioma, contribuindo, assim, para o desenvolvimento das pesquisas em torno da ética animal e ampliando a discussão sobre a inclusão dos animais não-humanos nas considerações morais. Mais importante ainda, a discussão pretende mostrar a importância moral do sofrimento animal e o dever dos agentes morais de se abster de praticar ações que prejudiquem o bem-estar e a vida dos animais não-humanos.

1 ÉTICA E UTILITARISMO

Concluía que o homem tinha todo o direito de protestar contra os atos violentos da vida [...] *Tudo o que posso fazer é tratar pessoas e animais de maneira que considero adequada, no máximo de meus limites.* Podia-se dizer que eu criara minha própria base de uma ética – não uma ética religiosa ou social, mas uma *Ética de Protesto*. Essa *Ética de Protesto*, eu disse a mim mesmo, existia em todas as pessoas, e todos os animais, e tudo o que vivia e sofria [...] A pessoa moral protesta não só quando é pessoalmente vítima de erro, mas quando testemunha ou pensa sobre o sofrimento alheio.

Isaac Bashevis Singer - Amor e Exílio: memórias.

O filósofo australiano Peter Singer inicia a sua obra *Ética Prática* apresentando alguns elementos acerca da ética consideradas essenciais para se compreender as questões morais que ele se propõe a investigar e o modo como elas são feitas. Com isso, ele busca demonstrar com qual concepção mínima sobre a ética ele trabalha, e a partir da qual justifica a sua adoção do utilitarismo. Assim, considero importante apresentar a posição de Singer sobre o que é a ética, e como ela o conduz a adotar essa teoria ética, mais precisamente, o utilitarismo de preferências.

Primeiramente, Singer enuncia algumas características sobre aquilo que a ética *não é*. São cinco os entendimentos rejeitados pelo autor: (i) de que a ética é impraticável em nossa vida cotidiana; (ii) a noção segundo a qual a ética deve necessariamente estar vinculada com a religião, (iii) restrições de natureza sexual não fazem parte da ética. Mais importante ainda são as noções de que: (iv) as decisões éticas não se reduzem aos pontos de vista de sociedades particulares (relativismo); e (v) nem mesmo a opiniões e gostos dos indivíduos isolados (subjetivismo). De um modo geral, essas duas últimas concepções dizem respeito à determinados grupos particulares que justificam suas ações baseadas apenas no interesse próprio, desconsiderando os interesses dos demais envolvidos na tomada de suas decisões e ações. Singer questiona, então, sobre “o que é fazer um julgamento moral, ou argumentar sobre uma questão ética, ou viver de acordo com padrões

éticos?”¹ O autor compreende que a resposta para essas questões se caracteriza por algo mais amplo que deve constituir a ética, e assim, são apresentados dois aspectos considerados importantes: a *justificativa* e a *universalidade*. Essas duas características conferem outra característica significativa que compõe as decisões e os julgamentos morais, e que, juntas, são importantes na estruturação dos argumentos de Singer: a *imparcialidade*.

1.1 Ética e Justificativa.

Singer acredita que os indivíduos em uma sociedade podem estar, de algum modo, vivendo de acordo com determinados padrões éticos que são antagônicos entre si e até mesmo não convencionais. Algumas pessoas podem entender que mentir e trapacear os outros para por meio disso conseguir alcançar e garantir os seus próprios interesses, necessidades, desejos e benefícios, (mesmo que para isso precisem ignorar as necessidades e os desejos dos outros), sejam coisas corretas a se fazer, e até mesmo louváveis. Elas são capazes ainda de agir de tal modo por inúmeras razões que acreditam serem possíveis para justificar e defender suas ações. Mesmo essas pessoas, observa Singer, que sustentam determinadas crenças éticas nem um pouco convencionais, podem estar vivendo de acordo com padrões éticos, “*se, por alguma razão, eles acreditam que o seu modo de agir é correto*”.²

Essa noção da crença de que o ato seja correto é mencionado por Singer apenas para dar uma indicação acerca do que ele pretende defender. Segundo o filósofo, “a noção de viver de acordo com padrões éticos está ligada à noção de defender o modo como se vive, de dar uma razão para ele, de justificá-lo”.³ Obviamente, poderíamos nos opor a isso, afirmando, por exemplo, que a mera *crença* de que um modo de agir é correto e a justificação conferida para defender uma ação, por si só, não é suficiente para torná-la objetivamente válida. No entanto, é importante observar que não se trata de qualquer tipo de justificativa oferecida. Singer entende que uma das condições principais que caracteriza um pensamento e um julgamento ético é a exigência de uma *justificação* que se apresente como sendo lógica, racional e coerente, invocada pelo agente moral com o objetivo de defender uma determinada ação praticada por ele.

¹ SINGER, Peter. *Practical Ethics*. 3ª ed. New York: Cambridge University Press, 2011, p. 08, tradução nossa.

² *Ibid.*, p. 09.

³ *Ibid.*

De fato, como muitas vezes ocorre, podemos compreender que uma determinada justificativa oferecida pelo agente moral seja incoerente, inadequada, equivocada, e até mesmo no debate e na reflexão identificarmos esses equívocos e apontarmos em que consiste o erro de suas ações e, principalmente, das justificativas dadas para ela, alegando, por exemplo, que muitas das justificativas desconsideram os interesses, as necessidades e os desejos de outras pessoas, sacrificando ou negligenciando os interesses de uns para satisfazer os mesmos interesses dos outros. Mas, como observa Singer, “a tentativa de justificação, seja bem-sucedida ou não, é suficiente para trazer a conduta da pessoa para a esfera do ético, em oposição ao não-ético,”⁴ até mesmo porque, acredita-se que a justificação oferecida para sustentar uma ação pressupõe que ela tenha sido refletida e analisada, sendo, portanto, capaz de ser apresentada, discutida e possivelmente aceita por outros indivíduos e não simplesmente realizada de uma maneira arbitrária. Em seu livro *How Are we to live? Ethics in an age of self-interest*, publicado em 1993, Singer compreende que na perspectiva da ética, um indivíduo é apenas mais um ser com interesses em meio a muitos outros indivíduos que também possuem os seus próprios interesses. Por isso, Singer postula que:

Viver eticamente é pensar em coisas que vão além dos nossos próprios interesses. Quando penso eticamente, me torno apenas um ser, certamente com minhas próprias necessidades e desejos, mas vivendo entre outros que também têm necessidades e desejos. Quando estamos agindo eticamente, devemos ser capazes de justificar o que estamos fazendo, e essa justificação deve ser de um tipo que poderia, em princípio, convencer qualquer ser razoável.⁵

Por outro lado, se as pessoas são incapazes de apresentar para as outras qualquer justificativa para sustentar o que fazem, isto é, argumentar em favor da ação que consideram correta (e recomendá-la), podemos rejeitar suas alegações de estarem vivendo de acordo com determinados padrões éticos. Até mesmo quando suas ações estão em conformidade com os princípios morais convencionais mais aceitos, a

⁴ Ibid.

⁵ SINGER, Peter. *How are we to live? ethics in an age of self-interest*. Melbourne: Random House Australia, 1997, p. 205, tradução nossa.

justificação ainda assim se faz necessária. O tipo de justificativa que Singer compreende como sendo necessária para defender uma ação do ponto de vista ético invoca, então, o segundo aspecto importante da ética: a *universalidade*.

1.2 Ética e Universalidade.

Singer considera que para as ações serem justificáveis e, portanto, defendidas eticamente, é preciso pensá-las em bases mais amplas que coloquem o agente moral para além do próprio interesse, refletindo também sobre a situação daqueles que, assim como ele, possuem necessidades, desejos e interesses, e estão, de alguma maneira, relacionados com as decisões e ações, isto é, que possivelmente serão afetados pelas ações do agente. Acerca das justificativas das decisões e ações, Singer observa que:

Para serem eticamente defensáveis, é preciso demonstrar que os atos com bases no interesse pessoal são compatíveis com princípios éticos de bases mais amplas, pois a *noção de ética traz consigo a ideia de alguma coisa maior que o individual*. Se vou defender a minha conduta em bases éticas, não posso mostrar apenas o benefício que ela me traz. Devo reportar-me para um público maior.⁶

Com base nisso, compreende-se que a ética visa refletir e regular as ações dos indivíduos que, por não viverem isoladamente, mas sim com outras pessoas, precisam, desse modo, orientar seus atos com vistas nas suas relações com elas. É preciso reconhecer que determinadas ações terão implicações diretas sobre as demais pessoas, afetando de modo prejudicial ou benéfico as suas necessidades, desejos e interesses. Isso significa, por exemplo, que a busca do meu prazer ou de minha própria felicidade não pode ser alcançada negligenciando ou evitando que outros, que também desejam o prazer e a felicidade, sejam impedidos de a alcançarem. Se não aceito que os demais indivíduos sacrifiquem o *meu* prazer e a minha felicidade para alcançarem as suas, devo também aceitar, portanto, que o meu prazer e a minha felicidade não sejam obtidos por meio do sacrifício do bem-estar e da felicidade de outros. Sendo assim, a ética exige que os agentes morais, nas

⁶ SINGER, Peter. *Practical Ethics*. 3ª ed. New York: Cambridge University Press, 2011, p. 10, grifo e tradução nossa.

justificativas de suas escolhas e condutas, adotem um ponto de vista *universal* e não meramente o ponto de vista particular, subjetivo ou relativista, para se evitar um favoritismo, ou seja, uma parcialidade na satisfação dos interesses de uns em relação aos dos outros.

Esse modo de pensar não é nenhuma novidade na ética. Pensadores ingleses do século XVIII como Hutcheson, Hume e Smith desenvolveram a noção do “espectador imparcial” como sendo o critério de avaliação dos juízos morais. Jeremy Bentham e os utilitaristas de um modo geral consideram que nas decisões de questões morais “cada um conta por um e ninguém mais do que um” (*each counts for one and none for more than one*).⁷ Mais contemporaneamente, John Rawls considerou que os juízos éticos escolhidos de modo imaginário na posição original, na qual os que escolhem não sabem o que vão ganhar ou perder com os princípios que selecionam, também partem de um critério universal. Singer cita ainda filósofos como Kant, Sartre e Habermas, que embora diverjam muito entre si e em relação aos filósofos ingleses, ainda assim, todos eles concordam em uma coisa: *a ética é universal*. Independentemente de suas divergências, o que as teorias éticas desses filósofos têm em comum e de mais importante é o fato de todas partirem do critério da *universalidade* para justificarem e defenderem determinados princípios e condutas.

Elas [as teorias] concordam que a justificação de um princípio ético não pode estar em termos de qualquer grupo parcial ou local. A ética se fundamenta num ponto de vista universal. Isso não significa que um julgamento ético particular deva ser universalmente aplicável. Como vimos, as circunstâncias alteram as causas. O que isso significa, é que ao fazermos julgamentos éticos, estamos indo além de nossos próprios gostos e aversões.⁸

Singer considera que refletir sobre as ações de um ponto de vista ético, significa oferecer justificativas que superam o interesse próprio ou a perspectiva de que o bem de um *pode* ser alcançado através da desconsideração ou sacrifício do bem de outro. Pensar eticamente, portanto, é reconhecer que os outros, assim como eu, também possuem

⁷ Ibid.

⁸ Ibid.

suas próprias necessidades, desejos e interesses. Desse modo, compreende-se que:

De uma perspectiva ética, é irrelevante que seja eu quem se beneficia de trapacear você e você quem perde isso. A ética vai além do “eu” e “você” para a lei universal, ao julgamento universalizável, ao ponto de vista do espectador imparcial ou observador ideal, ou como quer que nós escolhamos chamá-lo.⁹

A reflexão ética, nesse sentido, é uma extrapolação do “eu”, isto é, as justificativas oferecidas para fundamentar minhas escolhas, decisões e ações precisam ir além da minha esfera privada de ações e interesses e se reportar para algo maior e mais universal. Isso confere à ética um dos papéis mais importantes, que é o descobrimento do “outro” e de sua inclusão nas reflexões e considerações morais. É esse o movimento que o pensamento ético faz, ou seja, ele expande o seu círculo de ação e consideração moral, que parte do indivíduo (particular) e alcança níveis mais universais possíveis.

Assim, Singer pergunta se “podemos usar esse aspecto universal da ética para derivar uma teoria ética que vá nos dar orientação sobre o certo e o errado?”¹⁰ O autor reconhece que, de fato, é isso o que desde o Estoicismo até Hare¹¹ ou Rawls tem sido feito sem que nenhuma aceitação geral até hoje tenha sido obtida. Singer compreende o problema de se tentar deduzir uma teoria ética específica a partir desse entendimento, ou seja, desses pré-requisitos, observando que:

[...] se descrevermos o aspecto universal da ética em termos simples e formais, uma vasta gama de teorias éticas, incluindo as completamente irreconciliáveis, são compatíveis com esta noção de universalidade; se, por outro lado, elaboramos

⁹ Ibid., p. 11.

¹⁰ Ibid.

¹¹ “Nós temos de considerar o interesse de todas as partes afetadas; mas como esta consideração nos conduz a determinada conclusão moral? [...] Uma resposta para esta questão é sugerida por uma outra aplicação do requisito da universalizabilidade, e é uma resposta que nos trás a um ponto de vista que tem alguma afinidade com o utilitarismo tradicional” (HARE, R. M. *Essays in Ethical Theory*. Oxford: Clarendon, 1993, p. 118, tradução nossa). Para Hare, “esse princípio pode tanto ser justificado pelo recurso a exigência da universalidade e ser usado para oferecer uma resposta à nossa presente questão. [...] O que este princípio significa é que cada um tem o direito a igual consideração” (Ibid).

a nossa descrição do aspecto universal da ética para que ela nos leve inelutavelmente a uma teoria ética particular, nós poderemos ser acusados de introduzir nossas próprias crenças éticas em nossa definição do ético – e esta definição era para ser suficientemente ampla e neutra para abranger todos os sérios candidatos ao *status* de ‘teoria ética’.¹²

Sendo assim, uma vez que tantas tenham sido as tentativas de deduzir uma teoria ética deste aspecto universal, Singer considera que seria imprudente tentar fazer isso em sua obra, que está mais preocupada com as questões práticas¹³. No entanto, o autor se propõe a algo menos ambicioso, e considera que, no mínimo, se pode dizer que: “o aspecto universal da ética, [...], fornece uma base para ao menos começar com uma posição amplamente utilitária. Se nós estamos indo além do utilitarismo, nós precisamos dar uma boa razão de por que deveríamos fazê-lo”.¹⁴ O utilitarismo, como entende Singer, se ajusta a essas exigências básicas de um princípio ético.

1.3 O Utilitarismo de Preferências na Ética de Singer

As justificativas, portanto, oferecidas por Singer para sugerir a adoção do utilitarismo de preferências, ao invés de qualquer outra teoria que também seja compatível com esses critérios da ética, justificação imparcial e universalidade, são os seguintes:

Ao aceitar que os julgamentos éticos devem ser feitos a partir do ponto de vista universal, estou aceitando que as minhas necessidades, vontades (*wants*) e desejos não podem, simplesmente por que são minhas preferências, contar mais que os quereres, necessidades e desejos de qualquer outra pessoa. Assim, a minha preocupação natural com minhas próprias vontades, necessidades e desejos – *daqui em diante eu vou me referir a eles como*

¹² SINGER, Peter. *Practical Ethics*. 3ª ed. New York: Cambridge University Press, 2011, p. 11, tradução nossa.

¹³ Cf. *Ibid.*

¹⁴ *Ibid.*

'preferências' – devem, quando penso eticamente, ser estendida às preferências dos outros.¹⁵

Primeiramente, o sujeito reflete sobre o modo como sua conduta satisfará as suas próprias preferências.¹⁶ Isso pode ser considerado um estágio de pensamento *pré-ético*, em que apenas as preferências particulares, isto é, as necessidades, as vontades e desejos particulares são relevantes e levados moralmente em consideração. Mas, a partir do instante em que o sujeito passa a refletir eticamente, isto é, a partir de critérios mais amplos, a preocupação com suas próprias preferências, que são os seus próprios desejos, vontades, e as suas necessidades, não podem contar mais do que as preferências dos outros, simplesmente por serem *suas* preferências. Ao invés disso, precisa-se agora (no pensamento ético) levar em conta as preferências de *todos* os envolvidos e que serão de alguma maneira afetados pelas ações. Ao refletir eticamente sobre suas decisões e ações, portanto, o indivíduo precisa levar em consideração as necessidades, os desejos e aquilo que outras pessoas também querem, o que significa dizer que a satisfação das preferências de um não pode ser alcançada por meio da negligência ou do sacrifício das preferências dos outros. Do mesmo modo que não aceito que minhas necessidades, tudo aquilo que eu desejo e quero em minha vida, seja sacrificado para que outros possam satisfazer as suas próprias necessidades, os seus desejos e tudo aquilo que querem, devo, portanto, aceitar que minhas próprias preferências também não sejam alcançadas por meio do sacrifício das preferências dos outros.

Nesse sentido, a ética exige que o agente moral reflita sobre as preferências dos demais envolvidos, daqueles que serão afetados por suas escolhas e ações, e portanto, “no lugar de minhas preferências, eu agora tenho de levar em conta as preferências de todos aqueles afetados por minha ação,”¹⁷ isto é, devemos pesar as preferências dos envolvidos e adotar “o curso de ação mais provável a maximizar as preferências daqueles afetados”.¹⁸ Desse modo, em algum nível do raciocínio moral,

¹⁵ *Ibid.*, grifo nosso.

¹⁶ É importante observarmos que nesta terceira edição de *Ética Prática* (2011), Singer passou a adotar mais precisamente o conceito de preferências, que como vimos, sintetiza tudo aquilo que uma pessoa necessita, quer e deseja, e não mais o conceito de interesses, como usado na segunda edição (1993), onde ele afirmava compreender o interesse “de um modo amplo como sendo tudo aquilo que as pessoas desejam e querem” (SINGER, Peter. *Ética Prática*. 3ª. Ed. Trad: Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 21).

¹⁷ SINGER, Peter. *Practical Ethics*. 3ª ed. New York: Cambridge University Press, 2011, p. 12, tradução nossa.

¹⁸ *Ibid.*

devemos escolher o curso de ação que tenha melhores consequências para todos os afetados, isto é, para tudo aquilo que compõe suas preferências e tal escolha é feita após serem examinadas todas as alternativas de ações possíveis.

A mais conhecida das teorias consequencialistas é o utilitarismo. Por ser uma teoria teleológica tem justamente por base objetivos e finalidades e não regras morais absolutas (ética deontológica). Para o utilitarismo hedonista ou clássico, uma ação será considerada moralmente correta e adequada se, ao ser comparada com outras possíveis ações alternativas, resulte em um aumento significativo do prazer e felicidade (utilidade) não apenas para o agente moral, mas também para o maior número possível daqueles que serão, de alguma maneira, atingidos pela ação realizada. Por outro lado, uma ação será considerada errada e inadequada se não produzir um aumento de prazer e felicidade ou gerar o seu oposto, isto é a dor ou infelicidade (desutilidade). O seu critério para a avaliação das ações, portanto, é o quanto elas contribuem ou não para o sucesso da realização deste objetivo. No artigo *Is Act-Utilitarianism Self-Defeating?*, Singer analisa e aceita a definição desse utilitarismo de ato, ou também chamado, de ações, feita por D. H. Hodgson, apresentado em seu livro *Consequences of Utilitarianism*: “um ato é correto se e apenas se teria melhores consequências, isto é, consequências tão boas como as de qualquer ação alternativa aberta para o agente”.¹⁹

O utilitarismo do qual Singer faz uso se difere significativamente do utilitarismo hedonista, representado pelos filósofos Jeremy Bentham, John Stuart Mill e Henry Sidgwick. Ao contrário de apenas maximizar o prazer ou felicidade e minimizar a dor e a infelicidade para o maior número de indivíduos afetados por uma ação, a versão *preferencialista* do utilitarismo “sustenta que, deveríamos fazer o que, em comparação, promove as preferências daqueles afetados²⁰.” O critério adotado, portanto, é o das melhores consequências no que diz respeito às preferências, o que significa, portanto, realizar o curso de ação que favorece ao máximo a satisfação

¹⁹ SINGER, Peter. *Is Act-Utilitarianism Self-Defeating?* In: *The Philosophical Review*. v. 81, n. 1, p. 94-104, 1972, p. 95, tradução nossa. Diferentemente do Utilitarismo de Ato, o Utilitarismo de Regras, por sua vez, considera que a avaliação de uma ação depende do resultado alcançado se todos seguirem uma regra que exige uma determinada ação, ou seja, devemos agir de acordo com aquelas regras que determinam o maior bem ou maior felicidade para o maior número possível de seres afetados por uma ação.

²⁰ SINGER, Peter. *Practical Ethics*. 3ª ed. New York: Cambridge University Press, 2011. p. 13, tradução nossa.

das necessidades, das vontades e dos desejos de todos aqueles que serão afetados por uma decisão ou ação.²¹

Singer reconhece que isso não demonstra que o utilitarismo de preferências possa, de modo absoluto e completo, ser deduzido do aspecto universal que caracteriza a reflexão ética. Nas palavras do autor: “eu não estou afirmando que o utilitarismo de preferências possa ser deduzido do aspecto universal da ética”.²² Isso porque, como já foi observado anteriormente, existem diversos outros ideais éticos que são universais, mesmo sendo incompatíveis com o utilitarismo de preferências:

Em vez de universalizar minhas preferências, eu poderia basear meu ponto de vista em algo completamente distinto de preferências. O utilitarismo hedonista, como utilitarismo de preferências, é completamente imparcial entre indivíduos e satisfaz a exigência da universalizabilidade; assim também são outros ideais éticos, como direitos individuais, equidade, a santidade da vida, justiça, pureza e assim por diante. Elas são, ao menos em algumas versões, incompatíveis com qualquer forma de utilitarismo.²³

Apesar disso, Singer acredita que ao aceitarmos estes critérios básicos da ética, resulta-se que o utilitarismo se ajusta à exigência de como um pensamento ético deve se constituir. Segundo o autor:

[...] inicialmente, chegamos com grande rapidez a uma posição utilitarista preferencialista uma vez que nós aplicamos o aspecto universal da ética a uma tomada de decisões simples e pré-ética. A posição utilitarista preferencialista é uma posição mínima, a primeira base que nós alcançamos pela universalização da tomada de decisão no

²¹ Singer observa que alguns intérpretes compreendem que Bentham e Mill podem ter usado os termos prazer e dor em um sentido amplo, o que permitiria incluir a satisfação de um desejo como um prazer e o seu contrário como uma dor. Desse modo, “se esta interpretação é correta, a diferença entre o utilitarismo de preferência e o utilitarismo de Bentham e Mill desaparecem” (SINGER, Peter. *Practical Ethics*. 3ª ed. New York: Cambridge University Press, 2011, p. 13, tradução nossa).

²² *Ibid.*

²³ *Ibid.*

autointeresse. Nós não podemos, se nós estamos pensando eticamente, recusar dar este passo.²⁴

Singer, portanto, se posiciona em uma perspectiva além do utilitarismo hedonista ao refletir os problemas éticos que ele investiga em sua obra *Ética Prática*, principalmente na análise acerca do ato de tirar a vida, tanto de humanos quanto de não-humanos. Ele considera que esse aspecto universal que compõe a ética justifica de modo significativo a adoção do *utilitarismo de preferências*, que julga as ações não apenas pela tendência de maximizar o prazer e minimizar o sofrimento, mas, justamente pela verificação de até que ponto as ações correspondem às preferências não apenas do agente moral, mas também de todos os seres capazes dessas preferências e que possam, de alguma maneira, ser afetados pelas consequências e desdobramentos de alguma decisão ou ação, ou seja, dos pacientes morais. Assim, de acordo com essa versão mais abrangente do utilitarismo, uma ação realizada contrariamente às preferências de um indivíduo será considerada moralmente errada, uma vez que frustrará suas preferências. O mal é praticado quando as preferências dos indivíduos são violadas, isto é, não levadas em consideração ou ignoradas para satisfazer as preferências de outro indivíduo.

Ao analisar o utilitarismo de preferências, a filósofa Martha C. Nussbaum entende que a ênfase colocada no critério da satisfação das preferências, encara o problema das “preferências adaptativas”.²⁵ Quando pessoas se encontram em certas condições, aquilo que é denominado como sendo suas preferências podem ser maleáveis e influenciadas pelas circunstâncias sociais e culturais em que elas se encontram, o que é capaz de levá-las a adaptarem as suas preferências de acordo com as expectativas e possibilidades de satisfazê-las. “Pessoas ajustam suas preferências para o que elas acreditam que possam alcançar, e também ao que sua sociedade lhes diz ser uma realização adequada para alguém como elas”.²⁶ Ao analisar, por exemplo, a situação social e cultural opressora em que muitas mulheres

24 Ibid., p. 14. Ao discutir através do utilitarismo de preferências a questão do assassinato no quarto capítulo de *Ética Prática*, Singer mais uma vez observa que “Utilitarismo de preferências – a versão do utilitarismo que chegamos pela universalização de nossas preferências no modo descrito no capítulo de abertura desse livro – da ‘grande peso’ a discussão” (SINGER, Peter. *Practical Ethics*. 3ª ed. New York: Cambridge University Press, 2011, p. 80, tradução nossa).

²⁵ NUSSBAUM, Martha C. *Frontiers of Justice: disability, nationality, species membership*. Harvard University Press, 2007, p. 73, tradução nossa.

²⁶ Ibid.

ainda vivem em algumas partes do mundo, cuja vida é de alguma maneira privada e limitada pelo peso e influências das tradições, frequentemente é constatado que elas possuem preferências, mas que, se bem analisadas, se demonstram como sendo preferências muitas vezes tidas com base em alguma condição de vida injusta que lhes serve de *pano de fundo* e lhes fundamenta tais preferências. Essas mulheres podem manifestar uma preferência em não votar, não trabalhar, não estudar e etc., mas o que condiciona essas preferências geralmente são as situações que as impedem de almejar outras coisas além daquelas que lhes são impostas. Juntamente com isso, Nussbaum aponta ainda os problemas relativos às preferências originadas a partir de informações errôneas, equivocadas ou maliciosas, além daquelas induzidas pelo medo. Esse é apenas um exemplo de determinado caso de preferência adaptativa, mas que demonstra as dificuldades do utilitarismo em aplicar o conceito de preferências.

Singer concorda com as observações feitas por Nussbaum, admitindo que muitas delas são, de fato, reais, principalmente no que diz respeito às preferências fundamentadas na ignorância ou aquelas que são adaptativas ou maleáveis. Em relação a isso, Singer publicou *A Response to Martha Nussbaum*, respondendo, então, que: “minha opinião é que as preferências que deveriam ser satisfeitas [...] são aquelas que as pessoas iriam manter se fossem totalmente informadas, reflexivas e vividamente conscientes das consequências de satisfazer as suas preferências”.²⁷ Singer reconhece, no entanto, que essa solução para o problema das preferências adaptativas também coloca outra questão a ser resolvida, como, por exemplo, “em elucidar o que significa ser ‘totalmente informado’”.²⁸ Essas observações fizeram com que Singer, na terceira edição de *Ética Prática*, abordasse também os problemas suscitados por Nussbaum, não tratado nas edições anteriores, ressaltando, mais uma vez, que as preferências, ou seja, as necessidades, as vontades e os desejos a serem levados em consideração e satisfeitos, “são aquelas que teríamos se nós estivéssemos completamente informados, em uma calma disposição de ânimo e pensando claramente,”²⁹ e não meras preferências instantâneas e irrefletidas, cuja

²⁷ SINGER, Peter. *A Response to Martha Nussbaum: Reply to Martha Nussbaum, 'Justice for Non-Human Animals'*. In: *The Tanner Lectures on Human Values*, 2002, p. 01, tradução nossa.

²⁸ *Ibid.*, p. 02

²⁹ SINGER, Peter. *Practical Ethics*. 3ª ed. New York: Cambridge University Press, 2011, p. 14, tradução nossa.

satisfação pode se mostrar nociva para o próprio indivíduo e principalmente, para os demais.

Por outro lado, o utilitarismo hedonista poderia dizer que, de fato, muitos de nós “abandonaríamos muitas de nossas preferências, se soubermos que sua satisfação não nos trará felicidade, mostrando que é a felicidade que nos importa realmente, não a satisfação de nossas preferências”.³⁰ Quanto a isto, Singer observa que o utilitarismo de preferências poderia responder, por exemplo, que uma pessoa que “pretender ser poeta pode escolher uma vida com menos felicidade, se ela pensa que isso possibilitará a ela escrever grandes poesias”.³¹

Uma vez, então, que a universalidade é uma exigência fundamental para se fazer um julgamento e fundamentar uma ação ética, Singer considera que o utilitarismo de preferências se apresenta como um critério válido e amplo para lidar com os problemas morais práticos, pois na sua justificativa acerca das melhores ações a serem tomadas busca levar em consideração o máximo possível as preferências de todos os envolvidos e que são atingidos pela ação, escolhendo, assim, a ação que apresente as melhores consequências. Desse modo, Singer acredita estar superando as limitações das teorias éticas relativistas, subjetivistas, egoístas e religiosas, centradas em um ponto de vista parcial, que resulta, de algum modo, em um favoritismo para uma das partes em detrimento das outras. Por isso, Singer adota tanto o utilitarismo clássico/hedonista quanto o utilitarismo de preferência como teorias éticas para as investigações acerca dos problemas morais que ele trabalha em sua obra *Ética Prática*.

Apesar de sustentar as teorias utilitaristas como condutoras em suas investigações, Singer também reconhece a importância de outras teorias e, desse modo, em determinados momentos de sua análise dos problemas morais, o autor discute de que modo as outras teorias, como o utilitarismo hedonista, a teoria dos direitos, da justiça, das regras morais absolutas e assim por diante, lidam com estes problemas práticos discutidos, principalmente a respeito da questão de tirar a vida, tanto de humanos quanto de não-humanos.³²

³⁰ Ibid.

³¹ Ibid.

³² Cf. Ibid., p. 15.

2 O PRINCÍPIO DA IGUAL CONSIDERAÇÃO DE INTERESSES: A IGUALDADE PARA OS ANIMAIS NÃO-HUMANOS

Entramos no largo Yanash e fomos ao abatedouro. As mesmas paredes manchadas de sangue, as galinhas e os galos indo para a morte guinchando com as mesmas vozes “*O que fiz para merecer isto? Assassinos!*” A noite havia caído e a luz dura das lâmpadas se refletia nas lâminas dos abatedores. As mulheres se empurravam, cada uma com sua ave. Ajudantes enchiam cestos com as aves mortas e levavam para os depenadores. *Esse inferno caçoava de toda a bobagem sobre o humanismo.* Há tempos eu pensava em me tornar vegetariano e naquele momento jurei nunca mais tocar um pedaço de carne ou peixe.

Isaac Bashevis Singer - Shosha

Em sua primeira obra, *Libertação Animal*, publicada no ano de 1973, Singer menciona a dificuldade com que a filosofia sempre se deparou ao lidar com as questões morais em relação aos animais não-humanos, muitas vezes deixando-se limitar em seu papel crítico e reflexivo, pelo peso das tradições históricas e culturais, impedindo o avanço do debate ético sobre essas questões. Singer compreende que:

A filosofia deve questionar as pressuposições básicas de cada época. Refletir, de forma crítica e cuidadosa sobre aquilo que a maioria toma como certo, é, acredito, a principal tarefa da filosofia e a tarefa que a torna uma atividade digna de existir. Infelizmente, a filosofia nem sempre desempenha seu papel histórico. A defesa da escravidão feita por Aristóteles permanecerá sempre como um lembrete de que os filósofos são seres humanos e estão sujeitos a todos os preconceitos da sociedade a que pertencem. Às vezes, conseguem libertar-se da ideologia dominante; com mais frequência, tornam-se seus mais sofisticados defensores. [...] A questão da igualdade dos animais jamais foi abordada pelos filósofos, nem por seus alunos, como uma questão em si – o que

já é uma indicação do fracasso da filosofia, até então, em questionar as crenças estabelecidas.³³

Nos tempos mais atuais, no entanto, os filósofos têm se mostrado mais atentos a essas questões e constataram ser difícil tratar da igualdade humana sem adentrar também, de alguma maneira, na questão da igualdade para os animais não-humanos.³⁴ As razões para essa constatação ficarão evidentes no decorrer dos capítulos seguintes, onde analisarei as implicações, em sua maioria desfavoráveis e prejudiciais, que as justificativas oferecidas para sustentar as *desconsiderações* morais com os animais ocasionam para os próprios seres humanos. No primeiro capítulo de *Libertação Animal*, assim como no segundo capítulo de *Ética Prática*, Singer investiga o princípio segundo o qual todos os seres humanos são iguais, e que, apesar do consenso existente em torno de se colocar contra as arbitrariedades das discriminações raciais e sexuais, esse consenso, no entanto, começa a perder força ao tratar de casos específicos.

Neste capítulo, meu objetivo é investigar de que modo Singer defende que o princípio da igualdade é o princípio da igual consideração de interesses. Esse princípio, como o próprio filósofo considera, deve atender as exigências de um princípio ético conforme exposto anteriormente, qual seja: uma justificação com base na universalidade e na imparcialidade, e que supere os julgamentos relativistas, subjetivistas e parciais, evitando, assim, uma arbitrariedade e um favoritismo para um determinado grupo em detrimento de outro. Conforme Singer estabelece em seu atrigo *Utilitarianism and Vegetarianism*, de 1980: “O único princípio da igualdade que eu sustento é o princípio de que os interesses de todos os seres afetados por uma ação devem ser tomados em conta e oferecido o mesmo peso como os interesses de qualquer outro ser”.³⁵ Nesse sentido, analisarei primeiramente de que maneira esse princípio da igual consideração de interesses se fundamenta no que se refere aos seres humanos e, em seguida, analisarei a sua aplicabilidade no que diz respeito à questão da igualdade para os animais não-humanos.

³³ SINGER, Peter. *Libertação Animal*. Tradução: Marly Winckler. Revisão técnica: Rita Paixão. Porto Alegre: Lugano, 2004, p. 269.

³⁴ “Todavia, os filósofos descobriram ser difícil debater a questão da igualdade humana sem levantar questões sobre o status dos não-humanos” (SINGER, Peter. *Libertação Animal*. Tradução: Marly Winckler. Revisão técnica: Rita Paixão. Porto Alegre: Lugano, 2004, p. 269.).

³⁵ SINGER, Peter. *Utilitarianism and Vegetarianism*. In: *Philosophy and Public Affairs*. v.9, n. 4, p. 325-337, 1980, p. 328, tradução nossa.

É importante observar que a investigação de Singer sobre o *status* moral dos animais não-humanos pode ser dividida em dois momentos. O primeiro trata da análise do princípio de igualdade, mais precisamente, do *princípio da igual consideração de interesses* aplicado aos animais, onde é analisada exclusivamente a questão acerca de se infligir *dor* e *sofrimento* nos animais sem adentrar nas questões referentes ao *ato de matar*. O segundo momento de sua investigação é então reservado mais precisamente para esse assunto, onde Singer analisa o que há de errado em tirar a vida, o que envolve considerações acerca do conceito de *pessoa*, do valor e do direito à vida. Essas questões são estritamente fundamentais para a discussão a respeito do que torna o ato de matar um erro moral ou o que faz com que ele seja pior para determinado tipo de ser em comparação a outro. É mais precisamente nessa análise que as considerações de caráter utilitarista preferencialista estão presentes. O foco desta dissertação se concentrará apenas no primeiro momento, sem adentrar precisamente nas discussões sobre o ato de matar.

Será constatado de que modo as consequências práticas desse princípio que ordena levar igualmente em consideração a dor e o sofrimento dos animais não-humanos se refletem diretamente na exigência da abolição do uso de animais não apenas na alimentação, mas também nas demais atividades humanas que os utilizam e, principalmente, lhes causam dor e sofrimento. Após analisar o princípio ético que determina aos agentes morais conferir uma importância moral ao sofrimento animal, apresentarei as críticas direcionadas a esse princípio da igualdade formulado por Singer, principalmente no que se refere aos seus pressupostos fundamentais, qual seja: (a) a capacidade dos animais em sentir dor e sofrimento (senciência) e (b) a capacidade de possuírem interesses. Além de tentarem negar tais capacidades nos animais, essas críticas que analisarei aqui buscam, também, sustentar a desconsideração moral pela dor e sofrimento dos animais e, por conseguinte, a permanência de práticas que os utilizam, exploram e negligenciam seus interesses para a realização e satisfação de interesses humanos, mesmo reconhecendo essas capacidades nos animais. Ao expor essas críticas, buscarei demonstrar, então, suas incoerências, assim como os limites e implicações.

2.1 Sobre a igualdade factual

Singer inicia sua investigação acerca dos fundamentos da igualdade observando, primeiramente, que *não há*, entre os seres humanos, igualdade factual alguma. A constatação facilmente percebida

é justamente a de que todos os seres humanos são diferentes e possuem capacidades tanto físicas quanto psicológicas muito distintas um dos outros. “O fato real é que os seres humanos diferem entre si, e as diferenças se aplicam a tantas características que a busca por uma base factual sobre a qual se possa erigir o princípio da igualdade parece inalcançável”.³⁶

Uma das tentativas contemporâneas mais conhecidas para fundamentar a igualdade a partir do pressuposto de uma igualdade factual, isto é, de uma característica natural dos seres humanos, é do filósofo norte americano John Rawls. Singer reconstitui sua argumentação da *personalidade moral*, pela qual Rawls entende ser possível fundamentar a igualdade humana em características consideradas naturais dos seres humanos, desde que sejam selecionadas aquilo que ele denomina como sendo “área de capacidade” (*range property*)³⁷, que significa uma característica possuída por todos os seres humanos, ainda que se difiram em graus de uns para os outros. Em sua principal obra, *Uma Teoria da Justiça*, Rawls ilustrou isso com a imagem de um círculo preenchido por pontos. Alguns pontos estão mais distantes do centro, outros mais próximos, mas o que realmente importa é o fato de que todos são igualmente pontos no interior do círculo. Todos têm igualmente essa propriedade. Nas palavras de Rawls:

Tudo o que temos de fazer é selecionar uma área de capacidade [*range property*] (como a chamarei) e atribuir igual justiça àqueles que satisfazem as suas condições. Por exemplo, a propriedade de estar no interior do círculo da unidade é uma das medidas de capacidade do plano. Todos os pontos dentro desse círculo têm essa propriedade, embora as suas coordenadas variem dentro de um certo intervalo. E todos apresentam essa propriedade de forma igual, já que nenhum ponto interior a um círculo é mais ou menos interior a ele do que qualquer outro ponto interior. Ora, a questão de saber se existe uma propriedade de extensão adequada para selecionarmos os aspectos com respeito aos quais

36 SINGER, Peter. *Practical Ethics*. 3ª ed. New York: Cambridge University Press, 2011, p. 17, tradução nossa.

37 RAWLS, John. *Uma Teoria da Justiça*. Tradução: Almiro Pisetta, Lenita Maria Rímoli Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 564.

os seres humanos devem ser considerados iguais é decidida pela concepção da justiça. Mas a descrição das partes na posição original identifica essa propriedade, e os princípios da justiça nos garantem que qualquer variação de habilidade dentro do intervalo previsto deve ser considerada como qualquer outro dote natural. Nada nos impede de considerar que uma capacidade natural constitui a base de igualdade.³⁸

Rawls considera, além disso, outra importante característica, a que ele denomina de *propriedade da personalidade ética*³⁹, como sendo uma propriedade que todos os humanos possuem, e todos os humanos que possuem essa propriedade a possuem igualmente. Ao analisar a que tipos de seres devem ser concedidos garantias de justiça e demais considerações morais, Rawls, observa que:

A resposta natural parece ser a de que são precisamente as pessoas éticas que têm direito à justiça igual. Distinguímos as pessoas éticas por duas características: primeiro, elas são capazes de ter (e supõe-se que tenham) uma concepção de seu próprio bem (expressa por um plano racional de vida); e, segundo, são capazes de ter (e supõe-se que adquiram) um senso de justiça, um desejo normalmente efetivo de aplicar os princípios de justiça e de agir segundo as suas determinações, pelo menos num grau mínimo.⁴⁰

Conforme a interpretação de Singer, a personalidade ética (ou personalidade moral) é o critério trazido por Rawls, identificando com isso que seus possuidores são um “tipo de *persona* a quem se pode fazer uma invocação moral com alguma perspectiva de que a invocação será atendida”.⁴¹ Singer compreende que o critério da personalidade ética escolhido por Rawls para fundamentar a igualdade humana deve-se à sua abordagem contratualista pela qual a teoria se baseia, o que leva, portanto, a considerar, por exemplo, que “apenas aqueles que são capazes de compreender que não estão sendo agredidos, e

³⁸ Ibid.

³⁹ Cf. Ibid., p. 561.

⁴⁰ Ibid.

⁴¹ SINGER, Peter. *Practical Ethics*. 3ª ed. New York: Cambridge University Press, 2011, p. 18, tradução e grifo nosso.

consequentemente refrear sua própria agressividade, estão dentro da esfera da ética”.⁴²

O critério para a base da igualdade apresentado por Rawls é criticado por Singer por pelo menos duas razões: (i) “ter uma personalidade moral é uma questão de grau”,⁴³ ou seja, pode variar muito de um indivíduo para outro, como se constata pelo fato de algumas pessoas possuírem, por exemplo, preocupações e sensibilidades com as questões de ética e de justiça e muitas outras simplesmente apresentarem pouca ou nenhuma preocupação com tais princípios; e (ii) “nem todos os seres humanos são pessoas morais, mesmo no sentido mais ínfimo⁴⁴”, como se constata com os casos, por exemplo, de seres humanos que têm suas capacidade morais limitadas ou ainda são incapazes de compreendê-las, como os bebês, crianças em até certa idade e indivíduos com graves limitações mentais. Nesse sentido, Singer não compreende que a igualdade teria como fundamento o contratualismo, pois, de acordo com essa concepção, “diríamos então que todos os humanos são iguais, exceto os muito jovens ou os mentalmente incapacitados? Isso certamente não é o que comumente nós entendemos pelo princípio de igualdade”.⁴⁵ As implicações desse tipo de contratualismo nos conduziriam a sermos moralmente autorizados em não considerar de modo igual aqueles que ainda são bebês, muito jovens ou até mesmo os mentalmente deficientes, e desprezar, portanto, os seus interesses, uma vez que suas limitações mentais acabam por limitar também a sua personalidade moral, e os impossibilita, assim, de pactuarem um contrato ou reivindicar alguma exigência. Se essas forem as implicações do contratualismo, “precisaríamos de argumentos muito mais fortes para nos induzir a aceitá-lo”.⁴⁶

O critério da personalidade moral levanta ainda outras duas questões: (i) onde traçar esta linha que delimita este mínimo necessário de moralidade para uma pessoa ser incluída na esfera da igualdade?; e, (ii) deveríamos ter graus de *status* moral, com direitos e deveres correspondentes ao grau de refinamento do senso de justiça de uma pessoa?⁴⁷

⁴² Ibid.

⁴³ Ibid.

⁴⁴ Ibid.

⁴⁵ Ibid.

⁴⁶ Ibid.

⁴⁷ Cf. Ibid.

A questão dos seres humanos com ausência de personalidade moral é um problema para a teoria de Rawls, e ele tenta resolver esse ponto específico com a proposta de que “pessoas morais *em potencial*”⁴⁸ devam ser incluídas no âmbito da igualdade juntamente com as que são, de fato, morais. “Devemos observar que a personalidade ética é definida aqui como uma potencialidade que em geral é realizada no devido tempo. É dessa potencialidade que decorrem as reivindicações da justiça”.⁴⁹ Além disso, Rawls coloca ainda que: “a personalidade ética potencial é uma condição suficiente para que se tenha direito à justiça igual. Nada além do mínimo essencial é exigido”.⁵⁰

Mas Singer critica este recurso de Rawls por entender que ele o utiliza a fim de simplesmente “harmonizar a sua teoria com as nossas instituições morais correntes”.⁵¹ Além disso, Singer considera também que Rawls não oferece nenhuma sugestão para solucionar a dificuldade em relação aos seres humanos que apresentam dificuldades em satisfazerem a condição de seres que possuem a potencialidade de desenvolverem uma personalidade ética (ou moral). Desse modo, conclui Singer:

[...] a posse de uma ‘personalidade moral’ não oferece uma base satisfatória para o princípio de que todos os humanos são iguais. Duvido que qualquer característica natural, seja ela uma ‘área de capacidade’, ou não, possa desempenhar essa função, pois duvido que exista qualquer propriedade moralmente significativa que todos os humanos possuem igualmente⁵².

2.2 Sobre a diferença factual

Outro modo de defender a crença de que há uma base factual para o princípio da igualdade é “admitir que os humanos se diferem

⁴⁸ Ibid. Cf. RAWLS, John. Uma Teoria da Justiça. Tradução: Almiro Pisetta, Lenita Maria Rímoli Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p.561.

⁴⁹ RAWLS, John. Uma Teoria da Justiça. Trad: Almiro Pisetta, Lenita Maria Rímoli Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 564.

⁵⁰ Ibid.

⁵¹ SINGER, Peter. Practical Ethics. 3ª ed. New York: Cambridge University Press, 2011, p. 19, tradução nossa.

⁵² Ibid.

enquanto *indivíduos* [...] e que não existem diferenças moralmente significativas entre raças e sexos”.⁵³ Isso significa que o fato de se saber acerca da origem racial de uma pessoa ou o seu sexo, não nos leva, a partir dessa informação, a *inferirmos* qualquer conclusão acerca dela, como “sua inteligência, senso de justiça, a profundidade de seus sentimentos, ou qualquer outra coisa que nos desse o direito de tratá-lo como menos do que um igual”.⁵⁴ Para Singer, o fato mais evidente é justamente o de que “os seres humanos diferem enquanto *indivíduos*, não enquanto raças ou sexos”⁵⁵, ou seja, “as diferenças entre os indivíduos nesses aspectos não são delimitadas por fronteiras raciais”⁵⁶, e nem mesmo sexuais, e, portanto, a pretensão dos racistas em alegar que os indivíduos de descendência europeia são superiores aos indivíduos de outras raças em quaisquer aptidões, ou do sexista em afirmar que um sexo é superior ao outro, são falsas.⁵⁷

Esse argumento, no entanto, ainda não é suficiente para impedir outro tipo de defesa de preconceitos e da escravidão que esteja baseada, por exemplo, na pose de graus elevados de inteligência. É possível imaginarmos uma sociedade hierarquizada a partir dos resultados obtidos por meio de critérios rígidos de testes de quociente de inteligência (Q.I.) e que traçassem determinados limites para diferenciar entre aqueles que ficassem abaixo desse limite e que seriam, portanto, tomados como escravos, daqueles que se encontrariam acima desse limite, e que seriam, por conseguinte, considerados cidadãos livres.

Uma sociedade hierárquica desse tipo parece tão abominável quanto uma baseada na raça ou no sexo. Se basearmos a nossa defesa da igualdade na alegação factual de que as diferenças entre os indivíduos cruzam as fronteiras raciais e sexuais, não teríamos motivos para nos opor a esse tipo de

⁵³ *Ibid.*, grifo nosso.

⁵⁴ *Ibid.*

⁵⁵ *Ibid.*, grifo nosso.

⁵⁶ *Ibid.* A mesma argumentação também é discutida em SINGER, Peter. *Libertação Animal*. Tradução: Marly Winckler. Revisão técnica: Rita Paixão. Porto Alegre: Lugano, 2004, p. 05.

⁵⁷ Segundo Singer, “devemos avaliar as pessoas como indivíduos, e não meramente englobá-las indiscriminadamente como ‘feminino e masculino’, se quisermos descobrir o que eles realmente são” SINGER, Peter. *Practical Ethics*. 3ª ed. New York: Cambridge University Press, 2011. p. 33, tradução nossa.

sociedade hierárquica, pois ela seria baseada em diferenças reais entre as pessoas.⁵⁸

Singer considera que a rejeição desta hierarquia de inteligência e de qualquer outro esquema semelhantemente utilizado para fundamentar um não-igualitarismo se dá por três teses que constituem o princípio da igualdade: (i) “a reivindicação da igualdade não depende da posse de inteligência, personalidade moral, racionalidade ou de outros dados semelhantes”⁵⁹; (ii) “Não existe nenhuma razão logicamente convincente para pressupormos que uma diferença em capacidade entre duas pessoas justifique alguma diferença no grau de consideração que atribuímos aos seus interesses”⁶⁰; e mais importante ainda, a constatação de que: (iii) “a igualdade é um princípio ético básico, e não uma assertiva factual”.⁶¹ Conforme Singer resumiu em seu livro *Libertação Animal*:

[...] a defesa da igualdade não depende da inteligência, da capacidade moral, da força física ou de outros fatos similares. A igualdade é uma ideia moral, não é a afirmação de um fato. Não existe uma razão obrigatória do ponto de vista lógico, para pressupormos que uma diferença factual de capacidade entre duas pessoas justifique qualquer diferença na consideração que damos a suas necessidades e interesses. *O princípio da igualdade dos seres humanos não é uma descrição de uma suposta igualdade de fato existente entre os seres humanos: é uma prescrição de como devemos tratar os seres humanos.*⁶²

A última tese exposta acima é importante ao lidar justamente com as diferenças existentes entre os indivíduos, pois ela significa que a igualdade é antes de tudo uma ideia moral e não a afirmação de um fato.

⁵⁸ Ibid., p. 19-20.

⁵⁹ Ibid., p. 20.

⁶⁰ Ibid.

⁶¹ Ibid.

⁶² SINGER, Peter. *Libertação Animal*. Tradução: Marly Winckler. Revisão técnica: Rita Paixão. Porto Alegre: Lugano, 2004, p. 06.

Sônia T. Felipe, em seu livro *Por Uma Questão de Princípios*, chama atenção para o fato de que tradicionalmente os filósofos morais sempre fizeram um princípio ético depender de alguma característica factual que o paciente moral teria a obrigação de *previamente* apresentar para que os agentes morais, só então, pudessem agir eticamente em relação a ele. Com isso, observa Felipe:

[...] em vez de a ética ser o padrão de ação que visa realizar o ideal moral da igualdade, ela exige que aquela igualdade *exista previamente*, para, só então, defender ações em favor da igualdade. É de se pensar se não radica aí o erro que tem retardado o aperfeiçoamento moral em nossa espécie. Pois, se a igualdade factual já existisse, para que necessitaríamos de princípios éticos?⁶³

Como visto no primeiro capítulo, a universalidade é uma das características mais fundamentais de um princípio ou julgamento ético. Ao fazermos um juízo ético devemos ir além do ponto de vista pessoal ou do grupo, considerando, então, as necessidades, os desejos e as vontades de todos os indivíduos afetados por uma ação, independente, portanto, de sua raça, sexo ou níveis de inteligência. Neste sentido, o que fundamentalmente importa é a consideração *pele* interesse, e *não por quem possui* o interesse⁶⁴. Singer compreende, portanto, que refletir a partir destas considerações “proporciona um princípio básico de igualdade: o princípio da igual consideração de interesses”⁶⁵.

A base da igualdade, para Singer, tem também como sustentação dois importantes princípios utilitaristas: (i) a fórmula benthaniana segundo a qual “cada um conta por um e ninguém como mais de um⁶⁶”, (*each to count for one and none for more than one*), o que expressa, portanto, que “os interesses de cada ser afetado por uma

⁶³ FELIPE, Sônia T. *Por Uma Questão de Princípios: alcance e limites da ética de Peter Singer em defesa dos animais*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2003, p. 85, grifo nosso.

⁶⁴ “Isso significa que refletimos sobre os interesses, considerados simplesmente como interesses, e não como meus interesses, ou como interesses dos australianos ou de pessoas de descendência europeia” (SINGER, Peter. *Practical Ethics*. 3ª ed. New York: Cambridge University Press, 2011, p. 20, tradução nossa).

⁶⁵ *Ibid.*

⁶⁶ SINGER, Peter. *Libertação Animal*. Tradução: Marly Winckler. Revisão técnica: Rita Paixão. Porto Alegre: Lugano, 2004, p. 06.

ação devem ser levados em conta, e receber o mesmo peso que os interesses *semelhantes* de qualquer outro ser,⁶⁷ e, por essa razão, entende-se que o interesse de um não pode ser satisfeito com o sacrifício do interesse de outro; e, (ii) a noção de Henry Sidgwick, segundo a qual “o bem de qualquer indivíduo não tem importância maior, do ponto de vista (se assim se pode dizer) do Universo, do que o bem de qualquer outro”.⁶⁸ Mesmo ditos de modos diferentes, esses dois princípios utilitaristas querem expressar apenas que os interesses de todos os envolvidos devam ser considerados de modo igual e que as diferenças factuais entre eles não autoriza a dar menos peso e importância para seus interesses. Para Singer, o princípio da igualdade implica diretamente que “nosso interesse pelos outros e nossa prontidão em considerar seus interesses não devem depender de sua aparência ou das capacidades que possam ter”.⁶⁹

Ao analisar, juntamente com as diferenças raciais e de inteligência, as diferenças dos níveis de agressividade entre homens e mulheres, Singer mantém o mesmo critério, segundo o qual, as avaliações devem ser feitas a partir dos *indivíduos* e não se eles são pessoas do sexo masculino ou feminino, brancos ou negros. Assim, ele considera que dessas diferenças não se extrai conclusões para se justificar o racismo, o sexismo ou qualquer outro preconceito que se sustente nas diferenças, pois, assim como as pessoas de distintas raças ou sexo, e com variados níveis de quociente de inteligência (Q.I.), também “as pessoas menos agressivas têm o mesmo interesse em evitar a dor, desenvolver suas aptidões, ter alimentação e moradia adequada, desfrutar de bons relacionamentos pessoais e assim por diante”.⁷⁰ O fato de ser mais inteligente, ser homem ou mulher, branco ou negro, não afeta a capacidade do indivíduo em ter suas necessidades como qualquer outro, suas vontades e desejos, e portanto, não afeta a desconsideração moral por seus interesses ou uma consideração favorável por eles em detrimento dos outros. Os interesses humanos mais fundamentais não estão diretamente vinculados com essas diferenças de características.

Por essa razão, a essência do princípio da igual consideração de interesses nos conduz, portanto, a agir de tal modo que:

⁶⁷ *Ibid.*, grifo nosso.

⁶⁸ *Ibid.*, p. 06-07.

⁶⁹ *Ibid.*, p. 07.

⁷⁰ SINGER, Peter. *Practical Ethics*. 3ª ed. New York: Cambridge University Press, 2011, p. 33, tradução nossa.

[...] em nossas deliberações morais, atribuímos o mesmo peso aos interesses *semelhantes* (*like interests*) de todos os que são atingidos por nossos atos. Isso significa que, se apenas X e Y fossem afetados por uma possível ação, e se X estiver mais sujeito a perdas e Y mais sujeito a vantagens, é melhor não praticar a ação.⁷¹

De acordo com o princípio, portanto, não devemos alegar que é melhor praticar o ato porque ele beneficia Y e prejudica X, ou porque estamos mais preocupados com os interesses de Y do que de X. Singer enfatiza a consideração por um interesse sem levar necessariamente em conta o ser que o possui para basear a importância desse interesse e sua consideração moral. “Um interesse é um interesse, indiferente de quem possa ter esse interesse”.⁷² Isso confere ao princípio um caráter de imparcialidade. O princípio da igual consideração de interesses desenvolvido por Singer está, desse modo, vinculado com aquelas características, que, segundo o filósofo, constituem a natureza mais básica do que é a ética, no sentido de que ela deve se preocupar com aqueles que são afetados por uma ação, devendo as escolhas e decisões, estar fortemente baseadas na exigência da imparcialidade.

A dor e o sofrimento são tomados como um interesse específico, mas talvez o mais fundamental, para exemplificar essa exigência de imparcialidade e a aplicação prática do princípio da igual consideração de interesses: “a razão moral fundamental para o alívio da dor é simplesmente a indesejabilidade da dor enquanto tal”⁷³, e não especificadamente da dor de X ou de Y, como se algum deles tivesse algum favoritismo ou uma prioridade moral prévia em ter sua dor mais ligeiramente aliviada. Caso a dor de X seja mais intensa do que a dor de Y, o seu alívio deve receber prioridade, mas simplesmente por ser mais intensa e não por ser especificadamente X quem está sofrendo intensamente. Se houver um terremoto, por exemplo, deveremos dar prioridade ao alívio da dor de um médico ou bombeiro para que ele possa em seguida ajudar mais pessoas, e não por ser a dor do médico ou do bombeiro moralmente mais importante e relevante que a dor de qualquer outro indivíduo. “O princípio da igual consideração de

⁷¹ Ibid., p. 20, grifo nosso.

⁷² Ibid.

⁷³ Ibid.

interesses atua como uma balança, pesando *imparcialmente* os interesses”⁷⁴, não levando em consideração o portador destes interesses.

Do ponto de vista do princípio da igual consideração de interesses semelhantes, “a raça é irrelevante para a consideração dos interesses; pois tudo o que conta são os interesses em si mesmos”⁷⁵, e não os interesses dos indivíduos de uma raça em especial. Dar uma menor consideração a um sofrimento, em virtude do fato dele ser experimentado por um membro de uma determinada raça é fazer uma distinção *parcial*, favorecendo arbitrariamente uma das partes em detrimento da outra. O fato de um indivíduo pertencer a qualquer raça não afeta a sua capacidade de ter interesses, do mesmo modo que o fato de ter nascido no ano bissexto ou de seu sobrenome conter mais de uma vogal, ou qualquer outra característica a que venhamos invocar também não afeta suas capacidades de possuir interesses e, como no caso aqui discutido, nem mesmo de sofrer. “Do ponto de vista universal todas essas características são igualmente irrelevantes para a indesejabilidade da dor”.⁷⁶ Isto foi ignorado pela pior forma de racismo até hoje conhecida: o nazismo. Os nazistas, em seus julgamentos e ações, consideravam que a dor e o sofrimento dos membros de outras raças contavam menos do que da raça ariana e por isso ignoravam seus interesses. A raça, o sexo e também a inteligência (uma forma mais sofisticada de se defender o não igualitarismo) são irrelevantes para a consideração de interesses dos indivíduos. A única condição que o princípio exige é justamente aquela pelo qual ele existe, ou seja, a capacidade de ter interesses.⁷⁷

Os graus de inteligência, como bem observa Singer, não autorizam que um indivíduo escravize outro, desconsiderando os seus interesses e suas necessidades básicas, pois:

A inteligência nada tem a ver com muitos interesses importantes que os humanos têm, como o interesse em evitar a dor, em satisfazer necessidades básicas de alimento e abrigo, de amar e cuidar qualquer criança que possa ter, desfrutar de relações amigáveis e amorosas com

⁷⁴ Ibid., grifo nosso.

⁷⁵ Ibid., p. 21.

⁷⁶ Ibid.

⁷⁷ “O princípio da igual consideração de interesses proíbe que a nossa disposição em considerar os interesses dos outros dependa das aptidões ou outras características destes, excetuando-se a característica de ter interesses” (SINGER, Peter. *Practical Ethics*. 3ª ed. New York: Cambridge University Press, 2011, p. 21, tradução nossa).

os outros e ser livre para buscar a realização de seus projetos sem a desnecessária interferência alheia.⁷⁸

Esse princípio, portanto, é suficientemente forte para rejeitar o racismo e o sexismo, e também qualquer outra forma de exploração e escravidão humana que tenta se fundamentar na posse de graus elevados de inteligência. A imoralidade dessa prática se deve ao fato de que ela:

[...] impede os escravos de satisfazerem esses interesses do modo como gostariam, e os benefícios que a escravidão confere aos donos de escravos são dificilmente comparáveis em importância ao mal que fazem aos escravos.⁷⁹

Os interesses mais básicos e fundamentais para os seres humanos viverem não dependem necessariamente da inteligência. No entanto, Singer analisa quais seriam as implicações para a questão da igualdade racial, se ficasse inquestionavelmente comprovada a existência de graus muito variados de inteligência entre diferentes raças. Haveria, assim, alguma base que permitisse que os indivíduos mais inteligentes tivessem o direito de escravizar, explorar e desconsiderar os interesses e tudo o mais que os considerados menos inteligentes desejam, querem ou necessitam?

Observou-se, anteriormente, de que modo o princípio da igualdade não é fundamentado a partir de nenhuma igualdade concreta existente entre as pessoas. Além disso, os interesses mais importantes dos seres humanos, assim considera Singer, não são afetados por diferenças de inteligência.⁸⁰ Não é a inteligência que vai determinar o interesse em não sentir dor, nem tornar o sofrimento mais ou menos importante, de ser livre para usufruir da vida e satisfazer suas escolhas e preferências, e ter garantida as suas necessidades mais básicas para viver. Singer cita a defesa feita por Thomas Jefferson contra a ideia de que os descendentes africanos careciam de inteligência e a suposta condição que isso automaticamente os colocava de serem escravizados.

Estejam certos de que nenhum ser vivo deseja, mais sinceramente do que eu, conhecer uma

⁷⁸ Ibid.

⁷⁹ Ibid., p. 22.

⁸⁰ Cf. Ibid., p. 28.

refutação plena das dúvidas que eu próprio alimentei e expressei com relação ao grau de inteligência com que foram aquinhoados pela natureza e descobrir que estão em pé de igualdade conosco... mas, qualquer que seja o grau de inteligência, não é por ele que os seus direitos serão avaliados. Apesar de ser superior aos demais em inteligência, Sir Isaac Newton não era o senhor da propriedade ou da pessoa dos outros.⁸¹

Singer cita essa argumentação de Jefferson para demonstrar de que maneira o “status da igualdade não depende da inteligência”.⁸² Os racistas que insistentemente afirmam o contrário disso, por uma questão de consistência e coerência entre seus princípios defendidos e as suas ações praticadas, “estão em perigo de serem forçados a se ajoelhar diante do próximo gênio que encontrarem”.⁸³ Assim, Singer considera que o princípio da igual consideração de interesses é capaz de desfazer as discriminações defendidas tanto na alegação de incapacidades intelectuais quanto físicas, como também nas discriminações baseadas na aparência, na cor da pele ou em qualquer outra característica que venha a ser invocada a fim de justificar um tratamento desigual. Essas diferenças ou incapacidades não são relevantes para os interesses mais fundamentais a serem levados em consideração. A incapacidade só teria relevância a partir do momento que ela impede a pessoa de se fazer algo, como por exemplo, quando uma incapacidade mental grave impede uma pessoa de votar numa eleição.⁸⁴

2.3 Igualdade e tratamento desigual

Existem algumas observações importantes que Singer faz acerca da natureza desse princípio: a de que ele possui implicações *não-igualitárias*. Primeiramente, Singer chama a atenção para o fato de que “a igual consideração de interesses é um princípio mínimo de igualdade, no sentido de que não impõem um tratamento igual”.⁸⁵ Para explicar melhor isso, é mencionado o seguinte exemplo: tomando como interesse em questão o alívio da dor física e imaginemos que depois de um terremoto duas vítimas são encontradas, uma delas com uma perna

⁸¹ Ibid.

⁸² JEFFERSON, Thomas, apud: SINGER, Peter. *Practical Ethics*. 3ª ed. New York: Cambridge University Press, 2011, p. 28, tradução nossa.

⁸³ Ibid.

⁸⁴ Cf. Ibid., p. 22.

⁸⁵ Ibid.

esmagada, sofrendo intensamente e de modo agonizante e outra com um pouco de dor, muito menos intensa, provocada por um ferimento na coxa. Há apenas duas doses de morfina. Nesse caso, um tratamento igual sugeriria que fosse dada a cada uma das pessoas uma dose *igualmente exata* de morfina, mesmo que uma dose não fosse suficiente para aliviar a dor intensa da pessoa que se encontra com a perna esmagada. Procedendo desse modo, “ela ainda sentiria muito mais dores do que a outra vítima, e mesmo depois de ter-lhe aplicado a primeira dose, dar a ela uma segunda dose traria um alívio muito maior do que se eu a aplicasse na pessoa com uma dor insignificante”.⁸⁶ Isso significa, portanto, que o princípio da igual consideração de interesses, nessa situação, “leva àquilo que alguns podem considerar como um resultado não-igualitário: duas doses de morfina para uma pessoa e nenhuma para a outra”.⁸⁷

A segunda implicação não-igualitária do princípio da igual consideração de interesses é mais polêmica que a anterior e se refere ao fato de que o tratamento desigual conferido a cada uma das partes “produz um resultado mais igualitário”⁸⁸, pois, sendo que as duas pessoas têm o interesse em ter a dor aliviada, o procedimento acima tem como resultado final uma menor diferença no grau de sofrimento das duas vítimas. Segundo Singer, isso está de acordo com o princípio *utilidade marginal decrescente*, que considera que “quanto mais alguém tem alguma coisa, menos ela vai ganhar com uma quantidade adicional do mesmo”⁸⁹, ou seja, uma determinada quantidade de algo é mais útil para quem a possui em menor quantidade do que para quem a possui em grande. Nesse caso, a morfina é mais útil para quem tem a dor em uma maior quantidade do que para aquela pessoa que tem uma dor menor e receberia uma dose mais do que suficiente para o seu alívio.

Singer observa, porém, que “há circunstâncias nas quais o princípio da diminuição da utilidade marginal não funciona, ou é anulado por fatores que atuam com a mesma força”.⁹⁰ Para melhor explicar isto, o autor analisa o seguinte exemplo: dessa vez as duas vítimas do terremoto se encontram em tal situação em que a mais gravemente ferida ‘A’, perdeu uma perna e está correndo o risco de perder um dedo do pé da perna que lhe restou. Já a vítima ‘B’, menos

⁸⁶ Ibid.

⁸⁷ Ibid.

⁸⁸ Ibid.

⁸⁹ Ibid.

⁹⁰ Ibid., p. 23.

gravemente ferida, possui um ferimento na perna, mas seu membro pode ser salvo. Contudo, só há recursos médicos para uma das vítimas. Assim, temos uma escolha entre salvar um dedo do pé da única perna que restou para ‘A’ ou salvar a perna de ‘B’. Admitindo que:

É muito pior perder uma perna do que perder um dedo (mesmo que esse dedo fica no único pé que restou), o princípio da diminuição da utilidade marginal não é suficiente para nos fornecer a resposta certa nesta situação. Faremos mais para favorecer os interesses, imparcialmente considerados, daqueles afetados por nossas ações, se usarmos os nossos recursos limitados na vítima menos gravemente ferida e não naquela mais seriamente ferida.⁹¹

Com isso, nota-se que existem casos muito raros e especiais nos quais o princípio da igual consideração de interesses “pode aumentar, em vez de diminuir, a diferença entre duas pessoas em níveis distintos de bem-estar”.⁹² É em função disso que Singer trata esse princípio como sendo “um princípio mínimo de igualdade, e não um princípio igualitário perfeito e consumado”.⁹³ Alguns casos raros e especiais não serão capazes de alcançar, na prática, os resultados *ideais* de igualdade, como no exemplo anterior.⁹⁴

Apesar desse limite, ainda assim, na maioria dos casos o princípio poderá parecer ser exigente demais, como nos temas abordados por Singer em *Ética Prática* e nas demais obras, tais como o problema da fome e da pobreza, mas, principalmente, na questão que será analisada a partir de agora, dos animais não-humanos, que, como será observado, o princípio da igual consideração de interesses nos conduz a superar o especismo⁹⁵ e, conseqüentemente, a abolir o seu uso

⁹¹ Ibid.

⁹² Ibid.

⁹³ Ibid.

⁹⁴ Em tais situações, poderíamos dizer que chegamos a um melhor resultado dentro dos resultados possíveis que são conhecidos, e não em uma solução ideal, pronta e definitiva que seja verdadeiramente aceita por todos.

⁹⁵ O termo especismo (speciesism) foi utilizado pela primeira vez pelo cientista e filósofo Richard D. Ryder, em 1970 para expressar a tratamento discriminatório e preconceituoso que seres humanos conferem aos seres de outras espécies animais, considerando sua existência apenas para os fins humanos. O termo ganhou notoriedade a partir de Peter Singer, e desde 1986 passou a constar no Oxford English Dictionary. De acordo com esse conceito, os

em atividades nas quais os seus interesses mais básicos e fundamentais são negligenciados para satisfazer os interesses de seres humanos.

2.4 O Princípio da Igual Consideração de Interesses aplicado aos animais não-humanos: o valor moral da sciência

Como Singer observou em sua obra *Libertação Animal*, “os filósofos descobriram ser difícil debater a questão da igualdade humana sem levantar questões sobre o *status* dos animais”.⁹⁶ Por mais que se busque uma característica que todos devessem igualmente possuir para serem moralmente levados em igual consideração, o fato é que os seres humanos não são iguais. Mais importante ainda é a ideia de que, segundo o princípio da igual consideração de interesses, as diferenças entre os seres humanos, sejam elas raciais, sexuais, referentes aos níveis de inteligência ou qualquer outro critério invocado para destacar essas diferenças, não devem nos conduzir a uma consideração moral desigual por seus interesses.

Segundo Singer, qualquer outra característica que os filósofos procurarem a fim de estabelecer como um mínimo denominador comum, “fixada em um nível tão abaixo que nenhum ser humano careça dela”⁹⁷, resultará simplesmente que:

[...] qualquer dessas características possuída por todos os seres humanos *não será possuída apenas* por seres humanos. Por exemplo, todos os seres humanos, mas não só os seres humanos, são capazes de sentir dor; e embora somente seres humanos sejam capazes de resolver problemas matemáticos complexos, nem todos os seres humanos conseguem fazê-lo.⁹⁸

interesses e as preferências dos animais não-humanos são sempre considerados inferiores aos interesses e preferências dos seres humanos, que tem prioridade sobre os deles. É o especismo, isto é, o preconceito de seres humanos contra seres de outras espécies, que leva os seres humanos a não considerarem os interesses dos animais, mesmo quando estes interesses são comparáveis, como por exemplo, o interesse em não sentir dor e sofrer. Esse preconceito, conforme entendem Ryder e Singer, segue a mesma lógica do racismo e do sexismo, isto é, ele se fundamenta em aparências, isto é, se o outro ser tem um aspecto diferente, ele deixa de ser moralmente levado consideração.

⁹⁶ SINGER, Peter. *Libertação Animal*. Tradução: Marly Winckler. Revisão técnica: Rita Paixão. Porto Alegre: Lugano, 2004, p. 269.

⁹⁷ *Ibid.*

⁹⁸ *Ibid.*, grifo nosso.

A razão, portanto, pela qual o debate sobre a moralidade da igualdade humana acaba por envolver também uma discussão acerca da igualdade dos animais, é que *se* podemos afirmar verdadeiramente que todos os seres humanos são iguais, é evidente então que “pelo menos alguns membros de outras espécies também são ‘iguais’ – isto é, iguais a alguns seres humanos”.⁹⁹ Qualquer característica factual exigida para se considerar um ser moralmente importante, digno de ter seus interesses levados em consideração, acabará por resultar em duas consequências: (i) ou incluir os animais não-humanos, ou (ii) excluir alguns indivíduos humanos.

Como já foi analisado também, essas características (essencialmente humanas) são irrelevantes para o problema da igualdade moral. A igualdade “deve basear-se no princípio moral da igual consideração de interesses e não na posse de uma determinada característica¹⁰⁰”. Com base nisto, torna-se ainda mais difícil encontrar uma base na qual se sustenta a exclusão dos animais da esfera da igualdade.

A tese de Singer, portanto, é que se aceitamos o princípio da igual consideração de interesses como sendo um princípio que oferece uma fundamentação sólida para a igualdade entre os membros da nossa espécie, apesar das infinitas diferenças existentes entre os indivíduos, temos também de aceitá-lo como uma base moral consistente para fundamentar as relações com aqueles que não pertencem à nossa espécie, ou seja, os animais não-humanos. Para Singer, a própria natureza do princípio exige logicamente a sua aplicação no que se refere à questão dos animais, uma vez que estes possuem interesses tão *iguais* ou *semelhantes* aos nossos, como é, por exemplo, o interesse básico em não sentir dor e sofrimento, e conforme já observamos anteriormente, o que importa é levar o interesse em consideração e não o ser portador do interesse. Por esta razão, Singer defende que “quando aceitarmos o princípio da igualdade para humanos, nós estamos também comprometidos a aceitar que isso seja estendido para alguns animais não-humanos”.¹⁰¹

Estabelecido, então, que a “nossa preocupação com os outros não deve depender de como eles são, ou que aptidões possuem”¹⁰², e, com isso, o simples fato de uma pessoa ser de uma raça diferente não

⁹⁹ Ibid., p. 270.

¹⁰⁰ Ibid.

¹⁰¹ SINGER, Peter. *Practical Ethics*. 3ª ed. New York: Cambridge University Press, 2011, p. 48, tradução nossa.

¹⁰² Ibid., p. 49.

confere a pessoa de outra raça o direito de explorá-la; do mesmo modo que o fato de algumas pessoas serem menos inteligentes que outras não significa que seus interesses tenham menor importância e que possam ser ignorados ou colocados em segundo plano; conseqüentemente, o princípio da igualdade implica diretamente que:

[...] O fato de os seres não serem membros de nossa espécie não nos dá o direito de explorá-los, e do mesmo modo implica que o fato de *outros animais serem menos inteligentes* do que nós não significa que seus interesses não devam ser levados em conta ou desconsiderados.¹⁰³

O princípio da igual consideração de interesses está, nesse sentido, buscando responder a uma das questões frequentemente invocadas pelos opositores da aplicação do princípio de igualdade aos animais, qual seja: a de que as diferenças de inteligência são características fundamentais para justificar a exclusão dos animais não-humanos da nossa esfera de ação moral. Mas, frente a isto, Singer considera que se é errado explorar seres humanos menos inteligentes, causando-lhes dor e sofrimento, deve-se, refletindo e agindo de modo coerente com os princípios estabelecidos, se aceitar também que é errado explorar animais não-humanos menos inteligentes.

Se o fato de possuir um elevado grau de inteligência não autoriza um ser humano a utilizar outro para seus próprios fins, como poderia autorizar seres humanos a explorar não-humanos com o mesmo propósito?¹⁰⁴

Singer se refere a Jeremy Bentham como um dos principais filósofos a reconhecer que o princípio moral básico da igualdade se aplica também aos animais não-humanos. Singer chama a atenção para uma passagem que se tornou clássica entre os filósofos animalistas, onde Bentham aponta a capacidade de sofrer ou mais precisamente a *senciência*, o que inclui também a capacidade de “fruição ou

¹⁰³ Ibid.

¹⁰⁴ SINGER, Peter. *Libertação Animal*. Tradução: Marly Winckler. Revisão técnica: Rita Paixão. Porto Alegre, 2004, p. 08.

felicidade”¹⁰⁵, como a característica vital que confere a um ser o *direito* (*entitle*) a igual consideração, isto é, o direito de ter seus interesses respeitados e levados em consideração.¹⁰⁶

Em sua obra *An Introduction to the Principles of Morals and Legislation*, publicada em 1789, Jeremy Bentham parte da noção, segundo a qual, em um sentido amplo, a ética pode ser entendida como a “arte de dirigir as ações do homem para a produção da maior quantidade possível de felicidade em *benefício daqueles cujos interesses estão em jogo*”¹⁰⁷, e a partir disso se questiona então sobre “que outros agentes existem que, ao mesmo tempo que estão sob a influência do mando humano, são suscetíveis de felicidade?”¹⁰⁸ Bentham compreende, então, a existência de dois tipos de agentes: “(1) outros seres humanos, denominados *peçoas*¹⁰⁹”; e “(2) outros animais que, pelo fato de os seus interesses haverem sido negligenciados pela insensibilidade dos juristas antigos, ficaram degradados à classe de *coisas*”.¹¹⁰ Acerca dos animais não-humanos, seres que também estão, como corretamente observou Bentham, sob a influência das ações humanas e de suas consequências, o filósofo declarou aquilo que veio a se tornar a base da maioria das éticas animalistas contemporâneas:

¹⁰⁵ SINGER, Peter. *Practical Ethics*. 3ª ed. New York: Cambridge University Press, 2011, p. 50, tradução nossa.

¹⁰⁶ É importante observarmos que Singer não defende a ideia do direito dos animais, tal como fazem os filósofos Tom Regan e Gary Francione. Em *Libertação Animal*, o autor afirma que “Embora Bentham fale de “direitos” na referida passagem, o argumento trata, na verdade, de igualdade e não de direitos. De fato, em outra passagem famosa, Bentham alude a “direitos naturais” como um “absurdo”, e a “direitos naturais inalienáveis” como um “absurdo ao quadrado”. Ele falava de direitos morais como uma forma abreviada de referir-se a proteções que pessoas e animais devem, moralmente, possuir; contudo, o peso real do argumento moral não se apoia na afirmação da existência do direito, pois esta, por sua vez, deve ser justificada com base nas potencialidades de sofrimento e felicidade. Assim, podemos argumentar a favor da igualdade para os animais sem nos enredar em controvérsias filosóficas sobre a natureza última dos direitos” (SINGER, Peter. *Libertação Animal*. Tradução: Marly Winckler. Revisão técnica: Rita Paixão. Porto Alegre: Lugano, 2004, p. 10). No artigo *The Fable of the Fox and the Unliberated Animals*, escrito em resposta a um artigo anterior de M. A. Fox, chamado *Animal Liberation: a critique*, Singer alega que a ideia dos direitos não é importante para seu argumento do princípio da igualdade, cujo caráter é utilitarista com a ênfase conferida ao prazer e a dor. No entanto, ele esclarece que “o único direito que eu tenho constantemente atribuído aos animais é o “direito” a igual consideração de interesses” (SINGER Peter. *The Fable of the Fox and the Unliberated Animals*. In: *Ethics*. v. 88, n.2, 119-125, 1978, p. 122).

¹⁰⁷ BENTHAM, Jeremy. *An Introduction to the Principles of Morals and Legislation*. Ed. J. H. Burns and H. L. Hart. Oxford University Press, NY, 1996, p. 282, tradução e grifo nosso.

¹⁰⁸ *Ibid.*

¹⁰⁹ *Ibid.*

¹¹⁰ *Ibid.*

[...] houve um tempo – lamento dizer, que em muitos lugares ele ainda não é passado – em que a maior parte da espécie, sob a denominação de escravos, tem sido tratada pela lei exatamente nas mesmas condições que, na Inglaterra, por exemplo, as raças inferiores de animais ainda são tratadas. *Pode* vir o dia em que o restante da criação animal venha a adquirir os direitos dos quais jamais poderiam ter-lhe sido negados, a não ser pela mão da tirania. Os franceses já descobriram que a escuridão da pele não é razão para que um ser humano deva ser irremediavelmente abandonado aos caprichos de um atormentador. Pode vir um dia ser reconhecido que o número de pernas, a vilosidade da pele ou a terminação do osso sacro são razões igualmente insuficientes para abandonar um ser sensível ao mesmo destino. O que mais deveria traçar a linha intransponível? A faculdade da razão, ou, talvez, a capacidade do discurso? Mas, um cavalo adulto ou um cão, é, além da comparação, mais racional, assim como um animal mais conversável (*conversable*), do que um bebê de um dia, de uma semana, ou até mesmo de um mês. Mas, supondo, porém, que as coisas fossem de outro modo, O que importaria? A questão não é, eles são capazes de *raciocinar*?, nem são capazes de *falar*?, mas, eles são capazes de *sofrer*?¹¹¹

Nessa passagem, Bentham considera que os critérios tradicionalmente utilizados para fundamentar a exclusão dos animais da esfera de consideração moral e, portanto, da aplicação do princípio da igualdade, acaba consequentemente por gerar dois resultados que já foram mencionados anteriormente: (i) a exclusão de muitos seres humanos, como, por exemplo, bebês recém nascidos, cujo grau de racionalidade é mínimo ou muito abaixo do que o de muitos animais não-humanos e, (ii) a inclusão de muitos desses não-humanos que apresentam um maior desenvolvimento dessas faculdade mencionadas e que tradicionalmente servem de critérios para determinar um *status* moral favorável a um ser. Bentham aponta esses argumentos e Singer, quase duzentos anos mais tarde, os toma e desenvolve a fim de mostrar

¹¹¹ Ibid.

o quanto tais critérios, tradicionalmente estabelecidos, acabam por ser muito mais excludentes (excluindo até mesmo muitos humanos) do que inclusivos e, caso eles fossem aplicados com coerência no âmbito prático, acabariam incluindo muitos animais e excluindo muitos humanos da esfera de ação moral.

Diferentemente dos tradicionais critérios evocados – razão, inteligência, linguagem, – a *senciência* não é simplesmente outra característica qualquer, pois se entende que “a capacidade de sofrer e de sentir prazer é um pré-requisito para se ter algum interesse, uma condição que precisa ser satisfeita antes que possamos falar de interesse de maneira compreensível”.¹¹² Uma pedra ou um vegetal não possuem interesses já que não existe neles a capacidade de sentir dor e sofrer, tal como existe nos seres humanos e nos outros animais.

Sônia T. Felipe resume essa tese de Bentham em três importantes regras que constituem a exigência de qualquer princípio ético que tenha a pretensão de uma validade universal:

(a) Que os filósofos deixem de exigir que os seres a serem respeitados sejam dotados de razão e capazes de linguagem; (b) que se pergunte o filósofo se o ser a ser considerado é ou não sensível, isto é, capaz de sentir dor e de sofrer, ou de sentir prazer e de ser feliz, razão pela qual alguém torna-se carente de bons tratamentos; (c) que os filósofos sejam coerentes com a exigência da universalizabilidade, generalidade e aplicabilidade do princípio ético da igualdade, o qual ordena tratamento igual para todos os casos semelhantes, em quaisquer circunstâncias.¹¹³

Uma vez que um princípio ético é destinado a servir a todos aqueles que se encontram em uma situação *semelhante*, qualquer escolha ou decisão tomada e cujos resultados originem dor e sofrimento para os seres afetados pelas consequências de uma ação, o princípio da igual consideração de interesses exige que o agente moral reprove tal escolha e se abstenha de realizar tal ação para evitar, assim, causar um dano para aquele que é capaz de sofrê-lo, independentemente das características que esse ser venha a ter, como níveis de inteligência,

¹¹² SINGER, Peter. *Libertação Animal*. Tradução: Marly Winckler. Revisão técnica: Rita Paixão. Porto Alegre: Lugano, 2004, p. 09.

¹¹³ FELIPE, Sônia T. *Por Uma Questão de Princípios: alcances e limites da ética de Peter Singer em defesa dos animais*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2003, p. 76.

racionalidade, cor da pele, sexo e espécie. Se um ser sofre, observa Singer:

[...] não pode haver justificação moral para recusar levar esse sofrimento em consideração. Não importa qual a natureza do ser, o princípio da igualdade exige que o sofrimento seja igualmente levado em conta com o sofrimento *semelhante* – na medida em que comparações aproximadas possam ser feitas – de qualquer outro ser.¹¹⁴

Influenciado, portanto, pelo utilitarista Bentham, Singer considera que um juízo ou princípio ético deve estar direcionado a contemplar e levar em conta os interesses de todos os seres sencientes e não apenas dos seres dotados de razão ou linguagem (segundo os padrões humanos dessas faculdades). A capacidade de sentir dor e prazer, “é o único limite defensável da preocupação com os interesses dos outros”¹¹⁵, sejam eles humanos ou não. Esse critério, diferentemente dos tradicionais – razão e linguagem – não se mostra arbitrário e tendencioso para as pretensões humanas. Afirmar, por exemplo, que apenas os seres dotados de capacidade intelectual para a matemática e abstrações numéricas são os únicos seres com os quais devemos ter preocupações morais, seria fazer uma escolha tendenciosa e arbitrária, definida com vistas a garantir a consideração moral apenas aos membros de nossa espécie, uma vez que apenas humanos possuem tal capacidade. Mas, uma vez que nem todos os humanos possuem habilidades matemáticas desenvolvidas, deveriam, então, os interesses dos doutores em matemática terem mais importância moral do que aqueles que não sabem matemática ou têm um conhecimento muito limitado desta ciência? Além disso, por que não escolher outra característica, como, por exemplo, a capacidade de olfato ou visão, que por sua vez é muito mais desenvolvida na maioria dos animais do que nos seres humanos?

A escolha desses critérios tradicionais se demonstra tendenciosa, arbitrária e parcial, servindo para conferir uma prioridade de proteção dos interesses humanos e negligenciar os dos animais. Esses critérios são escolhidos unicamente pelo fato de serem mais presentes e desenvolvidos em seres humanos do que em animais, embora, seja possível encontrar muitos animais que fazem melhor uso da razão e da

¹¹⁴ SINGER, Peter. *Practical Ethics*. 3ª ed. New York: Cambridge University Press, 2011, p. 50, tradução nossa.

¹¹⁵ *Ibid.*

linguagem do que muitos seres humanos ou ainda humanos que perderam tais capacidades ao longo do tempo ou nunca as possuíram.

Quando se trata, porém, da questão da capacidade de sofrimento, muitos seres são incluídos na esfera de ação moral, independentemente da sua raça, níveis intelectuais, grupo étnico, capacidade linguística, gênero, classe social, e no caso que está sendo analisado agora, da espécie.

Os racistas violam o princípio da igualdade ao conferirem mais peso aos interesses de membros de sua própria raça quando há um conflito entre seus interesses e os daqueles que pertencem a outras raças. Os sexistas violam o princípio da igualdade ao favorecerem os interesses de seu próprio sexo. Analogamente, os especistas permitem que os interesses de sua própria espécie se sobreponham àqueles maiores de membros de outras espécies. O padrão é idêntico em todos os casos¹¹⁶.

Assim como racistas e sexistas consideram que a dor e o sofrimento experimentado pelos membros de outra raça ou sexo não é tão mau ou desagradável, ou que seu prazer não tão bom ou agradável; os especistas, do mesmo modo, consideram que a dor e o sofrimento semelhantemente experimentado pelos animais não-humanos não é tão ruim quanto o que é experimentado por humanos, do mesmo modo que não consideram seu prazer ou bem-estar como algo bom. É unicamente em função do especismo que toleramos e aceitamos que determinadas ações que são condenadas se praticadas em seres humanos, justamente por serem danosas e prejudiciais, originadoras de dor e sofrimento, sejam aprovadas quando realizadas em animais de outras espécies.¹¹⁷ Tudo aquilo que é moralmente condenado se levado a efeito em seres humanos por resultem em alguma inflição de dor física, mutilação, danos, aprisionamento, realização de testes químicos e muitas outras práticas prejudiciais, são facilmente toleradas e moralmente aceitas quando empregadas em membros de outras espécies, principalmente nos

¹¹⁶ SINGER, Peter. *Libertação Animal*. Tradução: Marly Winckler. Revisão técnica: Rita Paixão. Porto Alegre: Lugano, 2004, p. 11. A mesma argumentação é discutida também em SINGER, Peter. *Practical Ethics*. 3ª ed. New York: Cambridge University Press, 2011, p. 50.

¹¹⁷ A exposição da concepção, segundo a qual, mesmo que animais sofram, seu sofrimento é irrelevante, defendida pelo filósofo Carl Cohen, será analisada a seguir, assim como sua defesa das práticas especistas na sociedade.

que são usados em laboratórios científicos ou criados em fazendas industriais para servirem de alimentos.

Pode-se fazer a objeção de que a dor e o sofrimento experimentados pelos seres humanos, sejam mais intensos do que a experimentada, por exemplo, por um rato. Singer aceita essa objeção. Algumas características nos humanos tornam suas experiências de dor diferentes da de outros animais. De um modo geral, existe uma maior consciência dos fatos, ou seja, melhores conhecimentos de suas perspectivas futuras acerca das situações capazes de lhes originar dor, sofrimento ou até mesmo a morte, comparada com as que um rato ou qualquer outro animal é capaz de ter¹¹⁸, e essas diferenças, certamente, contribuem para fazer com que o sofrimento tanto físico quanto psicológico seja muito mais intenso do que o de um rato, devido à consciência e antecipação que humanos são capazes de fazer dos acontecimentos. De fato, um ser humano com câncer normalmente sofre mais do que um rato com câncer, pois, diferentemente do rato, o humano tem um conhecimento do que está lhe acontecendo; uma noção maior da dor que poderá vir a sentir no futuro, em termos de uma perspectiva do alívio da dor ou da cura, podendo lhes causar ansiedade e frustração, relações com familiares e amigos e etc. Essas são coisas que conferem ao ser humano com câncer uma angústia mental que não se fazem presente no rato com câncer, e isso torna a sua dor e sofrimento muito mais difícil de ser suportado.¹¹⁹

Contudo, observa Singer, de modo algum:

[...] isto enfraquece a extensão da igual consideração de interesses aos não-humanos. Significa, mais propriamente, que devemos tomar cuidado quando comparamos os interesses de diferentes espécies. Em algumas situações, um membro de uma espécie sofrerá mais do que um membro de outra espécie. Neste caso, deveríamos ainda aplicar o princípio da igual consideração de interesses, mas o resultado de fazê-lo, é claro, dará prioridade ao alívio do sofrimento maior¹²⁰.

¹¹⁸ Embora, é importante lembrar que é evidente que muitos seres humanos tem tais capacidades limitadas ou muito inferiores a de muitos animais, como por exemplo, dos grandes primatas. Alguns humanos podem ser incapazes de prever o que lhes acontecerá.

¹¹⁹ Cf. SINGER, Peter. *Practical Ethics*. 3ª ed. New York: Cambridge University Press, 2011, p. 51.

¹²⁰ *Ibid.*

Singer é cauteloso ao fazer a comparação da dor entre membros de espécies diferentes. Para ajudar a compreender isto, ele usa o seguinte exemplo: um mesmo ato nem sempre vai provocar a mesma quantidade de dor. Se dermos um tapa em um bebê, certamente isso lhe provocará dor. Mas se dermos o *mesmo* tapa em um cavalo, isso não lhe provocará a mesma quantidade de dor. Talvez não lhe provoque dor alguma. Mas, se for dado no cavalo um tipo de golpe, não com a mão, mas com um pedaço de pau, isso fará o cavalo sentir tanta dor quanto sente o bebê ao receber um tapa. É isso o que o autor chama de “mesma quantidade de dor”.¹²¹ Certamente que aquilo que apenas causa uma dor no cavalo é capaz de matar o bebê. Mas, o que é realmente importante ser compreendido com esse exemplo é o fato de que “se considerarmos errado infligir tanta dor a um bebê sem nenhum motivo, então, a menos que sejamos especistas, devemos considerar igualmente errado infligir a mesma quantidade de dor a um cavalo sem nenhum motivo”.¹²² O que Singer insiste em demonstrar é que de acordo o princípio da igual consideração de interesses, o que importa é o *alívio* da dor e do sofrimento *em si mesmo*, e não a dor ou o sofrimento *de um ser específico*, uma vez que “dor e sofrimento são maus e, independente da raça, sexo ou espécie do ser que sofre, deveriam ser prevenidos ou minimizados”.¹²³

O fato de alguns animais sofrerem menos, devido as suas constituições mentais que impedem ou limitam, por exemplo, suas capacidades de sofrerem por *antecipação* em razão do conhecimento das dores futuras, pode ser considerada uma razão, não especista, para considerar menos pior e preferível usá-los, por exemplo, em experimentos científicos comparado com o uso de humanos adultos normais. No entanto, essa preferência possui algumas implicações: esse mesmo argumento evocado para justificar o uso de animais, implica também em termos uma razão para:

[...] preferirmos usar humanos recém-nascidos – órfãos, talvez – ou humanos com graves deficiências mentais, ao invés de adultos, para a realização de experiências, uma vez que os recém-nascidos e os humanos com graves deficiências

¹²¹ Ibid.

¹²² Ibid.

¹²³ Ibid., p. 53.

mentais também não teriam ideia do que ia acontecer a eles.¹²⁴

Nesse argumento, Singer considera que animais não-humanos, recém-nascidos e muitos seres humanos com graves e irreversíveis doenças mentais estão todos encerrados em uma mesma categoria, por apresentarem características semelhantes, embora sejam pertencentes a espécies diferentes, e se usarmos o argumento da ausência ou inferioridade de inteligência, racionalidade ou linguagem para justificar o uso de animais em experiências científicas ou para qualquer outro fim, “temos de nos perguntar se estamos também preparados para permitir experimentos em humanos recém-nascidos e adultos com graves deficiências mentais”.¹²⁵

Se por um lado, os animais podem sofrer menos em decorrência de suas capacidades mentais de compreensão, por outro, observa Singer, ocorre em alguns casos justamente o contrário, e “os animais podem sofrer *mais* em decorrência de sua compreensão mais limitada”.¹²⁶ Se um prisioneiro de guerra for informado que nada de mau lhe será feito se ele se submeter pacificamente à captura, e que será libertado após o fim das hostilidades, ele poderá sofrer menos, em comparação, por exemplo, com os animais selvagens capturados e enjaulados, pois não é possível dizer a esses animais que nenhum dano lhe será feito, e eles não têm a capacidade de compreender e distinguir entre uma tentativa de prendê-lo para ajudá-los e uma tentativa de feri-los ou matá-los.¹²⁷ No artigo *Fatores que Influenciam no Resultado do Experimento Animal*, Antenor Andrade analisa os diversos fatores que são capazes de influenciar e alterar os resultados desejáveis das pesquisas com animais, entre eles o medo originado em virtude de vivenciar uma situação totalmente desconhecida.

Não podemos esquecer que os animais são usados como instrumentos, mas não são. Seu sistema sensitivo faz com que reajam ao manuseio, ao transporte ou a qualquer mudança que lhes seja

¹²⁴ Ibid., p. 52.

¹²⁵ Ibid. No capítulo seguinte, ao expormos as críticas de R.G. Frey à atribuição de interesses nos animais não-humanos, analisaremos também a sua defesa do uso de seres humanos inseridos nesta categoria nas pesquisas científicas.

¹²⁶ Ibid., grifo nosso.

¹²⁷ Cf. Ibid. Cf. também SINGER, Peter. *Libertação Animal*. Tradução: Marly Winckler. Revisão técnica: Rita Paixão. Porto Alegre: Lugano, 2004, p. 18.

imposta, uma vez que não sabem o que realmente está ocorrendo. Dessa forma, reagem com ansiedade, pânico e até mordida se são agarrados e imobilizados. [...] A fim de reduzir o medo, deve-se proporcionar uma gradual adaptação do animal em benefício dos resultados do experimento¹²⁸.

Pode-se contestar, além disso, que não é apenas difícil fazer uma comparação entre o sofrimento de membros de espécies diferentes, mas que isso é *impossível*, e, portanto, sempre que existir um conflito entre os interesses humanos e os interesses de animais, o princípio da igual consideração não é capaz de oferecer uma orientação segura.¹²⁹ Singer responde a essa contestação aceitando tal dificuldade em se fazer uma comparação, precisa e absoluta, entre o sofrimento experimentado por membros de espécies diferentes. No entanto, considera que, do mesmo modo, “não pode ser feita com *exatidão* comparações entre o sofrimento de diferentes seres humanos”.¹³⁰ Mas essa precisão não é o fundamental. Como observa Singer:

[...] mesmo se fossemos impedir a imposição de sofrimento aos animais *apenas quando os interesses dos seres humanos não fossem afetados tanto quanto os animais o são*, seríamos forçados a fazer transformações radicais em nosso tratamento dos animais.¹³¹

Essas transformações dizem respeito, principalmente, aos nossos hábitos alimentares tradicionais, centrados nos produtos de origem animal; aos procedimentos experimentais na pesquisa científica; ao uso de animais no ensino; mas também na abordagem da vida selvagem e da caça; assim como o uso de suas peles no vestuário; e no entretenimento de circos, rodeios e zoológicos. Deste modo, as

¹²⁸ ANDRADE, Antenor. Fatores que Influenciam no Resultado do Experimento Animal. In: ANDRADE, Antenor; PINTO, Sérgio Correia; OLIVEIRA, Rosilene Santos de (Org.). Animais de Laboratório: criação e experimentação. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002, p. 292.

¹²⁹ Analisaremos mais precisamente defesa da prioridade dos interesses humanos sobre os interesses dos animais, ainda que sejam semelhantes, feita por Lawrence C. Becker no capítulo seguinte.

¹³⁰ SINGER, Peter. Practical Ethics. 3ª ed. New York: Cambridge University Press, 2011, p. 52, grifo e tradução nossa.

¹³¹ *Ibid.*, grifo nosso.

implicações práticas deste princípio seriam tão grandes que “a quantidade total de sofrimento que causamos seria imensamente reduzida”¹³².

Aplicando esse princípio no que se refere então à alimentação, ou mais precisamente, ao consumo de carnes nas sociedades urbanas industrializadas, Singer considera tal prática, não uma necessidade, mas antes, um luxo ou uma fonte de prazer, que para ser satisfeita e usufruída tem como implicação mais direta a imposição de dor e sofrimento nos animais que são criados de modo confinado para serem utilizados nesse fim. E, analisando esse quadro através do princípio, constata-se que, por um lado, há um interesse em sentir um prazer ou ter um desejo satisfeito, e, por outro, um interesse animal em não sentir dor, e que é, então, violado.

Ao considerarmos a ética do uso de produtos animais para a alimentação humana em sociedades industrializadas, estamos examinando uma situação na qual um interesse humano relativamente menor deve ser confrontado com as vidas e o bem-estar dos animais envolvidos. O princípio da igual consideração de interesses não permite que os interesses maiores sejam sacrificados em função de interesses menores.¹³³

Apenas em algumas raras ou incomuns situações Singer considera que o interesse humano de usar um animal para comer e *sobreviver* se sobrepõe ao interesse dos animais que são mortos. Exemplo disso é o caso dos esquimós (ou outros povos) que não vivem em uma comunidade industrializada que lhes ofereça uma diversidade de alimentos sem ingredientes de origem animal, mas que vivem em uma situação cujo ambiente *os obriga* necessariamente a matar animais (que estão livres e não confinados) para não sofrerem ou morrerem de fome, uma vez que não existe outra opção de alimento.¹³⁴

Por outro lado, ao contrário desses, os cidadãos que vivem nas sociedades industrializadas são capazes de obter alimento facilmente (e até mais facilmente) sem a necessidade de criar, explorar e matar animais, e, por essa razão, não podem defender uma dieta cárnea com base nos mesmos motivos das pessoas que se encontram vivendo em

¹³² Ibid., p. 53.

¹³³ Ibid., p. 54.

¹³⁴ Cf. Ibid.

regiões isoladas e com pouca oferta de alimento. Além disso, Singer menciona ainda os problemas de custo e benefício em relação à produção industrial em grande escala de produtos de origem animal. Esse sistema não se apresenta como “uma maneira eficiente de produzir alimentos, visto que a maior parte dos animais consumidos foi engordada com grãos e outros alimentos que poderíamos ter comido diretamente”.¹³⁵ Com exceção, portanto, da criação de animais em terras consideradas totalmente inapropriadas para cultivo de grãos, frutas e legumes, não se pode afirmar que criar mais animais destinados ao consumo seja o melhor modo de satisfazer a necessidade de alimentos das populações.

O que torna mais questionável, do ponto de vista ético, o uso de animais na alimentação é o fato de que “os animais são submetidos a levar vidas miseráveis para que a sua carne possa ser disponibilizada aos seres humanos ao mais baixo custo possível”¹³⁶, mais precisamente, são as *inevitáveis* condições de criação utilizadas nas práticas industriais que ocasionam um sofrimento nos quais os animais precisam ser submetidos para serem transformados em comida na cadeia industrial. Tais fatos fazem com que essa prática, segundo o princípio que ordena levar em igual consideração os interesses de todos os envolvidos em uma ação, se torne moralmente errada, pois é uma situação na qual os animais se encontram sujeitos a sofrerem as consequências daquilo que escolhemos.

¹³⁵ Ibid. Em seu mais recente livro *Quanto Custa Salvar Uma Vida?* Singer analisa a fome e a última crise dos alimentos ocorrida em 2008, e demonstra a sua relação direta com a produção de carnes (Cf. SINGER, Peter. *Quanto Custa Salvar Uma Vida?* agindo agora para eliminar a pobreza mundial. Tradução: Marcio Hack. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010, p. 112). Acerca dessa crítica trazida pelos filósofos animalistas sobre a relação entre a produção de carnes e o consumo Cf. Capítulo 4 – Tornando-se Vegetariano. In: SINGER, Peter. *Libertação Animal*. Tradução: Marly Winckler. Revisão técnica: Rita Paixão. Porto Alegre: Lugano, 2004, p. 179-207. Essa questão ganha ampla discussão em SINGER, Peter; MASON, JIM. *A Ética da Alimentação: como nossos hábitos alimentares influenciam o meio ambiente e o nosso bem-estar*. Tradução: Cristina Yamagami. Revisão técnica: Marly Winckler. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007 e também em HILL, Lawrence. *The Argument from World Hunger*. In: *The Case for Vegetarianism: Philosophy for a Small Planet*. Rowman & Littlefield Publishers, 1996. Uma análise dessa questão a partir da situação do estado de Santa Catarina é discutida em FELIPE, Sônia T. *Princípios Éticos Para Uma Justiça Global*. In: FELIPE, Sônia T. e NEGRÃO, Silvio Luiz. *Curso de Extensão em Ética Global*. Florianópolis: UFSC/Doutorado Interdisciplinar Sociedade e Meio Ambiente; Departamento de Filosofia, Auditório do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 25 de abril de 2003. Disponível em: <http://www.apascs.org.br/academicos11.php> Acesso: 13 de abril de 2011. Acerca da quantidade de alimentos destinados a criação de vacas para a produção de leites e derivados, conferir FELIPE, Sônia T. *Galactolatria: mau leite: implicações éticas, ambientais e nutricionais do consumo de leite bovino*. São José, SC: Ed. da Autora, 2012.

¹³⁶ Ibid.

No livro *A Ética da Alimentação*, escrito por Peter Singer e Jim Mason, é analisado o sistema de produção intensiva de aves e demais animais usados para consumo e as questões éticas levantadas por essa prática podem ser divididas, segundo os autores, em três categorias, de acordo com “o seu impacto imediato sobre as aves, o ambiente ou os seres humanos”.¹³⁷ Tomadas em seu conjunto, estas categorias conduzem à abolição da criação e abate de animais.

Ao analisar, a partir do princípio da igual consideração de interesses, a prática da criação de animais, principalmente, nas modernas fazendas industriais, e, por conseguinte, o consumo da carne desses animais submetidos a tratamentos dolorosos, Singer conclui que “a sua produção erroneamente sacrifica importantes interesses dos animais para satisfazer nossos interesses menos importantes”.¹³⁸ Por essa razão, deveríamos, segundo esse princípio, nos opor ao resultado final desse processo, pois comprar e consumir esse produto, ou seja, a carne assim produzida, significa “apoiar e incentivar os produtores a continuarem a fazê-lo”.¹³⁹ É difícil concebermos uma situação na qual deixar de satisfazer o interesse em comer carne, onde não há uma escassez de alimentos, havendo diversas outras opções com as quais seja possível se alimentar, irá gerar dor, sofrimento, medo e pavor em seres humanos. Por outro lado, consumir carnes e demais produtos de origem animal, principalmente provenientes do modelo industrial de produção, significa alimentar-se de um animal que foi submetido a condições degradantes de dor e sofrimento contrárias aos seus interesses.

O modo como Singer analisa essas questões, confere uma ênfase na noção, segundo a qual, um princípio ético deve ser capaz de regular, de modo universal e imparcial, as ações daqueles que possuem o poder e a capacidade de interferir diretamente na vida e no bem-estar de outros. Com isso, entende-se que o interesse dos animais em não sentirem dor e sofrimento, deve igualmente ser levado em consideração, tal como é feito quando a dor e o sofrimento são semelhantemente experimentados por seres humanos. Vale lembrar, mais uma vez, que o que importa é levar um interesse em consideração e não o portador desse interesse. Humanos e não-humanos compartilham um mesmo interesse em não sentir dor e sofrimento. Se há alguma importância

¹³⁷ SINGER, Peter; MASON, JIM. *A Ética da Alimentação: como nossos hábitos alimentares influenciam o meio ambiente e o nosso bem-estar*. Tradução: Cristina Yamagami. Revisão técnica: Marly Winckler. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007, p. 23.

¹³⁸ SINGER, Peter. *Practical Ethics*. 3ª ed. New York: Cambridge University Press, 2011, p. 56, tradução nossa.

¹³⁹ *Ibid.*

moral em prevenir a existência de experiências dolorosas em um ser humano, por conseguinte, deve haver também uma importância moral em prevenir essas mesmas experiências quando elas são vivenciadas por seres de outras espécies. Ignorar esse interesse em não sentir dor por parte dos animais pode ser justificado apenas por especismo. E, se práticas especistas justificam-se com base nas diferenças factuais entre os membros de espécies diferentes, outros preconceitos, como o racismo e o sexismo, acabam, por conseguinte, por serem igualmente justificados, uma vez que diferenças factuais podem sempre ser encontradas mesmo entre seres da mesma espécie. Mas, apesar de todas as diferenças existentes entre os membros de diversas espécies animais, o que há de comum entre elas é a capacidade de sentir dor e sofrimento, assim como a indesejabilidade de tal estado, e sendo assim, isso deve ser igualmente levado em consideração e evitado, independentemente do ser que sofre.

Uma ação verdadeiramente moral por parte do agente significa o respeito pelos interesses e preferências dos pacientes morais, ou seja, daqueles que podem ser afetados pelas escolhas e ações realizadas. Seres sencientes, isto é, capazes de sentir dor e prazer, possuem o interesse de não sofrer e uma preferência por um estado prazeroso, que é naturalmente favorável ao seu bem-estar e a sua sobrevivência, assim como uma preferência pela ausência de dor, contrária ao seu bem-estar e a sua sobrevivência. O fato de o animal preferir, mesmo em um sentido mais primitivo e instintivo, um estado confortável e natural, como por exemplo, o de não estar confinado em uma jaula sem poder se movimentar, mas vivendo solto em um ambiente de condições naturais e manifestar tudo o que é próprio de sua espécie, é algo que deve ser levado em consideração. Evitar ou minimizar a dor, assim como aumentar o bem-estar daqueles que são atingidos por nossos atos e escolhas é algo que deve ser buscado por todo agente moral, e uma vez que animais não-humanos são sujeitos capazes de experimentarem esses estados, e estão sujeitos a sofrerem os desdobramentos de nossas escolhas e ações, eles devem, portanto, ser inseridos dentro de uma comunidade moral e ter seus interesses levados igualmente em consideração.

Outros critérios que são frequentemente trazidos à discussão para fazer uma distinção mais ampla dos seres humanos em comparação com os demais animais e estabelecer, por meio disso, uma enfática linha divisória na questão da moralidade e no modo como a dor e o

sofrimento dos animais devem ser considerados. Tais critérios são a autoconsciência e a autonomia¹⁴⁰. Os animais, diferentemente dos humanos, são tomados como seres que não podem raciocinar e nem mesmo ter uma concepção de si mesmos. Essa condição faz com que eles vivam de instante a instante, sem se conceberem como seres distintos no tempo, com um passado e um futuro. Além disso, a ausência de autonomia os impedem, ao contrário dos humanos, de escolher como viver a própria vida. Com isso, pode-se sugerir que os interesses dos seres autônomos e conscientes de si devem ter algum tipo de prioridade moral na consideração por seus interesses em comparação com os outros seres.

Nesse primeiro momento de sua investigação, Singer analisa de modo breve essa questão, pois ele reserva os *Capítulos 4 e 5* de sua obra para examinar as evidências da presença dessas faculdades nos animais não humanos e discutir mais detalhadamente esse assunto, uma vez que ele considera que essas e outras características possuem uma relação estreita com o direito à vida e sobre o que há de errado em tirá-la, implicando em algumas diferenças a respeito das considerações sobre o que torna pior, ou moralmente mais sério, matar um determinado tipo de ser do que outro. Até o presente instante da discussão é importante termos em mente que a questão principal que está sendo tratada diz respeito à dor e ao sofrimento infligido aos animais e não sobre lhes tirar a vida.

No que se refere à relação da autoconsciência e autonomia com o princípio da igual consideração de interesses, Singer considera, primeiramente, que essa alegada prioridade pode existir apenas se não for além da alegação de que algo que acontece com os seres autoconscientes “pode ser contrária aos seus interesses, enquanto que acontecimentos semelhantes não seriam contrários aos interesses dos seres que não são autoconscientes”.¹⁴¹ As razões para isso, segundo Singer, se devem porque “a criatura autoconsciente pode inserir o evento em um quadro geral de um período de tempo mais longo, ter diferentes desejos e etc.”¹⁴², isto é, a autoconsciência temporal é capaz de fazer com que o ser tenha mais preferências quanto ao futuro.

Pode-se também argumentar que, mesmo que o sofrimento dos seres autoconscientes no tempo seja menor do que o sofrimento de uma criatura meramente senciente (sem autoconsciência), ainda assim ele é

¹⁴⁰ Cf. *Ibid.*, p. 66.

¹⁴¹ *Ibid.*, p. 65.

¹⁴² *Ibid.*

mais importante porque seres autoconscientes são mais valiosos. Esse argumento, conforme Singer observa, “introduz afirmações de valor não utilitaristas – afirmações que não se derivam, simplesmente, de se tomar o ponto de vista universal”.¹⁴³ Contudo, Singer questiona as razões pelas quais:

[...] os seres autoconscientes deveriam ser considerados mais valiosos e em particular por que o alegado valor maior de um ser autoconsciente deveria resultar em preferir os interesses menores de um ser autoconsciente em detrimento dos interesses maiores de um ser meramente senciente, ainda que a autoconsciência do primeiro ser não está em jogo¹⁴⁴.

Por estar tratando especificadamente, nesse momento, sobre o interesse em não sentir dor e sofrimento, e não sobre tirar a vida, Singer conclui que:

Se a existência da autoconsciência não significa que os interesses do ser autoconsciente realmente são maiores, e mais adversamente afetados, do que os interesses do ser não autoconsciente, não fica claro por que deveríamos trazer a autoconsciência na discussão como um todo, nem por que deveríamos trazer a espécie, raça ou o sexo em discussões semelhantes¹⁴⁵.

Esses critérios não são fundamentais nos pacientes morais para determinar a nossa ação em relação a eles e a desconsideração moral pela dor e sofrimento que podem vir a experimentar devido aos desdobramentos que uma ação realizada por um agente pode vir a ter sobre eles. Em resposta à alegação de que essas características servem para conferir uma maior importância, e, por conseguinte, um maior privilégio para a consideração da dor e do sofrimento, Singer observa que elas podem, de fato, serem usadas para traçar certas distinções, físicas e mentais, dos seres humanos em comparação com os demais animais. Mas, é inegável também que esses mesmos critérios conferem também uma distinção entre os próprios seres humanos, pois “existem

¹⁴³ Ibid.

¹⁴⁴ Ibid.

¹⁴⁵ Ibid.

humanos com deficiências mentais que podemos considerar menos autoconscientes ou autônomos do que muitos animais não-humanos”.¹⁴⁶

Nesse sentido, a priorização moral pela dor e pelo sofrimento de uns em detrimento de outros, sustentado a partir dos graus, da ausência ou presença de autoconsciência e autonomia, estaríamos colocando um abismo não só entre os seres humanos e os demais animais, mas também:

[...] estaremos colocando esses humanos menos capazes do outro lado do abismo; e, se o abismo for usado para marcar uma diferença de *status moral*, então esses humanos teriam o *status moral* de animais, e não de humanos. Mas, nenhum de nós desejaria humanos profundamente desabilitados intelectualmente em experimentos dolorosos, ou engordá-los para satisfazer alguns interesses dos gourmets em saborear um novo tipo de carne.¹⁴⁷

Aceitar essa conclusão, ou seja, a de que somos moralmente autorizados a tratar os seres humanos destituídos de autonomia (indivíduos com graves degenerações mentais, dependentes químicos, pessoas com transtornos psicológicos); os inconscientes (comatosos, senis) ou ainda os não conscientes (bebês e crianças pequenas), com menor consideração pelos seus interesses em não sentir dor e sofrimento, não é o objetivo de Singer, mas muito pelo contrário: o seu principal objetivo é justamente que sejamos coerentes e apliquemos de modo consistente aos animais, o mesmo princípio que usamos para lidar com esses indivíduos humanos, oferecendo-lhes corretamente um bom tratamento e a devida consideração moral pelos seus interesses. Se não negligenciamos os interesses de indivíduos com ausência de autoconsciência e autonomia, não há razão, do ponto de vista moral, para se negligenciar os interesses quando os seres que os possuem são de outras espécies.

Em relação ao modo como os seres humanos são tratados, o autor acredita que a mudança que ele propõe poderia não fazer muita diferença, podendo até mesmo melhorá-la, pois “talvez se nós tratarmos melhor os animais, nós também trataríamos melhor nossos semelhantes

¹⁴⁶ Ibid.

¹⁴⁷ Ibid.

humanos”.¹⁴⁸ Mas, no que se refere então aos animais, Singer afirma que:

[...] o objetivo do meu argumento é elevar o *status* dos animais, e não diminuir o dos humanos. Não desejo sugerir que os deficientes mentais deveriam ser forçados a ingerir alimentos com corantes até que a metade deles fique doente ou morra – ainda que, sem dúvida, no que diz respeito a saber se a substância é ou não segura para os seres humanos, este procedimento certamente nos daria indicações mais precisas do que o teste feito com coelhos ou cachorros. Gostaria que a nossa convicção de que seria errado tratar os deficientes dessa maneira fosse transferida para os animais não-humanos em níveis semelhantes de autoconsciência e com uma capacidade semelhante de sofrimento.¹⁴⁹

Numa decisão ética, o que deve ser levado em consideração são os interesses e as preferências dos indivíduos que são afetados por nossas escolhas e ações. Havendo nesses seres afetados a capacidade de experimentar dor ou prazer, há, assim pensa Singer, um interesse mínimo, nesse caso, o de não sentir dor e, por conseguinte, um direito do paciente moral de não sofrer danos em virtude do ato de terceiros sobre ele, e, por outro lado, um dever do agente moral de orientar sua ação de modo a levar esse interesse em consideração, uma vez que seus atos têm desdobramento sobre os outros, interferindo em suas vidas e no bem-estar, e neste caso, o outro é o animal não-humano. A *senciência*¹⁵⁰ se torna na proposta ética de Singer, o limite mínimo para caracterizar a preocupação com os interesses dos animais e, em certa medida, também com os humanos.

¹⁴⁸ *Ibid.*, p.67.

¹⁴⁹ *Ibid.*, Diferentemente de R.G. Frey que defenderá o uso de humanos como cobaias, baixando assim, o status moral deles, Singer se matem convicto de que o correto é elevar o status moral dos animais, abolindo o uso destes em experimentos e não diminuir o dos humanos para usá-los nestes experimentos.

¹⁵⁰ “Senciência é suficiente para colocar um ser dentro da esfera da igual consideração de interesses” (SINGER, Peter. *Practical Ethics*. 3ª ed. New York: Cambridge University Press, 2011, p. 119, tradução nossa).

3 CRÍTICAS AOS PRESSUPOSTOS DO PRINCÍPIO DA IGUAL CONSIDERAÇÃO DE INTERESSES SEMELHANTES

Em seus pensamentos Herman fez uma apologia ao camundongo que tinha participado de um momento de sua vida e que, por causa dele, havia deixado este mundo. “*O que eles fazem, todos esses eruditos, esses filósofos, esses líderes do mundo, como seres como você?* Eles se convenceram de que o homem, o pior transgressor de todas as espécies, é a coroa da criação. Todas as outras criaturas são criadas meramente para lhe fornecer comida, peles, para ser atormentadas, exterminadas. Com relação a eles, todo mundo é nazista; para os animais é uma Treblinka eterna. E mesmo assim o homem exige compaixão do céu.”

Isaac Bashevis Singer - O Escritor de Cartas

Como foi apresentado anteriormente, o princípio da igual consideração de interesses proposto por Singer trabalha a partir de dois conceitos básicos sobre os quais ele se sustenta: (i) capacidade de sentir *dor/sofrimento* e *prazer (senciência)*; e (ii) *interesse*. Estes dois conceitos – *senciência* e *interesse* – são importantes para a fundamentação do princípio da igualdade e sua aplicação para regular as relações com os animais, pois Singer considera que os animais possuem interesses, ao menos o interesse mínimo de não sentir dor, justamente porque são seres sencientes. Assim, segundo o princípio de igualdade, deve ser conferido aos interesses dos animais a mesma consideração que é dada aos interesses humanos, uma vez que tais interesses são comparáveis em ambos os seres. “Se um animal sente dor, a dor importa para o animal na mesma medida que importa a um humano com dor”.¹⁵¹

Nesse sentido, considero importante analisar algumas críticas dirigidas a esses dois conceitos básicos que constituem o princípio da igualdade e sua aplicação em relação aos animais, assim como as implicações morais que delas se resultam. Isso se dará em dois momentos: primeiramente analisarei as críticas dirigidas ao conceito de dor nos animais e a importância moral que lhe é atribuída. Essa análise se procederá de duas maneiras: inicialmente apresentarei a concepção do

¹⁵¹ SINGER, Peter; MASON, JIM. A Ética da Alimentação: como nossos hábitos alimentares influenciam o meio ambiente e o nosso bem-estar. Tradução: Cristina Yamagami. Revisão técnica: Marly Winckler. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007, p. 269.

filósofo Peter Harrison, segundo a qual os animais *não* são capazes de sentir dor e sofrimento, e, sendo assim, toda a ética animalista baseada na senciência não faz nenhum sentido, uma vez que não há nos animais aquilo que ela se propõe defender. Em seguida, analisarei a concepção segundo a qual mesmo que os animais sejam capazes de sentir dor e sofrimento, ainda assim a consideração pelo sofrimento humano é mais relevante e deve sempre ter prioridade sobre o sofrimento animal, ainda que sejam semelhantes. Tal defesa é feita por Carl Cohen, que se declarando especista, critica as tentativas de superação desse preconceito, defendendo ainda a existência das instituições que usam e exploram os animais, afirmando que muitas das ações humanas dependem de um comportamento especista para serem moralmente corretas. Ambas as concepções implicam claramente na ideia de que não há nada de imoral e errado em praticar atos que segundo Singer e demais filósofos animalistas, são danosos aos animais, pois, de acordo com esses críticos, os animais são incapazes de sentir dor e sofrimento, e ainda que sejam capazes dessas experiências, elas são moralmente irrelevantes.

Em um segundo momento analisarei o conceito de *interesse* de duas maneiras: primeiramente apresentarei a crítica do filósofo utilitarista R.G. Frey, segundo o qual os animais não possuem interesses, pois, embora sejam sencientes, eles não são capazes de terem *desejos* e *crenças*, o que de acordo com Frey, é o que torna um ser, humano ou não-humano, capaz de ter interesses e não a capacidade e sentir dor ou prazer como Singer supõe. Como consequência mais direta dessa concepção Frey sustenta, portanto, que não existe para com eles consideração moral pelos seus interesses, uma vez que o autor não identifica essas capacidades nos animais e que são tomadas como moralmente importantes em relação aos humanos. Em seguida, analisarei a tese de Lawrence C. Becker, que diferentemente de Frey, considera que os animais possuem interesses comparáveis aos que são moralmente importantes para seres humanos, mas que ainda assim deve ser priorizada a consideração pelos interesses humanos sobre os dos animais, mesmo quando eles sejam semelhantes, uma vez que animais se encontram, conforme entende Becker, *socialmente distantes* das relações e ações humanas.

Cada uma dessas críticas é endereçada ao princípio da igual consideração de interesses, mais precisamente em sua aplicação aos animais, e contrárias, portanto, à proposta de incluí-los na esfera da ética, superando o especismo e tratando-os de modo mais compassivo.

Esses argumentos serão analisados neste capítulo de modo crítico, expondo suas limitações, implicações, contradições e incoerências.

3.1 Os animais não sentem dor: a tese de Peter Harrison

Em seu artigo *Do Animals Feel Pain?* publicado no ano de 1991, o filósofo Peter Harrison¹⁵² considera que a argumentação basilar de Jeremy Bentham exposta em *The Principles of Morals and Legislation*, dirigida à questão do tratamento humano conferido aos animais a partir da capacidade de sentir dor e sofrimento, se for existente, coloca, de fato, os animais na situação de seres merecedores de nossas considerações morais. Mas, essa posição assumida pelos filósofos animalistas como Singer através do princípio da igual consideração de interesses e muitos outros filósofos da ética e dos direitos dos animais, não passa, segundo entende Harrison, de um procedimento meramente retórico e realizado sem uma devida análise criteriosa acerca da real capacidade dos animais em sentirem dor. De acordo com Harrison: “ninguém tem examinado seriamente essa afirmação, central aos argumentos da libertação animal e dos direitos dos animais, de que os animais realmente sentem dor”.¹⁵³ Sendo assim, o autor se dedica neste artigo a realizar tal trabalho, criticando inicialmente Singer por ter disposto de apenas algumas poucas páginas em *Libertação Animal* (e também em *Ética Prática*) para apresentar o que ele considera como importantes evidências acerca da capacidade de dor e sofrimento animal, e por concluir, de modo equivocado, que não há atualmente boas razões, tanto científicas quanto filosóficas, para negar a existência da sensibilidade nos animais.

Para Harrison, se a base na qual as principais éticas animalistas têm se sustentado for falsa, todas as propostas de igualdade e inclusão dos animais na esfera de ação moral, baseadas na alegada capacidade de sentir dor ou prazer, devem ser amplamente revisadas. Ao se propor,

¹⁵² O autor discute também sua tese de que os animais não sentem dor em outro artigo chamado *Theodicy and Animal Pain*, de 1989. Optei por não reconstruir no presente trabalho os argumentos desse artigo por três razões: (i) nesse artigo, Harrison se envereda em discutir as bem conhecidas dificuldades da metafísica cartesiana e suas implicações no que se refere aos animais e suas capacidades de sofrimento e, então, apresentar estes argumentos exigiria uma discussão detalhada do pensamento cartesiano, o que não é conveniente fazer aqui; (ii) nesse artigo, Harrison enfatiza a defesa de sua tese em uma base amplamente teológica, e não cabe nesse presente trabalho trazer discussões de tal ordem, e (iii) por uma questão cronológica, optei, portanto, pelo artigo publicado no ano de 1991 e do qual o autor faz um uso breve das teorias cartesianas e deixa de lado as questões teológicas.

¹⁵³ HARRISON, Peter. *Do Animal Pain?* In: *Philosophy*. v. 66, n. 255, p. 25-40, 1991, p. 25, tradução nossa.

então, a analisar esse pressuposto fundamental para a elevação do *status* moral dos animais e a inclusão deles na comunidade moral humana, o autor considera, diferentemente dos filósofos animalistas e da comunidade científica em geral, que existem boas razões para se pensar que animais *não são capazes de sentir dor*.¹⁵⁴ Assim, o objetivo de Harrison em seu artigo é demonstrar que a afirmação segundo a qual os animais sentem dor ainda está longe de ser conclusiva, o que compromete, portanto, toda a proposta de uma ética voltada aos animais fundamentada nessa capacidade¹⁵⁵.

Primeiramente, o autor classifica, em seguida revisa e por fim rejeita os argumentos segundo os quais animais sentem dor. Para Harrison, há basicamente três tipos de argumentos invocados para alegar essa capacidade nos animais. São eles: (a) o argumento do *comportamento* manifestado pelo animal ao ser confrontado com estímulos de dor nos oferece indícios para alegar a existência de estados mentais semelhantes aos nossos (inferência); (b) em virtude de uma *semelhança* nas estruturas e funções do sistema nervoso é provável que os animais experimentem o ambiente externo do mesmo modo que seres humanos, principalmente os que estão mais próximos dos seres humanos no que diz respeito às suas características; e (c) o argumento derivado da *teoria da evolução* que sugere a existência de uma proximidade evolutiva entre os humanos e os demais animais, tomando a dor como algo essencial para adaptação e sobrevivência dos organismos.

Esses três tipos de argumentos são analisados por Harrison. Todos eles, segundo o autor, partem principalmente de uma comparação das nossas experiências e comportamentos de dor, com aquelas

¹⁵⁴ Embora, atualmente, seja difícil acreditar que animais são incapazes de sentir dor, ainda assim, observa Evelyn Pluhar, muitos filósofos contemporâneos como Peter Harrison e Peter Caruthers consideram a dor e o sofrimento animal um mito (Cf. PLUHAR, Evelyn B. *Beyond Prejudice: the moral significance of human and nonhuman animals*. Durham: Duke University Press, 1995, p. 15). Pluhar chama a atenção para o fato do artigo de Harrison ter sido publicado em conceituados periódicos de filosofia como a *Animal Issues*, sendo também selecionado para compor antologia BAIRD, R.; ROSENBAUM, S. *Animal Experimentation: the moral issues*. Prometheus Books, 1991. Além disto, Pluhar menciona também que os seus artigos têm exercido notável influência em defensores da criação e abate de animais na fazenda industrial, da caça e do uso de armadilhas, e da experimentação científica, sendo os seus argumentos muitas vezes utilizados e citados em artigos para criticarem os argumentos em torno da consideração moral e da igualdade para os animais não-humanos a partir da capacidade de dor e sofrimento. Nesse sentido, considero importante, em virtude da influencia que artigos como o de Harrison exercem no debate em torno da ética animal, reconstruir seus argumentos.

¹⁵⁵ Cf. HARRISON, Peter. *Do Animal Pain?* In: *Philosophy*. v. 66, n. 255, p. 25-40, 1991, p. 25.

semelhanças manifestadas pelos animais em situações semelhantes, fazendo uso de um *método de inferências* para afirmar tal capacidade neles. Apresentarei, então, como Harrison revisa e analisa criticamente cada um destes argumentos utilizados para afirmar a capacidade de dor e sofrimento nos animais e de que modo então o filósofo os rejeita.

(A) Uma primeira defesa da senciência nos animais parte da inferência feita a partir da observação do comportamento de dor que os animais apresentam, onde se constatam, então, manifestações semelhantes às apresentadas pelos seres humanos em situações idênticas de dor. Se atarmos fogo no braço de uma criança ou mesmo em um adulto normal, ele visivelmente expressará contorções faciais, um afastamento ligeiro da fonte causadora da dor e a emissão de gemidos. Se atarmos fogo em um cão, ele irá, do mesmo modo, se contorcer, emitir gemidos e tentar fugir imediatamente do fogo. Este comportamento semelhante sugere, portanto, que animais, assim como humanos, também sentem a dor. Para Harrison isso é um procedimento geralmente intuitivo.¹⁵⁶

A fim de criticar esse método da inferência dos comportamentos semelhantes de humanos e não-humanos, Harrison afirma que: “o comportamento de dor, em todo o caso, pode ser realizado de maneira hábil por entidades não vivas,”¹⁵⁷ sendo que disso não se pode seguramente inferir que tal comportamento expresse necessariamente uma sensação de dor. Para comprovar essa sua tese, o autor cita como exemplo a construção e a programação de um robô.

Se nós construíssemos um robô desprovido da fala [...] seria necessário programá-lo com mecanismos de autopreservação [...] seria necessário capacitá-lo para detectar e responder ao que provavelmente lhe cause mais danos. Devidamente programado como uma máquina que manifestaria seu próprio ‘comportamento de dor’ que nós possuímos. Se acendermos um fogo em baixo dele, ele se esforçaria para escapar [...] se ele for imobilizado depois de cair, ele poderia, por contrações faciais, indicar que está sendo

¹⁵⁶ Cf. *Ibid.*, p. 26.

¹⁵⁷ *Ibid.*, p. 26. O autor menciona ainda exemplos de animais que não exibem comportamento algum que sugira que estejam sentindo dor por algum ferimento, porque em alguns animais, a imobilidade é a melhor resposta para a injúria. Além disso, ele menciona ainda que insetos se contorcem depois de serem esmagados, mas tal comportamento não sugere que eles estejam sentindo dor.

danificado. Mas esse comportamento de dor não nos transmitirá nada sobre o que ele deveria estar sentindo, por ser robô, não pode sentir nada. Tudo o que poderíamos aprender deste tipo de comportamento é o quanto eficiente o robô foi programado para autopreservação. [...] Nem para os animais, nem para o nosso robô imaginário, é o comportamento de dor fundamentalmente uma expressão de algum estado interno.¹⁵⁸

Harrison considera que esses exemplos são “suficientes para demonstrar que o argumento dos comportamentos *por si só* é totalmente fraco”.¹⁵⁹ Mas além disso, a razão principal pela qual Harrison é levado a negar que os animais, assim tal como as máquinas, sentem dor, é que apesar do apropriado comportamento de dor realizado pelos animais: “suas estruturas internas são suficientemente diferentes das que possuímos para nos permitir a conclusão de que eles não têm uma vida mental que seja de qualquer modo comparável com a nossa¹⁶⁰”, embora ele aceite que alguns animais mais proximamente relacionados com a espécie humana, certamente referindo-se aos primatas, possuam também algum tipo mínimo de estrutura interna neural (*neural hardware*) que nos seres humanos é considerado como sendo envolvida na experiência da dor.

(B) A refutação do argumento do comportamento trazido por Harrison se torna mais forte para sua conclusão da incapacidade de dor em animais, se for levado em conta juntamente com a refutação do segundo tipo de argumento sobre a existência da senciência nos animais, qual seja: o de que além das semelhanças de comportamento, existem também as semelhanças nas estruturas físicas.

[...] em virtude das similaridades entre as funções e as estruturas dos sistemas nervosos é provável que seres humanos e animais relacionadamente próximos da espécie humana experimentarão o ambiente externo do mesmo modo.¹⁶¹

Nesse sentido, por apresentarem uma estrutura cerebral e física similar a dos seres humanos, se *induz* que os animais podem sofrer. Mas

¹⁵⁸ Ibid.

¹⁵⁹ Ibid., p. 27.

¹⁶⁰ Ibid.

¹⁶¹ Ibid., p. 25.

no que se refere à dor, Harrison considera insistentemente ao longo de seu artigo que a “dor é um estado mental”¹⁶², e compreende, portanto, influenciado pela tese cartesiana, que estados mentais não podem ser, logicamente, inferidos a partir de estados físicos. Logo, observa Harrison, estados mentais, tal como a dor, não estão diretamente relacionados e vinculados com determinados estados físicos e cerebrais.

O autor observa que as descrições dos estados mentais e físicos podem estar ligadas de inúmeras maneiras, e ele cita ainda algumas evidências dessa conexão, advindos, por exemplo, de doenças cerebrais ou intervenções cirúrgicas que afetam o indivíduo, ou ainda de danos ocorridos no córtex cerebral que são capazes de reduzir indivíduos normais a um estado de “vazio mental (*mindless*)”.¹⁶³ Isso deveria sugerir que o visível estado físico cerebral é responsável por estados mentais, ou ao menos é uma condição necessária para a existência de determinados estados mentais. Harrison comenta ainda que os neurologistas parecem estar tendo algum sucesso em identificar essas partes do cérebro que parecem ser responsáveis por estados particulares de consciência.¹⁶⁴

Nossas experiências de dor, por exemplo, observa Harrison, parecem ser mediadas diretamente por uma complexa rede física envolvendo as várias partes diferentes do cérebro, principalmente, o córtex cerebral, responsável pelo controle das sensações e emoções. Mas, apesar de cada conexão bem estabelecida entre as estruturas observáveis do cérebro e o mais alusivo estado mental, seria precipitado, considera Harrison, tentar prever o estado mental de indivíduos com bases na presença ou ausência de certas estruturas, ou mesmo baseando-se no status psicológico destas estruturas.¹⁶⁵ Segundo Harrison:

A bem conhecida literatura na psicologia da dor ilustra que o mesmo estímulo que se prova ser intensamente doloroso para um indivíduo pode ser de pouca preocupação para outro. O uso de placebos para controle da dor, a influência de hipnose ou sugestão para influenciar a percepção da dor, principais diferenças no limiar da dor, todos esses aspectos da psicologia da dor ilustram que a presença de certas estruturas cerebrais e

¹⁶² Ibid., p. 27.

¹⁶³ Cf. Ibid., p. 28.

¹⁶⁴ Cf. Ibid.

¹⁶⁵ Ibid.

condições sensoriais requeridas *não são condições suficientes para predição de estados mentais*.¹⁶⁶

Essa conclusão deve-se ao fato de Harrison observar que o próprio cérebro humano apresenta uma incrível capacidade para gerar certos estados mentais na ausência de estruturas físicas relevantes. O autor menciona, como melhor exemplo para corroborar a sua tese, os casos de indivíduos amputados que relatam estarem conscientes do membro que foi recentemente amputado. “Em uma minoria dos casos um membro fantasma pode se tornar uma contínua fonte de forte dor. Frequentemente, a dor é localizada em uma exata parte específica do membro que falta”.¹⁶⁷ Isso provaria, assim entende Harrison, que certos estados mentais, como a dor, não necessitam de estruturas físicas.

Com isso, Harrison chama a atenção para o quanto ainda são profundamente misteriosas e imprecisas as conclusões sobre como o cérebro humano se relaciona com a consciência e os estados mentais em geral, e, por essa razão, é importante considerar atentamente as imprecisões das conclusões quando pretendermos cruzar as fronteiras das espécies e tentarmos fazer projeções a respeito da vida mental alegada aos animais, baseando-se na estrutura do seu sistema físico e nervoso. Portanto, Harrison considera que: “ao querer cruzar a fronteira das espécies e tentar fazer projeções sobre a suposta vida mental dos animais baseada na estrutura de seu sistema nervoso, nós estamos em águas escuras”.¹⁶⁸ Os dois exemplos a seguir são mencionados pelo autor para ilustrar isso.

O cérebro das aves, tal como são, não contém um córtex visual como nos humanos. Se fossemos argumentar que estruturas cerebrais semelhantes dão origem a experiências semelhantes, então, seria improvável que as experiências visuais dos pássaros fossem qualitativamente semelhantes à nossa, pois o cérebro de uma ave é diferente do cérebro de um humano. Por outro lado, o *comportamento* das aves, diz Harrison, parece indicar que elas são de alguma maneira, capazes de ‘ver’¹⁶⁹, isto é, ter experiências visuais.

¹⁶⁶ Ibid., grifo nosso.

¹⁶⁷ Ibid.

¹⁶⁸ Ibid.

¹⁶⁹ Cf. Ibid., p. 30. Harrison parece querer induzir que os animais, no caso as aves, deveriam ter exatamente a mesma visão que humanos possuem. De fato, animais possuem evidentemente a capacidade visual, embora suas capacidades sejam amplamente diferentes da capacidade visual de seres humanos, sendo em diversas espécies muito mais apuradas. Por outro lado, embora critique a analogia do comportamento, o próprio autor neste exemplo, faz uso de um argumento baseado em uma analogia.

Enquanto assumirmos a partir do comportamento das aves que a experiência visual delas do mundo são as mesmas que a nossa, se nós estarmos comprometidos com a visão de que como estados mentais são gerados, por assim dizer, de estruturas cerebrais, somos obrigados a admitir que esta suposição é infundada. Nós podemos é claro ser tentados a rever o primeiro argumento – de que o comportamento, não a estrutura, oferecem corretas sugestão a respeito de estados mentais. Mas isto parece nos comprometer à visão de que computadores, moscas e amebas têm estados de consciência como a nossa.¹⁷⁰

Harrison traz ainda o exemplo do fenômeno da ‘visão cega’. Como se sabe, o córtex visual nos seres humanos é diretamente necessário para a visão. Indivíduos que sofrem danos nessa região do cérebro podem perder partes da visibilidade. Harrison cita pesquisas realizadas com pessoas afetadas no campo da visão e que alegavam serem cegas. Nos experimentos, foram apresentados objetos de formas simples em seu campo cego de visão. Apesar dos indivíduos terem negado que eram capazes de ver qualquer coisa, eles podiam, com razoável consistência, descrever a forma do objeto e apontá-lo. Para Harrison, esses casos de visão cega, “indicam que é possível ter experiências visuais das quais não temos consciência”.¹⁷¹ Mais importante ainda, isso sugere, segundo o autor, que “possa haver experiências *não conscientes* em que nós podemos, no entanto, responder com o apropriado comportamento”.¹⁷² Indivíduos com visão cega podem aprender a reagir como se eles vissem, mesmo que eles não tenham consciência de estarem vendo algo.¹⁷³

O significado que os exemplos mencionados pelo autor oferece para a discussão acerca do comportamento e, principalmente, da capacidade de dor em animais é que, nas palavras de Harrison, “animais poderiam responder a estímulos como se eles estivessem conscientes deles quando na verdade não estão”.¹⁷⁴ Assim, as aves ou qualquer outra espécie animal a quem faltam o aparato humano da visão consciente

¹⁷⁰ Ibid.

¹⁷¹ Ibid.

¹⁷² Ibid., grifo do autor.

¹⁷³ Cf. Ibid.

¹⁷⁴ Ibid.

(como em indivíduos de visão cega), podem não apenas ter qualitativamente diferentes experiências visuais, como anteriormente sugerido, mas elas podem, mais precisamente ainda, não ter nenhuma experiência visual consciente.¹⁷⁵ A partir disso, Harrison considera que:

Pode ser concluído que estímulos de experiências em um animal, que nós acharíamos dolorosa, podem ser qualitativamente diferentes (isto é, não dolorosa) ou deveriam ser até mesmo inconsciente. Animais podem reagir de tal modo a estímulos, exibindo ‘comportamento de dor’, e ainda não ter essa experiência mental que chamamos de ‘dor’, ou possivelmente não ter experiência consciente alguma¹⁷⁶.

Harrison, portanto, critica as afirmações de que animais sentem dor, alegando que essa conclusão surge da confusão entre a estrutura e a função cerebral de um animal relacionada com os estados mentais e consciência, e uma vez que nem mesmo em seres humanos existe, segundo Harrison, um esclarecimento perfeito e um conhecimento seguro dessa questão, muito menos pode ser afirmada com segurança qualquer conclusão acerca disso no que se refere aos animais.¹⁷⁷

O estado mental da dor não pode ser percebido e nem mesmo inferido por meio da percepção dos sentidos tanto do comportamento, como da estrutura e das funções do cérebro em si mesmo.¹⁷⁸ Para o autor, a partir dos exemplos de pessoas com insensibilidade congênita à dor, casos de “visão cega”, pessoas que sentem dor no membro fantasma, ou animais que possuem certas capacidades sem possuir em seus cérebros as partes que são associadas a igual habilidade em seres humanos (exemplo das aves que podem ver, embora não possuem córtex visual), são suficientes para demonstrar que estados mentais (como a dor) *não estão* diretamente relacionados com os estados físicos, e, portanto, não se deve fazer inferências de estados mentais a partir de estados físicos para afirmar, a partir disso, que animais sentem dor.

(C) O terceiro tipo de argumento utilizado para provar a *senciência* nos animais analisado e criticado por Harrison, diz respeito à

¹⁷⁵ Cf. *Ibid.*, p. 31.

¹⁷⁶ *Ibid.*, p. 31.

¹⁷⁷ Lembrando que o artigo de Harrison foi escrito no início da década de noventa. Embora já muito antes dessa época, já se tinha um conhecimento muito seguro acerca da *senciência* nos animais não-humanos.

¹⁷⁸ Cf. *Ibid.*, p. 32.

teoria da evolução. Esse argumento seria o mais convincente, segundo o próprio autor, pois a partir do evolucionismo se desfaz a ampla distinção e separação entre os seres humanos e outros animais e se estabelece, assim, uma linha contínua entre as diferentes espécies na esfera biológica. Por isso, na perspectiva evolutiva, a dor é considerada como um mecanismo de sobrevivência e adaptação, pois faz o animal evitar os ambientes e as situações que lhe sejam prejudiciais e que reduziriam as suas chances de reprodução e sobrevivência. A dor, portanto, desempenha um papel importante para a sobrevivência, ou seja, teria nos animais um valor evolutivo assim como tem nos seres humanos.

Tanto é assim que em casos de pessoas que nascem com uma rara deficiência congênita que os tornam insensíveis à dor, constantemente agem de modo a machucar-se ou mutilar-se e por isso precisam ser ensinadas desde a infância a evitar infligir danos em si próprios para não colocarem as suas próprias vidas em risco, uma vez que elas não sentem a dor e, em função disto, não evitam e nem se afastam daquilo que as prejudica e afeta seu organismo. Assim como os seres humanos, se os animais fossem insensíveis à dor, teriam poucas chances de sobreviver ou se adaptar ao ambiente em que vivem, agindo de modo a serem levados até mesmo à morte.

Segundo Harrison, no entanto, há muitas dificuldades nesse modo de interpretar o valor biológico evolutivo da dor no caso dos animais. Para o autor, o que é fundamental na adaptação dos organismos é antes de tudo e mais importante ainda, o *comportamento* manifestado e não exatamente a dor. “Estritamente, não é a dor (real ou atribuída) que é a adaptação, mas o *comportamento* que é extraído quando estímulos danosos são aplicados”.¹⁷⁹ Para Harrison, aqueles que são insensíveis à dor não são prejudicados precisamente em função da ausência de estados mentais desagradáveis, isto é, de dor, mas antes, por não apresentarem justamente *aqueles comportamentos* que nos outros humanos são solicitados pela dor.¹⁸⁰ Ao fazermos essas observações tendemos a perder de vista a primazia do comportamento, atendo-se meramente na dor. O que Harrison faz, então, é exatamente conferir uma importância mais significativa para o comportamento e não para a dor em relação a sobrevivência. Com isso, o autor conclui que:

[...] a simples aplicação da teoria da seleção natural demonstraria apenas que *comportamentos*

¹⁷⁹ Ibid., p. 32.

¹⁸⁰ Cf. Ibid.

como esforço violento, contorções faciais e choro, servem mais diretamente para o propósito de aumentar as chances do animal de sobrevivência e reprodução¹⁸¹.

Embora Harrison reconheça, mais precisamente, em um artigo chamado *Animal Pain*, a teoria da evolução em relação aos humanos e não-humanos, que compartilham em comum os aspectos biológicos e fisiológicos, comprovado pelo próprio fato de muitos experimentos terem usados animais para o desenvolvimento e testes de analgésicos e sedativos utilizados em seres humanos, ainda assim, ele insiste em considerar que alguns aspectos presentes de modo mais expressivo na espécie humana, e ausentes nos animais, são determinantes para a constituição da experiência da dor e do sofrimento, tais como os aspectos culturais e sociais, além da “inteligência, linguagem, atividade simbólica, sensibilidade, criatividade e consciência”¹⁸².

Para Harrison, essas características possuídas especificadamente pelos seres humanos nos distinguem fundamentalmente dos animais, e ainda que compartilhem alguns aspectos evolutivos com espécies mais primitivas, o autor compreende que humanos “não (estão) sujeitos às vicissitudes da seleção natural, como o estão outras espécies, e pode(m) exercer a liberdade de escolha e ter uma continuidade de consciência”¹⁸³. Por essas razões, a dor experimentada por humanos se constitui muito mais em virtude de fatores psicológicos que são contextualizados social e culturalmente, do que unicamente a dor física em geral. Em relação a possíveis sofrimentos psicológicos ou mentais nos animais, Harrison observou em *Do Animals Feel Pain?* que “se é duvidoso que os animais experimentam dor física, é ainda mais infundado a alegação de que animais têm outros tipos de estados mentais – ansiedade, o desejo de liberdade, e assim por diante”¹⁸⁴. Desse

¹⁸¹ Ibid., p. 33, grifo nosso. Alguns animais, observa o autor, “como os antílopes, morrem em silêncio, enquanto chimpanzés emitem gritos altos em resposta a uma insignificante ferida como um espinho que perfura seu pé. Parece que o chimpanzé expressa sua dor, enquanto que o antílope não. Na verdade nenhum expressa sua dor. Antes, cada um se comporta de um modo provável a aumentar suas chances de sobrevivência da espécie” (HARRISON, Peter. *Do Animal Pain?* In: *Philosophy*. v. 66, n. 255, p. 25-40, 1991, p. 33, tradução nossa). Harrison não parece fazer a relação entre determinados comportamentos originados justamente da sensação de dor que os motiva.

¹⁸² HARRISON, Peter, apud: FELIPE, Sônia. *T. Ética e Experimentação Animal: fundamentos abolicionistas*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007, p. 168.

¹⁸³ Ibid.

¹⁸⁴ HARRISON, Peter. *Do Animal Pain?* In: *Philosophy*. v. 66, n. 255, p. 25-40, 1991, p. 39, tradução nossa.

modo, ele desconsidera não apenas a presença de sofrimento físico, algo mais primitivo e geral nos seres vivos, mas também o alegado sofrimento psicológico, que é mais complexo e sofisticado, levando-o afirmar, então, que a partir dessa conclusão, parece evidente que toda a “preocupação com o bem estar psicológico de galinhas em gaiolas poedeiras, vitela, cercado de golfinhos, e assim por diante, seria visto como sendo fundamentalmente equivocada”.¹⁸⁵

Ainda em relação à função de *sobrevivência* atribuída à dor, Harrison considera que a dor sentida por humanos se distingue fundamentalmente da dor que é supostamente atribuída aos animais, porque, segundo o autor, no que se refere aos seres humanos, nem toda dor tem como finalidade garantir a sobrevivência, pois:

[...] sob condições nas quais ela se torna aguda e persistente, a dor impe(ça), quem a sofre, [...] o trabalho e o pensamento claro, o sono, elimina o apetite, baixa o moral, e pode até mesmo destruir a vontade de se auto ajudar a sobreviver.¹⁸⁶

Existem algumas faculdades mentais que não apenas são mais desenvolvidas em humanos, mas existem *exclusivamente* em membros da nossa espécie e que nos capacita a termos experiências de dor. Para Harrison, apenas os seres humanos são constituídos da faculdade da memória. Sem ela, não teríamos lembranças de experiências dolorosas

¹⁸⁵ Ibid.

¹⁸⁶ HARRISON, Peter, apud: FELIPE, Sônia. T. Ética e Experimentação Animal: fundamentos abolicionistas. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007, p. 168. Antecipo aqui uma crítica a esta afirmação de Harrison. O fato da dor e do sofrimento serem tão extremos pode, de fato, induzir os seres vivos a imobilidade, tanto em humanos quanto em animais, e levá-los até mesmo à morte. Essas observações de Harrison, segundo a qual, a dor não tem uma função de garantir a sobrevivência, pois muitas vezes induz ao imobilismo e apatia, não leva em consideração o fato de que, tanto em humanos quanto em animais, existe um limite biológico suportável de dor e de combate a ela. O experimento conhecido como “desamparo aprendido” (learned helplessness effect), tem sido utilizado por pesquisadores da psicologia comportamental como o modelo de depressão animal cujos dados são transferidos para seres humanos. Ele consiste basicamente de desencorajar e desestimular a fuga da dor em um cão ou gato. No experimento, intensos choques elétricos são infringidos nos animais e gradativamente as possibilidades de fugas vão sendo eliminadas até o momento em que não havendo possibilidade de escapar da fonte causadora de dor, os animais, já exaustos de constantes tentativas frustradas, simplesmente param de tentar escapar e “aprendem” a ficar impotentes perante os choques elétricos emitidos. Esses experimentos foram por mais de trinta anos utilizados para induzir estados de desamparo, desespero e depressão em animais para fins de pesquisa sobre a depressão psicológica em seres humanos. Portanto, Harrison parece ingênuo ao acreditar que a dor, por impedir uma boa vida ativa, tanto de animais quanto de humanos, não teria uma função biológica de sobrevivência.

e, nesse sentido, seríamos incapazes de agir de modo a evitar situações e condições que nos poupasse da dor.¹⁸⁷ Sendo a memória, ou uma consciência contínua, ausente nos animais, não existe, portanto, a retenção ou qualquer tipo de registro consciente da dor ou daquilo que lhe seria, supostamente a fonte da dor. Isso se aplica tanto aos animais quanto aos recém-nascidos e as crianças muito pequenas. Crianças e animais, observa Harrison, são incapazes de afirmarem que determinadas dores lhe aconteceram no passado.¹⁸⁸

Conforme resume Sônia T. Felipe, acerca dessa tese de Harrison, que embora busque fundamentar a não existência da dor em animais, como é feito em *Do Animals Feel Pain?*, em alguns momentos da argumentação contida no artigo *Animal Pain*, o autor é inclinado a reconhecer uma possível existência de experiência dolorosa no animal, embora seja tão limitada, efêmera e não ficando retida em sua memória, como ocorre também com crianças pequenas e bebês, a ponto de o autor não lhe conferir uma importância, tanto biológica, quanto moral.

Embora não defenda, obviamente, a agressão física a crianças muito pequenas e animais, Harrison nega que ambos os grupos sejam capazes de sofrer com a experiência da dor. No seu entender, o animal tem a experiência da dor apenas no instante em que lhe é infligido o estímulo doloroso. Por não ter um *eu*, no sentido de uma consciência permanente de si como um indivíduo distinto do ambiente que o cerca, o animal, o recém-nascido e a criança pequena não se *lembram* da dor sentida, nem podem evocar tal

¹⁸⁷ Experimentos de comportamento condicionado em animais têm como pressuposto a existência da memória. Cf. Capítulo 2 - Instrumentos de Pesquisa. In: SINGER, Peter. *Libertação Animal*. Tradução: Marly Winckler. Revisão técnica: Rita Paixão. Porto Alegre: Lugano, 2004.

¹⁸⁸ Como observa Harrison: “A continuidade do meu eu presente não se estende, retrospectivamente, até o nascimento ou seu momento anterior, mas a certo momento posterior; deste modo, sou incapaz de ter aquelas primeiras experiências de dor, incapaz de dizer ‘elas me aconteceram’” (HARRISON, Peter, apud FELIPE, Sônia. T. *Ética e Experimentação Animal: fundamentos abolicionistas*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007, p. 169). Com isso, o autor parece conferir uma menor importância à dor e ao sofrimento, mas não leva em consideração o fato de que independentemente de um bebê, uma criança ou um animal de outra espécie serem incapazes de reter na memória uma dor sofrida em algum momento longínquo de seu passado, não faz com que aquela dor, sentida naquele momento não tenha sido desagradável. Pode-se afirmar que sentir a dor é muito mais desagradável do que recordar-se dela.

experiência como referência para esquivar-se dos estímulos dolorosos, presentes ou futuros.¹⁸⁹

Harrison conclui o artigo *Do Animals Feel Pain?* analisando, então, as implicações morais de sua concepção segundo a qual os animais não sentem dor ou sofrimento, ou se a sentem, isso seria *extremamente limitado* a um efêmero momento presente cuja experiência não lhe fica retida na memória, uma vez que, segundo o autor, os animais são desprovidos dessa faculdade, e por essa razão, não podem sentir um sofrimento relacionado com lembranças ou a perspectiva de dores futuras, tal como acontece com humanos adultos. Assim, ele conclui que:

Em primeiro lugar, existem razões para afirmar que apenas seres humanos sentem dor; segundo, nosso tratamento dos animais não pode ser baseado em duvidosas especulações sobre suas vidas mentais. Disso se segue, no mínimo, que a questão de Bentham não pode oferecer uma sólida base para uma ética que seja estendida aos animais.¹⁹⁰

Outras questões seriam muito mais eficientes e apropriadas para a fundamentação de uma ética que regulasse o comportamento humano em relação aos animais do que as considerações, muito duvidosas e imprecisas, acerca da capacidade de dor em animais a partir da qual Bentham e, mais precisamente, Singer fazem uso.

Outras considerações – estética, ecológica, sentimental, psicológica e pedagógica – podem nos dar uma base mais sólida para a fundamentação de uma ‘ética animal’. Resumidamente, seria moralmente errado atacar a estátua *Pietà*, de Michelangelo com um martelo, apesar do fato de ser uma maravilhosa obra de arte trabalhada em mármore, [ela] não pode sentir dor. Se animais são meras máquinas, e eles são, apesar de intrincada e maravilhosa máquina (maioria deles), assim como velhas construções, árvores e trabalhos de arte, podem muito

¹⁸⁹ FELIPE, Sônia. T. *Ética e Experimentação Animal: fundamentos abolicionistas*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007, p. 169.

¹⁹⁰ HARRISON, Peter. *Do Animal Pain?* In: *Philosophy*. v. 66, n. 255, p. 25-40, 1991, p. 38, tradução nossa.

enriquecer nossas vidas. Adequadamente, argumentos racionais podem ser montados contra atos que danificariam ou os destruiriam.¹⁹¹

Harrison afirma ainda que as preocupações em torno das considerações morais direcionadas aos animais podem ser prejudiciais para os seres humanos. Quando acreditamos que estamos sendo cruéis com eles, provocando-lhes algum tipo de dor e sofrimento que poderia ser, em algum sentido, supostamente comparado com a dor e sofrimento humano, podemos prejudicar a nós mesmos com tais conclusões, por nos considerarmos, portanto, como sendo cruéis e insensíveis, quando, na verdade, não estamos causando dano algum aos animais, uma vez que, segundo o entendimento de Harrison, eles são incapazes de sentir dor e sofrimento.

Em um nível mais pessoal, muitas pessoas formam fortes laços emocionais para com os animais. Animais domésticos tradicionalmente têm servido como companheiros para as crianças e como companhia para os idosos. Se maltratar esses animais faz os seres humanos sofrerem, então tais maus tratos são claramente errados. Além disso, [...] a crença de que um está causando dor para o outro, mesmo se for falsa, pode causar grande dano psicológico. Quando acreditamos que estamos sendo cruéis com animais nós prejudicamos a nós mesmos, embora a nossa crença possa ser um engano.¹⁹²

Todas essas críticas dirigidas aos três argumentos a favor da existência da dor em animais: (i) da similaridade de comportamento, (ii) da similaridade da estrutura neuropsicológica, e (iii) da proximidade evolucionária e do valor biológico da dor à sobrevivência e adaptação, são convincentes, segundo Harrison, quando tomados em conjunto e não separadamente. Com isso, o autor acredita que existam, ao contrário de Singer e principalmente de quase toda a comunidade científica e da medicina veterinária, boas razões para duvidar que os animais sejam realmente dotados da capacidade de sentir dor, o que comprometeria, por conseguinte, a aplicação do princípio da igual consideração de

¹⁹¹ Ibid., p. 39.

¹⁹² Ibid.

interesses semelhantes aos animais, uma vez que tal princípio está fundamentado em algo que, conforme entende Harrison, não existe nos animais não-humanos, isto é, a senciência.

3.2 Análise das críticas de Harrison: evidências da senciência nos animais não-humanos

Como foi observado, Peter Harrison compreende que a principal base sobre as quais as éticas animalistas se fundamentam – a capacidade de sentir dor e sofrimento (e também prazer) – foi pouco questionada. Nesse sentido, ele realizou tal trabalho, atendo-se mais precisamente na análise dos argumentos oferecidos para a alegação da existência da capacidade da dor nos animais não-humanos e os rejeitou, considerando-os imprecisos e mal fundamentados por partirem de inferências e comparações errôneas, assim como de derivações equivocadas de estados mentais a partir de estados físicos. Por essas razões, se sua tese da *incapacidade* da experiência de dor em animais estiver correta, toda a ética animal baseada no princípio da senciência desde Bentham até Singer e demais filósofos, deve ser revista e seguramente rejeitada¹⁹³. Portanto, ao contrário do que expõe Singer, não existe, segundo as implicações da concepção de Harrison, considerações morais importantes por parte dos humanos para com os animais, pois, se a preocupação é com a senciência, não há, consequentemente, nenhuma consideração moral a ser feita, uma vez que os animais não são capazes de sentir dor e sofrer.

Analisarei, agora, cada uma das posições de Harrison, iniciando pela inferência que o autor faz de comportamentos comparáveis entre humanos, animais não-humanos e as máquinas.

(A) Primeiramente, Harrison critica a *inferência* realizada a partir da observação do comportamento de dor manifestado por humanos para comportamentos semelhantes manifestados por animais. Assim como os humanos, os demais animais também fogem daquilo que se apresenta como estímulo de dor e fonte de dano ao seu organismo, emitem gemidos, manifestam contorções se submetidos a situações de dor. Mas isso não significa que eles estejam sentindo alguma dor ou sofrendo com tal situação, como ocorre com humanos. Do mesmo

¹⁹³ “Se minha tese sobre a dor animal é correta, tais movimentos como os da libertação animal precisam ser repensados” (HARRISON, Peter, apud FELIPE, Sônia. T. Ética e Experimentação Animal: fundamentos abolicionistas. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007, p. 170).

modo, argumenta Harrison, um robô artificialmente criado é capaz de manifestar os mesmos *comportamentos* de dor que seres humanos, sem que isso signifique que o robô seja capaz de sentir dor.

É no mínimo estranho o fato de Harrison criticar a inferência feita a partir da comparação de comportamentos semelhantes que são manifestados por humanos e animais, e extrair as suas conclusões, derivando-as da inferência que ele próprio faz em seus argumentos, a partir de robôs (máquinas criadas artificialmente) para os animais. Se o autor não aceita que inferências sejam feitas entre seres vivos de espécies diferentes, por qual razão deveria ser aceita a inferência entre seres artificiais e os seres vivos?

Falta coerência na sua argumentação ao negar a semelhança de comportamento entre seres vivos animados, ou seja, organismos biológicos, naturalmente existentes, e afirmar uma maior semelhança entre máquinas artificialmente criadas e os animais. Harrison se utiliza de seu robô imaginativo para, a partir disto, afirmar que, do mesmo modo que as máquinas são incapazes de sentir dor, ainda que manifestassem *comportamentos semelhantes aos humanos*, os animais também são incapazes de sofrerem, mesmo manifestando todos os comportamentos de dor semelhantes aos de humanos. Além disso, não fica claro porque Harrison aplica seu argumento do robô *apenas* para os animais e não para os seres humanos.

O recurso argumentativo da comparação entre animais não-humanos e as máquinas é uma herança que Harrison recebe do pensamento cartesiano. Esse tipo de argumento foi muito utilizado por filósofos que buscavam negar as semelhanças existentes no que diz respeito às capacidades sencientes entre humanos e os demais animais.

Em *Libertação Animal*, Peter Singer analisou essa comparação muito enfatizada por filósofos cartesianos, considerando, primeiramente, que os comportamentos, tais como contorções, gemidos, afastamento violento, não são, de fato, *a dor em si*, mas sim os sinais externos da dor. “Não podemos experimentar diretamente a dor dos outros, seja este “outro” o nosso melhor amigo ou um cão de rua. A dor é um ‘evento mental’ e como tal não pode ser observado”.¹⁹⁴ *A dor em si mesma* não é constatada empiricamente, mas ela é algo que *sentimos* e que apenas podemos inferir que outros, assim como nós, também sentem, pois é possível observar nos outros esses mesmos *sinais externos* que são manifestados por cada um de nós quando estamos em situação de dor.

¹⁹⁴ SINGER, Peter. *Libertação Animal*. Tradução: Marly Winckler. Revisão técnica: Rita Paixão. Porto Alegre: Lugano, 2004, p. 12.

Como o próprio Singer admite, é possível, num nível absolutamente *teórico*, nos enganarmos quanto à dor possivelmente sentida por outro ser humano, *imaginando*, por exemplo, que *não apenas os animais*, mas também os seres humanos sejam robôs construídos artificialmente, de forma inteligente e de tal modo que sejam capazes de emitirem sinais comportamentais que nos levam a acreditar que eles estão sentindo dor, mas que na realidade são tão insensíveis quanto qualquer artifício mecânico ou robótico, tal como sugerido por Harrison. No entanto:

[...] embora isso possa representar um enigma para os filósofos, nenhum de nós tem a menor dúvida de que nossos amigos íntimos sentem dor, exatamente como nós sentimos. Isso é uma inferência, mas uma inferência razoável, baseada nas observações de seu comportamento em situações nas quais sentiríamos dor, e no fato de que temos todas as razões para pressupor que nossos amigos são seres como nós, com sistemas nervosos parecidos com os nossos, que supostamente funcionam como os nossos e provocam sensações semelhantes em circunstâncias semelhantes.¹⁹⁵

Se for razoável concluir a partir da inferência e da observação do comportamento, que os outros seres humanos também sentem a dor tal como nós a sentimos haveria, então, questiona Singer, alguma razão para fazermos uma inferência equivalente no que diz respeito às observações de comportamentos semelhantes manifestados por outros animais?

Primeiramente, é preciso observar que não existe razão de, *por um lado*, negar a realização de uma inferência feita para os animais a partir do comportamento de dor semelhante em humanos e, *por outro lado*, aceitar realizar uma inferência a partir de robôs artificiais (e imaginativos) que nada sentem, para disso inferir a conclusão de que os animais também são incapazes de sofrer. Animais não são seres criados artificialmente e tão pouco são seres imaginativos, como é o robô de Harrison. Animais são seres biológicos que apresentam profundas semelhanças com seres humanos, o que torna a comparação e a

¹⁹⁵ Ibid., p. 13.

inferência, portanto, muito mais razoável de ser realizada do que a comparação e inferência a partir de máquinas.

Quase todos os sinais externos que nos levam a inferir a existência de dor em outros seres humanos podem ser observados em outras espécies, sobretudo nas espécies mais intimamente relacionadas a nós: os mamíferos e aves. Os sinais comportamentais incluem contorções, contrações do rosto, gemidos, ganidos, ou outras formas de apelo, tentativas de evitar a fonte de dor, demonstrações de medo diante da perspectiva de repetição, e assim por diante.¹⁹⁶

Em seu artigo *Assessment of Animal Pain in Experimental Animals*, L.R. Soma, apresenta algumas das expressões físicas e comportamentais manifestas por animais e que são interpretadas como sinais a serem observados pelos experimentadores como indícios de que o animal utilizado no experimento está sob o efeito de dores capazes de alterarem os resultados.

Os comportamentos que evidenciam dores agudas listadas pela autora são:

- (i) POSTURA DE GUARDA – tentativa de se proteger, fugir;
- (ii) GRITOS – movimentos;
- (iii) MUTILAÇÃO – lamber, morder, coçar, tremer;
- (iv) INQUIETAÇÃO – caminhar, deitar e levantar, peso de um lado só;
- (v) SUDORESE – no cavalo;
- (vi) POSIÇÃO DO CORPO – período de tempo não-usual;
- (vii) CAMINHAR – relutância em se mover, dificuldade para levantar;
- (viii) POSIÇÕES ANORMAIS – cabeça para baixo, abdômen contraído.¹⁹⁷

¹⁹⁶ Ibid.

¹⁹⁷ SOMA, L. R., apud RIVERA, Ekaterina. Analgesia em Animais de Experimentação. In: ANDRADE, Antenor; PINTO, Sérgio Correia; OLIVEIRA, Rosilene Santos de (Org.). Animais de Laboratório: criação e experimentação. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002, p. 249.

Já as dores crônicas, isto é, mais prolongadas, são evidenciadas por comportamentos como:

- (i) redução da atividade;
- (ii) perda do apetite;
- (iii) alterações da personalidade;
- (iv) busca de esconderijo;
- (v) recusa em movimentar-se;
- (vi) alterações na urina;
- (vii) alterações na consistência das fezes;
- (viii) falta de higiene pessoal; automutilação.¹⁹⁸

Uma das razões que demonstram a possibilidade de se inferir a existência de dor nos demais animais a partir da comparação com o comportamento manifestado por humanos em situações semelhantes de dor é oferecido pela própria metodologia da experimentação científica, que parte do pressuposto de que a capacidade de sentir dor e prazer em humanos e não humanos são semelhantes e passíveis de comparação, razão pela qual o experimentador justifica a substituição do ser humano pelos modelos animais.

Os experimentos realizados em animais no campo da psicologia comportamental, por exemplo, evidenciam que os comportamentos manifestados pelos animais são sinais da existência de dor, assim como são em seres humanos. A natureza de ser da própria experimentação realizada nos animais pela psicologia comportamental é justamente a semelhante capacidade de dor e sofrimento existente em animais, assim como de determinadas faculdades, tais como a memória, capacidade de raciocínio e previsão, pois se não fosse, não haveria razão alguma para se justificar a utilização de animais em pesquisas sobre a dor e o sofrimento. Por exemplo: se o fato de forçar macacos ou gatos em experimentos nos quais ele têm de escolher entre morrer de fome ou suportar a dor ao atravessar uma grade eletrificada para obter alimento, diz alguma coisa cientificamente relevante para as reações de seres humanos em situação de estresse e dor, devemos reconhecer, a partir disso, que esses animais também sentem estresse, dor ou qualquer outra sensação de modo semelhante, quando colocados nesses tipos de

¹⁹⁸ Ibid. A autora menciona ainda expressões e comportamentos típicos de diversas espécies animais utilizadas em experimentos. Cf. RIVERA, Ekaterina. Analgesia em Animais de Experimentação. In: ANDRADE, Antenor; PINTO, Sérgio Correia; OLIVEIRA, Rosilene Santos de (Org.). Animais de Laboratório: criação e experimentação. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002, p. 249-251.

situações pelo pesquisador. Como observou Alice Heim, uma psicóloga que se opôs moralmente aos experimentos em animais:

O pecado capital para o psicólogo experimental, que trabalha no campo do “comportamento animal” é o antropomorfismo. No entanto, se não acreditasse na analogia entre o ser humano e o animal inferior, é provável que até mesmo ele considerasse seu trabalho completamente infundado.¹⁹⁹

A própria psicologia, portanto, que durante muito tempo realizou pesquisas, e ainda continua realizando, acerca do comportamento humano por meio das observações do comportamento de animais manifestados em experimentos que infligem dor, sofrimento, privação, indução de doenças e diversos outros, se encontra, portanto, diante de um dilema tanto metodológico quanto moral, pois:

[...] ou o animal não é como nós e, neste caso, não há razão para fazer o experimento, ou o animal é como nós, e, neste caso, não deveríamos realizar no animal um experimento que seria considerado ultrajante se realizado em um de nós.²⁰⁰

A psicologia, portanto, utiliza-se da *inferência* e da *comparação*, mas a utiliza de modo contrário, inferindo conclusões sobre os seres humanos a partir do comportamento manifestado pelo animal em uma situação semelhante a que provocaria dor e sofrimento em seres humanos. Isso significa, portanto, que diferentemente do que considera Harrison, a metodologia de inferências e comparação de comportamentos para a atribuição da senciência animal é um modo eficiente de se prová-la. Se os animais são incapazes de viverem experiências de dor e sofrimento, não há razão metodológica e científica para serem utilizados em experimentos cujas conclusões servirão de base para se inferir conclusões sobre seres humanos. Por outro lado, se eles são capazes de experimentar tais sensações, tão igual ou semelhante a dor sentida por humanos, sendo essa a razão pela qual são utilizados, então, ao menos que sejamos especistas, não temos razões morais que

199 HEIM, Alice, apud SINGER, Peter. *Libertação Animal*. Tradução: Marly Winckler. Revisão técnica: Rita Paixão. Porto Alegre: Lugano, 2004, p. 57.

²⁰⁰ *Ibid.*, p. 58.

justifiquem provocar os estados desconfortáveis e indesejáveis de dor e sofrimento em animais que não seriam toleradas e aceitas se fossem provocadas em seres humanos.

Seguramente que o uso de seres humanos em experimentos teriam resultados muito mais confiáveis que o uso de animais não-humanos. Apesar disso, o uso de seres humanos em experimentos que causam dor, sofrimento, danos físicos e mentais, não é moralmente aceito, justamente em virtude desse desconforto que é causado. As descobertas de experimentos utilizando seres humanos, ainda que bem sucedidas, sempre são motivos de oposição social e desconforto moral na comunidade científica, pois se reconhece que o interesse destes seres humanos em não vivenciar as experiências físicas de dor e sofrimento foi violado. Essa é a razão pela qual os experimentadores utilizam, portanto, seres vivos de outras espécies. Neste sentido, há o reconhecimento da capacidade factual de sentir dor por parte dos animais, a ponto de seus dados serem transferidos para conclusões (ou parte das conclusões) sobre seres humanos. No entanto, não há, por parte do experimentador, o devido reconhecimento de que a dor sentida pelo animal é tão desconfortável e indesejável quanto é a dor sentida por um humano. Tal conhecimento, quando não ignorado, encaminha o pesquisador a não utilizar animais, pela mesma razão que não se usa seres humanos, qual seja, a indesejabilidade da dor.

A metodologia da experimentação conduz à análise da segunda crítica de Harrison, pois a inferência de comportamentos implica também na existência de similaridades físicas e estruturais, ainda que não absolutas, e que também as manifestações de comportamentos de dor, assim como as estruturas físicas, biológicas e mentais, são semelhantes em animais e humanos.²⁰¹

(B) Diferentemente do que pensam os psicólogos comportamentais, que fazem experimentos de dor em animais para inferir, a partir disso, determinadas conclusões acerca do comportamento humano em semelhantes situações de dor e estresse, Harrison considera, no segundo argumento por ele analisado e criticado, que não se pode afirmar que os animais sentem dor, semelhantemente aos humanos, uma vez que suas estruturas internas são suficientemente *diferentes* das que possuímos para nos autorizar a concluir que eles têm uma vida mental que seja de algum modo comparável com a nossa.

²⁰¹ Para uma descrição ampla de tipos de comportamento que evidenciam a dor animal, Cf. FELIPE, Sônia. T. Ética e Experimentação Animal: fundamentos abolicionistas. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007, p. 72-75.

Além disso, como foi visto, ele não considera que os estados mentais estão relacionados com estados físicos.

Ian House, em seu artigo *Harrison on Animal Pain*, de 1991, chama a atenção, primeiramente, para o fato de que se os argumentos de Harrison, segundo o qual, os estados mentais não podem logicamente ser inferidos dos estados físicos contam para provar que animais não sentem dor, então, sua tese se aplica também aos próprios seres humanos. Nesse sentido, de acordo com a tese de Harrison, House afirma: “eu não tenho razão para acreditar que cães e macacos sintam dor, mas também não tenho razões para acreditar que humanos vítimas de tortura também a sintam”.²⁰² Além disso, contrariamente ao que Harrison insiste, de que, de um modo geral, as estruturas internas dos animais são muito diferentes das nossas, Singer, por sua vez, baseando nas conclusões da pesquisadora Carol G. Franz²⁰³, que utilizou animais em experimentos sobre os efeitos da radiação, observa que é justamente devido a existência de algumas semelhanças que os animais vêm sendo utilizados em diversos tipos de experimentos:

[...] animais possuem sistemas nervosos muito semelhantes aos nossos, que respondem fisiologicamente como os nossos, quando se encontram em circunstâncias em que sentiríamos dor: elevação inicial da pressão sanguínea, pupilas dilatadas, transpiração, aceleração do pulso e, se o estímulo continuar, queda da pressão sanguínea²⁰⁴.

Embora existam diferenças significativas visíveis entre seres humanos e animais, como por exemplo, um maior desenvolvimento do córtex cerebral em humanos do que em outros animais, sendo essa parte do cérebro responsável pelas funções do pensamento; há, por outro lado, a existência dos impulsos mais básicos e primitivos, tais como as emoções e sensações, que estão situadas no diencéfalo, parte muito bem desenvolvida também em muitas das diversas espécies de animais, principalmente nos mamíferos e aves, o que torna provável que suas

²⁰² HOUSE, Ian. *Harrison on Animal Pain*. In: *Philosophy*, v. 66, n. 257, p. 376-379, 1991, p. 376, tradução nossa.

²⁰³ Cf. FRANZ, Carol G. *Effects of Mixex Neutro-gamma Total-body Irradiation on Physical Activity Performance of Rhesus Monkeys*. In: *Radiation Research*, v.101, n.03, 1985. Nesse artigo a pesquisadora apresenta os resultados de sua pesquisa em que se utilizou 39 macacos rhesus machos que foram submetidos à radiação para analisar os índices de sobrevivência.

²⁰⁴ SINGER, Peter. *Libertação Animal*. Tradução: Marly Winckler. Revisão técnica: Rita Paixão. Porto Alegre: Lugano, 2004, p. 13.

experiências de sensações como dor e prazer sejam semelhantes as vivenciadas por humanos²⁰⁵.

Para Harrison, estados mentais, como a dor, não podem ser inferidos de estados físicos. O fato de aves não possuírem o córtex visual semelhante aos nossos deveria, segundo conclui Harrison com esse seu exemplo, ser uma razão suficiente para provar que eles não podem ver. No entanto, elas são capazes de ver, o que, para a interpretação do autor, é suficiente para indicar, portanto, que *não há* uma ligação que relacione as estruturas físicas com os estados mentais. Por isso, uma vez que a dor é um estado mental, o autor não considera válido inferir que animais podem sentir dor e sofrer com a exposição temporariamente longa a essa experiência, a partir da mera constatação de suas estruturas físicas. Animais podem ter certas capacidades sem possuírem partes do cérebro que são associadas habilidades semelhantes em seres humanos.

De acordo com Ian House, esse modo de argumentar de Harrison, assim como os exemplos por ele apresentado, são inválidos e irrelevantes, pois o fato de as aves poderem ver sem possuírem um córtex visual (semelhante ao dos humanos) não é uma tendência para mostrar que a posse de um córtex visual não seria evidência para uma capacidade de ver. Na mesma linha argumentativa, observa House, poderíamos afirmar então que “animais podem se mover sem pernas, mas o fato de que um animal possua pernas é uma razão para pensar que eles podem se mover”.²⁰⁶

(C) O terceiro argumento criticado por Harrison, refere-se à proximidade evolutiva entre humanos e os demais animais, considerando, então, que é o comportamento e não a dor que determina a *adaptação*. O autor não confere à dor uma utilidade biológica para a sobrevivência, repousando tal utilidade muito mais no comportamento propriamente dito. Singer observa, diferentemente do que pensa Harrison, que:

[...] o sistema nervoso de outros animais não foi construído de forma artificial – como um robô o seria – para imitar o comportamento dos seres humanos face à dor. [Mas] *o sistema nervoso dos animais evoluiu, tal como o nosso*; de fato, as histórias evolucionárias dos seres humanos e dos

²⁰⁵ Cf. *Ibid.*

²⁰⁶ HOUSE, Ian. Harrison on Animal Pain. In: *Philosophy*. v. 66, n. 257, p. 376-379, 1991, p.377, tradução nossa.

outros animais, sobretudo a dos mamíferos, só se desviaram depois que as características centrais do nosso sistema nervoso já estavam formadas.²⁰⁷

Na perspectiva evolucionária, a capacidade de sentir dor, tanto de humanos quanto de animais, tem sua importância para o ser vivo, porque ela “aumenta a perspectiva de sobrevivência de uma espécie, pois faz com que os membros da espécie evitem fontes de danos físicos”.²⁰⁸ Uma vez que danos físicos no organismo levam à morte, a dor desempenha justamente a função de evitar essas situações. É por sentirmos dor que nos comportamos de modo a tirar a mão do fogo e evitar, com isso, a perda deste membro. A dor é um sinal vital para a vida. Ela serve de alerta contra alguma ameaça para o bem-estar e a integridade física do ser vivo. Pessoas insensíveis à dor têm suas chances de sobreviver diminuídas, pois não percebem a existência de certos ferimentos dolorosos que prejudicam o bom e saudável funcionamento do seu sistema orgânico e as levam à morte. Por não sentirem a dor elas não se comportam de maneira a evitá-la. A dor, portanto, possui uma utilidade biológica que evoluiu nos seres vivos, sendo essa capacidade responsável por estimular e gerar comportamentos de proteção da integridade física tanto em seres humanos quanto em animais²⁰⁹.

Assim como a dor física, o comportamento originado pelas sensações de medo, muitas vezes derivadas de uma previsão com base em experiências passadas, também possui um valor evolutivo, pois afasta tanto humanos quanto animais das situações e dos ambientes desagradáveis e prejudiciais à sua sobrevivência. Portanto, diferentemente do que considera Harrison, é a dor que estimula determinados comportamentos, possuindo então, uma função evolutiva importante para todo ser vivo animado. Determinados comportamentos peculiares se derivam diretamente de um anterior estímulo de dor que os

²⁰⁷ SINGER, Peter. *Libertação Animal*. Tradução: Marly Winckler. Revisão técnica: Rita Paixão. Porto Alegre: Lugano, 2004, p. 14.

²⁰⁸ *Ibid.*

²⁰⁹ “O mecanismo humano da dor é praticamente o mesmo dos animais, e sabemos por experiência, com humanos, que a capacidade de sentir dor é essencial para a sobrevivência [...] o mesmo é verdade para os animais [...], os quais se automutilam horivelmente na ausência da capacidade de sentir. A sensação de dor, e a influência motivacional de a sentir, são essenciais para a sobrevivência do sistema, e sugerir que o sistema é puramente mecânico nos animais, mas não no homem é, pois, altamente implausível” (ROLLIN Bernard E. *Animal Pain*. In: REGAN, Tom; SINGER, Peter. *Animal Rights and Human Obligations*. 2a. Ed. New Jersey: Prentice Hall, 1989, p. 64, tradução nossa).

origina. Sem a dor, não há a manifestação de expressões comportamentais como fuga, gemido, contorções, alterações fisiológicas e outras mais como as listadas por L.R. Soma.

No que se refere, então, à inferência de comportamentos semelhantes, similaridades físicas e o valor evolutivo da dor para a sobrevivência e adaptação, Singer considera que tais evidências são plausíveis para a conclusão de que os animais sentem dor.

Em apoio à nossa inferência do comportamento animal, podemos apontar o fato de que o sistema nervoso de todos os vertebrados, especialmente de pássaros e mamíferos são fundamentalmente similares. Aquelas partes do sistema nervoso humano que dizem respeito à sensação de dor são relativamente antigas em termos de evolução. Ao contrário do córtex cerebral, que só se desenvolveu plenamente depois que nossos ancestrais se diferenciaram dos outros mamíferos, o sistema nervoso básico evoluiu em ancestrais mais distantes e então é comum a todos os outros animais ‘superiores’, incluindo humanos. Esta semelhança anatômica torna provável que a capacidade dos animais vertebrados para sentir seja semelhante à nossa²¹⁰.

Uma das principais evidências acerca da capacidade de sentir dor nos animais é conferida justamente por aqueles que trabalham diretamente com animais, ou seja, por médicos veterinários que fazem uso de analgesias e anestésias nas intervenções cirúrgicas, exatamente para evitar a exposição do animal à experiência de dor e sofrimento. Além disso, o próprio desenvolvimento dessas substâncias anestésicas e analgésicas voltadas para a aplicação em seres humanos passou por testes em animais. Assim como em humanos, sua utilização nos animais possui a capacidade de torná-los temporariamente insensíveis à dor. Se fossem insensíveis aos estímulos dolorosos, não haveria razão para utilizá-los em seus experimentos e muito menos em administrá-las nas cirurgias.

Apesar de todas essas evidências oferecidas pelos próprios pesquisadores que fazem uso de animais, psicólogos experimentais, cientistas, médicos veterinários, ainda assim, de acordo com Harrison,

²¹⁰ SINGER, Peter. *Practical Ethics*. 3ª ed. New York: Cambridge University Press, 2011, p. 60, tradução nossa.

conforme observado na reconstrução de seus argumentos, pode-se dar continuidade às atuais práticas que envolvem o uso de animais, pois sendo eles incapazes de sofrer não há, portanto, consideração moral para com eles, como propõe Bentham e mais propriamente Singer. Diferentemente desses filósofos que vinculam as considerações morais com a sciência, Harrison, por sua vez, restringe as considerações de ordem moral com os animais em virtude apenas de um possível *valor estético* que pode ser atribuídos a eles, reduzindo, desse modo, seres vivos biológicos a meros objetos de contemplação estética, colocando-os nas mesmas categorias de estátuas, obras de arte, belas e engenhosas construções arquitetônicas, sendo, portanto, devido ao prazer estético que eles podem “oferecer” aos humanos, a razão pela qual se deve agir de modo mais ético, isto é, conservando-os de serem destruídos devido ao valor estético que lhes é concedido. Isso significa, de acordo com o pensamento de Harrison, que podemos deixar de cortar um animal ao meio pelas mesmas razões que não destruímos a estátua *Pietà*, de Michelangelo ou alguma pintura de Leonardo Da Vinci. Ir além dessa preocupação pode, segundo Harrison, ser prejudicial aos seres humanos, pois passarão a se sentirem cruéis ou insensíveis, quando na realidade não estão provocando nada que seja doloroso ao animal, que por não ser senciente, nenhum erro moral estaria sendo cometido.

Mas, diferentemente de construções, estátuas e obras de arte, os animais são seres vivos biológicos e naturais, capazes de sentir dor e sofrimento, assim como de interagir com outros seres vivos, manifestando comportamentos que pressupõe também a existência de consciência²¹¹, e não meros seres artificiais cuja finalidade é satisfazer os gostos e interesses estéticos dos seres humanos, e nem mesmo robôs sofisticados como sugere Harrison. Além do mais, Singer observa “muitos estudos em psicologia e criminologia tem demonstrado que criminosos violentos provavelmente são propensos a ter uma história de abuso animal durante sua infância ou adolescência”²¹², o que tem demonstrado que a crueldade cometida contra animais e a crueldade cometida contra humanos estão de alguma maneira relacionadas, e, portanto, diferentemente do que considera Harrison, é justamente a crueldade com os animais e a falta de preocupação com eles que podem ser prejudiciais para os seres humanos, estimulando a insensibilidade perante o sofrimento alheio. Conforme ressalta House: “a concentração exclusiva sobre essas considerações estéticas e antropocêntricas é

²¹¹ Conforme é possível verificar no ANEXO I desta dissertação.

²¹² *Ibid.*, p. 67.

provável que reduza ou perverta nossa simpatia moral ao invés de ampliar e refiná-las”.²¹³

Existem, conforme foi mostrado, muitas razões científicas e filosóficas para afirmar que os animais são capazes de sentir dor e prazer, a ponto de os próprios experimentadores na psicologia comportamental, e nas demais áreas de pesquisa, utilizarem animais justamente em virtude deles serem capazes de sentir dor e sofrimento. Ressaltei o quanto essas pesquisas inferem as conclusões acerca dos seres humanos a partir das conclusões obtidas em estudos realizados com animais e de que maneira isso coloca um dilema tanto metodológico quanto moral, pois se animais sentem dor, assim como os humanos, logo esse sofrimento e o interesse do animal em não sofrer deveria ser igualmente levado em consideração, por ser uma experiência semelhantemente desagradável para membros de ambas as espécies. Caso não considerassem a capacidade de dor e sofrimento nos animais, assim como a existência de outras características, ainda que inferiores em relação aos humanos, como a memória, a capacidade de previsão e raciocínio, etc., não haveria razão alguma para a realização desses procedimentos de pesquisa.

Singer observa que os invertebrados possuem um sistema nervoso menos parecido com os de humanos e outros animais mamíferos, e possivelmente seja por essa razão que não temos a mesma confiança em afirmar para tais seres a capacidade de sentirem dor. No caso de moluscos, como as ostras, mexilhões ou mariscos, por exemplo, a capacidade de sentir dor, prazer ou qualquer outra forma de consciência parece improvável, e, portanto, se esse for o caso, “o princípio da igual consideração de interesses não vai se aplicar a eles”²¹⁴. Por outro lado, Singer menciona algumas pesquisas que têm apresentado evidências de que alguns crustáceos, como os camarões e caranguejos têm respondido a estímulos nervosos, sugerindo certa capacidade de sentir dor. Mais precisamente, alguns estudos sobre o comportamento manifestados por alguns invertebrados como os polvos, demonstram que eles são capazes de resolver alguns problemas como abrir jarros de vidro para obter algum alimento dentro. Para Singer, é difícil explicar determinados comportamentos destes seres, “sem aceitar que a consciência está também envolvida em alguns invertebrados”.²¹⁵

²¹³ HOUSE, Ian. Harrison on Animal Pain. In: *Philosophy*, v. 66, n. 257, p. 376-379, 1991, p.379, tradução nossa.

²¹⁴ *Ibid.*, p. 60.

²¹⁵ *Ibid.* Singer se refere às pesquisas discutidas em ELSOOD, Robert.; APPEL, Mirjam. Pain experience in hermitcrabs? In: *Animal Behaviour*. n.77, p. 1243-1246, 2009. Disponível em:

Portanto, o melhor posição nesses casos continua sendo oferecer para esses seres o benefício da dúvida.

Como pôde ser observado, ao contrário do que considera Harrison, há muitas evidências, tanto científicas quanto filosóficas para se afirmar a capacidade nos animais em experimentar as sensações de dor e sofrimento, e de modo até mesmo comparável com os seres humanos. Esse pressuposto fundamental, no qual o princípio da igual consideração de interesses se fundamenta, é um pré-requisito para considerar que o ser é detentor de interesses, no mínimo em ter o interesse em não sentir e vivenciar tais experiências desagradáveis e prejudiciais a ponto de reduzirem suas chances de sobrevivência. A dor é um fenômeno desagradável em todos os seres capazes de experimentá-la. O prazer, por sua vez, é uma experiência agradável a todos os seres capazes de vivenciá-la. Assim, uma vez que os animais são, semelhantemente aos humanos, seres sencientes, tal condição coloca-os na situação de seres que devem ser incluídos nas deliberações morais humanas, sendo suas dores e sofrimentos igualmente levada em consideração, uma vez que, sendo a dor algo desagradável, prejudicial e indesejável, deve ser evitada em todo o ser que a sente, independentemente da espécie.

Analisarei, a partir de agora, a concepção do filósofo Carl Cohen, que compreende a dimensão da senciência nos animais, embora negue o valor moral vinculado com essa capacidade.

3.3 A irrelevância da dor animal: a tese de Carl Cohen

Diferentemente de Peter Harrison que nega a capacidade de dor física e de sofrimento psicológico nos animais, o filósofo Carl Cohen, por sua vez, reconhece que os animais são seres sencientes, isto é, capazes de sentir dor e sofrer com a exposição prolongada a estímulos dolorosos, assim como desfrutar de sensações de prazer. No entanto, ele considera que é apenas a dor e o sofrimento do ser humano, e não a do animal, que possui alguma importância moral relevante a ponto de ser levada em conta, declarando-se, em seus argumentos, como um defensor do especismo, principalmente quando a imposição de sofrimento no animal tem como resultado um incremento do bem-estar humano. Ainda que sua crítica esteja direcionada mais precisamente para os conceitos

http://www.mbl.edu/research/services/iacuc/pdf/pain_hermit_crabs.pdf. Cf. também BARR, Stuart. Nociception or pain in a decapod crustacean? In: *Animal Behaviour*, n. 75, p. 745-751, 2008.

de direito, promovendo um amplo debate com Tom Regan, Cohen também dirige suas críticas ao utilitarismo de Peter Singer, por considerar que não há em seus argumentos uma distinção precisa do conceito de sofrimento entre membros de espécies diferentes e, principalmente, um equivocado erro nos cálculos das consequências, extraído disso, conclusões morais que *injustamente* limitam o uso dos animais, especialmente, para fins de pesquisa científica, comprometendo, com isso, a melhoria do bem-estar e a qualidade de vida de seres humanos, entendido por Cohen como algo imoral na medida em que isso prejudica os seres humanos.

Em seu artigo *The Case for the Use of Animal in Biomedical Research*, de 1986, Cohen se opõe ao modo como Singer busca considerar uma análise de cada caso, isto é, levando em conta as particularidades dos indivíduos que estão envolvidos em alguma questão moral. Para Cohen a questão a ser analisada é justamente a de *espécie* e não de *indivíduos*, como propõe Singer.

A capacidade para julgamentos morais que distingue humanos dos animais não é um teste a ser aplicado aos seres humanos, um a um. Pessoas que são incapazes, por causa de alguma deficiência, de desempenhar funções morais naturais aos seres humanos, certamente não são por essa razão expulsos da comunidade moral. A questão é de espécie. Humanos são de espécie tal que eles podem ser sujeitos de experimentos apenas com seu consentimento voluntário. As escolhas que eles fazem livremente devem ser respeitadas. Animais são de uma espécie tal que é impossível para eles, em princípio, dar ou recusar consentimento voluntário, ou fazer uma escolha moral. O que os seres humanos preservam quando incapacitados, os animais jamais possuem.²¹⁶

Nesse sentido, Cohen compreende que a incapacidade de algum ser humano em dar ou negar consentimentos às ações praticadas contra si, não faz com que os agentes morais, isto é, àqueles que possuem o poder ou a capacidade de interferirem direta ou indiretamente no bem-estar e na vida dos outros, deixem de ter obrigações morais para com

²¹⁶ COHEN, Carl. The Case For the Use of Animal in Biomedical Research. In: The New England Journal of Medicine. n.314, p. 865-870, 1986, p. 866, tradução nossa.

estes indivíduos incapazes de consentirem. Tal capacidade observa Cohen, existe apenas em membros da espécie humana. São apenas os seres humanos que possuem a capacidade de fazer julgamentos, consentimentos e decidir o que é melhor para si. Ainda que alguns indivíduos venham a carecer dessas capacidades, o que importa, para o autor, é que ela existe apenas em membros de nossa espécie, e por essa razão, ainda que alguns seres humanos venham a perder tais capacidades, o fato mais importante ainda é o de que nenhuma outra espécie animal as possuem. Isso faz com que existam certas características que seriam consideradas como essenciais da própria natureza humana, e que se diferencia muito das de outros animais. O foco de Cohen permanece, portanto, encerrado na *espécie* e não no *indivíduo*.

Após citar a importante passagem de Bentham acerca da importância moral do sofrimento animal e o uso feito dela pelos filósofos contemporâneos, Cohen, na seção de seu artigo intitulada “In Defense of Speciesism”, critica tal posição tão enfatizada pelos animalistas, considerando que ela explicitamente defende que *todos* os animais sencientes têm *igual* posição moral devido à capacidade de sentir dor e sofrimento, e que em virtude disso todos os usos de animais que impliquem na imposição dessas sensações devem ser abolidos. Argumentos dessa natureza observa Cohen, possuem um forte caráter utilitarista, em razão de trazerem conceitos como prazer/dor e felicidade, e por expressarem um cálculo consequencialista da soma desses prazeres e dores. Acerca desse modo de avaliar a conduta humana em relação aos animais, Cohen considera que:

O primeiro erro é a suposição, frequentemente defendida, de que todos os animais sencientes têm igual posição moral. Entre um cão e um ser humano, de acordo com essa visão não há diferença moral, uma vez que a dor sofrida por cães não deve ser pesada diferentemente da dor sofrida por humanos. Negar tal igualdade, de acordo com esta crítica, é dar injusta preferência para uma espécie sobre a outra, e isto é especismo.²¹⁷

²¹⁷ Ibid., p. 867.

De fato, Singer compreende que ao considerarmos a dor sentida pelos membros de nossa espécie como sendo sempre mais relevante e moralmente mais importante do que a dor experimentada pelos membros de outras espécies, estaríamos sendo especistas, inseridos, portanto, dentro da mesma lógica segundo a qual estaremos sendo racistas ou sexistas se for priorizada a dor e o sofrimento dos membros de uma determinada raça ou sexo, considerando-o moralmente mais importante, mesmo quando semelhantes. Para evitarmos o especismo, devemos conferir uma igual consideração pelos interesses dos animais, mais precisamente, neste caso, o de não sentir dor.

Após apresentar essa tese de Singer, Carl Cohen considera, então, que a comparação feita por ele entre o especismo e as demais formas de preconceitos, é “mais do que infundada, é atroz”.²¹⁸ Esse modo de argumentar de Singer traz uma ofensiva conclusão moral que se deriva, de modo equivocado, de um paralelismo meramente verbal e que acaba por ser totalmente enganoso. O racismo não tem qualquer fundamento racional. Oferecer diferentes graus de respeito ou consideração por nenhuma outra razão a não ser o mero fato dos indivíduos serem membros de raças diferentes é uma injustiça totalmente sem fundamento, pois não existe distinção moralmente relevante entre as pessoas de cores diferentes. A suposição de tais diferenças levou os racistas a um erro completo. O mesmo é verdade em relação ao gênero. Nenhum indivíduo de gênero diferente tem direito a um maior respeito e preocupação pelos seus interesses em não sentir dor e sofrimento do que o outro, pois não existem diferenças relevantes entre eles. Todos são, de fato, membros da espécie *Homo sapiens*.

Ao contrário dos animais, Cohen observa que os seres humanos possuem capacidades morais e podem, por essa razão, ter direitos morais básicos, visto que apenas humanos são agentes morais *autônomos* com capacidade para refletir e compreender tanto os seus *direitos* quanto os seus *deveres* dentro de uma reconhecida comunidade moral, assim como reconhecer as afirmações levantadas contra os seus interesses.²¹⁹ No que se refere à questão da espécie, ele argumenta em

²¹⁸ Ibid.

²¹⁹ Para sustentar sua tese, Cohen evoca em seu artigo as concepções de filósofos como Santo Agostinho que trata da consciência interior de uma vontade livre; a participação autoconsciente de seres humanos em uma ordem ética objetiva (Hegel); a associação humana em uma comunidade orgânica moral (Bradley); o desenvolvimento da personalidade humana através da consciência moral do eu (Mead); a cognição intuitiva da justiça de uma ação (Prichard); e mais influente é a ênfase de Kant da posse humana universal de uma vontade moral única e da autonomia. (Cf. COHEN, Carl. The Case For the Use of Animal in Biomedical Research. In: The New England Journal of Medicine. n.314, p. 865-870, 1986, p. 866).

defesa da superioridade moral humana, o que, no seu entendimento, confere por conseguinte, uma maior relevância moral para a dor e o sofrimento de seres humanos. Humanos são moralmente superiores por que: “os seres humanos enfrentam escolhas que são puramente morais; humanos, mas certamente não os cães ou ratos – estabelecem leis morais, para os outros e para si. Os seres humanos são auto-legislativos, moralmente *autônomos* [...]”²²⁰ Essas diferenças tornam os humanos merecedores de uma maior consideração moral do que os animais.

Entre as espécies de vida animada, no entanto – entre (por exemplo) humanos de um lado e gatos ou ratos de outro – as diferenças morais relevantes são enormes, e quase universalmente apreciadas. Humanos dedicam-se à reflexão moral; humanos são moralmente autônomos; humanos são membros da comunidade moral, reconhecem exigências legítimas contra seus próprios interesses. Seres humanos têm direitos; o seu *status* moral é muito diferente daquele de gatos e ratos.²²¹

Cohen se declara abolicionista por defender uma igualdade na consideração moral em relação às raças e ao sexo. No entanto, o autor se assume especista e, assim, posiciona-se de modo contrário em relação às propostas de considerações morais em favor da igualdade para os animais superada pelas diferenças entre as espécies. Ele considera que apenas a dor experimentada por humanos possui uma relevância moral, enquanto nega isso à dor dos animais, ainda que este sofrimento seja *semelhante*, pois, para o autor, as diferenças morais anteriormente mencionadas – autonomia, pertencimento a comunidade humana, reconhecimento das leis estabelecidas, dos direitos e deveres, capacidade de reflexão moral, de dar ou negar consentimentos, etc. -, são muito significativas para se determinar o *status* moral da espécie humana e, principalmente, as diferenças de tratamento conferidas para os membros da nossa espécie em comparação com as demais.

Em virtude dessa superioridade moral, Cohen defende que uma conduta moralmente correta dos humanos, depende, muitas vezes, de uma conduta estritamente especista, como é, por exemplo, o uso de

²²⁰ COHEN, Carl. “The Case For the Use of Animal in Biomedical Research”, The New England Journal of Medicine, n.314, p. 865-870, 1986, p. 866, tradução nossa.

²²¹ *Ibid.*, p. 867.

animais em pesquisas biomédicas para alcançar, por meio disso, os objetivos e benefícios voltados ao incremento do bem-estar de seres humanos. “Para maximizar a proteção de sujeitos humanos, concluo, deveria ser encorajado e não desencorajado o amplo e imaginativo uso de sujeitos animais vivos. É nossa obrigação ampliar o uso de animais”.²²² Cohen compreende que as pesquisas e os experimentos levados a efeitos em animais devem ser realizados, estimulados e se necessário ampliados em virtude dos benefícios que podem gerar para os seres humanos no que se refere, principalmente, ao aumento do bem-estar, expectativa e qualidade de vida. Os experimentos desta natureza devem existir porque podem afastar a possibilidade de que experimentos venham a ser realizados em humanos, e isso é uma atitude moralmente correta.

Eu sou um especista. Especismo não é apenas plausível, mas é essencial para uma conduta correta, porque aqueles que não farão as distinções moralmente relevantes entre as espécies estão quase certamente, em consequência, a compreender erroneamente suas verdadeiras obrigações. A analogia entre especismo e racismo é insidiosa. Todo julgamento moral sensível exige que as diferentes naturezas dos seres para quem obrigações são devidas, sejam consideradas.²²³

Para Cohen, portanto, além das características morais superiores dos seres humanos, que são mencionadas para nos distinguir fundamentalmente dos demais animais, a *pertinência* ou não em uma espécie também é um dos critérios mais relevantes para garantir a legitimidade da consideração moral *desigual* a estas duas categorias de seres sencientes, ou seja, humanos e não-humanos. Diferentemente de Singer que não considera a espécie um critério moral relevante para se desconsiderar um sofrimento semelhante, Cohen, por sua vez, entende que pelo fato dos animais serem membros de outra espécie, e não possuírem as mesmas características morais presentes nos seres humanos, as dores sofridas por eles e os possíveis interesses que lhes podem ser alegados em função da senciência, são irrelevantes quando se trata de negligenciá-los para com isso beneficiar os seres humanos.

²²² Ibid., p. 869.

²²³ Ibid.

O autor até reconhece que “animais certamente podem sofrer e certamente não se deve fazê-los sofrer desnecessariamente”.²²⁴ Mas, ao contrário desta “desnecessidade”, segundo Cohen, se for necessário provocar sofrimento em animais para atender os interesses humanos, quaisquer que sejam, principalmente nas pesquisas biomédicas, e certamente que em qualquer outro uso de animais que resulte em algum tipo de benefício, tanto econômicos quanto de bem-estar para os humanos, suas dores e sofrimentos não devem ser levadas em consideração, mas apenas os benefícios que isto resultará para os seres humanos.

Conforme já foi anteriormente observado, Singer enfatiza o fato de que nem todos os seres humanos possuem tais características que os filósofos pró-especismo invocam para fundamentarem a desconsideração moral com os animais. Embora a autonomia, a capacidade e a disposição para reflexões e escolhas morais, a capacidade de dar consentimentos, assim como a competência para compreender a dimensão de seus direitos e deveres²²⁵, sejam características morais humanas importantes, não encontradas em outras espécies, o fato que não pode ser ignorado, é o de que nem todos os humanos as possuem ou as exercem segundo as suas potencialidades, o que implica, ao fazer um uso dos argumentos como de Cohen, dar margem para excluí-los das considerações morais.²²⁶ Mas o que não permite essa exclusão, apesar de não possuírem as características morais importantes, é principalmente o pertencimento desses indivíduos à espécie humana.

Cohen analisa que se todas as formas de vida animal devem ser tratadas igualmente, e, portanto, se a dor e o sofrimento de animais como os roedores usados em pesquisa devem contar igualmente como a dor e o sofrimento de seres humanos, somos forçados a concluir ao menos duas coisas: (1) que nem humanos e nem roedores possuem direitos, ou, (2) que roedores possuem todos os mesmos direitos possuídos por seres humanos.²²⁷ A análise de Cohen está correta. Como

²²⁴ *Ibid.*

²²⁵ Acerca da capacidade de fazer escolhas morais Singer observa: “que quase sempre é certo incluir na espera da igual consideração seres que não são capazes de fazer escolhas morais está implícito no tratamento que damos a crianças e outros seres humanos que, por uma razão ou outra, não têm capacidade mental para compreender a natureza de uma escolha moral. Como teria dito Bentham, o que importa não é se podem escolher, mas se podem sofrer” (SINGER, Peter. *Libertação Animal*. Tradução: Marly Winckler. Revisão técnica: Rita Paixão. Porto Alegre: Lugano, 2004, p. 256).

²²⁶ Esta é a tese defendida por R.G. Frey, como será analisada em seguida.

²²⁷ COHEN, Carl. *The Case For the Use of Animal in Biomedical Research*. In: *The New England Journal of Medicine*, n.314, p. 865-870, 1986, p. 867, tradução nossa. Lembrando que

já foi analisado anteriormente, essa é justamente uma implicação que algumas teses especistas têm de enfrentar, ou seja, a exclusão não apenas dos animais, mas também de seres humanos da esfera da ação moral dos agentes; ou, por outro lado, a inclusão dos animais dentro dessa esfera, justamente por apresentarem aquelas características que os tornam moralmente relevantes, e que por terem os mesmos interesses, neste caso, o de não sentir dor, devem ter também o direito de ter sua dor levada igualmente em consideração. Mas embora Cohen identifique essas implicações, ao invés de coerentemente reconhecer, então, a relevância moral da dor e do sofrimento animal e o direito de terem seu sofrimento levado em consideração, tal como em humanos, o autor declara que:

Ambas as alternativas são absurdas. No entanto, uma ou outra devem ser aceitas se a igualdade moral de todas as espécies é para ser defendida. Os seres humanos devem a outros seres humanos um grau de consideração moral que não podem ser devidas aos animais. Alguns seres humanos assumem a obrigação de apoiar e curar os outros, tanto humanos quanto animais, como principal dever em suas vidas; o cumprimento desta obrigação pode exigir o sacrifício de muitos animais.²²⁸

Embora compartilhe a noção de que não devemos provocar dano e sofrimento de um modo “desnecessário” e gratuito nos animais, Cohen não reconhece que o respeito ao direito em ter o sofrimento levado igualmente em consideração deva concorrer, de algum modo, com os interesses e as necessidades humanas que exigem o sacrifício do bem-estar e até mesmo da vida dos animais. O interesse dos animais em

o direito que se discute aqui é no sentido de um direito a igual consideração de interesses, e não no sentido do direito jurídico. Em respostas as críticas de M. Allen Fox sobre o uso do conceito de direitos, Singer esclarece: “Minha posição moral básica é utilitária. Eu faço muito pouco uso da palavra “direito” em Libertação Animal, e eu poderia facilmente tê-la dispensado completamente. Penso que o único direito que eu sempre atribuí aos animais é o direito de igual consideração dos interesses, e tudo o que é expressado por falar de um tal direito poderia igualmente bem ser expressado pela afirmação de que aos interesses dos animais deve ser dada igual consideração como os interesses dos seres humanos” (SINGER, Peter. *The Fable of the Fox and the Unliberated Animals*. In: *Etchis*. v. 88, n. 2, p. 119-125, 1978, p. 122, tradução nossa).

²²⁸ COHEN, Carl. *The Case For the Use of Animal in Biomedical Research*. In: *The New England Journal of Medicine*, n.314, p. 865-870, 1986, p. 867, tradução nossa.

não sentir dor não deve, de acordo com a posição de Cohen, competir com o interesse humano em usufruir das vantagens derivadas das pesquisas e demais práticas a partir de sua exploração.

Ainda que o foco de sua argumentação seja mais precisamente o benefício conferido para humanos, o autor não deixa de mencionar, também, que o cuidado e os benefícios conferidos aos próprios animais não-humanos podem vir a exigir, ainda, um sacrifício de outros animais. O autor, no entanto, não deixa claro em seu artigo, a que tipo de benefícios seriam esses e a que classe especificada de animais – de laboratório, zoológicos, produção de alimentos, estimação – esse benefício é conferido.

Conforme destaca B. E. Rollin em seu artigo *The Moral Status of Animals and Their Use as Experimental Subjects*, são sete as categorias principais de experimentação em animais existentes atualmente. Dentre elas, destacam-se duas que tem como objetivo os benefícios gerados para os animais, embora a preocupação final esteja vinculada mais precisamente aos interesses humanos, isto é, estão atreladas aos animais que sofrem diretamente o manejo humano, seja na forma de animais de estimação, ou, principalmente, no setor agropecuário, cujo objetivo é sempre o aumento da produção, o que exige um conhecimento e a necessidade de se promover o bem-estar dos animais para que o lucro da produção seja aumentado. As duas categorias, conforme destaca Rollin, são:

3. Pesquisas voltadas para o aumento da produtividade e eficiência dos animais na prática agropecuária. Isso inclui ensaios alimentares, estudos de metabolismo, estudos na área de reprodução, desenvolvimento de agentes que visam ao aumento da produção leiteira, dentre outros.

4. Testes de várias substâncias quanto a sua segurança potencial de irritação e grau de toxicidade. Dentre essas substâncias, incluem-se cosméticos, aditivos alimentares, herbicidas, pesticidas, químicos industriais, drogas. As drogas – que podem ser de uso veterinário ou humano – são testadas quanto à sua toxicidade, carcinogênese (produção de câncer), mutagênese (produção de mutação nos organismos vivos) e teratogênese

(ocorrência de anormalidades no desenvolvimento embrionário e produção de “monstro”).²²⁹

É possível afirmarmos que a preocupação final quando se menciona os benefícios para os animais nesses, repousa, em última instância, para os seres humanos que se encontram na “posse” de um animal e com o qual obtém algum tipo de lucro ou benefício de sua exploração ou companhia. Quem mantém animais em criação para venda ou produção de alimentos, precisa assegurar a saúde e o bem-estar desses animais para não comprometer o produto final e, conseqüentemente, o seu lucro.

Para Cohen, a própria base utilitarista da qual Singer faz uso para fundamentar o erro moral de se usar animais em atividades humanas a partir do princípio da senciência de Bentham, acaba por legitimar a desigual consideração pelo sofrimento dos animais e em favor do benefício e dos prazeres humanos que podem ser satisfeitos. Nesse cálculo utilitarista, Cohen inclui, além dos benefícios humanos, também benefícios que os próprios animais podem vir a receber, por exemplo, com as pesquisas científicas realizadas em outros animais, da mesma ou de outras espécies. Cohen defende, nesses casos, um direito humano de se violar os interesses dos animais em razão dos benefícios e vantagens que isso pode gerar.

Nós certamente temos obrigações para com os animais, mas eles não têm e nem podem ter direitos frente a nós que a pesquisa possa infringir. Ao calcular as conseqüências da pesquisa animal devemos pesar todos os benefícios em longo prazo – para animais e para os humanos – e nesse cálculo não devemos afirmar a igualdade moral de todas as espécies animadas.²³⁰

Ao discutir os benefícios alcançados por meio do uso de animais, Cohen, ao contrário do que faz Singer, que se limita a analisar o uso de animais para benefícios unicamente humanos, inclui também em seu cálculo os benefícios gerados para os próprios animais. E no que

²²⁹ ROLLIN, Bernard. E. The Moral Status of Animals and Their Use as Experimental Subjects. In: KUHSE, H; SINGER, P. (Ed.). A Companion of Bioethics. Oxford: Blackwell Publishers, 1998, p. 411-422, p. 414-415, tradução nossa.

²³⁰ COHEN, Carl. The Case For the Use of Animal in Biomedical Research. In: The New England Journal of Medicine. n.314, p. 865-870, 1986, p. 869, tradução nossa.

se refere exclusivamente aos benefícios para a *qualidade de vida* dos humanos²³¹ (o que inclui certamente prazeres) alcançados por meio de práticas que infligem danos e malefícios causados aos outros animais, que segundo a proposta de Singer devem ser calculados e contrabalançados numa perspectiva utilitarista, não podem segundo Cohen, ser baseado no princípio da igualdade moral de interesses semelhantes de animais e seres humanos. Na concorrência dos interesses, neste caso, entre o benefício e o prazer para seres humanos e a dor e o sofrimento para animais, Cohen considera que em tal cálculo utilitário apenas os benefícios para seres humanos é o que deve contar. Mas Cohen acrescenta ainda, para reforçar sua tese, que não apenas os benefícios para humanos devem ser levados em conta, mas também os benefícios para os demais animais, embora esse benefício esteja vinculado ao benefício gerado para humanos proprietários de animais.

Aqueles que afirmam basear sua objeção ao uso de animais na pesquisa biomédica, por calcularem a somatória de prazeres e dores produzidos, comete um segundo erro, igualmente grave. Mesmo que fosse verdade – o que com certeza não é – que as dores de todos os seres animados devem ser contabilizadas igualmente, um cálculo utilitário convincente requer que pesemos todas as consequências do uso e do não-uso de animais em pesquisas de laboratório.²³²

Considerando, portanto, que num cálculo utilitarista consequencialista deve ser ponderado os resultados possivelmente obtidos em longo prazo, Cohen observa, no que se refere ainda ao uso de animais para pesquisas, que se um argumento é explicitamente “estruturado em termos de interesse e benefício para *todos* em longo prazo”²³³, e nisso ele inclui também os demais animais não-humanos. Mas o cálculo observa Cohen, “deve atender também às consequências desvantajosas de *não usar animais* em pesquisa, e a todas as conquistas

²³¹ Embora a maior parte dos argumentos de Cohen é dirigida especificadamente às questões do uso de animais em pesquisa, os seus argumentos, conseqüentemente, se aplicam também no que se refere ao uso geral feito dos animais, principalmente na alimentação, uma vez que em ambas as práticas o que está em conflito são os interesses que violam o direito de se ter o sofrimento levado em conta nas deliberações morais.

²³² COHEN, Carl. The Case For the Use of Animal in Biomedical Research. In: The New England Journal of Medicine, n.314, p. 865-870, 1986, p. 868, tradução nossa.

²³³ *Ibid.*

alcançadas e atingidas apenas através de seu uso”.²³⁴ Neste sentido, o autor destaca que:

A soma dos benefícios do seu uso está totalmente além da quantificação. A eliminação da doença horrível, o aumento da longevidade, a prevenção de grande dor, o salvamento de vidas, e a melhoria da qualidade de vida (para humanos e para animais) obtida através de pesquisa com animais é tão incalculável que o argumento desses críticos, sistematicamente perseguidos não estabelece a sua conclusão, mas o seu inverso: que se abster de usar animais em pesquisa biomédica é, por razões utilitárias, moralmente errado.²³⁵

Cohen sustenta que a base utilitarista a partir da qual Singer e muitos outros filósofos fundamentam uma consideração moral de igualdade pelas dores e sofrimentos experimentados pelos animais, quando pensada em termos mais gerais e de longo prazo, não deve deixar de ponderar também sobre os prejuízos e possíveis sofrimentos que isto pode ocasionar para seres humanos e, também, para animais, principalmente no que se refere à diminuição da qualidade de vida para nossa espécie e para as demais, além da perda de prazer que a abolição do uso de animais ocasiona. Se a privação do uso de animais implicar diretamente qualquer perda significativa de prazer ou qualidade de vida para humanos (e demais animais), a abolição de seu uso se torna moralmente errada, conforme entende Cohen, em termos propriamente utilitaristas.

3.4 Análise das críticas especistas de Cohen: a relevância moral da dor e do sofrimento dos animais

Os argumentos pró-especismo de Cohen claramente seguem uma longa tradição filosófica que rejeita a consideração moral por parte dos humanos pela dor e sofrimento dos animais, mesmo que eles sejam comparáveis. O interesse em não sofrer e as preferências humanas são sempre colocadas como superiores e merecedoras de prioridades em

²³⁴ Ibid.

²³⁵ Ibid. Embora Cohen comente sobre os benefícios que as pesquisas podem trazer para os próprios animais, o fato é que esses benefícios se resultam, em sua grande maioria, como foi dito anteriormente, em última instância para os próprios seres humanos que fazem o manejo e um uso proprietário dos animais.

relação aos mesmos interesses e preferências expressadas pelos seres de outras espécies. Para Cohen, a mera diferença orgânica/biológica existente entre as espécies é suficiente para limitar o alcance de um princípio moral e, portanto, criar uma barreira para a extensão do princípio ético da igualdade que exige a mesma consideração moral pela dor semelhante experimentada por um ser de uma espécie diferente.

Embora o autor considere que o pertencimento a uma determinada espécie (*Homo sapiens*), assim como as diferenças de capacidades morais existentes entre humanos e não-humanos sejam critérios moralmente relevantes que justificam a delimitação das considerações morais e aprova, assim, a desconsideração moral pela dor e sofrimento dos membros de outras espécies, o autor não considera, por outro lado, que as diferenças entre as espécies coloquem algum tipo de limitação ou barreira científica para o uso de animais, por exemplo, em pesquisas com a finalidade de se transferir os dados e os resultados para os seres humanos.

As diferenças entre as espécies limitam, no entendimento de Cohen, o alcance da consideração moral, mas, por outro lado, não limitam o seu uso como objeto científico para descobertas voltadas aos seres humanos. Mas, se a dor é uma experiência tão desagradável para todo ser vivo que é capaz de experimentá-la, a ponto de cientistas e experimentadores em psicologia comportamental, por exemplo, utilizarem animais em experimentos dolorosos e transferir os resultados obtidos aos seres humanos, parece emergir daí a necessidade de considerar os animais não apenas no aspecto científico, mas também no aspecto moral, isto é, na sua capacidade senciente. Se as diferenças entre as espécies não impedem que os dados e conclusões de uma sejam transferidos para outra, por que deveriam as diferenças entre as espécies limitar e impedir a inclusão dos animais na esfera de ação moral? Conforme observa Richard Ryder, em um artigo chamado *Painism: some moral rules for civilized experimenter*:

Não é possível, de forma consistente, argumentar que os seres não-humanos são parecidos conosco e, por isso, produzir resultados experimentais válidos, e ao mesmo tempo alegar que eles são inteiramente diferentes do ponto de vista moral²³⁶.

²³⁶ RYDER, R. Painism: some rules for the civilized experimenter. In: Cambridge Quarterly of Healthcare Ethics, New York, v. 8, n.1, p. 35-42, 1999, p. 42, tradução nossa.

No seu ponto de vista as similaridades não devem ser levadas em consideração apenas no âmbito científico, mas também no plano moral, uma vez que aquilo que é infligido nos animais (dor) é uma questão moral importante. A condição física dos animais que os torna sencientes impõe a condição moral:

Se animais não humanos são suficientemente semelhantes para humanos usá-los como modelos científicos na pesquisa, então, eles são suficientemente semelhantes para serem atribuídos um status moral semelhante²³⁷.

A proposta da igual consideração moral com membros de espécies diferentes é estabelecida a partir da semelhante condição de seres sensíveis, e assim, o fato de um ser senciente pertencer a uma espécie diferente da *Homo sapiens* é irrelevante para considerar a sua dor como menos importante. O que importa, conforme já apresentei anteriormente, é a consideração pela dor e sofrimento em si mesmo, e não primeiramente pela espécie do ser que a sente. Se há uma importância moral em preservar um ser das desagradáveis sensações de dor e sofrimento, essa mesma importância recai sobre todos os seres capazes de experimentar isso.

Do mesmo modo que evitamos identificar inicialmente a raça, o gênero, a classe social, a etnia, o grau de inteligência, a nacionalidade de um ser que sofre, para só então, a partir disso, decidirmos ou não levar moralmente em consideração a sua dor, minimizando-a ou evitando-a, devemos proceder do mesmo modo quando o ser que sofre é de espécie diferente, uma vez que a dor também é para os animais não-humanos tão desagradável quanto é para os seres humanos. A prova disso é oferecida pela própria utilização de modelos animais em pesquisas de dor, sofrimento, estresse, realizada nos experimentos da psicologia comportamental, cujos resultados servem de parâmetro para conclusões semelhantes acerca dos seres humanos²³⁸. Como observado anteriormente, tal procedimento coloca o experimentador em um dilema moral e metodológico, pois a utilização de animais em pesquisas de dor

²³⁷ RYDER, R. Speciesism in the Laboratory. In: SINGER, Peter (Ed.) In: In Defense of Animals: the second wave. Blackwell Publishing, 2006, p. 89.

²³⁸ Alguns exemplos de experimentos sobre a dor realizados em animais e cujos resultados são transferidos para seres humanos, podem ser conferidos em: HUNZIKER, Maria Helena Leite. Comportamento de Dor: análise funcional e alguns dados experimentais. In: Temas de Psicologia – 2010. vol. 18, n. 02, p. 227-233.

e comportamento implica que: ou o animal é como nós, e, portanto, não deveríamos causar nele experiências que são desagradáveis em nós e que, assim como ele, buscamos evitar; ou ele é diferente e, por isso, não há razão para realizar experimentos em seus organismos e derivar disso conclusões acerca dos seres humanos.

Mas, como é possível perceber, Cohen invoca e insiste em enfatizar que as diferenças entre os seres humanos e os membros das demais espécies, são fundamentais para se justificar a desconsideração pela dor e o sofrimento sentido pelos animais. Tais características mencionadas por Cohen seriam as capacidades para exercer uma reflexão moral, a autonomia, o pertencimento a uma comunidade, o reconhecimento de seus direitos e deveres perante os outros, capacidade de consentimento, etc., assim como as diferenças nas capacidades mentais, ou seja, na autoconsciência, racionalidade, etc. Estes são traços pertencentes unicamente ao grupo humano, e para Cohen, um ser não deve ser tratado de acordo com as suas próprias características individuais, mas sim, de acordo com as características relativas ao grupo a que ele pertence. Seu foco é estritamente voltado para o grupo, ou seja, para a espécie, não importando se alguns indivíduos venham ser incapazes de exercer estas faculdades mentais e morais.

Conforme já foi observado no capítulo anterior, Singer e também outros filósofos animalistas, e até mesmo alguns críticos²³⁹, chamaram a atenção para o fato de que estas características morais e mentais a partir das quais Cohen fundamenta o direito de um ser humano em ter a sua dor e o seu interesse em não sofrer levados em consideração, também estão ausentes em muitos seres humanos, o que, portanto, implicaria, de acordo com os próprios critérios morais especistas, numa exclusão não apenas de animais não-humanos, mas também dos indivíduos de nossa espécie que não satisfazem estas condições mentais e morais exigidas para fazerem parte da esfera de consideração moral, negligenciando de modo consistente, portanto, a sua dor e o seu sofrimento.

Singer considera problemático o procedimento de julgar os seres a partir das características genéricas (ou essenciais) de um grupo ou espécie a quem ele pertence, ignorando, assim, as suas características individuais. Muitos traços distintivos de grupos ou espécies foram traçados ao longo do tempo para destacar os aspectos essenciais que o constituíam. Assim, por um longo tempo todas as mulheres foram

²³⁹ Como é o caso dos filósofos R.G. Frey, cujos argumentos serão analisados adiante, e de Michael Allen Fox.

consideradas destituídas de capacidades para exercer profissões na medicina, direito, educação e ciência, simplesmente pelo fato de serem do sexo feminino. O mesmo ocorreu em relação aos negros, considerados inaptos para esses mesmos trabalhos. Tudo isso fundamentou um longo período da história de negligência dos interesses dos indivíduos negros e do sexo feminino.

O que Singer herda desses movimentos contrários às discriminações é, diferentemente do que Cohen procura manter, uma “a insistência em se considerar indivíduos enquanto tais e não enquanto membros de um grupo²⁴⁰”, ou seja, analisando as características existentes no *indivíduo em si mesmo*, e não o encerrando em traços considerados essenciais ou naturais de um determinado grupo. É curioso, observa Singer, “que alguns escritores queiram reverter isso com respeito a humanos e animais não-humanos, especialmente por não oferecerem uma razão clara para o porque, neste caso particular, devermos focar na espécie ou raça, em vez de no indivíduo”²⁴¹. É, nesse sentido, portanto, que Singer expande também à questão da libertação animal, essa mudança de foco do grupo para o indivíduo, isto é, da espécie para o indivíduo.

Ser preservado das desagradáveis sensações de dor, medo, fome, sede, são coisas relevantes para todos os seres sensíveis e capazes de experimentarem tais estados, independente da espécie a que pertencem e, principalmente, de suas capacidades mentais e morais. Os critérios mencionados por Cohen colocam um abismo não apenas entre humanos e animais, mas também entre os próprios seres humanos. O que Cohen não parece perceber e é o que Singer busca enfatizar, é que as diferenças morais e mentais não coincidem, necessariamente, com a diferença de espécie e tampouco implicam na capacidade de não querer sentir dor. Alguns humanos carecem de determinadas capacidades consideradas importantes enquanto que alguns não-humanos as satisfazem amplamente. Para Singer, portanto:

[...] deveríamos ser sensíveis a ambas, às diferenças e semelhanças entre os seres. Diferenças em qualidades tais quais inteligência, autoconsciência e capacidade para formular juízos morais certamente são relevantes em certos

²⁴⁰ SINGER, Peter. A Significância do Sofrimento Animal. Tradução: Sônia T. Felipe. In: *Pensata Animal*, n. 15, 2008, p. 07.

²⁴¹ *Ibid.*

contextos, em outros, as semelhanças serão mais importantes²⁴².

O fato de um ser, humano ou não-humano, não ter a capacidade de reconhecer seus direitos e deveres morais, exercer seus atos com autonomia a partir de uma reflexão moral, dar ou negar um consentimento para que algo seja feito com ele, não é relevante para ignorar sua capacidade de sentir dor e submetê-lo a tal estado desagradável. A dor sentida por um ser humano autônomo não é mais importante do que a dor sentida por um humano que não tem autonomia, como um bebê, um dependente químico ou deficiente mental. Do mesmo modo, a dor sentida por um animal que não possui a capacidade para autonomia ou reflexão moral não torna sua experiência de dor e o seu sofrimento irrelevante. Essas diferenças nas capacidades morais não são relevantes para se ignorar a igual consideração pela dor.

Ao discutir os argumentos especistas com base no utilitarismo, é primeiramente importante chamarmos atenção para o modo limitado pelo qual Cohen faz uso do cálculo utilitário em sua forma mais clássica, levando em conta os benefícios e prazeres gerados principalmente para seres humanos²⁴³ através da dor e do sofrimento

²⁴² Ibid. A questão da autoconsciência, noção temporal e inteligência, são características que fazem diferença mais precisamente no que diz respeito a tirar a vida e não sobre provocar dor.

²⁴³ Em seu argumento, como foi notado, o autor menciona também os benefícios que a experimentação em animais confere aos próprios animais. No entanto, Cohen ignora o fato de que os animais são incapazes de dar seu consentimento para que experimentos sejam realizados neles, mesmo que seja para beneficiá-los ou beneficiar outros animais de sua ou de outra espécie. E, da incapacidade de consentir, não se segue uma autorização. Se assim o fosse, teríamos de aceitar que muito humanos que são incapazes de dar um consentimento poderiam ser utilizados em pesquisas danosas e prejudiciais tal como é feito com animais. Além disso, enquanto que os seres humanos têm o ideal de melhorar as condições de vida da espécie em geral, isto é, da humanidade, os animais, por sua vez, não sustentam esse tipo de preocupação em relação a sua espécie, e, portanto, não é coerente falar em benefícios para determinada espécie animal. Outra importante observação ignorada por Cohen é o fato de que, em última instância, a pesquisa realizada em animais, para melhorar a qualidade de vida dos próprios animais, tem como finalidade principal não o benefício para o animal, mas sim para o seu proprietário, isto é, para aqueles seres humanos que acabam se beneficiando com uma melhor qualidade e longevidade da vida dos animais, como por exemplo, uma vaca que com maior qualidade e longevidade de vida produzirá mais leite e de melhor qualidade, ou um animal de fazenda que é curado de alguma doença e que será salvo e assim não haverá um prejuízo econômico para seu proprietário. Em última instância, todos esses benefícios conferidos aos animais, através das pesquisas em membros de sua própria espécie – uso de vacinas, medicamentos, aperfeiçoamento cirúrgico, etc., são conferidos com vistas aos benefícios gerados para os seus proprietários. Embora Cohen mencione as vantagens que podem ser geradas para os animais, sua preocupação não é estritamente com os animais em si. Se assim o fosse, dificilmente ele se posicionaria em favor do uso prejudicial de animais em experimentos de pesquisas e do especismo de um modo geral.

infligido aos animais. De um ponto de vista estritamente humano, poderíamos afirmar que Cohen estaria correto em considerar que se o prazer e a qualidade de vida dos membros de nossa espécie aumentarão por meio da infligência de sofrimento em membros de outras espécies, é isto que deveria ser feito, dentro da perspectiva especista defendida pelo autor, que julga os seres pelo grupo ou espécie a que pertencem, e não por suas características individuais.

Ao fazer essa análise e conclusão o autor comete dois erros fundamentais: (1) ignora o caráter universal da ética que exige que casos semelhantes sejam tratados de modo semelhante, e assim, se o utilitarismo considera que a dor e o prazer são questões valiosas que devem ser maximizadas ou minimizadas, elas devem ser consideradas semelhantemente valiosas e, portanto, maximizadas ou minimizadas, no cálculo utilitarista, para *todos* os seres capazes de tais experiências, o que inclui, portanto, não apenas todos os seres humanos, mas também os não-humanos; (2) ignora ainda o fato de o utilitarismo conferir grande importância para as consequências das ações sobre os *pacientes morais* que são afetados diretamente pelo ato de algum agente, principalmente quando tal ato lhes é danoso. No modo como Cohen realiza o cálculo utilitarista clássico, ele leva em conta apenas os resultados benéficos da ação que são gerados para o agente moral. Nesse sentido, ele ignora amplamente os resultados prejudiciais, como as dores, os desconfortos físicos e mentais, a infligência de doenças, a privação de prazer, a redução da qualidade de vida infligida em um animal não-humano.

Se a questão que Cohen parece estar preocupado é apresentar uma comparação entre a *quantidade* de dor e sofrimento físico gerado para humanos a partir da abolição do uso de animais, com a quantidade de prazer gerado pelo seu uso, para então justificá-lo, o quadro que teremos é justamente o contrário do que Cohen procura sustentar, pois a *quantidade* de dor e sofrimento causado para milhões de animais ao longo de várias décadas se sobrepõe a quantidade de prazer gerado para humanos, uma vez que o *número de animais* que se encontram em situações de dor e sofrimento supera de longe o *número de humanos* que se beneficiam com vantagens e prazeres obtidos a partir do sofrimento de animais.

Os autores Taylor, K. et. al, no artigo *Estimates for Worldwide Laboratory Animals Use in 2005*, analisam a questão da quantidade de animais de laboratório em 179 países, e estimam que apenas no ano de 2005 foram utilizados 115 milhões e 300 mil animais em pesquisas científicas e biomédicas declaradas em relatórios oficiais. No entanto, conforme discutem os autores, tais estimativas sobre a quantidade de

animais utilizados e suas finalidades não são precisas, pois na maioria dos países os dados não são coletados de modo detalhados ou publicados. Mas, o principal fato que compromete uma estimativa precisa, se deve porque certas categorias de procedimentos científicos e algumas espécies de animais são excluídas. Nos Estados Unidos da América, por exemplo, as publicações dos dados excluem da categoria os animais como pássaros, peixes, répteis, anfíbios, e, principalmente, os mais utilizados, ratos, *hamsters*, e camundongos, uma vez que a legislação desse país não os toma como animais, mas sim como utensílios de laboratório, descartáveis como quaisquer outros. A inclusão desses animais nos cálculos estatísticos evidenciaria ainda mais a excessiva produção de animais destinados unicamente para fins de pesquisa.²⁴⁴ As estimativas variam de ano para ano, dependendo muito das políticas de governo, mudanças nas legislações que abrangem os animais e as áreas de pesquisas em que são relatados, entre outros fatores.²⁴⁵ O mais certo é que o número exato de animais utilizados em uma década, por exemplo, permanece praticamente inestimável.

Portanto, o cálculo utilitarista, no seu modo mais simples conforme o usa Cohen, que considera uma ação correta aquela que aumenta o maior prazer (e a felicidade diretamente relacionada ao prazer) para o maior número, contabiliza, na relação entre humanos e animais, uma maior quantidade de *dor*, *sofrimento* e *morte* para um maior número de seres se comparado com o prazer que é gerado para uma quantidade menor de seres.²⁴⁶

Segundo Sônia T. Felipe, os argumentos pró-especismo desenvolvidos por Cohen a partir da análise das vantagens, prazeres e benefícios alcançados e desfrutados por seres humanos por meio dos prejuízos e danos causados para os animais, (através do utilitarismo clássico), comete também outro erro fundamental que compromete sua

²⁴⁴ Cf. TAYLOR, K. et. al. Estimates for Worldwide Laboratory Animal Use in 2005. In: ATLA, n. 36, p. 327-342, 2008.

²⁴⁵ O uso de animais para propósitos educacionais, por exemplo, não entra nas estatísticas da maioria dos países. Apenas no Egito, por exemplo, contabilizou-se o uso de 1 Milhão e 500 (Cf. TAYLOR, K. et. al. Estimates for Worldwide Laboratory Animal Use in 2005. In: ATLA, n. 36, p. 327-342, 2008, p. 339).

²⁴⁶ Em relação apenas ao número de animais abatidos para fins de alimentação, segundo Singer e Mason, a indústria alimentícia afeta anualmente a vida de 50 bilhões de animais em todo o mundo, de acordo com dados colhidos do Relatório do ano de 2003 da Food and Agriculture Organization of the United Nations. Esses dados não incluem em suas contabilizações os animais marítimos e oriundos da caça. (Cf. SINGER, Peter; MASON, JIM. A Ética da Alimentação: como nossos hábitos alimentares influenciam o meio ambiente e o nosso bem-estar. Tradução: Cristina Yamagami. Revisão técnica: Marly Winckler. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007, p. 307).

tese, pois, além de ignorar o fato de o utilitarismo conferir grande ênfase sobre os seres que são afetados diretamente por uma ação e para a dor e o prazer desses seres, nesse caso, os animais, Cohen ignora também, em sua análise e críticas à Singer, a perspectiva do utilitarismo preferencial. Como observa Felipe:

Ao raciocinar conforme o critério utilitarista clássico, Cohen parece esquecer que a perspectiva utilitarista preferencial, adotada por seus colegas Richard M. Hare e Peter Singer, ordena levar em conta, no cálculo dos interesses, todos os afetados pelas decisões e ações. O cálculo dos benefícios e custos de uma ação, proposto pelos utilitaristas clássicos, não é mera ostentação de poder daqueles que pretendem obter benefícios para si, de uma decisão que sua autoridade lhe confere o poder de tomar subtraindo-os o bem alheio.²⁴⁷

Nesse sentido, a decisão do agente moral de provocar sofrimento em animais e considerar esse sofrimento irrelevante em comparação ao sofrimento humano, mesmo quando são semelhantes, é uma decisão incoerente. Sacrificar involuntariamente (sem consentir) o seu próprio bem-estar, seu estado de prazer e suas preferências, e deixar-se submeter ao sofrimento para beneficiar outro é algo que nenhum ser humano se permite. Mas, no que diz respeito ao sacrifício do bem-estar de um animal não-humano, ou seja, de seu estado de prazer e satisfação, causando-lhe dor e sofrimento a fim de gerar benefícios para seres humanos, é uma decisão que, segundo o princípio utilitarista, ainda no seu sentido clássico e preferencial, deve ser igualmente levado em consideração e rejeitada²⁴⁸.

²⁴⁷ FELIPE, Sônia. T. *Ética e Experimentação Animal: fundamentos abolicionistas*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007, p. 158.

²⁴⁸ Cohen considera que os resultados das pesquisas podem beneficiar os próprios animais, e assim, portanto, nesta via argumentativa seria justificável, por exemplo, infligir danos e doenças em animais saudáveis para descobrir por meio disso a cura de doenças para outros animais de sua espécie e beneficiá-los com isto, melhorando sua qualidade de vida e longevidade. Mas, se aceitamos infligir danos em animais saudáveis (incapazes de dar consentimento) para descobrir a cura de doenças para animais de sua própria espécie, por que não aceitamos o mesmo em relação aos humanos incapazes de dar um consentimento, isto é, causar danos em humanos e descobrir a cura de doenças para os próprios seres humanos? Uma vez que não é do interesse dos animais aumentar a longevidade e a qualidade de vida dos membros de sua espécie, os benefícios que são alegados a eles, como faz Cohen, são conferidos, ao final, para os próprios seres humanos que tem o interesse em utilizá-los para benefícios da espécie humana.

Ainda que Cohen busque incluir os benefícios que podem vir a ser gerados para os animais, (de modo indireto, uma vez que o maior beneficiado é ainda o ser humano, na figura do proprietário), ele faz, portanto, um uso limitado do princípio utilitarista, pois o restringe, em última instância, aos humanos, quando deveria aceitar também a sua extensão e aplicação para não-humanos, não por uma decisão meramente arbitrária, mas justamente porque os animais são, também, dotados daquilo que para o utilitarismo tem valor e importância moral, isto é, dor e prazer, além do fato destes seres estarem diretamente sujeitos as consequências e aos desdobramentos de nossas escolhas e ações, o que faz com que nossas ações em relação a eles devam ser pensadas de modo a não prejudicá-los.

Nenhum ser humano dotado de razão saudável aprova, caso esteja no lugar de quem leva o prejuízo, quaisquer ações que impliquem a destruição do seu bem-estar, de sua integridade física, emocional, moral e ambiental. Ao defender seus próprios interesses, o sujeito moral racional não admite ser vítima de *sacrifícios*, mas, esse mesmo sujeito aprecia que *outros* sejam sacrificados para atender seus interesses. Egoísmo e *pleonexia* são termos que designam bem tal gosto, não ética, nem justiça.²⁴⁹

Mas para Cohen, quando se trata, portanto, de tomar uma decisão e realizar uma ação que envolva inevitavelmente a produção de dor e sofrimento sobre membros de outras espécies a fim de satisfazer determinados interesses e obter benefícios com isso, como, por exemplo, a eliminação de doenças, o alívio da dor e o aumento da qualidade de vida humana, deve prevalecer, então, a atitude especista que desconsidere a dor e o sofrimento provocado no animal. Em resumo, sua tese é de que: “nenhuma vida não-humana, nenhum bem-estar não-humano, jamais, deve ser alçado ao nível humano²⁵⁰”, o que significa, portanto, que mesmo que a dor e o sofrimento sejam semelhantes, o fato de serem sentidos por membros de espécies diferentes, segundo Cohen, é suficiente para não serem levados em igual consideração, e deixar de serem causados, como propõe Singer em sua tese que busca elevar o status moral dos animais não-humanos.

²⁴⁹ Ibid.

²⁵⁰ Ibid., p. 163.

Conforme pode ser notado, Cohen parece temer que um tratamento igualitário para os animais e o respeito pela sua dor encaminhe à diminuição do status moral humano e fundamente uma negligência com o bem-estar dos membros de nossa espécie, pois, abrir mão dos benefícios, vantagens e prazeres derivados dos diversos usos de animais, seria, segundo o autor, prejudicial em virtude de diminuir, por meio dessa decisão, a qualidade da vida humana, e isso na perspectiva de Cohen é algo imoral.

Gaverick Matheny, em seu artigo *Utilitarianism and Animals*, chama a atenção para o fato de que, ao contrário do que ocorre com outras áreas que usam animais, a questão dos animais de laboratório, em particular, “oferece um campo de testes para o princípio da igual consideração de interesses²⁵¹.” O autor reconhece que no que diz respeito a alimentação, entretenimento ou vestuário, é amplamente aceito, tanto por abolicionistas como por boa parte de seus críticos, que muitas dessas práticas são triviais e desnecessárias, podendo ser abolidas ou diminuídas por não gerarem um benefício real para seres humanos, principalmente quando podem ser facilmente substituídas por outros hábitos de consumo. Mas, em relação à pesquisa com animais, Matheny observa que existem muitos benefícios conquistados na pesquisa médica e veterinária para seres humanos e não-humanos, e que não são considerados triviais, e por essa razão, o autor compreende que “o utilitarismo não pode oferecer tão simples objeção para a utilização de animais em experiências como acontece com a utilização de animais para a alimentação²⁵².” No entanto, Matheny acredita que o utilitarismo pode oferecer um importante e rígido critério para se avaliar e determinar se um experimento é ou não eticamente aceitável.

Esse critério vai se estruturando a partir de algumas etapas. Primeiramente, devemos nos perguntar “se o experimento é valioso de ser conduzido.²⁵³” Como observa o autor, uma grande maioria dos testes realizados em animais envolvem produtos voltados aos cuidados estéticos pessoais (cosméticos), e que são superficialmente diferentes dos já existentes. Além disso, “muitas pesquisas básicas envolvendo animais podem responder perguntas intelectualmente interessantes, mas prometem poucos benefícios à animais humanos ou não-humanos,²⁵⁴”, pois, se questiona Matheny, “precisamos saber o que acontece com

²⁵¹ MATHENY, Gaverick. *Utilitarianism and Animals*. In: SINGER, Peter (Ed). *In Defense of Animals: the second wave*. Blackwell Publishing, 2006, p. 22.

²⁵² *Ibid.*

²⁵³ *Ibid.*

²⁵⁴ *Ibid.*

gatinhos depois que seus olhos são removidos no nascimento, ou a macacos quando privados de todo o contato materno desde a infância?”²⁵⁵

O critério, portanto, colocado pelo utilitarismo, segundo Matheny, para avaliar a validade de um experimento, considera que “devemos nos perguntar se a dor prevenida por uma experiência é maior do que a dor causada por esta experiência”.²⁵⁶ Com isso, o autor entende que “como os experimentos envolvem rotineiramente milhares de animais com um benefício incerto para qualquer animal humano ou não-humano, na maioria dos casos, esses experimentos não são justificados”.²⁵⁷ É difícil aceitar que “a dor experimentada por 100 milhões de animais a cada ano evita uma quantidade equivalente de dor.”²⁵⁸

A outra etapa do critério considera que se acreditamos que um experimento é justificável por razões utilitaristas, conforme defende Cohen, “há outra pergunta que devemos fazer para verificar nossos preconceitos”.²⁵⁹ Considerando que a maioria dos mamíferos adultos utilizados nas pesquisas realizadas em laboratórios, como os cães, gatos, coelhos, ratos, camundongos e primatas, estão mais conscientes acerca do que está ocorrendo com eles e certamente são tão ou mais sensíveis a dor que lhes é infligida, em comparação com bebês ou indivíduos acometido por graves e irreversíveis doenças mentais, Matheny, seguindo uma perspectiva semelhante a adotada por Singer, coloca a seguinte questão: “será que os pesquisadores, contemplando um experimento animal, estão dispostos, então, a colocar uma criança (*infant*) humana órfã no lugar do animal?”²⁶⁰, uma vez que os resultados seriam, até mesmo, muito mais confiáveis e seguros.

O teste pelo qual os experimentadores teriam de passar para justificar o uso de animais nos experimentos e pesquisas com base no utilitarismo, deve demonstrar, segundo Matheny, duas coisas: (1) que se os pesquisadores *não* estão dispostos a utilizar um ser humano, isso demonstra que a simples discriminação com base na espécie, é moralmente injustificável; e (2) se os pesquisadores estão realmente dispostos a colocar uma criança no lugar de um animal, então eles estão, no mínimo, moralmente conscientes das implicações de suas escolhas.

²⁵⁵ Ibid.

²⁵⁶ Ibid.

²⁵⁷ Ibid.

²⁵⁸ Ibid.

²⁵⁹ Ibid.

²⁶⁰ Ibid., p. 23.

Possivelmente, existam casos em que os pesquisadores acreditam que um experimento seja realmente valioso a ponto de valer a pena realizá-lo em um bebê, no entanto, o autor se mostra cético quanto ao fato do cientista fazerem esta reivindicação²⁶¹. Possivelmente ela fique apenas no âmbito discursivo, e não na prática.

Se bebês ou crianças nessas condições (órfãs, física e mentalmente limitadas) se igualam aos animais, seus usos em pesquisas laboratoriais se tornariam preferíveis se comparado com o uso de animais, uma vez que sua utilização tornaria os resultados mais confiáveis e seguros em virtude dos dados obtidos não terem de extrapolar as barreiras das diferenças fisiológicas e mentais existentes entre as espécies, gerando, assim, muito mais benefícios do que a utilização de animais de outras espécies e certamente mais seguros.

No segundo capítulo de *Libertação Animal*, chamado “instrumentos de pesquisa”, Singer reconstrói o debate acerca dos benefícios para a qualidade de vida humana alcançados por meio de experimentos em animais e observa que é difícil estimar exatamente as contribuições derivadas do uso de animais em meio a tantas outras ações que também contribuíram para aumentar a qualidade de vida, da saúde, e a expectativa de vida, como por exemplo, as melhorias nas condições sanitárias, nutricionais, de higiene pessoal, prevenções de doenças, diminuição da pobreza, desnutrição, da mortalidade infantil, etc. Não é apenas o uso de animais, em todas as áreas, assim como o conhecimento obtido através de sua utilização em pesquisas e experimentos, que aumentam de modo significativo a perspectiva de vida humana, como faz parecer os filósofos que defendem a desconsideração da dor causada nos animais. O mais importante neste debate, observa Singer, se refere ao fato de que:

[...] a questão ética quanto à justificabilidade da experimentação em animais não pode ser estabelecida apontando-se para seus benefícios para nós, por mais persuasivas que possam ser as provas em favor desses benefícios. O princípio ético da igual consideração de interesses excluiria alguns meios de se obter conhecimento. Nada há de sagrado acerca do direito de se buscar conhecimento. Já aceitamos muitas restrições à

²⁶¹ Nesse sentido, Matheny coloca-se na mesma posição adotada por Singer, qual seja: o de elevar o status moral dos animais ao mesmo nível de status moral que é conferido para estes seres humanos.

iniciativa científica. Não acreditamos que os cientistas tenham direito geral e irrestrito de realizar experimentos dolorosos em seres humanos *sem seu consentimento*, embora haja muitos casos em que tais experimentos serviriam para que o conhecimento avançasse muito mais rapidamente do que qualquer outro método. Agora necessitamos ampliar o âmbito das restrições no tocante à pesquisa científica.²⁶²

Singer chama atenção para o fato de que a busca desenfreada pelo conhecimento não deve ignorar as preocupações éticas com o bem-estar e o sofrimento daqueles que são usados como sujeitos/objetos de pesquisa. Se a busca pelo conhecimento deve ter um prevalectimento sobre as implicações morais, ou seja, ignorando os problemas éticos surgidos, muitos experimentos em seres humanos seriam facilmente justificados apenas em *nome do conhecimento* e do benefício conquistado.

O *argumento do benefício*, conforme Cohen o utiliza, poderia também ser invocado a fim de justificar os benefícios e o avanço do conhecimento que experimentos realizados em seres humanos podem gerar, conhecimento e benefício possivelmente muito mais eficaz do que o que é obtido através do uso animal.²⁶³ Mas, uma vez que humanos e animais possuem o interesse em não sofrer as dores e os danos decorridos de um experimento, o princípio ético que exige igual consideração por esses interesses, se aplica conseqüentemente aos indivíduos de ambas as espécies. Portanto, ao contrário do que sustenta Cohen, comparar o racismo com o especismo não é algo infundado, pois em ambos os preconceitos o que há de comum é a exploração de uns para os benefícios de outros, ou seja, a desconsideração e o sacrifício de algo importante – o prazer e o bem-estar, e a imposição de algo desagradável – a dor e o sofrimento:

A analogia entre o especismo e o racismo se aplica à prática tão bem quanto à teoria, na área da

²⁶² SINGER, Peter. *Libertação Animal*. Tradução: Marly Winckler. Revisão técnica: Rita Paixão. Porto Alegre: Lugano, 2004, p. 102, grifo nosso.

²⁶³ Em *Libertação Animal* Singer questiona: “Mas, se o experimentador alega que o experimento é importante o suficiente para justificar a imposição de sofrimento a animais, por que não é importante o bastante para justificar que se inflija o sofrimento a seres humanos do mesmo nível mental?” (SINGER, Peter. *Libertação Animal*. Tradução: Marly Winckler. Revisão técnica: Rita Paixão. Porto Alegre: Lugano, 2004, p. 92).

experimentação. O especismo flagrante leva a experimentos dolorosos em outras espécies, defendidos sob a alegação de que contribuem para o conhecimento e sua possível utilidade para a nossa espécie. O racismo flagrante levou a experimentos dolorosos em outras raças, defendidos sob a alegação de sua contribuição para o conhecimento e possível utilidade para a raça que fez os experimentos.²⁶⁴

Além disso, Singer observa que existe um *exagero* no modo como o bem-estar humano é defendido a custas do sofrimento animal. “Os principais problemas de saúde do mundo continuam amplamente a existir, não porque não sabemos como prevenir as doenças e manter as pessoas saudáveis”²⁶⁵, mas sim, porque nem sempre as devidas atenções por parte dos governos, por meio de ações políticas eficazes e investimento financeiro suficiente para resolver esses problemas, são corretamente utilizados ou destinados a eliminar o sofrimento das pessoas. A fome, as doenças, a desnutrição de crianças e adultos, a pobreza, os conflitos bélicos que matam milhares de pessoas em todo o mundo não são, como muitas vezes Cohen e demais filósofos especistas tentam fazer parecer com seus argumentos, um resultado *direto* e *imediato* da defesa ética dos animais e da abolição de seu uso em experimentos científicos, na alimentação, vestuário, entretenimento, etc.

O que ocorre nessa argumentação, segundo Tom Regan, em *Jaulas Vazias*, é justamente uma *superestimação* dos benefícios gerados pelo uso de animais e ao mesmo tempo uma *subestimação* dos danos e sofrimentos originados para humanos a partir de seu uso, como as muitas mortes, doenças e deficiências ocorridas em virtude do intenso uso de animais, tanto na alimentação, quanto nas pesquisas científicas.²⁶⁶ Se por um lado, os benefícios são invocados para defender

²⁶⁴ *Ibid.*, p. 92.

²⁶⁵ *Ibid.*

²⁶⁶ Cf. REGAN, T. *Jaulas Vazias: encarando o desafio dos direitos dos animais*. Tradução: Regina Rheda. Revisão Técnica: Sônia Felipe, Rita Paixão. Porto Alegre: Lugano, 2006, p. 218-220. Regan cita como alguns exemplos as deficiências causadas pelo uso do medicamento Talidomida, e a incidência de câncer na população originado a partir do hábito de fumar. O autor demonstra que apesar de cinquenta anos de pesquisas sobre os efeitos do tabaco em animais, raramente houve sucesso na indução de câncer em cachorros e macacos. Apesar disto, em humanos existe uma estreita relação entre esta doença e o hábito de fumar. É no mínimo contraditório defender o uso de animais para beneficiar humanos e ao mesmo tempo uma grande parte da população manter conscientemente hábitos tão nocivos para a saúde humana, gerando problemas de saúde em larga escala populacional como são os problemas relacionados

o uso de animais, por outro os seus prejuízos e danos originados para humanos (e principalmente aos animais) são amplamente ignorados.

No que se refere mais precisamente a questão dos animais criados e abatidos para o consumo humano, Cohen se limita apenas a criticar a inconsistência daqueles que rejeitam matar animais em alguns contextos, mas não em outros, e exigir dos que criticam os experimentos em animais, mas que ainda assim adotam uma dieta carnívora, uma postura que seja mais coerente e abandonem absolutamente todos os usos de animais. Ao fazer uma comparação entre o uso de animais em experimentos científicos com os usados na alimentação, Cohen observa que a utilização de “anestésicos e cuidados na criação de animais tornam o nível real de sofrimento animal no laboratório geralmente menor do que no matadouro”.²⁶⁷ Embora Cohen não considere que a dor e o sofrimento dos animais tenha uma relevância moral, ele não considera coerentemente válido a oposição aos experimentos enquanto a maioria das pessoas considera aceitável criar e matar animais para satisfazer o apetite humano por carne.

Enquanto a morte e o desconforto não diferem substancialmente nos dois contextos, o opositor coerente não deve apenas se abster de comer de todos os animais, mas também protestar veementemente contra outros que os comem, assim como contra outros fazendo experimentos neles. Não menos vigorosamente deve o crítico contestar o uso de peles de animais em casacos e sapatos, o emprego em qualquer empreendimento industrial que usa partes de animais, e para qualquer desenvolvimento comercial que causará morte ou sofrimento aos animais. Matar animais para satisfazer a necessidade humana de alimento, roupas, e abrigo é julgado como inteiramente razoável para muitas pessoas [...] Como pode os muitos usos comuns de animais serem julgados moralmente válidos, enquanto que a sua utilização na investigação científica é julgado indigno?²⁶⁸

não apenas com o fumo, mas com muitos outros hábitos humanos, como o excessivo consumo de álcool, maus hábitos alimentares, de prazer, higiene, etc. Estas questões serão detalhadamente analisadas no último capítulo.

²⁶⁷ COHEN, Carl. The Case For the Use of Animal in Biomedical Research. In: The New England Journal of Medicine. n.314, p. 865-870, 1986, p. 869, tradução nossa.

²⁶⁸ Ibid.

A análise de Cohen nesse sentido está correta ao reconhecer que aqueles que se opõem a infligir dor e sofrimento aos animais em uma prática, como no caso a que ele se refere, nos experimentos, devem, de modo coerente, portanto, se abster de modo absoluto de *todas* as demais práticas que causem dor e sofrimento aos animais, ou seja, adotar o vegetarianismo radical – veganismo, e não apenas se opor a determinadas praticas isoladas e permanecer realizando diversas outras.²⁶⁹ Mas essa crítica de Cohen não é dirigida a fim de demonstrar a obrigação moral de abolir tais ações, pois, como pode ser observado, o próprio autor é a favor da preservação das práticas que se utilizam de animais, negando-lhes a inclusão na comunidade moral humana. Sua crítica é antes dirigida apenas à falta de consistência entre se opor a um tipo de ação que cause dor nos animais, e manter muitas outras, e não especificadamente a utilização feita dos animais na alimentação, vestuário, entretenimento, etc.

Como observa Sônia T. Felipe, a limitação que é imposta pela cultura especista sobre aqueles que buscam adotar uma postura ética abolicionista no que se refere a todos os usos de animais, muitas vezes os impede, mesmo com todo o esforço, de evitar em absoluto e de uma só vez, como sugere Cohen, as implicações que seus hábitos de consumo têm sobre os animais.

Os filósofos animalistas abolicionistas, como bem o estabelece essa expressão, defendem a abolição de todos os usos e práticas de exploração dos animais por humanos, e praticam, coerentemente com seus princípios éticos, o veganismo. Mas nem todos os defensores dos animais, os que militam nas organizações não governamentais, são veganos ou veganas. A ditadura da dieta à base de animais mortos, ou de produtos expropriados deles com a mesma indiferença com a qual se escravizava os africanos até há pouco mais de um século, praticamente impede os cidadãos da maioria dos países ditos evoluídos de seguirem padrões éticos que contrariam a moral tradicional praticada à mesa, no vestuário, no lazer. Ser vegana ou vegano, hoje, pelo menos em países de tradição cultural e religiosa especista, representa

²⁶⁹ Cf. *Ibid.*

uma luta diária, silenciosa, na maior parte das vezes, porque até mesmo queixar-se da inexistência de alimentos preparados sem ingredientes de animais vivos ou mortos soa aos ouvidos “normais”, tanto dos donos dos restaurantes e das lanchonetes, quanto dos demais fregueses que os frequentam, como uma excentricidade, esquisitice ou mesmo loucura.²⁷⁰

As críticas de Cohen contra a igual consideração pela dor dos animais, parecem comprometidas devido ao uso limitado que o autor faz do utilitarismo, considerando que apenas deve ser levado em conta os benefícios para os agentes morais, ignorando os danos e prejuízos exercidos sobre os pacientes morais que sofrem diretamente as consequências das escolhas e ações dos agentes. O fato de animais serem incluídos no cálculo utilitarista não é mera arbitrariedade, mas uma consequência lógica derivada se valorizar moralmente o prazer, maximizando-a e desvalorizar a dor, diminuindo-a ou evitando-a. E uma vez que a dor é algo tão desagradável nos animais quanto o é em humanos, comprovado pelo próprio uso de animais em experimentos dolorosos, (cujos dados e conclusões são muitas vezes transferidos para humanos), ela deve, por uma questão lógica, ser igualmente levada em consideração.

Singer, ao insistir que a dor sentida por animais deve ser contada igualmente, não o faz por uma arbitrariedade de querer defender os animais da crueldade, mas sim, porque o caráter universal da ética exige que casos semelhantes sejam tratados de modo semelhante, e se um dos aspectos do princípio moral utilitarista é proteger um ser das sensações desagradáveis derivadas da infligência de atos danosos e dolorosos, ela se aplica consequentemente, portanto, a todos os seres capazes de sofrer, independente da raça, gênero e espécie.

3.5 O Conceito de Interesses

Outra importante objeção dirigida ao princípio da igual consideração de interesses proposto por Singer, diz respeito justamente à possibilidade de animais terem interesses. Como já foi observado, Singer considera que a capacidade de sentir dor e sofrimento é o que possibilita um ser possuir interesses, vinculando, portanto, a consciência

²⁷⁰ FELIPE, Sônia. T. Ética e Experimentação Animal: fundamentos abolicionistas. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007, p. 160.

com a existência de interesses, tanto em humanos quanto em não-humanos. O ser que sente dor e sofre com isso, tem o interesse em não experimentar tal sensação e ter, portanto, o seu sofrimento aliviado. Analisarei, neste momento do trabalho, a concepção de R.G. Frey, segundo a qual o conceito de interesses, fundamental na teoria ética de Singer, não se aplica aos animais, e, portanto, não há, conforme defende Singer, a existência de interesses moralmente importantes nos animais. Apresentarei o modo pelo qual Frey fundamenta a existência de interesses não na sciência, mas sim na capacidade de um ser em ter *desejos* e *crenças* e, principalmente, na linguagem, uma faculdade necessária para isso. Após apresentar e analisar a tese de Frey, será exposta em seguida, a tese de Lawrence C. Becker, que embora reconheça a existência de interesses nos animais, ainda assim, defende que os interesses humanos possuem sempre uma prioridade sobre os dos animais, mesmo quando são semelhantes, negando, portanto, uma igualdade na consideração de seus interesses, por considerá-los socialmente distantes.

3.6 Os animais não possuem interesses: a tese de R. G. Frey

Diferentemente de Peter Singer, o filósofo R. G. Frey²⁷¹, em um artigo chamado *Rights, Interests, Desires and Beliefs*, de 1979, expõem a tese de que os animais não possuem interesses a serem respeitados. No seu entender, apenas os seres humanos são capazes de possuírem interesses e têm, portanto, ao contrário dos animais, o que ser levado em consideração e preservado por meio de nossas escolhas e ações. Enquanto Singer vincula a existência de interesses com a capacidade de sentir dor e sofrimento, Frey, ao contrário, vincula o conceito de interesses, não com a sciência, mas sim com a capacidade de *querer*, de ter *desejos* e *crenças*, sendo isso possibilitado pelas faculdades linguísticas. Influenciado, assim como Peter Harrison, pelo mecanicismo cartesiano, Frey sustenta inicialmente as suas conclusões a partir da comparação estabelecida entre os seres vivos animais e as máquinas.

No seu entender, as máquinas, tais como tratores, por exemplo, não podem ter o *interesse* de estarem com suas engrenagens bem lubrificadas para o seu bom funcionamento, porque tratores não possuem nenhum tipo de *querer* que possa ser satisfeito ou frustrado. O

²⁷¹ Optei por reconstruir aqui alguns dos argumentos de Frey pelo fato de Singer considerá-lo um de seus principais opositores (Cf. SINGER, Peter. *Libertação Animal*. Tradução: Marly Winckler. Revisão técnica: Rita Paixão. Porto Alegre, São Paulo: Lugano, 2004, p. 274).

único querer e interesse existente nesse caso é do próprio fazendeiro que *deseja* ter o seu trator bem lubrificado a fim de que ele funcione bem²⁷². Frey vincula ao querer o conceito de *necessidade*, no sentido de que alguns seres vivos, como as plantas e os animais possuem, de fato, certas necessidades para a manutenção e o bom funcionamento de seus organismos, como é, por exemplo, a necessidade de água, ar, e de alimentos. Contudo, Frey acredita que embora sejam necessidades, elas não se configuram como *desejos*. Não é possível afirmar que uma planta possua o desejo de água, embora haja nela tal necessidade. Conforme define Frey: “por ‘querer’ entendo um termo que engloba tanto necessidade quanto desejo, e são esses que eu devo considerar”²⁷³.

A partir disso, perguntar se animais podem ter um *querer* significa perguntar se animais podem ter necessidades, então, nesse sentido, certamente eles têm um querer. Entretanto, observa o autor, esse querer, no caso dos animais, não se apresenta no sentido de um interesse.

Um cão pode necessitar de água. Mas *isso* não pode ser no sentido de ‘querer’ no qual tendo interesses dependerá. [...] Assim como cães necessitam de água para funcionar normalmente, tratores necessitam de óleo para funcionar normalmente; e assim como os cães morrerão ao menos que suas necessidades por água sejam satisfeitas, também as árvores e grama e uma grande variedade de plantas e vegetais morrerão, ao menos que suas necessidades de água sejam satisfeitas.²⁷⁴

O autor conclui, portanto, que animais podem ter necessidades do mesmo modo que as máquinas ou as árvores também as têm, mas isso não significa que essa necessidade seja fundamentalmente um *querer* ou um *desejo*, e nem mesmo que sejam conscientes, isto é, que

²⁷² “[...] suponho que tratores não podem ser prejudicados e beneficiados, e, deste modo, não podem ter interesses [...]. Neste sentido, é claro, parece que tratores não têm interesses, ainda que estarem bem oleado pode ser útil para serem bons tratores em suas qualidades, tratores não tem um interesse em ser bem oleado, uma vez que eles não podem, de fato, ter qualquer querer que seja” (FREY, R. G. Rights, Interests, Desires and Beliefs. In: American Philosophical Quarterly. v. 16. n. 3. p. 233-239, 1979, p. 234, tradução nossa).

²⁷³ FREY, R. G. Rights, Interests, Desires and Beliefs. In: American Philosophical Quarterly. v. 16. n. 3. p. 233-239, 1979, p. 235, tradução nossa.

²⁷⁴ *Ibid.*

exista um conhecimento da falta acerca daquilo que lhe é necessário.²⁷⁵ Portanto, tratores, árvores, grama e etc., não possuem *querer*, e, desse modo interesses não podem, como no caso do *querer*, ser interpretado como *necessidade*.

Frey analisa, então, se os animais não-humanos podem ter um *querer* na forma de que isso signifique que eles tenham *desejos*. Sua conclusão é a de que os animais não possuem desejos. Tal afirmação é sustentada a partir da ideia, segundo a qual, para que um ser seja capaz de possuir desejos, lhe é necessária a capacidade de ter *crenças*. Crer, portanto, é a condição do querer. Querer é desejar algo que existe, mas não se possui e se *acredita* ser capaz de possuir. Desejos, segundo Frey, pressupõem a crença em *sentenças* verdadeiras e falsas, e assim, ele considera que todos estes conceitos – querer, desejos e crenças, são possíveis apenas para seres capazes de linguagem, pois para se fazer uma sentença afirmativa e crer nela é necessário o uso de uma linguagem.²⁷⁶ Ter crenças, segundo Frey, “não é compatível com a ausência de linguagem e habilidade linguística”.²⁷⁷

O seguinte exemplo pode ilustrar essa sua tese: suponhamos que eu seja um colecionador de livros raros e *desejo* possuir um volume, por exemplo, da Bíblia de Gutenberg. O meu desejo de possuí-la é conduzido primeiramente pela *crença* de que existe esse livro raro e eu não o possuo. Eu acredito que falta tal exemplar na minha coleção. Sem essa crença eu não posso ter esse desejo. Isto, para Frey, está estritamente vinculado com a linguagem, pois significa acreditar que a sentença ‘falta a Bíblia de Gutenberg na minha coleção’ é *verdadeira*. Assim, no que se refere, então, aos animais, Frey observa que:

A dificuldade no caso dos animais deveria ser aparente: se alguém fosse dizer, por exemplo; ‘o gato acredita que a porta está trancada’, então esta pessoa está afirmando, da forma que vejo isto, que o gato sustenta a sentença declarativa, ‘a porta está trancada’, como sendo verdadeira, e eu não vejo nenhuma razão que seja para acreditar que o gato ou qualquer outra criatura que falta

²⁷⁵ Cf. *Ibid.*, p. 235.

²⁷⁶ Gatos podem mentir? Se eles não podem, então eles não podem afirmar coisa alguma; e se eles carecem de afirmação, eu não vejo como eles poderiam possuir uma linguagem. (FREY, R. G. Rights, Interests, Desires and Beliefs. In: *American Philosophical Quarterly*. v. 16. n. 3. p. 233-239, 1979, p. 237, tradução nossa).

²⁷⁷ FREY, R. G. Rights, Interests, Desires and Beliefs. In: *American Philosophical Quarterly*. v. 16. n. 3. p. 233-239, 1979, p. 235, tradução nossa.

linguagem, incluindo bebês humanos, mantenham sentenças declarativas e afirmem que certas sentenças declarativas sejam verdadeiras.²⁷⁸

Para se crer em algo é necessário que a sentença seja verdadeira. Animais, bebês e possivelmente muitos outros seres humanos afetados com deficiências mentais não têm tal capacidade de relacionar e articular conceitos e declarações, pois não possuem linguagem que os possibilita a isto²⁷⁹, e então, eles não possuem crenças, logo, eles não têm interesses. Embora se possa afirmar que eles tenham *necessidades*, que são naturais, sem que haja um conhecimento consciente das próprias necessidades, eles não são capazes de crer, e não tendo a capacidade de crer, não são capazes de desejar, e por conta dessa ausência, não são capazes de possuírem interesses que possam cultivar, e, deste modo, serem satisfeitos ou frustrados, levados em consideração ou negligenciados. Portanto, o conceito de interesses, segundo Frey, não se aplica factualmente e tampouco moralmente aos animais.

É justamente pelo fato de eu poder distinguir sentenças do tipo: ‘em minha coleção falta uma Bíblia de Gutenberg’ e ‘minha coleção contém uma Bíblia de Gutenberg’, que eu sou capaz de desejar ou não esse exemplar para minha coleção, de acordo, portanto, com a minha crença.²⁸⁰ Assim, no que diz respeito aos animais, Frey não concebe como um gato ou qualquer outro animal, poderia, por exemplo, ter a crença de que a porta está destrancada (*unlocked*) ao menos que ele pudesse ter a capacidade de distinguir esta verdadeira crença da falsa crença de que a porta está destrancada. Os animais, assim como bebês e alguns humanos gravemente afetados por doenças mentais ou degenerativas, não são capazes de fazer essa distinção, pois não possuem ou perderam uma linguagem que possibilite isso. Frey enfatiza

²⁷⁸ *Ibid.*, p. 236. É importante observarmos um detalhe na utilização que Frey faz da palavra *locked*, que significa fechar uma porta à chave, e não a palavra *close*, que significa fechar uma porta, mas sem trancá-la à chave. Neste sentido, nem mesmo adultos normais observando uma porta fechada (*closed*), podem acreditar ou ter alguma certeza de que ela está trancada (*locked*) à chave ou não. Assim, considero que o exemplo de Frey falha ao querer dizer que animais não podem acreditar e nem afirmar que uma porta está trancada, pois nem mesmo seres humanos adultos normais podem saber se uma porta está trancada (*locked*) apenas observando que ela está encostada (*closed*).

²⁷⁹ “[...] não vejo como uma criatura poderia ter o conceito de crença sem ser capaz de distinguir entre crenças verdadeiras e falsas” (FREY, R. G. *Rights, Interests, Desires and Beliefs*. In: *American Philosophical Quarterly*. v. 16. n. 3. p. 233-239, 1979, p. 236, tradução nossa).

²⁸⁰ Cf. FREY, R. G. *Rights, Interests, Desires and Beliefs*. In: *American Philosophical Quarterly*. v. 16. n. 3. p. 233-239, 1979, p. 236.

ainda que para se possuir uma crença é necessário algum tipo de *consciência* acerca das distinções dessas sentenças verdadeiras ou falsas.

A minha crença de que falta uma Bíblia de Gutenberg em minha coleção é verdadeira se, e apenas se, na minha coleção falta uma Bíblia de Gutenberg; isto é, a verdade desta crença não pode ser mantida por mim sem ser o caso que eu estou *consciente* da verdade da sentença ‘minha coleção falta uma Bíblia de Gutenberg’ é *no mínimo* parcialmente uma função de como o mundo é.²⁸¹

O autor não encontra razão alguma para considerar que os animais possam expressar estados de consciência, uma vez lhes falta justamente a linguagem apropriada para isto.

Essa questão é grande demais e complexa para ser discutida aqui; mas a linha geral de argumentação que eu deveria usar para suportar minha negação pode ser traçada em poucas palavras. Gatos podem mentir? Se eles não podem, então eles não podem afirmar coisa alguma; e se eles carecem de afirmação, não vejo como eles poderiam possuir uma linguagem. E eu devo ser estrito: não sugiro que, faltando afirmação, gatos possuem uma linguagem em algum sentido atenuado ou secundário; antes, eu insinuo que, faltando afirmação, eles não possuem linguagem alguma.²⁸²

Diferentemente de Singer, Frey não considera que a capacidade de sofrimento habilita um ser a possuir interesses, e, no caso dos animais, portanto, o simples interesse em não sofrer. Para Frey, a capacidade de sofrimento dos animais é irrelevante para fundamentar os interesses ou originar qualquer consideração moral para com eles. No seu entendimento, se um cão é cortado, isto não significa que exista nele um desejo, uma crença e um *querer* em não sofrer, uma vez que isto só pode ser articulado por uma linguagem sofisticada, e, portanto, ele não possui interesses, e assim, não há interesse moralmente importante a ser

²⁸¹ Ibid.

²⁸² Ibid., p. 237.

levado em consideração nesse ato. Embora o animal tenha uma necessidade de não sofrer, assim como de se alimentar e beber água para o seu bom funcionamento, isso não significa, segundo o pensamento de Frey, que ele tenha uma consciência ou interesse acerca disso, do mesmo modo que uma máquina tem certas necessidades para o seu bom funcionamento sem que isso se configure como um querer, um desejo e um interesse e muito menos uma consciência de tal estado.

Apenas os seres capazes de ter *crenças*, *querer* e *desejos* são detentores de interesses. E isto só possível apenas a partir da linguagem. Não havendo linguagem, não há como existir um *querer* e, portanto, não há interesses e conseqüentemente, não há nenhuma consideração moral a ser feita por estes seres, pois não há nada neles que possa ser frustrado ou satisfeito. A partir dessas concepções, Frey infere que as considerações morais acabam se restringindo apenas aos seres que são dotados de linguagem, pois apenas com ela é possível existir um *querer* e, por conseguinte, um interesse.

3.7 Análise das críticas de Frey e o conceito de interesses vinculado a linguagem

Singer trata da questão acerca de se atribuir a existência de interesses vinculada com a linguagem, assim como o sua importância moral, de três maneiras: primeiramente reafirmando as considerações morais em torno da sciência já trazidas por Bentham, a partir da qual ele fundamenta o princípio da igual consideração de interesses, e de que modo então “a capacidade de utilizar uma linguagem não é relevante para a questão de como um ser deve ser tratado – a menos que pudesse ser relacionada à de sofrer de tal modo que a ausência de uma linguagem lançasse dúvida sobre a existência dessa capacidade”.²⁸³ Se a faculdade da linguagem determinasse a capacidade de um ser em sentir dor ou prazer, então, conseqüentemente, Singer concordaria que a faculdade da linguagem determinaria a capacidade de ter interesses, e nesse sentido, seria concebível afirmar que o modo como um ser deve ser tratado tem relação com a linguagem. Mas, como observa Singer, “a linguagem pode ser necessária para o pensamento abstrato, em alguns níveis, pelo menos; mas estados como a dor são mais primitivos, nada tendo a ver com a linguagem,”²⁸⁴ pois a sciência não é afetada pela

²⁸³ SINGER, Peter. *Libertação Animal*. Tradução: Marly Winckler. Revisão técnica: Rita Paixão. Porto Alegre: Lugano, 2004, p. 16.

²⁸⁴ *Ibid.*

linguagem. Um bebê não possui linguagem, e, possivelmente, não possui crenças e desejos segundo o modo como Frey compreende essas capacidades. No entanto, isso não é razão para lhe negar os cuidados médicos quando ele está doente ou se recusar aliviar a sua dor quando está sofrendo, e, muito menos, é razão para se derivar uma autorização moral para causar intencionalmente algum tipo de dor ou dano. Bebês, assim como as pessoas com faculdades mentais afetadas, podem não possuir crenças, mas ainda assim elas são capazes experimentar a dor e sofrimento. A incapacidade de ter crenças e desejos não determina sua capacidade de sentir dor e, portanto, de ter interesses em não experimentar tal estado. Mesmo quando destituídas dessas capacidades, ainda assim essas pessoas possuem a possibilidade de virem a sentir algum tipo de dor, e, portanto, ainda possuem um interesse.

Em segundo lugar, observa Singer, o fato de que a melhor prova que temos de que as criaturas sentem dor é em virtude delas serem capazes de nos dizerem isso, ou seja, de se expressarem de alguma maneira verbal ou por algum outro modo de comunicação, também não é suficiente para creditar-lhes a capacidade de sofrer e negá-la aos animais. Enquanto que para expressar pensamentos abstratos, conceitos matemáticos ou metafísicos é necessário o uso de uma linguagem complexa, por outro lado, para “expressar sensações e emoções, a linguagem é menos importante do que modos não linguísticos de comunicação,”²⁸⁵ pois no que se refere a expressão de estados emocionais, dores e prazeres físicos, eles se manifestam, tanto em humanos quanto em animais, muito mais pelos comportamentos do que pela linguagem. A dor é muito mais expressada, anunciada e percebida pelo comportamento do choro, gemido, grito, fuga da fonte originária de dor, do que por uma narração verbal ou qualquer outra forma de expressão linguística dessa experiência. Singer também considera que embora a afirmação ‘eu estou sentindo dor’ pode ser uma forte prova de que o falante está, de fato, sentindo dor, ainda assim ela não a melhor prova existente, pois “como as pessoas, às vezes, mentem, nem mesmo é a melhor prova possível”²⁸⁶ de que uma pessoa está realmente

²⁸⁵ *Ibid.*, p. 17.

²⁸⁶ *Ibid.* Em sua obra *A Expressão das Emoções no Homem e nos Animais*, ao explicar sua metodologia para descobrir os princípios gerais da expressão, Charles Darwin considera preferível a observação dos animais, pois lhe garantia uma confiabilidade maior: “utilizarei aqui fatos observados tanto em homens quanto nos animais inferiores; entretanto, os últimos são preferíveis, já que menos propensos a nos enganar.” (DARWIN, Charles. *A Expressão das Emoções no Homem e nos Animais*. Tradução: Leon de Souza Lobo Garcia. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 35.

vivenciando essa experiência. As pesquisas em etologia têm demonstrado que “os sinais básicos que utilizamos para transmitir dor, medo, amor, alegria, surpresa, excitação sexual e muitos outros estados emocionais não são específicos de nossa espécie,”²⁸⁷ mas sim manifestados também pelas demais espécies animais.

Finalmente, mesmo que existissem bases mais convincentes para negar aos seres destituídos de linguagem complexa a capacidade de sentir dor e sofrimento, e, conseqüentemente, poder recusar a partir disto o reconhecimento do *status* de seres detentores de interesses e com o direito de receberem igual consideração moral pelos seus interesses, nesse caso, o de não sofrer, as implicações não se restringiriam, conforme Singer enfatiza, apenas aos animais não-humanos, mas se estenderiam também para os membros da nossa própria espécie, uma vez que recém nascidos e crianças muito pequenas, assim como adultos acometidos por severas doenças mentais também não fazem uso de linguagem ou se o fazem, muitas vezes a fazem de modo extremamente limitado.

De fato, como foi visto anteriormente, é justamente isto o que Frey reconhece. Crianças muito pequenas, bebês, pessoas comatosas e aquelas que perderam a capacidade de linguagem, estão, segundo sua tese, destituídas de interesses, pois não há nada nelas que possa ser satisfeito ou frustrado, uma vez que não possuem nenhum *querer*, crença e desejo. Mas, ainda assim, isto não significa que elas estejam destituídas da capacidade de sentir dor física perante um ato danoso, pois tal capacidade não tem como pré-requisito a linguagem. “Negaríamos que uma criança de um ano de idade pode sofrer?”²⁸⁸, se questiona Singer. Se não negarmos isso, significa, portanto, que a linguagem, assim como tudo aquilo que ela proporciona, como já bem indicou Bentham, não pode ser crucial para se determinar se um ser é digno de receber consideração moral por seus interesses, no mínimo o interesse em não sofrer. Se não duvidamos que outros seres humanos tenham interesses e sejam capazes de sentir dor, mesmo se não expressam esse estado por meio da linguagem ou não possuem a capacidade de desenvolver crenças, querer ou desejos conscientes, como é também o caso de muitos humanos, conseqüentemente, não devemos duvidar que os outros animais tenham interesse em não sofrer. A capacidade ou incapacidade de ter crenças ou desejos não interfere, tanto em humanos quanto em animais, na capacidade de sentirem dor e

²⁸⁷ Ibid.

²⁸⁸ Ibid.

sofrimento, e, portanto, não interfere na capacidade de ter interesses, no mínimo o interesse em não sentir tais experiências desagradáveis originadas de situações de dor.

Em sua argumentação, Singer insistentemente chama a atenção para as limitações que teses como a de Frey apresentam. Elas são excludentes, pois só levam em consideração os seres capazes que satisfazem uma determinada faculdade (ou qualidade) escolhida, no caso de Frey, a linguagem, e, conseqüentemente, a capacidade de crenças e desejos. Por não serem capazes de construir crenças e desejos que se articulam por uma linguagem, eles não são seres merecedores de igual consideração moral, pois não há interesses que possam ser satisfeito ou frustrado.

De fato, Frey leva coerentemente a sua tese até as últimas conseqüências, e se encontra obrigado a defender que experimentos rigorosamente controlados sejam feitos não apenas em animais, mas também em seres humanos destituídos destas capacidades e de outras mais que tornariam sua qualidade de vida maior e, portanto, fariam suas vidas mais valiosas.²⁸⁹ O autor reconhece, em seu artigo *Vivisection, Morals, and Medicine: An Exchange*, publicado em 1980, que muitos animais têm uma qualidade de vida maior e melhor que a de muitos humanos, e, portanto, não é justificável preferir usá-los nos experimentos. A qualidade de vida de alguns seres humanos é tão baixa que suas vidas se tornam menos valiosas do que de muitos outros seres humanos e animais com suas integridades físicas e mentais preservadas.

Nem toda vida humana tem o mesmo enriquecimento ou alcance para o enriquecimento. (Existem bebês, é claro, mas muitas pessoas parecem felizes em considerá-los como levando vidas que têm potencialidades relevantes para enriquecimento). Algumas pessoas levam a vida de uma qualidade que nós não desejaríamos nem mesmo para nossos piores inimigos, e algumas

²⁸⁹ “[...] O prazer da amizade, comer e beber, ouvir música, participar de esportes, obter satisfação através do nosso trabalho, ler, apreciar um bonito dia de verão, se casar e compartilhar experiências com alguém, sexo, assistir e ajudar nossos filhos crescerem, resolver problemas práticos e intelectuais muito difíceis na busca de algum objetivo que nós altamente estimamos, e assim por diante [...] Quando nós pensamos nesses termos, de dimensões para nós que não existem para os animais, nós somos naturalmente levados a dar a nossas vidas mais valor por causa das possibilidades muito maiores para enriquecimento que elas contém. (FREY, R. G. *Vivisection, Morals, and Medicine: An Exchange*. In: *Journal of Medical Ethics*. n. 09, p. 94-97, 1983, p. 96, tradução nossa).

destas vidas não têm o alcance de enriquecimento de vidas humanas normais. Se nós considerarmos os comatosos irreversíveis como vidas humanas vividas da mais baixa qualidade, nós devemos, todavia, encarar o fato de que muitos humanos levam vidas de uma qualidade radicalmente mais baixa do que vidas humanas normais.²⁹⁰

Mesmo que os experimentos prejudiquem estes seres humanos de alguma maneira, eles são válidos se forem beneficiar outros seres com qualidade de vida maior²⁹¹. É esse o preço a ser pago na tentativa de se justificar o uso de animais em pesquisas repousado sobre o argumento de que ela pode trazer benefícios e os prazeres resultantes desses benefícios²⁹².

Frey considera, então, que seres humanos destituídos de certas capacidades e faculdades mentais, além de não poderem desfrutar de experiências que tornam a vida mais enriquecedora, e, portanto, mais qualitativa e valiosa, podem ser usados em experimentos científicos que sejam rigorosamente controlados, com resultados efetivos e que beneficiem também os próprios indivíduos. Ao discutir, por exemplo, a moralidade em torno dos testes de vacinas, Frey analisa que:

[...] para se opor a testar uma vacina em animais normais e saudáveis, com uma qualidade de vida razoavelmente alta, a alternativa é testar em humanos os quais a qualidade de vida é tão baixa que a mesma é excedida pela qualidade de vida de animais saudáveis ou se aproxima da qualidade de vida deles.²⁹³

A partir do *argumento do benefício*, muito enfatizado por Carl Cohen, se tem muito mais razões para realizar experimentos e testes científicos nessa categoria de seres humanos, do que em animais

²⁹⁰ FREY, R. G. Vivisection, Morals, and Medicine: An Exchange. In: Journal of Medical Ethics. n. 09, p. 94-97, 1983, p. 96.

²⁹¹ Cf. Ibid. Sobre essa questão, conferir também PLUHAR, Evelyn. Beyond Prejudice: The Moral Significance of Human and Animals. Duke University Press, Durham and London, 1995, p. 184. Para uma leitura das replicas aos argumentos de Frey, conferir PATON, Sir William. In: REGAN Tom; SINGER, Peter. Animal Rights and Human Obligations. 2ed, New Jersey. Prentice Hall, 1989, p. 231-235. Neste mesmo artigo são apresentadas também as respostas de Frey as objeções de Paton.

²⁹² Ibid., p. 97.

²⁹³ Ibid.

saudáveis e íntegros, pois os resultados seriam muito mais confiáveis e benéficos se realizados e transferidos para os seres de uma mesma espécie do que de espécies diferentes²⁹⁴. Se nos contrapomos à utilização de humanos, teríamos de ter, portanto, boas razões para justificar o uso de animais, mas não de humanos²⁹⁵. Assim:

[...] não podemos, com o apelo aos benefícios, justificar experimentos animais (dolorosos), sem justificar experimentos humanos (doloroso) [...] podemos tomar o fato de que não podemos justificar experimentos animais sem justificar experimentos humanos como uma boa razão para reexaminar nossa completa prática de (dolorosos) experimentos animais²⁹⁶.

Diferentemente de Singer que busca elevar o *status* moral dos animais não-humanos e não diminuir o dos seres humanos, a argumentação de Frey se encaminha, por uma coerência que o autor não ignora em sua tese que nega a existência de interesses nos animais, por diminuir também o *status* moral desses seres humanos que são acometidos por doenças que afetam suas capacidades mentais, de linguagem, crença e desejos e, portanto, perdem a capacidade de possuírem interesses ou serem conscientes deles. De fato, Frey se declara a favor da vivisseção e de outros tipos de experimentos em animais²⁹⁷ em virtude dos alegados benefícios gerados, e como foi observado anteriormente, ao aceitar e defender a permanência dessa prática com animais, ele conseqüentemente acaba por também aceitar e justificar a realização de experimentos em seres humanos que apresentem semelhanças ou até mesmo inferioridades em suas habilidades em comparação com muitos animais.²⁹⁸ Nesse sentido, a

²⁹⁴ Poderíamos pensar em uma situação hipotética, onde realizaríamos experimentos e testes de novos medicamentos em seres humanos e transferiríamos os seus dados e conclusões para cães, ratos ou gatos. Haveria alguma confiabilidade nesse procedimento? Tal questão da capacidade de previsão dos modelos animais para respostas humanas serão detalhadamente analisados no último capítulo.

²⁹⁵ Cf. *Ibid.*

²⁹⁶ Cf. *Ibid.*

²⁹⁷ “Eu não sou um anti-vivisseccionista, e eu não sou em parte pelas mesmas razões que as pessoas não são, isto é, que vivisseção pode ser justificada pelos benefícios que ela confere” (FREY, R. G. *Vivisection, Morals, and Medicine: An Exchange*. In: *Journal of Medical Ethics*. n. 09, p. 94-97, 1983, p. 94, tradução nossa).

²⁹⁸ Frey se refere em seu artigo que Peter Singer também, grosso modo, se posiciona favorável a realização de experimentos em seres humanos, embora, na análise dos argumentos de Singer, Frey não se atenha aos detalhes e, principalmente, as condições nas quais Singer consideraria

tese de Frey compromete o *status* destes humanos. Singer, ao contrário, considera que devemos, por uma questão lógica, conferir à dor e ao sofrimento dos animais a mesma consideração moral que hoje conferimos à dor e ao sofrimento desses seres humanos que se apresentam com características e qualidades de vida mental igual ou inferior a de muitos animais, mas que nem por isso tem sua capacidade de sentir dor e sofrimento diminuída ou anulada.

É importante lembrar que o objetivo de meu argumento é antes elevar o status dos animais ao invés de baixar o status de qualquer humano. Não desejo sugerir que humanos deficientes mentais devam ser alimentados à força com corantes alimentares até ficar doente ou morrer – embora

válido o uso de humanos. Acerca da situação meramente hipotética de se salvar milhões de vidas com a realização de um simples experimento, em um único animal, Singer (assim como Frey) considera válido a realização do experimento. No entanto, ele observa que se os experimentadores não estiverem preparados para usarem um bebê humano órfão ou humanos com graves doenças mentais, então, não há razões para preferir usar animais. “Nenhuma experiência pode se justificar, a menos que seja tão importante que a utilização de um ser humano com lesões cerebrais possa se justificar” (SINGER, Peter. *Libertação Animal*. Tradução: Marly Winckler. Revisão técnica: Rita Paixão. Porto Alegre: Lugano, 2004, p. 94). Se o experimentador não passar por este “teste da importância”, negando a utilização de um ser humano, não há, portanto, motivo que justifique o uso de um animal. Se um experimento é digno de ser realizado em um animal, isso confere a importância do experimento ser também (e preferencialmente) realizado em um ser humano, uma vez que o resultado será mais confiável do que obtido por meio de um modelo animal. De fato, Singer não acredita que nunca se possa justificar a utilização de um ser humano nestas condições em um experimento científico: “se realmente fosse possível salvar várias vidas mediante um experimento que tirasse apenas uma vida, e não houvesse outra maneira de salvá-la seria correto realizar o experimento” (Ibid.). Mas, como bem observa Singer, na prática isto seria um caso extremamente raro e incomum. O autor não encontra nenhum caso que comprove que um único experimento científico que sacrificou uma vida humana ou não humana foi capaz de salvar milhares de outras vidas. Além disso, nenhum dos experimentos que ele descreve no segundo capítulo de *Libertação Animal*, passaria por esse teste, pois a maioria dos experimentos se mostram fúteis e dispensáveis, pois não levam a resultados imediatos ou a salvação direta de milhares de vidas, além de, muitas vezes, reproduzirem um resultado já conhecido e amplamente descrito. O que ocorre nos experimentos é justamente o oposto. Milhares de seres sencientes são torturados, submetidos a dores e sofrimentos extremos nos procedimentos de pesquisa já realizados ao longo dos tempos, e poucos resultados de aplicação prática e imediata para salvar vidas são obtidos, o que, por sua vez, não justifica o sofrimento. Para Singer, é apenas “quando tivermos cessado de realizar todos os experimentos, então teremos tempo suficiente para discutir o que fazer acerca dos restantes, tidos como essenciais para salvar vidas ou evitar sofrimentos maiores” (Ibid., p. 95). A questão em torno da busca do conhecimento através de experimentos em animais e seres humanos Singer discute nesta mesma obra, onde crítica a busca desenfreada de conhecimento por meio de experimentos em animais, apoiado no fato de que já aceitamos restrições científicas e experimentais em humanos, mesmo que realizá-las significasse um grande aumento de conhecimento.

isso certamente nos daria indicações mais precisas sobre se a substância é segura para humanos do que fazer isso em coelhos ou cães. Gostaria que a nossa convicção de que seria errado tratar os deficientes mentais humanos dessa maneira fosse transferida para animais não-humanos em níveis semelhantes de autoconsciência e semelhante capacidade de sofrimento.²⁹⁹

Se assim não fizermos, isto é, se não reconhecermos a necessidade de elevar o status moral dos animais, estaremos sendo moralmente autorizados, e de modo coerente, a tratar estes seres humanos do mesmo modo que atualmente os animais ainda são tratados. De fato, é esta a conclusão reconhecida e aceita abertamente por Frey, justamente por negar conferir aos animais um tratamento moral pelos seus interesses. É importante salientarmos que ele não apenas aceita esta consequência teoricamente, mas também a defende na prática, desde que os experimentos em humanos, sejam rigorosamente controlados, assim como supostamente também é em animais, ainda que lhes causem alguns tipos de danos e desconfortos, mas que tenham resultados efetivamente benéficos e imediatos.³⁰⁰

Os argumentos de Frey, como é possível notar, seguem também o mesmo caminho adotado por Peter Harrison. Ambos os autores partem de uma equivocada comparação entre seres vivos animados e máquinas artificialmente construídas, como robôs e tratores, para extrair desta analogia conclusões acerca das capacidades físicas e mentais dos animais. Frey usa o seu exemplo do trator para demonstrar que animais, assim como máquinas, podem ter apenas necessidades, embora essas necessidades não sejam conscientes, e assim como os tratores, os animais não podem ter interesses, compreendido no sentido de uma crença, um querer e um desejo.

Essa é uma tese que esses filósofos contemporâneos herdaram de Descartes. Além disso, outra influência de origem cartesiana nesses filósofos é a atribuição da capacidade de sentir dor, sofrimento e possuírem interesses com a existência de faculdades como a consciência e a linguagem, ou seja, vinculada com uma “intelectualização do

²⁹⁹ SINGER, Peter. *Practical Ethics*. 3ª ed. New York: Cambridge University Press, 2011, p. 67, tradução nossa.

³⁰⁰ Cf. FREY, R. G. *Vivisection, Morals, and Medicine: An Exchange*. In: *Journal of Medical Ethics*. n. 09, p. 94-97, 1983, p. 96-97. Frey reconhece que sua defesa de teste e experimentos em humanos com baixa qualidade de vida é algo que gera muita oposição da sociedade e profissionais de saúde.

sofrimento,”³⁰¹ conforme define Evelyn B. Pluhar. Mas, como já se enfatizou ao longo deste trabalho, o fato de um ser não possuir linguagem ou consciência não é razão para acreditar que ele não tenha interesses, no mínimo, o interesse em não sofrer. O fato de um ser experimentar sensações desconfortáveis de dor é uma razão mínima, mas já suficiente, para levá-lo moralmente em consideração, uma vez que a dor é algo desagradável e indesejado para todo ser capaz de experimentá-la, e se não infligirmos dor e sofrimento em seres humanos, mesmo que eles não sejam capazes, ou tenham perdido a capacidade para formularem crenças, terem desejos, e estejam destituídos de habilidades linguísticas, ao menos que estejamos dispostos a praticar o especismo, como defende Carl Cohen, não temos razão alguma para aceitar infligir dor e sofrimento em animais, sejam eles capazes ou não de linguagem, crenças e desejos. Anteriormente, foi demonstrado de que modo as bases nas quais o especismo tenta se justificar são tão frágeis quanto as bases pelas quais o racismo e o sexismo também tentam se sustentar, e, se aceitamos o especismo temos de, conseqüentemente, aceitar junto com isso as prejudiciais implicações que o preconceito contra seres de outras espécies acabam originando para os próprios seres humanos, como bem indica e aceita Frey.

A ausência das capacidades de desenvolver crenças e possuir desejos não interfere na capacidade de um ser, seja ele humano ou não-humano, de sentir dor e de sofrer com tal experiência, e, portanto, não é uma razão para fundamentar a existência de interesses apenas para seres que possuem essas capacidades e negar quando esses mesmos seres são capazes de sentirem dor e sofrimento e se comportam de modo a evitar tal estado.

3.8 A irrelevância dos interesses dos animais não-humanos: a tese de Lawrence C. Becker

Enquanto Frey nega que animais possuam linguagem, não havendo, então, interesses a serem levados moralmente em consideração, como propõe o princípio da igual consideração de interesses de Singer fundamentado na sciência, o filósofo Lawrence C. Becker, por sua vez, reconhece a existência de interesses comparáveis nos animais, embora não reconheça que os seres humanos lhes devam considerações morais com base nessas semelhanças de

³⁰¹ PLUHAR, Evelyn B. *Beyond Prejudice: the moral significance of human and nonhuman animals*. Durham: Duke University Press, 1995, p. 39.

interesses, defendendo que os interesses humanos devem sempre prevalecer sobre os dos animais, e negando, portanto, uma igualdade no modo como os interesses dos animais devem se tratados pelos seres humanos.

Em seu artigo *The Priority of Human Interests*,³⁰² de 1983, Becker compreende que a consideração moral oferecida a um indivíduo se deve, essencialmente, ao fato dele ser membro de uma comunidade moral. Assim, segundo Becker, não apenas os animais, mas também os seres humanos que se encontram afastados, isto é, distantes do círculo moral íntimo do agente têm os seus interesses levados em menor (ou nenhuma) consideração moral. Desse modo, ao direcionar sua investigação para a questão dos animais, o autor afirma que o se propósito “é apresentar um argumento em defesa da prioridade moral, para humanos, de interesses humanos sobre os mesmos interesses em animais”.³⁰³ Reconstruo, a seguir, os argumentos de Becker voltados à fundamentação da prioridade dos interesses humanos sobre os dos animais, criticando, com isso, a proposta da igual consideração dos interesses dos animais.

Para Becker, essa exclusão do âmbito de consideração moral se deve ao fato de que na constituição do caráter de todo agente moral existem determinados traços que conduzem diretamente à preferência pelos interesses dos que são mais próximos em detrimentos dos que são mais distantes. Becker denomina essa regra de “distância social,”³⁰⁴ e aplica-a tanto nas relações entre seres humanos quanto nas relações com os animais, a fim de com isso fundamentar uma prioridade nas considerações morais pelos interesses humanos.

Há certos traços de caráter que a pessoa deve ter – traços constitutivos da excelência moral ou virtude. Alguns desses traços dispõem preferências por ‘distância social’ – isto é, dar prioridade aos interesses daqueles próximos de

³⁰² Optei pelo uso desse artigo por ele constituir o debate na parte três “Equal Consideration for Animals” do livro *Animal Rights and Human Obligation*, editado por Tom Regan e Peter Singer, juntamente com os artigos “All Animals Are Equal” de Peter Singer, e “Darwin, Species, and Morality”, de James Rachels. Esses três artigos, juntos, compõem o debate sobre a igual consideração dos interesses dos animais nessa parte do livro. Além disto, Becker apresenta em sua argumentação importantes objeções de caráter contratualista para negar a igual consideração moral pelos interesses dos animais e que serão analisadas aqui.

³⁰³ BECKER, Lawrence C. *The Priority of Human Interests*. In: REGAN Tom; SINGER Peter (Ed.), *Animal Rights and Human Obligations*. 2ed, New Jersey: Prentice Hall, 1989. p. 87, grifo e tradução nossa.

³⁰⁴ Cf. *Ibid.*

nós nos relacionamentos sociais sobre os interesses daqueles que estão mais distantes.³⁰⁵

Defendendo essa tese no que se refere às próprias relações humanas, no que diz respeito aos animais, portanto, o autor é conduzido a concluir que:

Animais são tipicamente ‘mais distantes’ de nós do que seres humanos. Assim, para sustentar que pessoas devem ter os traços constitutivos da virtude é sustentar, como uma consequência, que pessoas devem (tipicamente) dar prioridade aos interesses de membros da sua própria espécie.³⁰⁶

O critério para defender a prioridade de consideração dos interesses humanos sobre os interesses animais (e até sobre de outros seres humanos) é o *grau de proximidade*. Quanto mais o paciente moral estiver próximo do agente moral, mais direito ele tem em ter seus interesses levados em consideração. Nesse sentido, diferente de Singer, Becker fundamenta, portanto, que a *parcialidade* é um critério válido na tomada de decisões morais, pois, “alguns traços de caráter que são constitutivos da excelência moral estão vinculados a preferência da distância social”.³⁰⁷ Os traços de caráter mencionados como moralmente importantes para as decisões éticas tanto em relação aos seres humanos quanto aos animais, são dois: (i) reciprocidade, e (ii) identificação empática.

- (i) Por *reciprocidade*, Becker entende a capacidade de “retornar um bem na proporção do bem recebido”.³⁰⁸ Tal disposição de reciprocidade é geralmente considerada um elemento da virtude moral.
- (ii) Por *identificação empática*, o autor compreende a “habilidade e a propensão de ver situações por outro ponto de vista, para entender e de fato para compartilhar empaticamente experiências dos outros”.³⁰⁹

³⁰⁵ Ibid.

³⁰⁶ Ibid.

³⁰⁷ Ibid., p. 90.

³⁰⁸ Ibid. A reciprocidade, tal como Becker a define, é um elemento essencial das teorias contratualistas.

³⁰⁹ Ibid. Para o autor, ambas as características que constituem o caráter moral dos agentes estão presentes nas principais teorias éticas, como o utilitarismo, deontologia, teoria dos direitos,

No entendimento de Becker, a disposição existente nos agentes morais para a reciprocidade e a identificação empática é resultado direto da distribuição disposta pela *distância social*.³¹⁰ Isso significa que aqueles que estão muito mais próximos do agente recebem, *inevitavelmente*, uma consideração muito maior pelos seus interesses em comparação com aqueles que estão numa disposição social mais distante. Existe uma maior identificação recíproca de interesses pelos que estão em proximidade. Em relação aos que são mais distantes, a identificação de seus interesses, de suas dores ou prazeres, segundo Becker, só pode ocorrer muito mais por uma empatia construída pela *imaginação*, o que por sua vez *não tem* a mesma vivacidade do que a existente pela aproximação real.

Nós nos identificamos mais completamente com aqueles mais próximos de nós. Isto é, os interesses deles são ‘reais’ para nós de uma maneira que os interesses de pessoas mais distantes não são. Identificação empática com o sofrimento (e o prazer) de pessoas que a simples existência nós sabemos apenas indiretamente (através da descrição de outros) não pode ajudar, mas tem uma qualidade imaginativa, diluída, e duvidosa. Em contraste, os interesses dos que estão próximos de nós – os interesses diretamente comunicados a nós – tem uma vivacidade, imediaticidade, e *indubitabilidade* que a empatia construída imaginativamente nunca pode igualar-se.³¹¹

A identificação empática *forte* produz uma conduta que faz com que ofereçamos uma forte preferência pelos interesses destes que nos são mais próximos, do que com àqueles cuja empatia é mais *fraca* por estarem justamente mais distantes. Para Becker, essa preferência na consideração dos interesses é condicionada e regulada justamente pela característica da distância social.³¹²

ética das virtudes e contratualismo. Em todas estas teorias, Becker compreende que a reciprocidade e a empatia com os outros são pré-requisitos (Cf. BECKER, Lawrence C. The Priority of Human Interests. In: REGAN Tom; SINGER Peter (Ed.), *Animal Rights and Human Obligations*. 2ed, New Jersey: Prentice Hall, 1989. p. 90).

³¹⁰ Cf. Idem.

³¹¹ Idem., p. 92.

³¹² Cf. Idem.

Seguindo essa tese, no que se refere, então, aos membros de outras espécies, Becker, conseqüentemente, os considera como seres que se encontram socialmente mais distantes de nós em comparação aos membros de nossa própria espécie. Desse modo, sustentado pela tese de que os interesses dos mais próximos do agente têm prioridade sobre os interesses dos mais distantes, Becker defende, então, que é moralmente correto oferecer uma “sistemática preferência pelos interesses dos seres humanos sobre os interesses dos animais”.³¹³

Com isso, Becker defende que existem deveres morais apenas aqueles com os quais se estabelece efetivamente uma *relação*, por estarem justamente em proximidade. Esta interação aumenta ou diminui conforme a distância social e quanto mais próxima ela é, mais fortes são os deveres.³¹⁴ O autor compreende que a relação é uma *interação* na qual se pode dizer que existe uma *dependência* entre as partes:

[...] os seres agem *em favor de, com, para, ou contra* todos os outros [...]. A relação causal (de interdependência) que temos com certos microorganismos simbióticos não é uma relação neste sentido [...]. De modo similar, nossa dependência de oxigênio não pode ser analisada em termos de uma dependência social, nem como a relação causal entre nós e vegetais. Mas, *podemos* ter relacionamentos, no sentido referido, com muitos tipos de animais e, praticamente, com todos os seres humanos. Nesses relacionamentos, nosso reconhecimento da verdade a respeito da dependência é um dos fatores que determina a distância social. E, quanto maior a dependência, menor a distância social.³¹⁵

Com essa noção de relação e dependência, Becker é levado a concluir que os animais são muito menos dependentes de nós, em nossas relações com eles, do que são os seres humanos, principalmente as crianças, que dependem de adultos para sobreviver, ter boa saúde e bem-estar. “A distância social de humanos adultos para infantes é, deste modo, tipicamente menor que a distância em comparação aos animais”.³¹⁶

³¹³ Idem.

³¹⁴ Cf. Ibid., p. 93.

³¹⁵ Ibid.

³¹⁶ Ibid.

Baseando-se nessas considerações sustenta-se, então, que as preferências pelos interesses humanos e a prioridade em serem levados em consideração, se fundamenta justamente nesta característica da distância social existente entre seres humanos, mas muito mais presente e visível no que se refere às relações com outras espécies. Essa distância social entre as espécies aumenta ainda mais se levarmos em conta outras considerações, tais como as limitações e propensões sócio psicológicas para identificação empática, além, também, do potencial para o relacionamento recíproco que não existe por parte dos animais, mas apenas em humanos.

3.9 Análise das críticas contratualistas de Becker: a proximidade dos animais e a relevância de seus interesses.

Como visto, Becker defende em sua tese a ideia de que mesmo que os animais tenham interesses comparáveis aos dos seres humanos, como evitar a dor e o sofrimento e viver de modo prazeroso, ainda assim a consideração pelos interesses humanos tem prioridade sobre os interesses dos animais, por mais semelhantes e comparáveis que eles sejam, pois existe uma *relação* e uma *interação* de proximidade maior de humanos para com humanos, do que para com os animais, proximidade esta que se sustenta, segundo o autor, pela forte reciprocidade empática.

Analisando essa tese, Felipe a toma como equivocada em virtude da alegação de que humanos não têm relação alguma com os animais. Ela observa que Becker:

[...] parece não se dar conta dos desdobramentos de sua própria definição de relação, e do raciocínio que a segue. Se, conforme afirma, temos uma *relação* sempre que fazemos algo *em favor de, com,* ou *contra* alguém, então, é possível dizer que temos uma *relação* com todos os seres, afetados positiva ou negativamente por nossos atos e decisões, independentemente de estarmos, ou não, a privar nossa vida particular com eles na *intimidade*.³¹⁷

³¹⁷ FELIPE, Sônia. T. Ética e Experimentação Animal: fundamentos abolicionistas. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007, p. 145.

Isso significa que se as nossas ações são capazes de prejudicar (ou beneficiar) os animais, ou seja, *interferir* de alguma maneira em suas vidas, logo, existe uma *relação* nossa para com eles, pois nossos atos têm desdobramentos diretos sobre eles, interferindo no seu bem-estar e em suas vidas. Se os animais que são utilizados nos laboratórios, nas indústrias alimentícias (e nas demais instituições de exploração animal), fossem socialmente distantes de nós, as consequências de nossos atos não interfeririam neles. Mas não é isto o que acontece. Segundo Felipe:

Pode-se dizer, tanto das práticas de produção industrial de animais, quanto de sua utilização em experimentos, que elas são *ações contrárias* aos animais, ou ainda, que são ações que *dependem* de sua existência. Temos, pois, de acordo com a definição do próprio Becker, uma *relação* com esses animais, que nos vincula a eles e os torna dependentes de nossas decisões.³¹⁸

Uma vez que o ato de consumir produtos de origem animal, utilizá-los em experimentos científicos, fazer uso de suas peles e adestrá-los para o entretenimento exige atos que vão desde a criação, confinamento, manipulação e exploração até o seu abate, estabelece-se, então, uma *relação* na qual esses hábitos *dependem necessariamente* da existência do próprio animal, e, portanto, o conceito de *interação*, proposto por Becker para justificar a distância entre humanos e animais, e a priorização nas considerações pelos interesses de nossa espécie sobre os deles, não se justifica para negligenciar seus interesses, pois conforme observa Felipe, “há, de acordo com o conceito de interação proposto por Becker, uma relação de dependência entre humanos e animais”.³¹⁹

Pelo fato de também haver, segundo Becker, uma *preferência* por mantermos uma interação com humanos e não com animais, os “deveres morais ficam adstritos à comunidade da qual fazemos parte, não devendo, no seu entender, ser estendidos, a não ser excepcionalmente, a seres que não fazem parte da comunidade humana,”³²⁰ e, portanto, os interesses humanos têm prioridade. Mas, segundo Felipe, o que a tese de Becker omite, é justamente o fato de que

³¹⁸ Ibid.

³¹⁹ Ibid.

³²⁰ Ibid. A exceção diz respeito a animais de estimação.

“temos relações e interações com um número infundável de animais, devido ao incontável número de hábitos que cultivamos às custas deles”.³²¹ Por mais que Becker tente afastar os animais, classificando-os como socialmente distantes, considerando que não temos relação de proximidade com eles, o fato é justamente o contrário. Seres humanos cultivam relações e interações com animais. Mas essas relações e interações se dão de modo prejudicial e negligente com eles, causando-lhes danos e sofrimentos através dos diversos hábitos mantidos por humanos e que afetam diretamente e inevitavelmente o bem-estar e a vida deles.

Nesse sentido, havendo, então, uma relação com os animais, relação esta na qual as ações humanas afetam seus interesses, uma vez que animais são criados *por* humanos e *para* fins humanos, o que significa submetê-los em condições de dor e de sofrimento, há, nesta relação, conforme aquilo que o próprio Becker busca defender, uma desconsideração pelos seus interesses em função da prioridade que a satisfação do interesse humano em comê-los tem sobre eles. Assim, o autor fundamenta sua tese em uma *parcialidade* na tomada de decisões, privilegiando os interesses dos que são mais próximos do agente moral e negligenciando os interesses dos que são mais distantes, mesmo que esses interesses sejam semelhantes e afetados por nossas decisões e ações, o que diminui, portanto, a suposta distância que Becker acredita existir.

Essa tese de Becker está vinculada com a ideia segundo a qual existe um perigo de que a tentativa de eliminar nossas afeições parciais para com os mais próximos aumenta a possibilidade de minimizarmos ou destruímos a origem de todas as afeições, pois a parcialidade com os membros de nossa espécie é algo aceitável em virtude dos traços de caráter que nos conduzem a sermos mais atenciosos e preocupados com os interesses dos que nos são próximos, uma vez que temos, naturalmente, vínculos afetivos e empáticos muito mais fortes com os seres de nossa espécie do que com os de outras espécies, do mesmo modo que temos vínculos muito mais estreitos com os nossos familiares e amigos do que com aqueles que nos são desconhecidos.

No entendimento de Singer, a defesa da parcialidade para com os seres da própria espécie, defendida por uma proximidade ou empatia, sustenta também uma parcialidade mais ampla, ou seja, com os membros da própria raça, sexo, etnia, grupo e classe social com os quais temos maiores sentimentos de empatia e proximidade, justificando,

³²¹ Ibid.

desse modo, uma consideração desigual dos interesses não só para com os animais, mas também em relação aos próprios seres humanos³²². Para Singer, a questão que isso deixa implícito é a de saber se devemos aceitar “se nossas obrigações morais para com um ser deveriam depender de nossos sentimentos,³²³” ou seja, se os deveres morais devem estar vinculados com o que sentimos pelos pacientes morais, mais precisamente, por aqueles com quem há uma maior proximidade. Se a moralidade estivesse necessariamente associada com as nossas afeições e com a empatia que sentimos pelos que nos são próximos, seria justificável e coerente para racistas, sexistas, ou elitistas afirmarem e defenderem a preferências pela consideração dos interesses dos membros de sua raça, sexo ou classe social, por existir, justamente, uma maior proximidade afetiva, empática e até mesmo social com eles. No entanto, observa Singer:

A ética não exige que eliminemos as relações pessoais e as afeições parciais, mas exige que quando agirmos avaliemos as reivindicações morais daqueles afetados por nossas ações, com algum grau de independência de nossos sentimentos por eles.³²⁴

Se formos considerar a prioridade dos interesses humanos sobre os dos animais, teremos de considerar também a prioridade dos interesses de *alguns* humanos sobre os de outros. Neste sentido, priorizaríamos os interesses dos nossos familiares, amigos, e vizinhos, sobre os interesses dos que estão socialmente e afetivamente mais distantes de nós.³²⁵ O próprio Becker reconhece que isso é moralmente correto e até mesmo aceitável. Seguindo a direção desses argumentos, Singer observa que é notável que muitos seres humanos possuam um relacionamento afetivo muito mais próximo com seu gato do que com seu vizinho, e assim, ele questiona se “aqueles que ligam a moralidade às afeições aceitariam que essas pessoas estão justificadas a salvar seus gatos de um incêndio antes deles salvarem seus vizinhos?³²⁶” Os que alegam que sim, devem também aceitar que os racistas declarem ser

³²² Cf. SINGER, Peter. *Practical Ethics*. 3ª ed. New York: Cambridge University Press, 2011, p. 68.

³²³ *Ibid.*, p. 69.

³²⁴ *Ibid.*

³²⁵ Cf. *Ibid.*

³²⁶ *Ibid.*

correto dar uma prioridade moral para com os indivíduos de sua própria raça, baseados no argumento de haver entre eles uma ampla afeição e empatia que não existe para com outros indivíduos. No entanto, tal modo de pensar as relações morais falha em uma das principais características da ética, já analisadas no primeiro capítulo: a universalização.

Pode-se aceitar que as considerações de Becker são coerentes em situações nas quais o agente moral se encontra em uma situação absolutamente decisiva e extrema, se imaginarmos, por exemplo, que ele esteja na obrigação de realizar uma escolha em um caso extremo de vida ou morte, entre ter de salvar a vida de seu pai ou a vida de um completo desconhecido. Seguindo a argumentação de Becker, podemos dizer que pela empatia e reciprocidade existente nessa relação, o agente moral que se encontra na situação de ter de fazer uma escolha, deve salvar a vida de seu pai, justificando tal ação com o argumento de que ele lhe é mais próximo e há uma forte interação e empatia entre eles e que não existe com o desconhecido. Mas, ao contrário desse tipo de evento, em situações normais esses tipos de decisões e escolhas não são comuns e cotidianas. Não nos encontramos a todo instante em circunstâncias nas quais temos que *necessariamente* negligenciar os interesses fundamentais dos outros para satisfazer os nossos ou daqueles que nos são próximos, ainda mais se esses interesses se mostram triviais se comparados com os interesses de bem-estar e alívio de sofrimento dos outros. E no que se refere aos animais, também não nos encontramos a todo instante em uma situação na qual temos de necessariamente escolher entre dar prioridade aos nossos interesses ou dos que nos são próximos, negligenciando o dos animais, para só assim sobrevivermos. Seus interesses fundamentais são ignorados para a satisfação de nossos interesses triviais quando decidimos, por exemplo, criá-los e abatê-los com a finalidade de comê-los, quando existem outras possibilidades de fazer isso sem que se interfira nos interesses dos animais.

A dor e o sofrimento, que fundamenta, portanto, a existência de interesses, no sentido mínimo de ter o interesse em não sofrer, é algo que, como já foi exposto aqui, se demonstra ser compartilhado de modo semelhante por humanos e não-humanos. Isto tem sido muito enfatizado pelos filósofos animalistas, como Peter Singer, que diferentemente Peter Harrison e Carl Cohen, considera animais não-humanos capazes de sentir dor e sofrimento e que isto deve ser moralmente levado em consideração. A igual consideração pelo seu sofrimento nos leva a repensar os nossos hábitos dietéticos, centrados na exploração e no

sofrimento animal, no sentido de aboli-los quando isso não representar nenhuma ameaça à nossa sobrevivência.

O princípio da igualdade proposto por Singer, exige que os interesses semelhantes sejam igualmente levados em igual consideração, superando assim, a parcialidade tal como defende Becker e os problemas que ela acarreta. Portanto, o fato de um animal ser membro de outra espécie, o que significaria uma maior distância dele, (o que não se justifica, uma vez que animais estão em relação conosco a partir do momento em que nossas ações interferem neles), não autoriza o agente moral a dar uma prioridade para os interesses humanos quando eles são semelhantes e comparáveis aos interesses dos animais. Assim, uma vez que animais, do mesmo modo que humanos, buscam evitar a dor e o sofrimento, de acordo com o princípio da igualdade, o interesse em não sofrer deve ser levado igualmente em consideração, não podendo um ter prioridade sobre o outro, como propõe Becker, pois o que importa é a consideração pela dor em si e não pelo ser que a sente. Sendo a dor uma experiência desagradável, todo agente moral deve abster-se de praticar atos capazes de originar tais experiências em todos os seres capazes de senti-la e que estão sujeitos aos desdobramentos de suas ações e escolhas, independentemente se existe uma empatia ou afeição pelo ser que sofre. Em relação ao modo como os animais são tratados, isso se torna mais evidente, uma vez que não apenas nos abtemos de lhes causar atos que originem dor e sofrimento e negligencie os seus interesses, mas, também, agimos de modo a lhes infligir diretamente tais estados desagradáveis.

Em relação à satisfação dos interesses de uns a partir da negação ou violação dos interesses de outros, Felipe observa que:

Assim como os seres humanos têm interesse em preservar certos hábitos alimentares, os seres não-humanos têm interesse em viver. A morte de uns para satisfazer o apetite de outros não pode ser justificada eticamente.³²⁷

Comparável com a dor e o sofrimento dos animais que são criados e abatidos para servirem de alimentos, não é possível afirmar que um indivíduo, ao levar em igual consideração os interesses semelhantes dos animais, irá, por sua vez, sentir dor, terror, frustração,

³²⁷ FELIPE, Sônia. T. Ética e Experimentação Animal: fundamentos abolicionistas. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007, p. 108.

medo e sofrimento por abster-se de satisfazer o seu interesse em alimentar-se de produtos de origem animal, principalmente quando isso é feito com uma justificativa repousada muito mais no costume ou no prazer do que numa real necessidade, pois existe a opção de satisfazer o mesmo interesse de se alimentar e sentir prazer com isso sem provocar dor, sofrimento e negligenciar os interesses dos animais.

A ética exige que, nas tomadas de decisões, adotemos um julgamento ético num ponto de vista imparcial e universal, levando em consideração os interesses daqueles que são afetados por nossas ações. E uma vez que os animais, diferentemente do que compreende Becker, estão em proximidade conosco, e são, desse modo, afetados por nossas ações, conseqüentemente, devemos refletir sobre os desdobramentos de nossas escolhas e ações sobre eles, e seus interesses básicos devem também ser levados igualmente em consideração.

A questão da reciprocidade trazida por Becker para tentar justificar a exclusão dos animais da esfera da comunidade moral e da consideração ética, tem uma forte influência contratualista. Ainda que de modo um pouco diferente, filósofos contratualistas como John Rawls e David Gauthier também defendem que só temos deveres morais para com aqueles com quem podemos nos relacionar e com os quais seja possível manter contratos recíprocos:

[...] se a base da ética é que eu me abstenha de fazer coisas prejudiciais aos outros, desde que eles não façam coisas prejudiciais a mim, eu não tenho nenhuma razão para evitar fazer coisas prejudiciais para aqueles que são incapazes de apreciar minha abstenção e controlar, em conformidade com ela, sua conduta em relação a mim. Animais, de um modo geral, estão nesta categoria. [...] Como os animais são incapazes de atos recíprocos, eles estão, por este ponto de vista, fora dos limites do contrato ético.³²⁸

O primeiro problema que Singer aponta a esta crítica contratualista endereçada ao princípio da igual consideração de interesses estendido aos animais, se refere ao fato de que uma explicação da origem da ética em termos de contrato tácito entre as partes com vistas para os benefícios mútuos, não conduz

³²⁸ SINGER, Peter. *Practical Ethics*. 3ª ed. New York: Cambridge University Press, 2011, p. 62, tradução nossa.

necessariamente a uma justificação desta posição contratualista. Por mais que a explicação dessa origem interesseira da ética seja plausível, quando começamos a pensar de maneira ética, somos levados para além dessas premissas sustentadas com base no interesse próprio ou de algum grupo específico e começamos a pensar a partir de um ponto de vista mais amplo e universal, e que inclua os interesses de todos os afetados pelas escolhas e decisões.

Para Singer, algumas características constitutivas da ética não são satisfeitas por uma teoria contratualista, pois ela se restringe apenas aos limites daqueles que são possíveis de estabelecer um contrato.

Quando estamos raciocinando sobre a ética, estamos usando conceitos que [...] nos levam além dos nossos próprios interesses pessoais, e até mesmo além dos interesses de alguns grupos específicos aos quais nós pertencemos. De acordo com o ponto de vista contratual da ética, esse processo de universalização deveria deter-se nas fronteiras de nossa comunidade; mas, uma vez iniciado o processo, podemos descobrir que não seria coerente com as nossas outras convicções parar nesse ponto [...]. Então, as origens da ética nada nos dizem a respeito de onde ela deveria terminar.³²⁹

No que se refere à questão da justificação do modo contratual de considerar a ética, Singer observa outros problemas, identificando, principalmente, o seu caráter excludente, não apenas dos animais, mas também dos próprios seres humanos, pois segundo essas premissas, pode-se concluir então que “uma vez que os humanos com deficiências intelectuais profundas são igualmente incapazes de um comportamento recíproco, devem ser também excluídos,³³⁰ como é também o caso de bebês, crianças muito pequenas, idosos senis, etc.

Singer considera também que se a base da ética contratual se restringir ao elemento de interesse pessoal, sem inserir algo universal, “um grupo de pessoas não tem razão para lidar eticamente com outro, se não é do interesse deles fazê-lo”.³³¹ Desse modo, de acordo com as teorias contratualistas e da distância social defendida por Becker, os

³²⁹ Ibid., p. 62.

³³⁰ Ibid., p. 63.

³³¹ Ibid.

escravagistas não teriam motivo algum para não explorar outros seres humanos, pois isso não era do interesse próprio deles e os escravizados eram socialmente distantes de suas comunidades, o que significa, então, uma menor reciprocidade ou empatia, e, portanto, não havia razões suficientemente fortes para tratá-los com igual consideração em relação aos seus interesses. Com base nisso:

Os negociadores brancos de escravos que transportavam escravos africanos para a América não tinham nenhum interesse próprio para tratar os africanos de qualquer forma melhor do que tratavam. Os africanos não tinha nenhuma forma de retaliação. Se ao menos eles tivessem sido contratualistas, os negociadores de escravos poderiam ter contestado os abolicionistas explicando-lhes que a *ética para nas fronteiras dessa comunidade* e uma vez que os africanos não fazem parte dessa comunidade, - como na época eles não pertenciam - não temos quaisquer obrigações para com eles³³².

A base contratualista da ética, segundo Singer, é muito limitada quando pensamos no mundo contemporâneo e globalizado como uma única comunidade, pois os países muito pobres não têm como retribuir *reciprocamente* tanto o bem quanto o mal que os países mais ricos são capazes de lhes causar. Portanto, “não parece que a concepção contratual estabeleça quaisquer obrigações da parte das nações ricas para com as mais pobres”.³³³

A exigência da reciprocidade, assim como aponta Becker e outras teorias contratualistas, compromete também, segundo entende Singer, as nossas atitudes em relação às gerações futuras, pois a partir desse modelo de justificativa das decisões e ações, podemos perguntar, por exemplo, “por que eu deveria fazer algo para a posteridade? O que é que a posteridade tem feito por mim?”³³⁴ Uma vez que as futuras gerações não têm como tornar as vidas das gerações presentes melhores

³³² Ibid.

³³³ Ibid. Para uma leitura sobre a tese de Singer em relação à obrigação moral dos países ricos em ajudarem os países pobres, Cf. SINGER, Peter. *Famine, Affluence and Morality*. In: *Philosophy and Public Affairs*. v.1, n.3, p. 229-243, 1972; e SINGER, Peter. *Quanto Custa Salvar Uma Vida? agindo agora para eliminar a pobreza mundial*. Tradução: Marcio Hack. Rio de Janeiro: Elsevier: 2010.

³³⁴ Ibid.

ou piores, ou seja, retribuir reciprocamente o bem que oferecermos hoje para elas, ou o mal que deixamos de lhes fazer, não existe, portanto, nenhuma obrigação moral para com os futuros seres humanos. Assim, se nossas obrigações apenas são exigidas quando houver alguma reciprocidade, “não precisamos nos preocupar com problemas como o manejo do lixo nuclear”.³³⁵ Mantendo-o afastado de nós por cem anos, teremos então feito tudo o que a ética contratualista nos exige.

A partir dessas limitações, Singer conclui então que, mesmo que uma explicação contratual da origem da ética seja teoricamente plausível, “a ética que temos hoje vai além de um tácito entendimento entre seres capazes de reciprocidade”.³³⁶ O fato de sua possível *origem* ter sido contratual e baseada no interesse próprio não significa que ela deva se manter nesta base. A fronteira da comunidade fixada apenas nos seres capazes de reciprocidade já está superada, pois os interesses daqueles incapazes de contrato e de reciprocidade, como bebês, crianças pequenas, pessoas com graves deficiências mentais e até mesmo as futuras gerações já são levados em consideração.³³⁷

Uma concepção mais flexível do contratualismo pode ser trazida para justificar a inclusão desses indivíduos incapazes de realizarem um contrato na comunidade moral. Trata-se da ideia de *capacidade* ou *potencialidade* das partes de realizar um contrato. Devem ser incluídos na comunidade moral, segundo essa ideia:

[...] todos aqueles que têm, ou terão a *capacidade* de tomar parte de um acordo recíproco, sem levar em consideração se eles são de fato capazes de reciprocidade e sem considerar quando eles terão essa capacidade.³³⁸

³³⁵ Ibid.

³³⁶ Idem.

³³⁷ Diferentemente de Frey que defende o uso destes seres humanos em rigorosas e controláveis experiências científicas, Singer, ainda que argumente que segundo os critérios tradicionais da ética se justifica, como bem aceita Frey, o uso destes humanos em experimentos, ainda assim Singer não defende que estes humanos sejam submetidos a experimentos, e nem mesmo animais. O que Singer busca é justamente elevar o status dos animais, conferindo-lhes um status moral a partir da capacidade de sentir dor, o que os habilita a possuírem interesses, e não diminuir o status moral dos seres humanos, como sustenta Frey ao defender o uso destes seres humanos como cobaia, considerando-os desprovidos de interesses devido às limitações nas capacidades de possuírem crenças, desejos e querer.

³³⁸ Ibid., p. 63.

Para Singer, essa visão mais flexível não se baseia mais em reciprocidade alguma, pois embora as futuras gerações sejam *potencialmente* capazes de um dia adquirirem comportamento recíproco, ainda assim, evidentemente, elas não terão como estabelecer tal relação recíproca com a nossa presente geração. Assim, não resta motivo algum para adotar esta visão, pois “por que limitar a moralidade daqueles que têm a capacidade de entrar em acordos conosco, se de fato, não existe possibilidade alguma de que venham um dia a fazê-lo?”³³⁹

A capacidade de reciprocidade e identificação empática trazida por Becker, juntamente a ideia da capacidade para a realização de contrato empregada para negar a inclusão dos animais na comunidade moral, é rejeitada por Singer devido as suas limitações e o seu caráter excludente. Apresenta-se limitada, porque de acordo com os seus princípios, não temos nenhuma obrigação moral para com as futuras gerações, uma vez que elas não retribuirão o bem que lhes causarmos. É excludente porque não apenas os animais não-humanos ficam injustamente de fora, tendo seus interesses negligenciados, mas também uma significativa parcela de seres humanos que são incapazes de reciprocidade e fixação de contrato. Portanto a conclusão de Singer é que:

[...] em vez de nos prendermos às ruínas de uma concepção contratual que perdeu a sua essência, seria melhor abandoná-la de vez e considerar, na base na universalizabilidade, quais seres devem ser inclusos na moralidade.³⁴⁰

Essas concepções analisadas neste capítulo em torno da natureza animal dificultam a compreensão acerca das questões éticas relacionadas aos animais. Cada uma, a sua maneira, como foi analisado, busca sustentar o especismo e desconsiderar todo e qualquer tipo de dor e sofrimento, e juntamente com isso, a existência de interesses nos animais. Em resumo a essas críticas, Singer afirma que:

Entre os fatores que dificultam o despertar do público com relação aos animais talvez o pior seja a afirmação de que ‘seres humanos vêm em primeiro lugar’, e que não se pode comparar qualquer problema relativo aos animais, enquanto questão moral ou política séria, a um problema

³³⁹ Ibid., p. 64.

³⁴⁰ Ibid.

relativo aos seres humanos. Primeiro, esse pensamento é, em si, uma indicação de especismo. Como pode alguém que não tenha feito um estudo profundo sobre o sofrimento animal saber que envolve problemas menos sérios que os associados aos sofrimentos humanos? Pode-se alegar conhecer isso apenas assumindo-se que os animais realmente não importam, e que, por mais que sofram, seu sofrimento é menos importante do que o sofrimento dos seres humanos. Mas dor é dor, e a importância de se impedir a dor e o sofrimento desnecessário não diminui porque o sofrimento não é o de um membro de nossa espécie. O que pensaríamos de alguém que dissesse “brancos vêm primeiro” e que, portanto, a pobreza na África não é um problema tão grave quanto a pobreza na Europa?³⁴¹

Alguns filósofos, como Peter Harrison, buscam fundamentar a desconsideração ética com os animais em posições cientificamente limitadas que negam a dimensão da senciência em seres de outras espécies. Os animais, como foi analisado neste capítulo, são seres sencientes e, ao contrário do que defende Cohen, suas dores e sofrimentos devem receber a mesma consideração conferida as dores e sofrimentos quando experimentados por humanos, o que, de fato, implica na limitação dos usos indiscriminados de animais em diversas áreas, mas principalmente em experimentos científicos realizados com a finalidade de obter algum tipo de benefício para os seres humanos. O apelo a esse argumento, tal como Cohen enfatiza, implica em termos necessariamente de aceitar que experimentos sejam levados a efeitos nos seres humanos que se encontram em situações semelhantes as dos animais, uma vez que isso pode gerar benefícios biomédicos muito mais seguros em comparação ao uso de modelos animais, uma vez que os dados não precisarão extrapolar a fronteira da espécie. Conforme sustenta Frey, esse é o preço a ser pago em razão do forte apelo aos benefícios. Aceitar o uso de animais implica em aceitar o uso de humanos *nos mesmos tipos* de experimentos. Por outro lado, recusá-los em humanos, implica em recusar sua efetivação nos animais. Singer busca elevar o status moral dos animais e conferir a eles as mesmas

³⁴¹ SINGER, Peter. *Libertação Animal*. Tradução: Marly Winckler. Revisão técnica: Rita Paixão. Porto Alegre: Lugano, 2004, p. 249.

proteções que são conferidas aos seres humanos. Quando essa proteção é violada nos animais, ela implica necessariamente na violação da proteção dos seres humanos. Essas considerações éticas com os animais não devem estar respaldadas, conforme sustenta Lawrence Becker em critérios de empatia ou proximidade social para fundamentar uma priorização pelos interesses dos mais próximos. Isso implica em descon siderações éticas com pessoas distantes, futuras gerações ou com aquelas que são incapazes de manter algum tipo de relacionamento. O reconhecimento da importância moral da dor e do sofrimento, tanto de humanos quanto de não-humanos é independente da relação ou proximidade que eles mantêm com os agentes morais. A experiência da dor é semelhantemente desagradável para todo ser capaz de vivenciá-la, independentemente de sua espécie, de suas capacidades morais, empáticas, mentais, linguísticas e racionais, e, portanto, devem receber uma igual consideração moral pelos interesses que a condição da consciência origina.

4 ÉTICA E CIÊNCIA NA PESQUISA SOBRE O CÂNCER COM A UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS NÃO-HUMANOS

Eu jamais esqueceria as crueldades perpetradas contra as criaturas de Deus em matadouros, caçadas e laboratórios científicos [...] Os homens pareciam ofendidos porque eu introduzira uma espécie de controvérsia nas suas vidas. Tinham vindo para se divertir, não filosofar sobre a angústia de animais e peixes.

Isaac Bashevis Singer – Amor e Exílio: memórias

Após apresentar uma defesa da importância de se levar moralmente em consideração a dor e o sofrimento experimentado por animais não-humanos em decorrência das mais diversas práticas humanas, proponho-me, neste último capítulo, realizar a análise de um caso prático e específico envolvendo diretamente o uso de animais: a pesquisa científica sobre câncer. Meu objetivo, aqui, é demonstrar primeiramente de que maneira as pesquisas sobre a natureza dessa doença, suas causas, assim como o desenvolvimento de medicamentos para o seu tratamento e cura, não se procedem adequadamente por meio da experimentação realizada a partir do modelo animal, o que também tem sido apontado como uma significativa razão para alguns atrasos existentes nesta área da biomedicina. O termo *modelo animal* será entendido no sentido do “contexto da utilização de um animal não-humano, geralmente um mamífero ou vertebrado, para *prever* uma resposta humana aos fármacos e doenças”³⁴², mais especificamente, então, para o câncer. Disso, se seguirá uma avaliação crítica do método científico por detrás do contexto da experimentação científica e as implicações éticas que envolvem esse método e a pesquisa.

Será analisada a ideia amplamente difundida no meio científico, filosófico e social, de que são as pesquisas com animais que têm contribuído diretamente para o conhecimento acerca do câncer sendo esse o fator principal do aumento da perspectiva de vida após o diagnóstico e tratamento de alguns tipos de cânceres. Defensores dessa tese, constantemente argumentam que é devido aos resultados obtidos por meio da utilização de animais que se têm, sobretudo, alcançado o salvamento da vida de pessoas diagnosticadas com câncer e outras

³⁴² NIAL SHANKS, GREEK R.; GREEK, J. Are Animal Models Predictive for Humans? In: Philosophy, Ethics, and Humanities in Medicine. v. 04, 2009, p. 01, tradução nossa.

doenças, devendo, portanto, haver uma continuidade de seu uso laboratorial. Sem esse recurso, afirmam os pesquisadores e também filósofos favoráveis aos experimentos animais, jamais se teria alcançados os benefícios para esses pacientes.

Analisando essa ideia, mostrarei em seguida, que as experiências oncológicas que ocasionam a infligência de dor, sofrimento e dano nos corpos dos animais por meio dos experimentos, com a alegação de que isso é necessário para obter o conhecimento científico, desenvolver os possíveis tratamentos e curas para o câncer, se tornam factualmente e moralmente injustificadas, uma vez que, como será analisada, a pesquisa com animais não tem trazido os benefícios e resultados por décadas prometidos e as vidas humanas não têm sido salvas unicamente em decorrência direta dessas pesquisas, conforme afirmam muitos cientistas e filósofos. Disso, se seguirá também a análise ética acerca da experimentação animal incorporando, então, o princípio da igual consideração de interesses. Com isso, mostrarei que esse princípio ético encaminha uma abolição do uso de animais na pesquisa do câncer, uma vez que o princípio da igualdade e o respeito moral pela dor e pelo sofrimento dos animais, *somando-se* com a ineficiência dos experimentos, não justifica nem moralmente e tampouco cientificamente a sua utilização nesse tipo de pesquisa biomédica.

Utilizar-me-ei, neste capítulo, de dados oferecidos por órgãos nacionais como o Instituto Nacional do Câncer (INCA) e internacionais, como a International Agency for Research on Cancer (IARC), assim como artigos de revistas médicas e científicas, cujos autores não são comprometidos com alguma discussão acerca do status moral dos animais não-humanos. Início, portanto, com uma breve exposição do conceito de câncer.

4.1 O conceito de câncer

Em termos gerais, *câncer* é o nome dado pra um conjunto de mais de 100 doenças. O que elas têm em comum é o fato de todas manifestarem um crescimento desordenado das células que invadem os tecidos e os órgãos, sendo chamado nesse caso, de *câncer maligno*. Em muitos casos, o tumor surgido em um órgão pode espalhar-se por diversas partes do corpo, afetando outros órgãos até então saudáveis. Isso é designado de *metástase*. É a rápida divisão dessas células, que tendem a ser agressivas e até mesmo incontrolláveis, o que leva a

formação dos *tumores*, que nada mais são do que o acúmulo dessas células cancerosas. Por outro lado, um tumor pode ser considerado *benigno*, o que significa a existência de uma massa de células que é localizada e se multiplica vagarosamente, assemelhando-se muito ao tecido original. Esse tipo de câncer raramente constitui um risco de vida.

Os diferentes tipos de cânceres são correspondentes aos vários tipos de células e órgãos do corpo. Existem, por exemplo, variados tipos de cânceres de pele, isso porque, a pele é formada por mais de um tipo de célula. Quando o câncer tem seu início em tecidos epiteliais, como é a pele ou as mucosas, ele é denominado então de *carcinoma*. Ao se formar em tecidos conjuntivos, como os ossos, os músculos ou cartilagens, é chamado de *sarcoma*. A velocidade da multiplicação de células e a capacidade de invadir outros órgãos também é uma das características que diferenciam os diversos tipos de cânceres.

De acordo com o Instituto Nacional do Câncer, cerca de 80% a 90% dos cânceres estão diretamente associados às *causas externas*, isto é, aos fatores ambientais ou os hábitos mantidos pelos pacientes em um ambiente social e cultural. Entre os mais conhecidos, têm-se o câncer de pele, ocasionado devido à exposição contínua e prolongada ao sol, muito comum em trabalhadores que passam horas por dia ao sol; o câncer de pulmão, laringe e boca, acarretado principalmente por hábitos tabagistas; o câncer de fígado e bexiga, originado por bioacumulação, isto é, o acúmulo prolongado de algum elemento químico no organismo, como por exemplo, a exposição ao Arsênio, muito presente na conservação de couros e madeiras, e até mesmo pelo uso contínuo de medicamentos³⁴³. Há mais de trinta anos, as pesquisas têm demonstrado a estreita relação de cânceres gástricos, como de estômago, intestino e colo retal com os hábitos alimentares de populações, oriundos do

³⁴³ Segundo o Instituto Nacional do Câncer (INCA), medicamentos como clomafazina e melfalam possuem indubitável efeito carcinogênico. O clorambucil, tiotepa e ciclofosfamida são indutores de leucemia e câncer de bexiga. Supressores imunológicos, como a azatio-prina e prednisona, já foram relacionados com linfomas malignos e com o câncer de pele. Quando administrados a transplantados, aumentam, agudamente, em meses, o risco de desenvolver o linfoma linfocítico e outros tumores malignos nesses pacientes. A fenacetina tem sido responsabilizada por tumores da pelve renal. É comprovada a relação entre o uso de dietilestilbestrol por mulheres grávidas e o desenvolvimento, em suas filhas expostas in utero ao hormônio, de adenocarcinoma de células claras de vagina. O uso de estrogênios conjugados, para o tratamento dos sintomas da menopausa, correlaciona-se com uma maior ocorrência do câncer de endométrio, e alguns estudos relacionaram o câncer de mama com o uso prolongado de contraceptivos, antes da primeira gravidez. Cf. http://www1.inca.gov.br/conteudo_view.asp?id=20 Acesso em: 09 de Outubro de 2012.

consumo de alimentos com agrotóxicos ou dietas carentes de vegetais, frutas cítricas e alimentos fibrosos³⁴⁴.

As *causas internas* são, na maioria dos casos, relacionadas à pré-disposição genética do indivíduo, e estão diretamente vinculadas com a capacidade do organismo em se defender das agressões externas (ambientais), que somadas com a pré-disposição genética acabam agravando as chances do desenvolvimento de tumores. Os fatores genéticos e a capacidade imunológica explicam, em parte, as razões pelas quais algumas pessoas mantêm o mesmo hábito, mas nem todas desenvolvem o mesmo câncer. Esses fatores que atuam na alteração celular, modificando a estrutura genética (DNA) e originando os tumores, são chamados então de *fatores cancerígenos*.

Outra questão relevante para o surgimento de câncer diz respeito ao envelhecimento do corpo, que ocasiona mudanças nas células e aumentam a suscetibilidade à transformação maligna. Somando-se ao fato das células de pessoas idosas terem sido expostas por um longo tempo aos diferentes fatores externos de risco do câncer – ambientais, habituais, culturais, explica-se, em parte, a razão da doença surgir frequentemente na terceira idade. Por isso, o surgimento do câncer depende muito da intensidade e duração da exposição das células aos fatores cancerígenos. Desse modo, o risco de desenvolver um câncer de pulmão, por exemplo, é diretamente proporcional à quantidade de cigarros fumados por dia e o número de anos em que o hábito é mantido.

De acordo com as observações de Sidney Gendin, em seu artigo *The Use of Animals in Science*, a descoberta acerca da causa/origem das doenças cancerígenas não foi alcançada diretamente por meio de experimentos em animais, como muitas vezes enfatizam os filósofos e alguns pesquisadores, mas antes, através dos estudos em *epidemiologia*, isto é, a ciência que estuda a ocorrência das doenças em massa, e os seus fatores sociais e comportamentais condicionantes e determinantes. Nesse sentido, Gendin chama atenção para o fato de que muitos pesquisadores oncológicos atualmente “veem uma amarga ironia na produção experimental de câncer em animais. Na maioria dos casos,

³⁴⁴ De acordo com o INCA, no ano de 2010, apenas no Brasil, houve a morte de 22.035 pessoas devido ao câncer de estômago. Destas, 8.633 eram homens e 13.402 eram mulheres. A estimativa é de que até o final do ano de 2012, haverá 20.090 novos casos, sendo 12.670 homens e 7.420 mulheres. Fonte: <http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/tiposdecancer/site/home/estomago>. Acesso em 09 de Outubro de 2012. Para conferir as estimativas do número de casos de câncer no Brasil em 2012, acessar: <http://www1.inca.gov.br/estimativa/2012/tabelaestados.asp?UF=BR> Acesso em: 09 de Outubro de 2012.

eles afirmam, as substâncias testadas já *são conhecidas* como cancerígenas para humanos.³⁴⁵ Determinados efeitos de substâncias químicas só são pesquisadas nos organismos de animais porque já se sabe de seu poder cancerígeno nos humanos.

4.2 Tratamento de câncer: índices de sobrevivida.

Os indivíduos diagnosticados com câncer devem receber um tratamento eficaz que vise não somente eliminar o tumor primário, mas também os secundários que podem se disseminar para outras partes do seu corpo (metástase). É por esse motivo que as cirurgias em áreas específicas para a retirada do tumor, assim como a *radioterapia*, estão frequentemente combinadas com a *quimioterapia*, que por sua vez afeta *todo* o organismo, deixando, nessa fase do tratamento, a pessoa muito debilitada em decorrência dos fortes efeitos colaterais, tais como enjoos, vômitos constantes, perda de peso e, mais notavelmente, a queda dos cabelos e pelos. Em casos onde a cura se tornou impossível, os sintomas são aliviados com terapias paliativas, cujo objetivo é o de melhorar a qualidade e a sobrevivida do paciente em estado terminal.

De acordo com o INCA, embora tenha havido alguns progressos nos tratamentos e curas de alguns tipos de câncer, os que ocorrem com maior frequência e em um maior número de indivíduos, continuam tendo um prognóstico insatisfatório. Um dos principais exemplos disso é o câncer de estômago, que ainda mantém altas taxas de mortalidade em todas as partes do mundo. Sua sobrevivida em cinco anos é considerada baixa.³⁴⁶ Outro exemplo é o câncer de esôfago, a nona causa mais comum e que afeta mais de 470 mil pessoas por ano em todo o mundo. Apenas no ano de 2008, foram estimados 482 mil casos desta doença, e 407 mil mortes, a maioria ocorrida em países desenvolvidos e com acesso ao tratamento. No Brasil, é o oitavo câncer mais incidente. A sobrevivida em cinco anos é baixa, geralmente inferior a 10%. Por se tratar de um câncer de prognóstico ruim, as taxas de mortalidade se

³⁴⁵ GENDIN, Sidney. The Use of Animals in Science. In: REGAN, TOM (Ed) Animal Sacrifices: Religious Perspectives of the Use of Animals in Science. Philadelphia: Temple University Press, 1986, p. 31, tradução nossa.

³⁴⁶ Cf. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. Coordenação Geral de Ações Estratégicas. Coordenação de Prevenção e Vigilância. Estimativa 2012: Incidência de Câncer no Brasil. Rio de Janeiro: Inca, 2011, p. 42. Disponível em: <http://www.inca.gov.br/estimativa/2012/estimativa20122111.pdf> Acesso em 09 de Outubro de 2012.

aproximam das taxas de incidência em razão da alta letalidade deste câncer.³⁴⁷

O câncer de pulmão era uma doença rara até o início do século XX. Seu aumento está estritamente vinculado com o acesso em larga escala pelas populações aos cigarros industrializados. Desde então, sua ocorrência aumentou rapidamente tornando-se mais frequente na população mundial e a causa mais predominante de morte por câncer no mundo. A estimativa mundial de 2008 apontou uma incidência de 1,61 milhão de novos casos de câncer do pulmão, representando 12,7% de todos os novos casos de câncer. Segundo os dados do INCA, esse tipo de câncer é geralmente detectado em estágios avançados, uma vez que a sintomatologia nos estágios iniciais da doença não é comum. Com isso, o câncer do pulmão ainda permanece como uma doença altamente letal, tendo sua mortalidade em 86% dos casos.³⁴⁸

Os relatórios das estimativas do INCA têm demonstrando que os principais cânceres, isto é, os que ocorrem com maior frequência e num maior número de pessoas, continuam tendo suas taxas de sobrevida quase que inalteradas, ou sofrendo pequenos avanços. Infelizmente, como observa Gendin, muitos dos tratamentos utilizados contra o câncer, como a intensiva radioterapia ou o excessivo uso de medicamentos, acabam implicando no surgimento de novos tumores nos pacientes, ou ainda, tornando seus organismos resistentes aos efeitos esperados pelo uso de medicamentos.³⁴⁹

De acordo com Gendin, há muitos tipos de cânceres, como o de próstata, ou o de mama, que em seu curso natural de desenvolvimento não levam à morte no prazo de cinco anos. E caso os pacientes não houvessem feitos os exames ou recebido drogas para combater a doença, como ocorreu em outras gerações onde a origem do câncer era mais de ordem genética e menos ambiental e não era praticado nenhum tratamento, haveria uma expectativa de sobrevida de dez a quinze anos. No entanto, isso entra nas estatísticas como se esta sobrevida fosse diretamente devido ao uso de medicamentos e terapias, que por sua vez tem o seu desenvolvimento e eficiência alegados em virtude do uso de animais na sua descoberta.³⁵⁰

³⁴⁷ Cf. *Ibid.*, p. 43.

³⁴⁸ Cf. *Ibid.*, p. 38.

³⁴⁹ GENDIN, Sidney. *The Use of Animals in Science*. In: REGAN, TOM (Ed) *Animal Sacrifices: Religious Perspectives of the Use of Animals in Science*. Philadelphia: Temple University Press, 1986, p. 31.

³⁵⁰ *Ibid.*, p. 32.

Esse é um dos sentidos em que os experimentadores fazem uma estreita ligação da luta contra o câncer com os experimentos em animais. Conforme afirma Vincent De Vita, “milhares de vidas são salvas hoje que não eram salvas vinte anos atrás”.³⁵¹ De acordo com os pesquisadores, boa parte desse aumento da expectativa de vida após um diagnóstico de câncer, se deve essencialmente aos estudos realizados com animais. Como será exposto, ao serem analisadas as diferenças entre as espécies que tornam questionável a experiência com animais, ocorre que enquanto o câncer no ser humano se desenvolve *naturalmente*, ao longo do tempo e interagindo com outras partes do organismo, aquele que é pesquisado nos animais de laboratório existe *artificialmente*, isto é, ele é inserido repentinamente e de modo controlado, sem interações com outros fatores orgânicos. Essa, e muitas outras diferenças, comprometem de maneira significativa a extrapolação dos resultados da pesquisa obtidos no modelo animal para os humanos.

O que é importante destacar, no entanto, é que 80% a 90% dos cânceres estão relacionados ao ambiente (fatores de risco externo), como os hábitos de vida, a intensa exposição às substâncias cancerígenas existentes na poluição do ar derivada de emissões industriais, da água, da terra; do ambiente ocupacional, isto é, de trabalhos realizados com prolongada exposição ao sol ou às substâncias químicas advindas de materiais de limpeza, produtos industrializados e até mesmo cosméticos; consumo de alimentos com agrotóxicos, uso contínuo de medicamentos (bioacumulação)³⁵² e etc. Por essas razões, muitos pesquisadores têm enfatizado que não é a busca pela cura, mas sim “a prevenção que merece atenção primária”.³⁵³ Com base nas pesquisas epidemiológicas se têm, hoje, os meios eficazes para se fazer uma redução drástica no número de casos câncer, sem a necessidade de novas pesquisas com ou sem a utilização de animais³⁵⁴. No entanto, como bem observa Gendin, essas coisas não podem ser feitas sem um

³⁵¹ DEVITA, Vincent, apud: GENDIN, Sidney. The Use of Animals in Science. In: REGAN, TOM (Ed) Animal Sacrifices: Religious Perspectives of the Use of Animals in Science. Philadelphia: Temple University Press, 1986, p. 32.

³⁵²Cf. INCA. Prevenção e Fatores de Risco. Disponível em: http://www1.inca.gov.br/conteudo_view.asp?id=13. Acesso em: 09 de Outubro de 2012. Para consultar uma lista de substâncias químicas cancerígenas existentes em ambientes de trabalho, conferir: http://www1.inca.gov.br/conteudo_view.asp?ID=17 Acesso em: 09 de Outubro de 2012.

³⁵³ GENDIN, Sidney. The Use of Animals in Science. In: REGAN, TOM (Ed) Animal Sacrifices: Religious Perspectives of the Use of Animals in Science. Philadelphia: Temple University Press, 1986, p. 31.

³⁵⁴ Cf. Ibid.

custo considerável, não apenas em termos econômicos como, por exemplo, para a indústria do cigarro, mas também em termos das *dificuldades psicológicas* que certamente as pessoas experimentariam se fizessem mudanças drásticas em suas vidas no que diz respeito aos hábitos de risco, ainda que seja para melhorar a saúde e a qualidade de vida humana. Nesse sentido, tendo o conhecimento de que, por exemplo, 80% a 85% dos casos de câncer no pulmão se devem unicamente aos hábitos tabagistas, Peter Singer entende que devemos nos perguntar se:

[...] podemos justificar que milhares de animais sejam forçados a inalar fumaça de cigarro para que contraíam câncer de pulmão, quando já sabemos que poderíamos virtualmente erradicar a doença eliminando o uso do tabaco? Se as pessoas decidirem continuar fumando, mesmo sabendo que correm o risco de contrair câncer de pulmão, é correto que o ônus dessa decisão recaia sobre os animais?³⁵⁵

A diminuição da mortalidade causada por câncer de pulmão em alguns países é reflexo direto da diminuição do consumo de cigarros pelos jovens, motivados por programas de governos como a proibição vendas em determinados locais ou o impedimento de campanhas publicitárias que incentivam hábitos tabagistas. Quando detectada a doença e tratada, as chances de cura variam conforme o estágio da doença. Mas, de um modo geral, o índice de mortalidade nos pacientes é de 86% dos casos, de acordo com o INCA³⁵⁶. Peter Singer observa que:

³⁵⁵ SINGER, Peter. *Libertação Animal*. Tradução: Marly Winckler. Revisão técnica: Rita Paixão. Ed. rev. Porto Alegre: Lugano, 2004, p. 98. Apesar de amplamente reconhecido os diversos efeitos nocivos do consumo de cigarros para seres humanos, pesquisas tabagistas utilizando-se de animais continuam sendo realizadas na última década. Cf. FERGUSSON, D. Tobacco consumption during pregnancy and its impact on child development. In: TREMBLAY, R; BARR, R.G; PETERS, R. (ed.), *Encyclopedia on Early Childhood Development*. Montreal, Quebec: Centre of Excellence for Early Childhood Development, 2002:1-5. Disponível em: <http://www.child-encyclopedia.com/documents/FergussonANGxp.pdf> Acesso: 09 de Outubro de 2012. Neste artigo é possível consultar as mais recentes pesquisas sobre consumo de tabaco realizado com animais.

³⁵⁶ Cf. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. *Coordenação Geral de Ações Estratégicas. Coordenação de Prevenção e Vigilância. Estimativa 2012: Incidência de Câncer no Brasil*. Rio de Janeiro: Inca, 2011, p. 38. Disponível em: <http://www.inca.gov.br/estimativa/2012/estimativa20122111.pdf> Acesso em 09 de Outubro de 2012.

O baixo desempenho no tratamento de câncer de pulmão corresponde ao que ocorre com o tratamento de câncer de um modo geral. Embora tenha havido progressos no tratamento de alguns cânceres específicos, desde 1974 o número de pessoas que sobrevive cinco ou mais anos após um diagnóstico de câncer aumentou menos de 1% ao ano.³⁵⁷

Sua observação acerca dos testes realizados em animais sobre o poder cancerígeno do cigarro se aplica também para outros hábitos de vida e de consumo. Não é justificável usar animais para entender o desenvolvimento de doenças humanas, seus tratamentos e curas cujas causas já são conhecidas e, principalmente, *evitáveis* por mudanças de hábitos antes de curá-la por intervenção química ou cirúrgica. A atitude deve ser aquela adotada por pessoas que se curam do câncer, qual seja, não iniciar ou dar continuidade aos hábitos de risco. Isso é mais eficiente, garante uma melhor qualidade de vida, é menos doloroso e sofredor do que submeter-se aos tratamentos médicos.

Analisarei, agora, a relação da pesquisa sobre o câncer por meio da utilização de animais nos experimentos. Nesta exposição, mostrarei algumas razões pelas quais as pesquisas oncológicas com animais não têm oferecido aquilo que propõe, comprometendo até mesmo o avanço na luta contra o câncer. Apresentarei alguns poucos exemplos do fracasso do uso de animais na pesquisa sobre o câncer. O objetivo não é exaurir todos os casos de pesquisas usando animais, mas apenas mostrar, a partir de alguns, as principais razões pelas quais se têm colocado em dúvida a eficiência dos modelos animais em prever respostas e efeitos humanos.

4.3 O uso de animais não-humanos na pesquisa sobre o câncer humano

O uso de modelos animais na pesquisa sobre o câncer humano é apenas uma das muitas utilizações feitas pelas ciências biomédicas. O seu emprego nessas pesquisas tem como principal característica a indução de tumores caracteristicamente humanos nos animais por meio de enxertos, implantes, inserção de substâncias químicas e indução

³⁵⁷ SINGER, Peter. *Libertação Animal*. Tradução: Marly Winckler. Revisão técnica: Rita Paixão. Ed. rev. Porto Alegre, São Paulo: Lugano, 2004, p. 98.

celular. As espécies mais utilizadas nas pesquisas são, principalmente, o rato, o rato transgênico, camundongo, porquinho da Índia (*cavia porcellus*), mas também cães, gatos e macacos de diversas espécies. No livro *Specious Science: How Genetics and Evolution Reveal Why Medical Research on Animal Harms Human*, o médico Ray Greek e a médica veterinária Jean Swingle Greek, mostram, sem adentrar no campo dos debates éticos sobre o uso de animais nas ciências, os atrasos no conhecimento de doenças e os problemas causados para seres humanos devido aos intensivos usos de modelos animais na biomedicina, em áreas voltadas à pesquisa sobre o câncer, doenças cerebrais, como mal de Alzheimer, Parkinson, epilepsia, doenças neuromotoras, esclerose múltipla, demência, pesquisas em psiquiatria, pediatria, desenvolvimentos de cirurgias, medicamentos, e muitas outras. Os autores apresentam as razões científicas, ou seja, de ordem biológica, para se afirmar a ineficiência do modelo animal nessas e em outras áreas da pesquisa biomédica.

Em relação ao câncer, Greek e Greek apresentam no capítulo “Gene, Technology, and Internal Medicine”, uma grande variedade de pesquisas realizadas em animais com o objetivo de compreender o câncer humano, suas causas e possíveis tratamentos. São demonstradas as pesquisas sobre a leucemia, o câncer de pulmão, estômago, colo retal, mama, próstata, entre outros, e as discrepâncias que elas têm em relação aos humanos, seus equívocos, atrasos e os problemas ocasionados para os próprios seres humanos. Os autores observam que embora a luta contra essas doenças tenha recebido uma grande prioridade por médicos, pesquisadores e órgãos governamentais há no mínimo trinta anos, é notável o quanto o público ainda permanece surpreendentemente inconsciente de suas causas e de como evitá-las. “Em parte, a predileção da comunidade científica do câncer pelo modelo animal é responsável por essa ingenuidade”.³⁵⁸

De acordo com Michael Rand, o objetivo do uso de modelos animais na pesquisa biomédica é o de “conciliar fenômenos biológicos entre as espécies, isto é, queremos examinar os sistemas existentes em uma espécie e extrapolar o conhecimento para outra”.³⁵⁹ Nesse sentido, os pesquisadores afirmam que os animais são adotados como *modelo*

³⁵⁸ GREEK, C. Ray; GREEK, Jean Swingle. *Specious Science: how genetic and evolution reveal why medical research on animals harm humans*. New York: Continuum, 2002, p. 76, tradução nossa.

³⁵⁹ RAND, Michael S, apud: GREEK, C. Ray; GREEK, Jean Swingle. *Specious Science: how genetic and evolution reveal why medical research on animals harm humans*. New York: Continuum, 2002, p. 45.

*analogico causal (causal analogical model)*³⁶⁰ para humanos e podem, nesse sentido, serem usados para estudar a nossa espécie.

Para sustentar a tese de que os experimentos em animais não alcançam os objetivos a que se propõe, qual seja, um conhecimento preciso e seguro para se entender a doença, assim como suas causas, juntamente com o desenvolvimento de medicamentos eficazes para o tratamento e cura de cânceres em seres humanos, os autores mencionam, primeiramente, as diferenças anatômicas e fisiológicas mais visíveis entre humanos e não-humanos. Apesar dos animais usados em pesquisas também possuírem, em semelhança aos humanos, órgãos como olhos, coração, cérebro, rins, pulmões, sistema respiratório, urinário, estomacal e etc., cada órgão tem sua peculiaridade, estrutura, nervos, tecidos e funcionamento próprio, relacionando-se com outras partes do organismo de modos diferentes, e nisso eles se diferenciam não só em comparação com humanos, mas também com as demais espécies. A existência desses órgãos nos animais cria uma ilusão, tanto para o cientista, mas também para o senso comum, de que eles são profundamente *semelhantes* ou até mesmo iguais aos seres humanos em todas as suas estruturas orgânicas, e que por esta razão, o seu uso nas pesquisas é inteiramente eficaz para substituir um indivíduo humano.

Além dessas diferenças macroscópicas, Greek e Greek enfatizam de maneira enfática as diferenças microscópicas, como as existentes em níveis celulares, sub-celulares, genéticas, metabólicas, enzimais, da temperatura do corpo, funcionamento do organismo como um todo, entre outras.³⁶¹ Até mesmo a diferença do sexo dos animais produzem resultados diferenciados.³⁶² Tomada em seu conjunto, essas diferenças resultam, por exemplo, entre outras coisas, numa “não correspondente absorção, distribuição e metabolização das substâncias”.³⁶³ Comparando, por exemplo, a metabolização de substâncias químicas reconhecidamente cancerígenas, ou terapêuticas, testadas em ratos e humanos, Greek e Greek esclarecem que:

Animais de laboratório, que são menores que humanos, devem metabolizar mais rápido para manter a estabilidade da temperatura corporal. Como resultado, eles eliminam algumas toxinas

³⁶⁰ Cf. GREEK, C. Ray; GREEK, Jean Swingle. *Specious Science: how genetic and evolution reveal why medical research on animals harm humans*. New York: Continuum, 2002, p. 45.

³⁶¹ Cf., *Ibid.*, p., 119.

³⁶² *Ibid.*, p. 121-122.

³⁶³ *Ibid.*, p. 120.

mais rapidamente do que humanos, muitas vezes antes da toxicidade ocorrer.³⁶⁴

Outras disparidades entre humanos e não-humanos e que é dada pouca atenção quando experimentos são levados a efeitos em animais, referem-se aos hábitos que interferem diretamente nos resultados de uma pesquisa. Alguns animais possuem rotinas noturnas e outros diurnas, seus hábitos de nutrição se diferenciam excessivamente dos de humanos, tanto em quantidade quanto em nutrientes absorvidos. As condições laboratoriais também exercem influências nas rotinas dos animais e em seus organismos e, conseqüentemente, se refletem nos resultados dos experimentos:

As condições nos laboratórios são extremamente controladas, mais do que na vida humana. E as doses que os pesquisadores administram ao animal podem ser muito mais elevadas do que as dosagens humanas, devido ao peso corporal. Ou a dose humana pode ser muito alta pra dar aos animais. Mais uma vez se vê que pequenas diferenças no âmbito celular, previstas pela teoria evolutiva, invalidam a extrapolação entre espécies.³⁶⁵

Os autores mencionam, por exemplo, o caso da relação entre a nutrição e o câncer, e observam que as descobertas feitas através das pesquisas realizadas a partir da observação humana sobre o papel da nutrição no câncer, isto é, por meio de estudos epidemiológicos e observações clínicas, é um fato irrefutável, “enquanto que pesquisas de nutrição baseadas em animais tipifica a ineficiência dos protocolos de modelo animal”.³⁶⁶ Um dos exemplos que mostra isso, é a relação das vitaminas e a imunidade ao câncer.

A necessidade de Vitamina A, D e ácido nicotínico – tão potente na manutenção da imunidade – foi descoberta em humanos. Mesmo quando as evidências humanas já estavam conclusivas, pesquisadores que usam o modelo animal tentaram montar o movimento da nutrição

³⁶⁴ Ibid.

³⁶⁵ Ibid., p. 119.

³⁶⁶ Ibid., p. 80-81.

sempre com resultados medíocres. Estudos descobriram que os únicos animais que não sintetizam o ácido ascórbico (vitamina C) são os primatas (incluindo humanos), e porquinhos da Índia [*cavia porcellus*]. Pobre paridade não é surpreendente, pois humanos não desenvolvem os mesmos alimentos como roedores, ou cães, ou ainda outros primatas. Não apenas a natureza dos alimentos, mas também o metabolismo, a quantidade e intervalos de alimentação são diferentes.³⁶⁷

Apesar de haverem muitos casos em que a experimentação animal tem se mostrado ineficiente como modelo para as pesquisas sobre a relação dos nutrientes com o câncer, as pesquisas utilizando modelos animais, na tentativa de recriar neles os tumores originados por alguns nutrientes ou pela falta deles e o consumo de alimentos, continuam sendo realizadas, a exemplo do que acontece também com as pesquisas sobre o tabaco, ainda que esteja, cada vez mais, sendo reconhecido que as macro e micro diferenças entre as espécies tendem a frustrar as expectativas dessas pesquisas.

Em muitos casos, os pesquisadores conseguem, de fato, recriar um tumor no organismo do animal pela mesma causa que ele é originado em seres humanos, como por exemplo, a exposição radioativa. No entanto, conforme entendem Greek e Greek, embora os animais também desenvolvam certos cânceres depois de uma intensa exposição à radiação, “as pesquisas que repetem esse efeito são supérfluas porque o câncer não é o mesmo e porque há evidências humanas em excesso”.³⁶⁸ Os cânceres originados em animais são extremamente diferentes dos que ocorrem em humanos. Não apenas o órgão onde eles são causados possuem estruturas e tecidos diferentes, mas também toda a sua relação com o resto do organismo. Sendo diferentes, qualquer entendimento obtido a partir do animal, vai servir para ser aplicado apenas naquela

³⁶⁷ Ibid., 81. Chamo atenção para o fato de estas mesmas diferenças também existirem entre indivíduos de uma mesma espécie. Em entrevista, o Dr. Ray Greek afirma que os remédios normalmente funcionam em 50% da população. É uma média. Algumas drogas funcionam em 10% da população, outras em 80%. Isso está relacionado com as diferença entre os seres humanos que implicam em diferentes reações e respostas aos mesmos medicamentos. Cf. GREEK, Ray. A pesquisa científica com animais é uma falácia. [16 de Outubro de 2010] São Paulo: Revista Veja. Entrevista concedida a Marco Túlio Pires. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/ciencia/%E2%80%9Ca-pesquisa-cientifica-com-animais-e-uma-falacia%E2%80%9D-diz-o-medico-ray-greek> Acesso em: 12 de Outubro de 2012.

³⁶⁸ Ibid.

espécie. Embora ratos e humanos possuam os mesmos órgãos, isso não significa que eles sejam iguais nas duas espécies e se relacionem da mesma maneira com os outros órgãos. Eles apresentam diferenças em suas estruturas, tecidos e funcionamentos que comprometem a extrapolação dos resultados de uma espécie animal à humana.

Além disso, os autores mencionam o fato de que os resultados obtidos pelo modelo animal variam conforme a espécie utilizada. Espécies diferentes oferecem respostas diferentes. Apesar dessas e outras diferenças, cientistas ainda concentram grandes esforços nas tentativas de *recriar* nos corpos, principalmente de ratos e camundongos, as condições específicas para potencializar ou originar determinado câncer, e a partir disso buscar o seu entendimento e a sua cura, mas cujas respostas alcançadas não se mostram conclusivas para suas perguntas e objetivos, encaminhando o pesquisador para novas e repetitivas pesquisas, utilizando, mais uma vez, modelos animais.

O reconhecido fracasso com o uso de ratos e camundongos nas pesquisas sobre os diversos tipos câncer (e outras doenças) foi um dos principais motivos que levaram os cientistas a desenvolverem o *xenograft mouse*, um conhecido modelo de *rato transgênico*. Esse modelo desenvolvido teve a sua estrutura genética modificada de modo a ter o sistema imunológico gradualmente anulado até se chegar ao modelo considerado ideal, para que assim fosse possível enxertar em seu organismo células cancerígenas tipicamente humanas, frequentemente rejeitadas em ratos e camundongos normais, e, a partir disso, realizar as pesquisas sobre o câncer, observando suas transformações, efeitos e reações, assim como fazer os testes de respostas aos novos medicamentos para combatê-lo, e, conseqüentemente, extrapolar esses resultados para os seres humanos.

Em humanos, no entanto, o processo de desenvolvimento de um câncer é significativamente diferente, o que, mais uma vez, compromete a extrapolação das informações do modelo de rato transgênico para a espécie humana. Primeiramente, ocorre que o sistema imunológico em seres humanos permanece funcionando, e existe uma estreita interação do câncer com o sistema imunológico da pessoa, o que altera o curso de desenvolvimento da doença, sendo esse um dos fatores que diferenciam o crescimento do mesmo câncer de uma pessoa para outra. Além disso, o câncer que é pesquisado em laboratório é *instalado artificialmente* e de modo repentino no organismo *modificado* do rato, ou seja, ele não se desenvolve *naturalmente* e ao longo do tempo em um organismo normal, ao contrário do que ocorre em seres humanos. Diferenças, por

exemplo, acerca do parâmetro celular, taxa de crescimento, propagação metastática, origem invasivo do estroma, farmacocinética, estruturas genéticas e metabolismo do animal hospedeiro portador de tumor, são outras situações distintas em comparação aos pacientes humanos com câncer.³⁶⁹ Pelo fato da complexidade do câncer em humanos ser muito maior do que a que é causada nesses ratos transgênicos, muitos cientistas têm sido levados a suspeitarem dos resultados alcançados através desse método e modelo animal, e suspenderem muitas das pesquisas³⁷⁰. O desenvolvimento do rato transgênico, que se deu justamente em virtude dos constantes fracassos do uso de animais nas pesquisas, também tem sido apontado como um modelo inviável para muitos experimentos oncológicos.

A transgenia aplicada em animais foi desenvolvida e inserida nas pesquisas biomédicas de modo a se ter um imenso reservatório de modelos de roedores, para que os cientistas pudessem testar suas teorias e hipóteses, não apenas na pesquisa sobre o câncer e outras doenças, mas também para satisfazer muitas curiosidades pessoais, cuja finalidade científica oferecida como justificativa fica duvidosa, como por exemplo, o rato desenvolvido em 2007 e que teve seu gene alterado para não sentir medo de gatos.³⁷¹

De acordo com os editores da revista *Animal Lab*:

Ratos são realmente pobres modelos do aparecimento de cânceres humanos, apesar da confiança da investigação biomédica em modelos de ratos para entender esses tipos de cânceres. Modelos de câncer em ratos geneticamente alterados carregam mutações em cada célula. Mas, além de cânceres hereditários, a maioria dos cânceres humanos são resultados de mutação esporádica em oncogenes e genes tumores-suppressores.³⁷²

³⁶⁹ Cf. GREEK, C. Ray; GREEK, Jean Swingle. *Specious Science: how genetic and evolution reveal why medical research on animals harm humans*. New York: Continuum, 2002, p. 93.

³⁷⁰ Cf. *Ibid.*, p. 92-93.

³⁷¹ Cf. McCURRY, J. Japanese scientists create mice with no fear of cats. . [12 de Dezembro de 2007] Tokyo: The Guardian. Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/world/2007/dec/12/japan.justinmccurry>

³⁷² *Animal Lab*. Apud: GREEK, C. Ray; GREEK, Jean Swingle. *Specious Science: how genetic and evolution reveal why medical research on animals harm humans*. New York: Continuum, 2002, p. 85.

Um dos principais problemas com o modelo animal na pesquisa do câncer (assim como de outras áreas da medicina) e a extrapolação de resultados de uma espécie para a nossa, se deve ao fato da doença ter um mecanismo de ação que age ao longo do tempo. Sua evolução depende de uma série de fatores atuando em conjunto, como, apenas para citar alguns exemplos, o tipo do tumor (maligno ou benigno), o órgão atingido, as diferenças dos tecidos desses órgãos, a presença de outras doenças no organismo, o sistema imunológico da pessoa, a possibilidade de metástase e etc. O câncer de colo de útero originado a partir do vírus HPV, por exemplo, pode levar, em média, até 10 anos para se manifestar. Já o câncer de pâncreas, por sua vez, tem o seu desenvolvimento num período médio de 20 anos até começar a manifestar seus sintomas mais visíveis, resultado de consumo excessivo de álcool e tabaco ao longo dos anos. Os experimentos em animais, por sua vez, carecem de informações sobre os mecanismos de ações que necessitam de anos para se complementar, pois são ocasionados artificialmente ou transplantados, ao contrário dos humanos, cuja doença tem uma história natural de desenvolvimento.³⁷³

As semelhanças genéticas que seres humanos compartilham com outros animais, principalmente os primatas, é mencionado, muitas vezes, como uma boa razão para se insistir na realização de experimentação biomédica nesses animais. Mas, conforme afirmam Greek e Greek na obra *Sacred Cows and Golden Geese: the human cost of experiment on animals*, publicada em 2000, essa é uma argumentação simplista por abordar apenas uma pequena parte do complexo sistema do DNA, deixando inexplorado o vasto aspecto infinitesimal das sequências de pares de bases que compõe o DNA. São as diferenças muito pequenas que separam as várias espécies de animais e também se traduzem em variações dentro de uma mesma espécie.³⁷⁴ Tomar a proximidade genética existente entre os humanos e os animais das demais espécies, para afirmar com isso que os testes são justificáveis, pois há semelhanças, causa uma ilusão de que quanto mais se compartilha o DNA, mais semelhantes são os seres, havendo então uma correlação e eficiência na extrapolação de dados. Mas, lembremo-nos

³⁷³ Cf. LASTER, B. Lave. Information Value of the rodent bioassay. In: *Nature* 336, p. 631-633, 1988, p. 633.

³⁷⁴ Cf. GREEK, C. Ray; GREEK, Jean Swingle. *Sacred Cows and Golden Geese: the human cost of experiment on animals*. Foreword by Jane Goodall. New York/London: Continuum, 2000, p. 41. Cf. também GREEK, C. Ray; GREEK, Jean Swingle. *Specious Science: how genetic and evolution reveal why medical research on animals harm humans*. New York: Continuum, 2002, p. 49.

que seres humanos compartilham 50% do DNA com bananas, e 70% com esponjas do mar, e isso não é uma razão para se justificar o uso de bananas ou esponjas do mar em experimentos científicos para *prever* respostas humanas com base no compartilhamento e semelhanças genéticas.

A proximidade genética de 99% dos macacos com os seres humanos tem feito com que os pesquisadores recorressem aos primatas não-humanos nas pesquisas sobre o câncer³⁷⁵. No entanto, de acordo com Beniashvili Dzhemali, em seu livro *Experimental Tumors in Monkeys*, escrito em 1994 para reunir a literatura dos experimentos biomédicos realizados há mais de trinta anos com diversas espécies de macacos, conclui que, em relação à pesquisa oncológica:

Os tumores espontâneos em macacos são muito raros. Muitos pesquisadores acreditam que os macacos têm uma resistência inerente específica para tumores malignos. A baixa incidência de tumores em macacos tem sido associada com dificuldades de indução experimental de tumores nesses animais.³⁷⁶

Por essas e outras razões, a extrapolação de resultados obtidos nos testes em animais para identificar, por exemplo, quais substâncias químicas são cancerígenas para seres humanos é repleta de incertezas. As conclusões que muitos experimentadores apresentam de seus testes têm o caráter de efetividade aos olhos do público e até mesmo da comunidade científica, porque só demonstram, em seus artigos finais de publicação, o resultado final, sem apresentar as inúmeras e fracassadas tentativas anteriores realizadas até se chegar em um resultado considerado satisfatório. Primeiramente, os testes e tentativas são realizados incessantemente em várias espécies diferentes para se encontrar o modelo animal considerado *ideal* para determinada doença a ser pesquisada, uma vez que cada espécie responde de modo diferente as pesquisas, e então, secundariamente, após haver determinado o modelo ideal a ser utilizado, os experimentos se voltam para alcançar os resultados desejados na pesquisa (fisiopatologia e fármacos).

Quando lemos as publicações científicas que destacam a eficiência e o sucesso do uso de algum animal nos experimentos, não

³⁷⁵ Cf. NIALL SHANKS, GREEK R.; GREEK, J. Are Animal Models Predictive for Humans? In: Philosophy, Ethics, and Humanities in Medicine. v. 04, 2009, p. 13.

³⁷⁶ BENIASHVILI, Dzhemali. *Experimental Tumors in Monkeys*. CRS Press, 1994, p. 161.

encontramos, no entanto, referências dos autores sobre os testes anteriores realizados nas diversas espécies a fim de *encontrar* aquela que passe a ser considerada, então, como modelo ideal ou eficiente para predizer respostas humanas. Tem-se a impressão, ao ler os artigos dessas pesquisas, que os resultados foram *imediatamente* alcançados no primeiro experimento realizado em qualquer espécie de animal. No entanto, inúmeras tentativas precisam anteriormente serem feitas em uma variedade de espécies para encontrar o animal considerado ideal para os resultados buscados na pesquisa, e isso raramente é mencionado nas publicações.³⁷⁷

Além das diferenças de organismos, existem inúmeros outros fatores intervenientes na qualidade de vida, saúde e bem-estar dos animais e que influenciam de modo significativo o resultado final das pesquisas. Em seu artigo “Fatores que influenciam no resultado do experimento animal”, que compõe o livro *Animais de Laboratório: criação e experimentação*, o médico-veterinário Antenor Andrade identifica cinco fatores principais, externos e internos, que comprometem o resultado de uma pesquisa:

- 1) Fatores ambientais externos: temperaturas das salas, trocas de ar, umidade relativa, dieta, cama, ruído e luz;
- 2) Ambiente social: bioterista, grupo social, tamanho do grupo;
- 3) Ambiente biológico: infecções virais, infecções bacterianas, infecções parasitárias;
- 4) Emocional: medo, técnica do experimento, transporte;

³⁷⁷ Essa metodologia pode ser exemplificada pela analogia com a corrida de cavalo. Em uma corrida, há vinte competidores. Os apostadores investem seus dinheiros tentando adivinhar qual será o cavalo vencedor. Certamente, que dos vinte cavalos, um deles será, mas qual? Do mesmo modo, o pesquisador pode apostar seus testes em diversas espécies animais: coelhos, gatos, cães, cabras, porcos, serpentes, ratos, camundongos, hamsters, porquinhos da Índia, macacos de variadas espécies, etc., sem saber, antecipadamente, qual deles exatamente responderá igual ou semelhantemente ao humano. Diversas apostas são feitas em diversos animais até que, finalmente, se consiga encontrar uma que se aproxime e atenda as suas necessidades. Mas, nesse momento, o pesquisador já terá de ter, de antemão, os dados humanos em questão, para poder fazer, então, as comparações. Nesse processo, uma quantidade incalculável e variável de animais são testados e descartados, e isso raramente entra nos relatórios ou artigos publicados da pesquisa. Se fosse relatado, demonstraria ainda mais a imoralidade de tal prática.

- 5) Fatores ambientais internos: padrão genético, sexo, idade, variações circadianas.³⁷⁸

A maioria dos animais utilizados na pesquisa são mamíferos homeotérmicos, ou seja, são capazes de realizar grandes mudanças no metabolismo para, por meio disso, compensar as variações sofridas no ambiente externo. De acordo com Andrade, “essa adaptação provoca alterações na fisiologia do animal, influenciando diretamente no resultado do experimento”.³⁷⁹ O autor enfatiza essas alterações fisiológicas e psíquicas que o manejo e os experimentos invasivos induzem no organismo do animal, e afirma:

Não podemos esquecer que os animais são usados como instrumentos, mas não são. Seu sistema sensitivo faz com que reajam ao manuseio, ao transporte ou a qualquer mudança que lhes seja imposta, uma vez que não sabem o que realmente está ocorrendo. Dessa forma reagem com ansiedade, pânico e até mordida se são agarrados e imobilizados. [...] Embora o medo provoque mudanças nos parâmetros fisiológicos, incluindo pressão sanguínea e frequência respiratória, tais reações são causadas pelo estresse hormonal, a catecolamina.³⁸⁰

Essas disparidades entre os organismos humanos e dos demais animais têm comprometido significativamente as pesquisas voltadas ao entendimento sobre o câncer e o desenvolvimento de medicamentos de combate a essa doença. Greek e Greek trazem casos específicos dos mais diversos tipos que ilustram esses fracassos: câncer de próstata, colo retal, estômago, esôfago, pulmão, laringe, etc. Diversos tipos de

³⁷⁸ Cf. ANDRADE. Antenor. Fatores que Influenciam no Resultado do Experimento Animal. In: ANDRADE, Antenor; PINTO, Sérgio Correia; OLIVEIRA, Rosilene Santos de (Org.). Animais de Laboratório: criação e experimentação. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002, p. 289-294.

³⁷⁹ Ibid. Como exemplo, citaria o uso de chimpanzés em experimentos. Em seu habitat natural estes animais possuem uma vida extremamente ativa, locomovendo-se cerca de 12km por dia, destinando 70% de seu tempo em busca de alimento. Todos os seus hábitos naturais são impedidos de se manifestarem quando ficam aprisionados em gaiolas de laboratórios, causando alterações em seus comportamentos e organismos, invalidando, assim, qualquer estudo ou resultado de experimento que venha a ser aplicado em humanos ou até mesmo em outros membros de sua própria espécie. (Cf. GREIF, Sérgio; TRÉZ, Thales. A Verdadeira Face da Experimentação Animal: sua saúde em perigo. Rio de Janeiro: Sociedade Educacional “Fala Bicho”, 2000, p. 37).

³⁸⁰ Ibid., p. 292.

pesquisa acerca do câncer são realizados em grandes variedades e quantidades de animais. O objetivo, aqui, não é exaurir e descrever todos os exemplos de casos que evidenciem os fracassos do modelo animal, mas apresentar um panorama geral das razões pelas quais muitos cientistas tem indicado a ineficiência desse procedimento de pesquisa científica sobre o câncer.

Analisarei, na seção seguinte, a metodologia científica por detrás da experimentação animal e sua aplicação em pesquisas oncológicas, mostrando principalmente que em relação aos testes de carcinogenicidade das substâncias químicas, os animais têm se apresentado como pobres modelos preditivos para as reações humanas.

4.4 Crítica ao método científico da experimentação animal.

A pesquisa sobre o câncer utilizando-se do modelo animal coloca questões de ordem *científica/metodológica* e, principalmente, de ordem *moral*. Do ponto de vista científico surge o questionamento sobre o uso do modelo animal e sua eficiência para prever as respostas humanas. Os autores Niall Shanks, Ray Greek e Jean Greek, em um artigo intitulado *Are Animals models predictive for humans?*, analisam a aplicação do conceito de *previsão* dentro do contexto da experimentação animal, ou seja, se é possível *prever* ou *antecipar* os acontecimentos biológicos em seres humanos a partir da pesquisa prévia realizada com um modelo animal, isto é, em um ser de espécie diferente.

Conforme entendem os autores, a palavra *previsão* (*prediction*) vem sendo usada de maneira distorcida na pesquisa biomédica que se utiliza de animais não-humanos. *Previsão* é um conceito que está intimamente relacionado com a *hipótese*, que por sua vez pode ser definida como “uma explicação proposta para um fenômeno, quer observado ou pensado, que necessita ser *testado* para ser validado”.³⁸¹ As hipóteses científicas são testadas, e nesse procedimento, são realizadas as comparações entre o que se espera ocorrer, com o que de fato realmente ocorre. Quando há, após o teste, um resultado onde se constata uma *coincidência/correlação* entre a expectativa do experimento e os eventos que realmente ocorrem, tem-se, então, um suporte para o conhecimento científico direcionado à explicação do funcionamento das coisas. Ser capaz de prever fatos desconhecidos é

³⁸¹ NIALL Shanks, GREEK R.; GREEK, J. Are Animal Models Predictive for Humans? In: *Philosophy, Ethics, and Humanities in Medicine*, v. 04, 2009, p. 01.

essencial para os testes empíricos das hipóteses, sendo essa uma das principais características de um empreendimento científico.³⁸²

Nesse sentido, em relação às pesquisas voltadas para antecipar uma resposta humana: “se o propósito do teste, seja ele em um animal ou *in silico*, é prever a resposta humana, então os testes devem ser avaliados pela maneira como eles estão conformados com a resposta humana”.³⁸³ Os autores reconhecem, no entanto, que no contexto das pesquisas biomédicas, nem todos os testes e estudos que envolvem animais são feitos com a previsão em mente, mas, ainda assim, consideram que “os testes promovidos como sendo previsíveis devem ser julgados pela maneira como eles preveem a resposta humana”.³⁸⁴

A previsão em uma teoria científica, “também é um guia potencial para a tomada de decisões”.³⁸⁵ As previsões geradas a partir das hipóteses, no contexto das ciências biológicas e biomédicas, nem sempre são *absolutamente* corretas, tal como nas ciências físicas, uma vez que, por serem sistemas complexos e sujeitos às muitas influências internas e externas, existe uma grande quantidade de variáveis, muito diferentemente, por exemplo, da física, onde há uma constância permanente nas suas leis. Por isso, se um teste é considerado *preditivo*, ou seja, capaz de prever os acontecimentos futuros, ele deve obter, na biologia e pesquisas médicas, uma percentagem muito elevada. Resulta daí a grande importância conferida aos estudos estatísticos e probabilísticos dentro das ciências biomédicas, muito utilizados, principalmente, pelas pesquisas epidemiológicas. Se uma modalidade de testes falha constantemente em não ser capaz de fazer previsões precisas, então o teste (e o resultado) não pode ser considerado *preditivo* simplesmente pelo fato de *ocasionalmente* prever uma resposta correta, isto é, que atenda as expectativas.³⁸⁶

No contexto da experimentação animal, como já foi anteriormente mencionado, os testes sempre são realizados em diversas espécies animais, o que significa a obtenção de constantes respostas diferentes para um mesmo experimento. Essa é uma das razões pelas quais cerca de apenas 25% das pesquisas realizadas em animais acabam publicadas³⁸⁷, sendo que nessas publicações só são apresentados os

³⁸² Cf. *Ibid.*, p. 02.

³⁸³ *Ibid.*

³⁸⁴ *Ibid.*

³⁸⁵ *Ibid.*

³⁸⁶ Cf. *Ibid.*

³⁸⁷ Cf. SINGER, Peter. *Vida Ética: os melhores ensaios do filósofo mais polêmico da atualidade*. Tradução: Alice Xavier. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002, p. 72.

resultados ditos proveitosos, sem relatar as inúmeras tentativas anteriormente realizadas e fracassadas até se chegar ao resultado publicado. Em uma linguagem metafórica, isso seria como realizar apostas suficientes em cavalos de corrida, onde, certamente, em algum momento, se apostará ocasionalmente no cavalo vencedor.³⁸⁸ No entanto, inúmeras apostas são feitas constantemente em cavalos, mas sem se ter a mínima ideia de qual irá ganhar. Só se sabe se acertou ou errou a aposta, obviamente, no final da corrida. Do mesmo modo, só se sabe quais os modelos animais são relevantes para prever respostas humanas em determinada pesquisa, apenas *depois* que se tem uma coleta de dados humanos, para só então, finalmente, se poder comparar a eficiência ou não da predição feita a partir do modelo animal. Antes disso, não há como saber.³⁸⁹

As teorias podem ser confirmadas ou negadas testando as previsões que faz. Dentro do contexto da pesquisa biomédica, a teoria ou, pode-se dizer também, a hipótese dominante de que os resultados obtidos pela utilização do modelo animal podem ser aplicados diretamente nos seres humanos, isto é, que os modelos animais são preditivos, assumiu um caráter de certeza absoluta. Usar animais como substituto do ser humano resultou em uma teoria do modelo animal como metodologicamente inquestionável. No entanto, os autores observam que “ironicamente, essa hipótese não tem sido questionada como hipóteses que deve ser questionada na ciência”.³⁹⁰ O próprio modelo animal usado em experimentos para prever uma resposta humana deve ser testado, e, nesse sentido, se os resultados apresentarem uma sensibilidade suficiente, então, em seguida, a hipótese de que a utilização do modelo animal poderia prever uma resposta humana estaria verificada e confirmada. “Se verificada, então, pode-se dizer que os modelos animais são preditivos para os seres humanos, e se refutado, então, pode-se dizer que os modelos animais não são preditivos para seres humanos”.³⁹¹

³⁸⁸ Cf. NIALL Shanks, GREEK R.; GREEK, J. Are Animal Models Predictive for Humans? In: *Philosophy, Ethics, and Humanities in Medicine*. v. 04, 2009, p. 10.

³⁸⁹ Outras analogias poderiam ser trazidas aqui. Imaginemos que uma pessoa, que não seja um fotógrafo profissional, pegue uma máquina fotográfica e ande pela cidade tirando fotografias a esmo. No fim do dia, ela terá uma quantidade grande fotografias, digamos que trezentas. Apenas algumas serão consideradas boas, bem focalizadas e dentro dos padrões exigidos para uma boa fotografia. De tantas tentativas incessantemente feitas, é de se esperar que em algum momento, deem certo.

³⁹⁰ *Ibid.*, p. 02

³⁹¹ *Ibid.*

Ao usar animais em um experimento, o cientista deverá ter ao final de sua pesquisa, uma hipótese sobre a provável resposta humana para um *mesmo* estímulo ou substância testada no animal. Para saber a reação, o nível de toxicidade ou poder cancerígeno de uma substância química, o experimentador fará, por exemplo, constantes e intensivos testes em diversas espécies animais a fim de, primeiramente, encontrar um modelo ideal: ratos, camundongos, *hamsters*, porquinhos da Índia, cães, gatos, coelhos, galinhas, chimpanzês, macaco *rhesus* e até mesmo cabras ou cavalos. De alguns desses animais se resultará uma *previsão* para as respostas humanas quando submetidos aos mesmos estímulos ou substâncias, e que por sua vez deverá ser testado para confirmar ou negar a hipótese formulada inicialmente. É nesse momento do teste da previsão que será exigido uma pesquisa para de recolha de dados sobre respostas humanas, para só então a previsão obtida pelo modelo animal poder ser efetivamente verificada ou falseada à luz dos dados sobre seres humanos. Para se confirmar a hipótese é necessário ter em mãos as informações sobre as reações ou respostas humanas para os mesmos estímulos ou substâncias, para só então serem comparadas com as informações obtidas do teste de algum modelo animal, e, assim, serem comprovadas ou negadas. Nesse sentido, o experimentador optará pelo modelo animal que mais se aproximou de uma resposta humana, descartando todos os restantes.

Em resumo, as pesquisas com animais são realizadas por três razões básicas: 1) porque queremos saber o que acontecerá no futuro; 2) para testar uma teoria, e 3) uma ação é necessária e a melhor maneira de escolher qual ação é prevendo o futuro. Nesse sentido, a realização dos testes de carcinogênese, por exemplo, buscam entender o que irá acontecer, ou seja, busca-se saber se alguma substância química será causadora de câncer em humanos (ponto 1); e ainda, qual ação é necessária, ou seja, se um fármaco pode ou não ser permitido no mercado para uso no tratamento humano (ponto 3). Esses tipos de testes buscam saber se algum elemento químico é cancerígeno para humanos e de que maneira um determinado fármaco irá agir, sendo, por exemplo, eficiente para o combate e eliminação da doença ou se ele poderá causar mais danos do que benefícios, como efeitos colaterais graves e irreversíveis, principalmente, a teratogenia³⁹², isto é, uma deformação

³⁹² De acordo com o princípio médico chamado Lei de Karnofsky, qualquer substância pode ser teratogênica, se dada para a espécie correta, na dose correta em um determinado estágio de gravidez .

no feto originado por alguma substância química, como, por exemplo, o causado pelo medicamento *talidomida*.

De acordo com o artigo *Animal Carcinogenicity studies: 1. Poor human predictivity*, Knight A. et. al, revisaram a listagem do ano de 1993 das substâncias determinadas como cancerígenas listadas pela International Agency for Research on Cancer (IARC)³⁹³ e observaram que dos 708 agentes químicos listados, 502 eram classificados como tendo alta evidência de carcinogenicidade para animais, mas dessas, apenas 104 substâncias foram detectadas como sendo definitivo ou provável causador de câncer em humanos e 398 não foram definidos como cancerígenos em humanos por meio dos testes em animais. Isso significa, segundo os autores, que de acordo com os dados do IARC, a previsão positiva de ensaios utilizando animais para definir prováveis químicos cancerígenos para humanos é de 7% (104/502), enquanto que a ineficiência da previsão fica em torno de 79,3% (398/502). Os autores analisaram também os dados do ano de 2004, onde foram adicionadas 105 substâncias cancerígenas para humanos, constatando que das 885 substâncias químicas, apenas 9,9% foram classificados como *definitivos* cancerígenos para humanos, e 7,2% como *prováveis* cancerígenos para humanos por meio dos testes em modelos animais.³⁹⁴ Quando testadas nos animais, verifica-se a baixa capacidade preditiva de seus organismos para prever as respostas humanas sobre o efeito cancerígeno da maioria dessas substâncias.

Além do fato de haver uma grande variação entre as espécies, de modo que diversos animais (incluindo humanos) respondem de maneiras diferentes às substâncias químicas, fármacos e doenças, outro problema científico/metodológico encarado pela utilização de animais como modelos para prever respostas humanas, é o de desviar a atenção dos experimentadores para outros métodos de pesquisas que podem ser mais eficazes.³⁹⁵ A avaliação da segurança de substâncias e fármacos

³⁹³ Esta lista é atualizada anualmente, e pode ser consultada no site do IARC: <http://www.iarc.fr/en/publications/list/monographs/index.php>

³⁹⁴ Cf. NIALl Shanks, GREEK R.; GREEK, J. Are Animal Models Predictive for Humans? In: *Philosophy, Ethics, and Humanities in Medicine*, v. 04, 2009, p. 09.

³⁹⁵ Os autores Sérgio Greif e Thalez Tréz apresentam algumas disparidades das reações de medicamentos e substâncias químicas quando aplicadas para humanos e animais e a ineficiência das previsões feitas a partir de uma espécie e extrapoladas para a humana. Cito apenas algumas delas: “Morfina – Há grande variação da dose letal, entre as espécies testadas; provoca excitação, em gatos, e sedação, em humanos. Fenilbutazona (Butazolidina) e oxifenilbutazona (Tanderil) apresentam ações muito diferentes, no homem e nos demais animais; o homem metaboliza 15% da dose de fenilbutazona administrada, em um período de 24 horas, enquanto a maioria dos animais testados leva apenas 2 horas para metabolizar a dose

para humanos testadas em animais enfrenta também os problemas das reações encontradas em pacientes humanos, mas que não foram demonstrados ou observadas nos testes realizados em animais. De acordo com Rita Leal Paixão:

[...] parte disso deve-se ao fato de que os animais não são capazes de relatar vários sintomas, tais como náuseas, dores de cabeça, depressão, distúrbios psicológicos, entre outros, que indicam o potencial de ameaça da droga. Mesmo quando esses efeitos colaterais são excluídos, o potencial de predição ainda é baixo. Isto é, os testes em animais não podem predizer o que realmente acontecerá quando a droga for administrada ao ser humano.³⁹⁶

Paixão demonstra, citando os estudos de Robert Sharpe, as discrepâncias entre os dados obtidos a partir dos animais e os dados obtidos a partir de humanos. Algumas drogas e substâncias testadas em animais e humanos revelam resultados totalmente opostos, outras

total administrada (dados de cães, coelhos e equinos); quanto à oxifenilbutazona, o homem precisa de 72 horas para metabolizar metade da dose administrada, ao passo que o cão só requer ½ hora; ambas as drogas foram implicadas na morte de 10.000 pessoas, por isso seu uso é proibido ou restrito. Sacarina – Causa câncer em ratos (estes possuem uma globulina (espécie de proteína) que, ao reagir com a sacarina, resulta em neoplasia vesical); por isso, a sacarina foi proibida durante muito tempo, nos EUA, até que se verificou que seu consumo não oferecia qualquer risco à saúde humana (pois o homem não produz a tal globulina. Penicilina – fatal para o porquinho-da-Índia, mesmo em doses baixas; hoje, amplamente usada na Medicina; caso os dados de porquinhos-da-Índia tivessem sido considerados e a droga não fosse testada em humanos, certamente não poderíamos contar hoje, com tão importante antibiótico. Lítio – usado no tratamento de distúrbios afetivos (psicose maníaco-depressiva) do ser humano; quando usado em animais, entretanto, não há qualquer indicação de tal valor terapêutico; ou seja, a pesquisa em animais nunca levaria à descoberta do lítio como agente terapêutico. Aspirina – teratogênica para roedores, cães, gatos e macacos, mesmo quando em doses muito baixas (cães: doses 2-3 vezes maiores que a terapêutica são suficientes para ocasionar defeitos fetais); amplamente usada como antitérmico e anti-inflamatório em humanos.” (GREIF, Sérgio; TRÉZ, Thales. A Verdadeira Face da Experimentação Animal: sua saúde em perigo. Rio de Janeiro: Sociedade Educacional “Fala Bicho”, 2000, p. 31). “O fato é que os animais reagem diferentemente à diferentes substâncias químicas, não apenas em relação ao homem, mas também entre espécies. Aspirina mata gatos e penicilina mata porcos-da-índia. Da mesma maneira, porcos-da-índia podem comer estricnina, um dos venenos mais poderosos para o humano, mas não para macacos. Ovelhas podem ingerir enormes quantidades de arsênico, usada para envenenar seres humanos. O potássio cianídrico, mortal para humanos, é inofensivo para corujas” (ibid., p. 45). Conferir outros exemplos de disparidades de efeitos entre humanos e animais no ANEXO 2 desta dissertação.

³⁹⁶ PAIXÃO, Rita Leal; SCHRAMM, Fermin Roland. Experimentação Animal: razões e emoções para uma ética. Niterói: EdUFF, 2008, p. 42

tiveram riscos minimizados em animais, mas eram significativamente nocivas para humanos e há ainda aquelas que apresentaram danos apenas nos animais. Sharpe chama atenção para essa última categoria em que os animais tiveram reações indesejáveis, o que por sua vez não significa que em humanos haverá os mesmos efeitos. Isso implica que muitos medicamentos promissores acabam sendo descartados já no início dos testes em animais.³⁹⁷

Além disso, outro fator mencionado por Sharpe diz respeito aos fatores econômicos que influenciam na pesquisa, como o fato de que “a escolha das espécies a serem utilizadas frequentemente dependem de fatores não científicos, como ‘custos’ envolvidos e ‘conveniência’”³⁹⁸ e que acabam determinando o modelo animal a ser usado, ainda que não seja o ideal. Juntamente com isso, os modelos animais “inventados” pela engenharia genética, com seus sistemas imunológicos anulados ou com outras alterações em seus organismos para que possam desenvolver a doença que pretendem avaliar, também é questionado por Sharpe pelas mesmas razões que o é em animais “naturais”, qual seja: as manifestações são diferentes daquelas que ocorrem nos seres humanos,³⁹⁹ conforme atestam os dados do IARC sobre as substâncias químicas cancerígenas testadas em humanos e animais.

Shank, N. et. al., listam dez diferenças cruciais de âmbito essencialmente genético e pelas quais os sistemas vertebrados complexos respondem diferentemente aos mesmos estímulos e invalidam, portanto, a capacidade de previsão dos modelos animais:

- (1) diferenças com respeito aos genes/alelos presentes,
- (2) diferenças com respeito às mutações do mesmo gene (onde uma espécie tem o ortólogo de um gene encontrado em outra,
- (3) diferenças com respeito às proteínas e as atividades da proteína,
- (4) diferenças com respeito ao gene regulador,
- (5) diferenças na expressão genética,
- (6) diferenças na interação proteína/proteína,
- (7) diferenças nas redes genéticas,
- (8) diferenças com respeito à organização do organismo,
- (9) as diferenças de exposições ambientais, e por último

³⁹⁷ Cf. Ibid.

³⁹⁸ SHARPE, Robert., apud: Rita Leal; SCHRAMM, Fermin Roland. Experimentação Animal: razões e emoções para uma ética. Niterói: EdUFF, 2008, p. 42

³⁹⁹ Cf. Ibid.

e não menos importante, (10) diferenças com respeito à história evolucionária.⁴⁰⁰

Essas dez diferenças são importantes não apenas em relação aos membros de espécies diferentes, mas também respondem, em muitos casos, “porque membros de uma espécie frequentemente respondem diferentemente as drogas e toxinas, e experimentam diferentes doenças”.⁴⁰¹ Estas razões também seriam suficientes para concluir que “modelos animais não podem ser preditivos para humanos, que a extrapolação da resposta à droga e à pesquisa de doenças de diversas espécies é impossível vis-à-vis,”⁴⁰² não atendendo, assim, as exigências de um parâmetro genuinamente científico.

Nesse sentido, Greek e Greek consideram que pelo fato dos animais reagirem de maneira imprevisível ou pouco confiável, eles são modelos perigosos para os estudos das doenças como o câncer e o desenvolvimento de medicamentos e tratamentos de combate. Os autores enfatizam ainda que: “é impossível saber qual o animal irá reagir da mesma forma que um ser humano até que se conhece como um ser humano responde”.⁴⁰³ A ideia de que os animais podem servir de *modelos analógicos causais*, capazes de prever respostas humanas, deveria, portanto, atender três importantes exigências para que pudessem, de fato, virem a ser considerados modelos eficientes de predição: 1) características causais comuns (entre o modelo e objeto modelado), 2) conexões causais entre as características, e 3) nenhuma desanalogia causal relevante, ou seja, com grande percentagem de desacerto.⁴⁰⁴ As pesquisas realizadas com animais, no entanto, carecem de parâmetros científicos e capacidade preditiva:

Nenhuma dessas características podem ser conhecidas até que saibamos cem por cento de tudo sobre o fenômeno em ambas as espécies em questão, como por exemplo, em seres humanos e animais de experimentação. Animais podem ser apenas modelos provados *empiricamente*. Isso quer dizer que temos de saber, em primeiro lugar,

⁴⁰⁰ NIALL Shanks, GREEK R.; GREEK, J. Are Animal Models Predictive for Humans? In: Philosophy, Ethics, and Humanities in Medicine, v. 04, 2009, p. 13.

⁴⁰¹ Ibid.

⁴⁰² Ibid., p. 14.

⁴⁰³ GREEK, C. Ray; GREEK, Jean Swingle. Specious Science: how genetic and evolution reveal why medical research on animals harm humans. New York: Continuum, 2002, p. 26.

⁴⁰⁴ Cf. Ibid., p. 46.

o que acontece nos seres humanos, em seguida, então, estudar os animais para ver se um em particular reproduz a condição humana. Apenas por comparação dos resultados obtidos de experiências em animais, com os resultados a partir de dados baseados em humanos podem determinar se animais não-humanos são suficientemente similares aos seres humanos para permitir a extrapolação dos resultados. Não podemos extrapolar os dados *prospectivamente*, só podemos fazê-los de forma *retrospectiva*.⁴⁰⁵

Desse modo, se já se sabe como o ser humano reage ou responde, a pesquisa se torna redundante e até mesmo inútil. Se não se sabe, não há como adivinhar por meio de modelos animais cujo organismo é completamente diferente. É necessário saber como se comporta o organismo humano para só então fazer afirmações sobre a capacidade de previsão de um modelo animal. Em algumas circunstâncias, alguns animais podem reagir às substâncias, tal como são previamente conhecidas em humanos, mas só se sabe disso após haver sido realizado inúmeros testes e tentativas em diversos animais, das mais variadas espécies, em diversas quantidades de doses das substâncias e circunstâncias. Nessa metodologia, é como se o pesquisador fizesse uma aposta lotérica até conseguir acertar, ignorando, no resultado final obtido, todos os custos e falhas anteriores, seja financeiro, de tempo, trabalho, mas principalmente em termos de bem-estar e vidas animais. Esse último custo não é levado em consideração, fazendo, portanto, com que essa metodologia intensifique o uso de seres sencientes não apenas na pesquisa em questão, mas também nos procedimentos para se encontrar o animal considerado como modelo ideal. Essa metodologia de tentativa-e-erro que predomina nas ciências biomédicas que fazem uso de animais, implica diretamente em um excessivo uso de animais que são testados e descartados na procura do modelo animal. Isso, como será analisado a seguir, demonstra ainda mais a desconsideração moral pela dor e sofrimento animal.

Visto as significativas diferenças entre os organismos de espécies diferentes, assim como a ineficiência da capacidade preditiva dos modelos animais, analisarei, agora, as implicações éticas do uso de animais em experimentos oncológicos, qual seja, a consideração moral pela dor e sofrimento dos animais utilizados na pesquisa.

⁴⁰⁵ Ibid., p. 50.

4.5 O sofrimento animal na pesquisa sobre o câncer.

Os interesses humanos cuja satisfação envolve, de alguma maneira, a utilização de animais, variam desde os mais triviais, como degustar o sabor de uma carne diferente, gorjear-se em espetáculos circenses, rodeios e farras, inventar uma nova marca de produto cosmético – perfume, rímel, batom, desenvolver um novo produto de limpeza e etc., até àqueles que, pode-se julgar, como sendo mais importantes, necessários e essenciais, tais como desenvolver um medicamento para os alívios dos sintomas e das dores causadas por doenças, ou, por exemplo, no que está sendo analisado aqui, conhecer as origens, as causas e o modo como o câncer se desenvolve nos organismos humanos, possibilitando, com esse conhecimento, realizar o desenvolvimento de tratamentos e de drogas farmacológicas eficazes para combatê-lo.

Esses e muitos outros interesses humanos são sempre considerados, de antemão, mais relevantes, importantes e superiores a quaisquer interesses que os animais utilizados nas pesquisas venham a ter, principalmente, o interesse semelhante derivado da condição de seres sencientes, qual seja, o de não experimentar as desagradáveis sensações físicas de dores agudas ou crônicas, assim como outras sensações envolvidas nos experimentos, tais como o medo ou o pânico originados pelo isolamento ou antecipação que a simples visualização de instrumentos invasivos que causam dor, e que se tornam conhecidos pelo animal devido ao repetitivo uso.

A pesquisa sobre o câncer, em especial, utiliza-se de diversas espécies de animais não-humanos para seus diversos fins, cujos principais são: a indução ou enxerto de câncer para estudo de sua fisiopatologia, o desenvolvimento de remédios para combatê-lo, e a realização de testes de carcinogenicidade das substâncias químicas. O interesse desses animais em não sentir dor e sofrimento é violado quando eles são impedidos de terem as suas vidas ligadas ao prazer, mover-se conforme seus instintos em seus ambientes naturais e não viver engaiolados ou isolados dos demais seres de sua mesma espécie. Nos procedimentos de pesquisas, os animais recebem constantemente uma alimentação que não condiz com suas especificidades nutricionais. Sendo mantidos nos laboratórios, eles não caçam, não procuram ao seu modo o próprio alimento, não selecionam o que comem. São constantemente forçados a ingerir o que é oferecido em laboratório. Dependendo da pesquisa, alguns alimentos são administrados nos animais com a intensão de provocar algum tipo de dano em seu

organismo e estudá-lo, como por exemplo, pesquisas sobre a relação do consumo de alimentos com agrotóxicos ou transgênicos e o surgimento de câncer.

Os organismos desses animais são contaminados por doenças tipicamente humanas e, na maioria dos casos, desconhecidas em seres de sua espécie. Seus corpos sofrem constantes intervenções e invasões, como agulhadas⁴⁰⁶, cortes, introdução de tubos via oral, nasal ou anal para administração de substâncias químicas, retirada de tecidos para biopsias, abertura do corpo para a exposição dos órgãos internos a fim de observação, implantação (enxerto) de tumores, etc. As substâncias químicas inseridas em animais para terem o seu potencial de carcinogenicidade testadas têm sua introdução no organismo por, no mínimo, dezessete meios e modos: 1) oral: alimento; 2) oral: sonda; 3) oral: água; 4) oral: indeterminado; 5) oral: outra; 6) dérmico; 7) inalação; 8) subcutâneo; 9) implantação cirúrgica; 10) transplacental; 11) intramuscular; 12) intraperitoneal; 13) intravenosa; 14) intrapleural; 15) intra-renal; 16) intratesticular; 17) vaginal.⁴⁰⁷

Todas as dores, desconfortos e os sofrimentos que se originam nos animais através desses testes invasivos e sequelares são negligenciados para que os resultados obtidos nesses experimentos sejam transferidos para os seres humanos. No entanto, como pôde ser constatado anteriormente, há muitas razões para se afirmar a *não confiabilidade* desses testes, havendo ainda uma ineficiência na capacidade de *prever*, isto é, *prever* os efeitos e as respostas humanas a partir do uso de animais como modelos de uma doença cancerígena.

Apesar das muitas diferenças já mencionadas, os pesquisadores que utilizam animais enfatizam excessivamente as visíveis semelhanças macroscópicas que existem entre estes animais e os seres humanos. Independentemente dessas diferenças ou semelhanças nos organismos, que possibilitem ou não o seu uso em pesquisas ou a capacidade preditiva dos modelos animais, o mais importante, contudo, é a existência na estrutura anatômica destes animais, de um sistema nervoso

⁴⁰⁶ Muitos primatas utilizados em experimentos têm sua identificação por meio da raspagem do pelo e pela tatuagem com o seu número de identificação. Cf. ANDRADE, Márcia, C. R. Criação e Manejo de Primatas não-humanos. In: ANDRADE, Antenor; PINTO, Sérgio Correia; OLIVEIRA, Rosilene Santos de (Org.). Animais de Laboratório: criação e experimentação, Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002, p. 152.

⁴⁰⁷ Cf. KNIGHT, Andrew, et al. Animal Carcinogenicity Studies: implications for the REACH System. In: Atla, v. 34, n. 01, p. 139-147, 2006, p. 142. Disponível em: http://www.frame.org.uk/dynamic_files/34knightbailey.pdf Acessado em: 11 de Outubro de 2010.

central que os possibilita sentirem experiências ligadas ao fenômeno da dor e do sofrimento, evidenciadas tanto pelo comportamento animal perante as situações ameaçadoras ao seu bem-estar, quanto pelas alterações físico-químicas pelas quais o seu organismo passa perante os estímulos dolorosos.

Essas semelhanças em relação à capacidade de sentir dor e sofrimento nos animais não recebem tanta atenção por parte do experimentador, como recebem as outras semelhanças, e, assim, cientistas que usam animais em pesquisas ignoram o dilema, tanto metodológico, mas principalmente moral no qual se encontram, qual seja: se os animais são suficientemente iguais a nós a ponto de seres bons modelos para pesquisas, deveriam, logicamente, receber a mesma consideração moral que conferimos aos humanos, não violando sua saúde, sua integridade física e o bem-estar. Mas, se os animais são suficientemente diferentes, então não há razão científica para realizar um experimento em seu organismo e tentar transferir seus resultados para os humanos. Mas, ainda que possuam diferenças fisiológicas significativamente diferentes, ainda assim eles compartilham com humanos a capacidade da senciência, e isso não deve ser ignorado nos animais tal como não é ignorada nos humanos.

Os acertos ou êxitos nas pesquisas utilizando-se de animais e que são muito enfatizadas pela comunidade científica e amplamente divulgados na mídia, têm se mostrado, em muitos casos, muito mais como resultados do acaso, ou sendo alcançados apenas depois de muitas tentativas e erros, apostando-se por meio dos diversos testes até se chegar ao resultado desejado e descartando os indesejados, sem contabilizar nisso, os custos em termos de dor, sofrimento e vidas de animais tiradas.⁴⁰⁸ Em muitos casos, o sucesso dos resultados de uma pesquisa se limita apenas na descoberta da cura de uma determinada doença apenas nos animais de laboratório. Novamente, é como se o experimentador fizesse diversas apostas até conseguir acertar, não

⁴⁰⁸ Greek e Greek chamam atenção para um fenômeno curioso que ocorre nos meios de comunicação: “Quando uma terapia se mostra eficiente em camundongos, é notícia de primeira página, especiais de televisão [...]. Quando, meses depois, a terapia se mostra ineficiente, ela é veiculada em notas de rodapé e despercebida pelo grande público” (GREEK, C. Ray; GREEK, Jean Swingle. *Sacred Cows and Golden Geese: the human cost of experiment on animals*. Foreword by Jane Goodall. New York/London: Continuum, 2000, p. 32). De fato, notícias sobre a cura do câncer e outras doenças em camundongos sempre são manchetes de jornais, criando uma expectativa de que o sucesso com os animais conduzirá consequentemente ao sucesso no tratamento de humanos. No entanto, as notícias ficam esquecidas, sem mostrar os resultados em humanos, até o momento que uma nova descoberta feita em camundongos se torna manchete novamente.

contabilizando e nem mesmo divulgando os inúmeros erros e prejuízos tidos até então. A metodologia de tentativa-e-erro é predominante nas pesquisas científicas de todas as áreas. Não se contesta aqui nesta dissertação, a sua aplicação e efetividade nos ramos das ciências naturais, por exemplo, mas sim, em áreas do conhecimento cujos objetos de pesquisa e experimento são seres vivos sencientes.

A utilização desse procedimento nas pesquisas biomédicas faz um intenso uso de animais, que são colocados, então, na mesma posição de objetos físicos inanimados e não de seres vivos animados e sencientes. Essa metodologia pode ser aceitável quando envolve objetos físicos ou experimentos químicos. No entanto, sua predominância nas pesquisas com animais se mostra imoral justamente em virtude de ser realizada em seres sencientes, isto é, capazes de sentirem dor e sofrimento. Ela leva a efeito uma infinidade de testes em diversos animais no intuito de verificar todas as variáveis possíveis. Cada uma dessas tentativas e erros é realizada de modo a submeter o animal em situações danosas e dolorosas, contrárias aos seus interesses, e é justamente que nisso reside a imoralidade de tal método.

Quando artigos são publicados, em sua maioria, apenas os acertos são descritos nas conclusões, ficando desconhecidos para os leitores e até mesmo para outros pesquisadores, os muitos erros anteriormente cometidos e que não condiziam com as expectativas, sendo então descartados, o que por sua vez, induz sempre as novas experiências. Os experimentos realizados com o objetivo de, primeiramente, se encontrar o melhor modelo animal capaz de *prever* as respostas humanas em determinada pesquisa, também não são mencionados nos relatórios ou artigos finais das pesquisas publicadas. De fato, o pesquisador relata apenas que escolheu um animal específico, seja o rato, o chimpanzé ou o gato, por determinadas razões que o torna preferível naquela pesquisa em especial, mas não relata o processo pelo qual ele chegou à escolha desse modelo, pois, de todas as espécies disponíveis, cada uma responderá de maneira diferente.

Os relatos, tanto do processo de escolha, quanto desses experimentos fracassados e que não são mencionados nas publicações, poderiam, ao menos, já que foram um dia realizadas, serem úteis para a comunidade científica, pois serviriam como importantes fontes de informações para muitos outros pesquisadores, evitando que muitos experimentos viessem a ser novamente realizados. Mais importante, no entanto, é que os erros, uma vez que fossem relatados, serviriam muito mais para demonstrar que os índices de *ineficiência* do uso de animais

superam os índices de *eficiência* que apenas são encontrados depois de inúmeras tentativas e erros realizados anteriormente com muitos animais de diversas espécies, mas que ficam desconhecidos. Se fossem relatadas todas as tentativas frustradas e o processo de escolha do modelo animal, se evidenciaria, assim, de modo significativo a falta de cientificidade, mas principalmente de considerações éticas que existe nos experimentos científicos e biomédicos. Nas pesquisas com animais, é como se os experimentadores participassem insistentemente de uma aposta lotérica para tentar prever as respostas humanas a partir dos seus modelos animais. E nessa aposta, que se reflete na metodologia de tentativa-e-erro realizada em seres vivos, milhares de animais que são submetidos a tratamentos dolorosos e sofredores, violando seu bem-estar, sua integridade física e psíquica, e o seu interesse em não vivenciar as experiências de dor e sofrimento. Esse é um tipo de custo ignorado e excluído dessa metodologia.

A observação de Felipe sobre a experimentação animal em geral, se aplica de modo específico na pesquisa oncológica:

Na tradição moral à que estamos filiados, todo experimento feito em animais, para o desenvolvimento de técnicas terapêuticas voltadas à minimização do sofrimento humano, é justificável. Essa intuição moral não contabiliza, portanto, o sofrimento do animal como parte dos *custos* do experimento, a não ser que tal sofrimento acarrete desvios nos resultados obtidos. Indiferente, a comunidade científica não calcula como parte dos *gastos* o sofrimento imputado aos animais.⁴⁰⁹

A ineficiência do uso de animais nesta área da biomedicina se soma ao problema moral levantado acerca da importância moral da dor e do sofrimento animal. Se o interesse humano pelo conhecimento sobre o câncer, assim como a descoberta e o desenvolvimento de medicamentos e tratamentos eficazes para combatê-lo não decorre, como pôde ser observado anteriormente, da pesquisa realizada no modelo animal, deve ser questionado, portanto, se é justificável perpetuar a desconsideração dos interesses destes animais *insistindo* nesse modelo e método de pesquisa que, além de violar os interesses dos animais sencientes, os

⁴⁰⁹ FELIPE, Sônia. T. *Ética e Experimentação Animal: fundamentos abolicionistas*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007, p. 318.

seus resultados práticos não têm sustentado as razões que frequentemente são invocadas pelos cientistas e filósofos para justificar seus usos.

O que ocorre na pesquisa sobre o câncer acontece também nas diversas outras áreas da biomedicina: a negligência dos interesses dos animais em não sentir dor e sofrimento. Os supostos benefícios prometidos são oferecidos às custas dos malefícios e dos danos causados aos animais e em muitos casos também nos próprios seres humanos, uma vez que todo novo medicamento de combate a doença passará por testes em humanos para que esses dados possam, só então, ser usados em comparação com as informações adquiridas do modelo animal, o que nem sempre é realizado em um número suficiente de casos humanos observados, resultando, muitas vezes, em prejuízos à saúde quando algum medicamento é liberado para grande população de diversos países.

As pesquisas laboratoriais realizadas com humanos devem obedecer aos rígidos protocolos que visam proteger o indivíduo de tudo aquilo que é indiscriminadamente causado em animais. O modo como se conduz uma pesquisa para obter os resultados a partir do uso de animais em situações de controle laboratorial seria considerada antiética se realizada em seres humanos. No entanto, como Greek e Greek indicam, existem diversas maneiras éticas de se obter dados humanos sem violar seus organismos ou infligir danos e sofrimentos, por exemplo, no contexto da epidemiologia, por meio de pesquisas *in vitro*, utilizando o cultivo de células e tecidos humanos, pesquisas *in silico*, e pelo mais recente avanço das técnicas de microdosagem.

Além disso, no caso de humanos usados em experimentos, existem exigências rígidas que precisam ser satisfeitas para que o procedimento científico se realize: consentimento do paciente experimental; informações claras sobre os possíveis riscos; clareza dos benefícios que podem ser alcançados; participação voluntária (sem coerção ou indução); garantia de que não há alternativas; liberdade para suspender o consentimento ao experimento quando desejar, não infligir dor e sofrimento. De um modo geral, a pesquisa com seres humanos, ao contrário das realizadas em animais, é considerada antiética e ilegal quando não atende essas e muitas outras exigências e submete os seres humanos em situações de alto risco, omissão de informações, mas principalmente a exposição à dor e ao sofrimento, maus-tratos, indução de doenças e sequelas, negligência com seu bem-estar e outras situações similares.

Ao contrário do que ocorre com o uso de animais em pesquisas, a metodologia de tentativa-e-erro, ou as constantes “apostas” nos experimentos, não são praticadas quando o objeto de estudo é o ser humano, seu bem-estar e sua vida. Mas, em relação aos animais essa metodologia é levada a efeito, não importando quantas tentativas sejam realizadas e em quantos animais até que se alcance o resultado desejado. Os experimentos que causam dor em animais, por sua vez, acabam sendo moralmente autorizados e legalmente regularizados por protocolos que apenas disfarçam a real situação dos animais. Todo o controle para se evitar a infligência de danos, dores, sequelas irreversíveis e sofrimentos em humanos é dispensado quando o objeto da pesquisa se torna de outra espécie.⁴¹⁰

Apesar das diferenças fisiológicas, anatômicas, celulares, subcelulares, genéticas existentes entre seres as espécies, além de outras mencionadas anteriormente e que determinam a *invalidade* de muitos experimentos efetivados em animais, as semelhanças, principalmente no que diz respeito à dor, tornam os animais criados para fins laboratoriais merecedores da mesma *consideração* ou importância moral que conferirmos à dor quando experimentada por humanos ou quando as pesquisas são realizadas em membros de nossa espécie.

O entendimento sobre o câncer e sua cura certamente são interesses humanos importantes, tão importantes que não podem ficar

⁴¹⁰ Um exemplo disso pode ser constatado no artigo Ácidos graxos poli-insaturados n-3 e n-6: metabolismo em mamíferos e resposta imune, onde os autores determinam a escolha de animais nos experimentos em virtude da facilidade de obtê-los dos Comitês de Ética para a realização das pesquisas, contrariamente se fosse realizada com humanos. De acordo com os autores: “A experimentação animal apresenta uma grande importância para o desenvolvimento da ciência e tecnologia, na descoberta de tratamentos para diferentes enfermidades, descoberta de medidas profiláticas, principalmente devido ao fato dos modelos animais fornecerem informações sobre o organismo em geral. Os trabalhos com humanos tornam-se difíceis por apresentarem uma enorme variabilidade genética e grande dificuldade no controle da dieta alimentar. Além disto, os trabalhos são limitados e envolvem parâmetros éticos, exigem requisitos para resguardar a integridade física e emocional dos investigados. Amostras com número suficiente de investigados no intuito de obter uma representatividade estatística e acompanhá-la por todo o período da investigação, normalmente é tarefa trabalhosa, e demanda longo tempo. Outro fator importante é a coleta do material patológico que pode exigir procedimentos invasivos, dolorosos e demorados. Estas são algumas das limitações que podem dificultar ou inviabilizar uma investigação em seres humanos. O uso de modelos animais pode superar estas limitações e proporcionar uma investigação mais rápida e menos onerosa.” (PERINI, J. A. et. al. Ácidos graxos poli-insaturados n-3 e n-6: metabolismo em mamíferos e resposta imune. In: Revista de Nutrição. n. 23. v.6, p. 1075-1086, Campinas, 2010, p. 1077). Todo o limite que é imposto ao cientista para a realização de experimentos em humanos é retirado quando se trata de um animal.

sujeitos aos tantos equívocos e atrasos que ocorrem em razão da utilização de animais. Pesquisas como as mencionadas anteriormente demonstram que o argumento frequentemente invocado, segundo o qual seria justificável provocar dor ou matar um animal se isso resultasse em um conhecimento sobre a doença e, conseqüentemente, um melhoramento da qualidade de vida, resultando diretamente no salvamento de milhões de vidas humanas, não se segue, pois, como demonstram Greek e Greek, não há um único experimento que faça uso de um ou de poucos animais e que implique diretamente na salvação de uma grande quantidade de vidas humanas. Muito pelo contrário, cada experimento se segue sempre de incessantes testes com vários animais, em uma variedade de espécies e por longos períodos de tempo e nem sempre estas pesquisas resultam em um benefício.

Conforme Singer estabelece em *Libertação Animal*, os experimentos em animais poderiam ser conduzidos se atendessem a duas condições do “teste de importância”: 1) a de que comprovadamente sirvam para minimizar diretamente a dor e o sofrimento de milhões de humanos; e, mais importante ainda, 2) a de que o experimento a ser realizado seja tão relevante e *urgente* a ponto de que possa ser considerado digno de ser levado a efeito em seres humanos com graves e irreversíveis doenças mentais e que se encontram no mesmo nível mental dos animais. Como já foi anteriormente discutido, se o experimento é considerado indigno de ser realizado em um ser humano, ainda que esse esteja acometido por danos cerebrais graves que comprometem sua qualidade de vida, deve-se também ser considerado indigno a sua efetivação em animais de outras espécies. Mas, a justificativa e a aceitação, tanto científica quanto moral, da efetivação de experiências em animais implica em aceitar a sua realização em humanos, ainda mais porque quando realizado em humano são assegurados resultados melhores e mais confiáveis.

Os experimentos, por exemplo, sobre o câncer de pulmão são tão importantes e dignos a ponto de se utilizar grandes quantidades de animais que se estendem por décadas de pesquisa? Se sim, deveríamos nos perguntar, então, se os cientistas, ou os órgãos de pesquisa, sejam privados ou públicos, estariam preparados para institucionalizar efetivamente a utilização de seres humanos mentalmente afetados, recém-nascidos órfãos ou até mesmo humanos fumantes para os *mesmos tipos* de procedimentos de pesquisas que são realizadas em animais. Sabendo da relação entre o consumo de cigarros e o câncer, as pessoas que insistem em manter esse hábito reconhecidamente nocivo para

saúde, qualidade de vida e bem-estar humano, e que causam sofrimento para milhares de pessoas, danificando seus organismos, deveriam se prontificar em oferecer-se como voluntárias para as pesquisas que busquem a cura para esta doença? Esse seria o preço que alguns humanos deveriam pagar para sustentar um desejo peculiar de um grupo específico em manter determinados hábitos cientificamente reconhecidos como nocivos à saúde e ao bem-estar, e não os animais saudáveis que nada tem a ver com tais desejos e hábitos humanos e interesses nocivos para nossa própria espécie.

Certamente que a pesquisa é importante. No entanto, como defende R. G. Frey, (ao contrário de Singer), se os resultados seriam mais promissores quando realizados em seres humanos afetados pela doença a que se procura a cura, do que em animais saudáveis, cujo organismo recebe e reage de maneira diferente às substâncias causadoras da doença, então, isso justificaria, na prática, o uso de seres humanos doentes cuja qualidade de vida é inferior a de muitos animais. A confiabilidade de muitas pesquisas seria maior, uma vez que não haveria extrapolação interespécies, os custos menores, o tempo de duração diminuído, os erros reduzidos e a promessa de cura para a doença seria mais promissora, uma vez que os experimentos seriam realizados nos organismos em que ela originalmente ocorre. Esse é, portanto, um dos principais preços a se pagar em nome dos benefícios para seres humanos, tal como é veementemente defendido por Carl Cohen, ou também em nome da manutenção de determinados hábitos reconhecidamente causadores de câncer, mas que ainda continuam sendo praticados pelas populações: consumo de carne vermelha e embutidos, leites e seus derivados, alimentos com conservantes, consumo excessivo de medicamentos, sedentarismo e etc.

O fato de se utilizar humanos nessas pesquisas invalidaria moralmente o experimento? Na prática, quando se trata de realizá-lo em humanos, sim. Mas, quando substituídos por animais, o experimento se torna justificável, pois os danos, sequelas, dores, desconfortos e sofrimentos físicos, assim como medo, pavor e pânico serão experimentados e vividos por seres que não são da espécie humana, ainda que utilizá-los tornará a confiabilidade menor, os riscos maiores, tempos e custos prolongados e o conhecimento limitado ou improdutivo. Portanto, observa Singer, nesses procedimentos:

Os experimentadores, então, mostram preconceitos em favor de sua própria espécie sempre que realizam experimentos em animais

não-humanos para fins que, não pensariam justificar o uso de seres humanos em um nível igual ou inferior de senciência, consciência, sensibilidade e assim por diante.⁴¹¹

Se fosse eliminado esse preconceito humano na consideração da dor e do sofrimento vivenciado pelos animais devido aos experimentos realizados em seus corpos, as práticas de muitas experiências realizadas em animais seriam abolidas. Um utilitarista, afirma Singer, aceitaria que o experimento fosse realizado em *um* ou poucos animais se as condições anteriores fossem satisfeitas. Contudo, se isso fosse aceito, observa Singer, “isso também seria verdadeiro se o experimento fosse realizado em um órfão ou ser humano com dano cerebral.”⁴¹² A raridade de casos que satisfizessem o “teste da importância” é reconhecida por Singer. Praticamente pouco ou até mesmo nenhum dos testes e pesquisas sobre o câncer feitos em animais, entre tantos outros, passariam nesse teste. A metodologia de tentativa-e-erro ou de constantes apostas realizadas em seres humanos não seriam justificadas tal como o é quando a pesquisa se trata de ser efetuada com animais. Se não admitimos o uso dessa metodologia científica em seres humanos, principalmente em razão da violação de seus interesses como ser senciente, não há, portanto, razão moral para aceitarmos a sua aplicação em animais.

Conforme defende Frey, se o apelo ao benefício humano exerce uma grande atração nos cientistas e filósofos, pode ser difícil realizar uma escolha pelos testes em animais. Ao considerar que os benefícios derivados dos testes e experimentos em humanos são maiores e mais seguros, em comparação aos obtidos em animais, Frey afirma que as experiências com seres humanos é o preço que devemos pagar para manter este apelo de usufruir dos benefícios que podem ser produzidos à custa da dor e do sofrimento originado em virtude dos danos causados pelos experimentos.⁴¹³ No entanto, posições favoráveis à prática do uso de humanos, como propõe Frey, são recebidas com desconfiança no meio biomédico, enquanto que o uso de animais é recebido com confiança e sem muitas preocupações tanto científicas quanto morais em relação aos interesses dos animais.

⁴¹¹ SINGER, Peter. *Practical Ethics*. 3ª ed. New York: Cambridge University Press, 2011, p. 58, tradução nossa.

⁴¹² *Ibid.*

⁴¹³ Cf. FREY, R. G. *Vivisection, Morals, and Medicine: An Exchange*. In: *Journal of Medical Ethics*. n. 09, p. 94-97, 1983, p. 97.

Os contrastes no modo de considerar a mesma experiência em seres diferentes demonstram de que modo é facilmente aceito que a dor é uma sensação desagradável e indesejável, sendo por isso que não regulamentamos a sua infligência nos seres humanos: nós a proibimos e a banimos das práticas de pesquisa, com exceções onde há o ingresso *voluntário e esclarecido* do indivíduo, (não apenas em experimentos, mas também em outras áreas como esportes radicais coloquem em risco seu bem-estar e sua vida). Mas, ainda nesses casos voluntários, há uma regulamentação rigorosa para se *evitar* a infligência deliberada de dor, sofrimento, assim como quaisquer tipos de danos severos e sequelas irreversíveis no “paciente” e que invalide sua vida e a transforme a tal ponto de ser questionada a prática da eutanásia nesse indivíduo, tal como ocorre em animais de pesquisa.

Todo o tipo de cuidado minucioso que é dispensado aos animais de laboratório é oferecido ao ser humano que se qualifica como objeto de pesquisa, para que esse não sofra os danos, as sequelas irreversíveis e os sofrimentos no decorrer dos experimentos. Exemplos destas disparidades, morais e legais, podem ser constatadas, por exemplo, na “Resolução 251/97 – Normas de Pesquisa com Novos Fármacos, Medicamentos, Vacinas e Testes Diagnósticos Envolvendo Seres Humanos”, do Conselho Nacional de Saúde, onde nenhuma referência é feita sobre a infligência de dor, sofrimento e danos em seres humanos, não porque está autorizado, mas antes, porque é intuitivamente aceito como imoral qualquer prática de pesquisa que submetam seres humanos em situações de risco. Além disso, existe um grande amparo jurídico protegendo as pessoas destas experiências e que lhes garantem indenizações em casos de danos acidentais. Por outro lado, o Capítulo IV – Protocolos de Pesquisa⁴¹⁴ desta mesma Resolução, determina que os experimentos em espécies diferentes de animais sejam *obrigatoriamente* realizados previamente aos estudos em humanos:

- e) Os estudos de toxicidade deverão ser realizados pelo menos em 3 espécies animais, de ambos os sexos das quais uma deverá estar relacionada com a recomendada para o

⁴¹⁴ Este capítulo incorpora os itens referidos no Capítulo VI da Resolução 196/96 do CNS. Nessa mesma resolução voltada para as normas de pesquisas com seres humanos, determina, em seu Capítulo III – Aspectos Éticos da Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, a exigência de que a pesquisa precisa: b) estar fundamentada na experimentação prévia realizada em laboratórios, animais ou em outros fatos científicos.

uso terapêutico proposto e a outra deverá ser uma via que assegure a absorção do fármaco.
 g) No estudo da toxicidade sub aguda e a doses repetidas e da toxicidade crônica, a via de administração deverá estar relacionada com a proposta de emprego terapêutico: a duração do experimento deverá ser de no mínimo 24 semanas.⁴¹⁵

Quando casos de seres humanos utilizados nas mais atrozes experiências biomédicas tornam-se conhecidos pelo público e pelos governos, como é hoje conhecido as famosas pesquisas de sífilis com afrodescendentes em Tuskesgee e da Guatemala, realizadas no século passado pelo governo Norte Americano, ou os experimentos realizados nos campos de concentração nazistas, entre tantos outros, a reação pública, da comunidade científica e dos órgãos internacionais de proteção aos seres humanos é de rejeitar e condenar moralmente essas pesquisas, violações claras dos Direitos Humanos e dos interesses daqueles indivíduos, ainda que seus resultados pudessem servir, de alguma maneira, para beneficiar os próprios seres humanos.⁴¹⁶

Mas, assim que os danos, as dores e sofrimentos passam a ser infligidos nos seres fora de nossa espécie, como em roedores, coelhos, macacos, gatos, cães, suínos, cavalos, galinhas, sapos, serpentes e etc., retiramos do julgamento moral feito acerca desses atos, toda a relevância e importância moral que é conferida para o mesmo fenômeno, qual seja, a dor. Desconsideramos por não ser experimentada por nós e nem mesmo por outro membro de nossa espécie e a tomamos como menos importante ou insignificante por julgarmos, erroneamente, que os animais são seres vivos com os quais não temos nenhum tipo de relação de proximidade ou dependência, conforme afirma Lawrence Becker. Porém, ao contrário do que sustenta Becker, mantemos estreitas relações e, portanto, vínculos e dependências com estes animais que vivem sob o manejo de seres humanos em laboratórios de pesquisas.

⁴¹⁵ BRASIL. Resolução 251/97 – Conselho Nacional de Saúde. Novamente, encontra-se aqui um exemplo do problema metodológico levando por Greek e Greek. Para saber se um animal responde ou reage as mesmas substâncias e estímulos que humanos, é necessário ter, anteriormente, as informações humanas, para poder afirmar ou negar a capacidade de previsão dos modelos animais. Sem saber qual é a reação humana, não há como saber se o animal responde igual ou diferentemente.

⁴¹⁶ Cf. CAPLAN. Arthur. R. (Ed). When Medicine Went Mad: bioethics and holocaust. Ney Jersey: Human Press, 1992.

Suas necessidades e interesses não são violados, conforme entende Becker, segundo seu conceito de *distância social*, longe das ações e escolhas humanas, mas muito pelo contrário, os seus interesses são violados apenas porque estão sob o manejo humano, o que significa que as decisões dos seres humanos se refletem diretamente no bem-estar e na vida desses animais. Se não fosse pela decisão tomada pelo experimentador e sua pesquisa, estes animais de laboratório não teriam seus organismos modificados e danificados, tendo suas células alteradas, e os seus corpos invadidos por instrumentos e substâncias químicas. Seus interesses em não sentir as dores derivadas desses atos merecem a mesma prioridade que conferimos a esses mesmos interesses quando são manifestados por humanos. O fato de animais utilizados em experimentos precisarem permanecer presos em gaiolas ou contidos para evitarem a fuga da fonte que lhe estimula alguma sensação desagradável de dor, é uma manifestação clara da não preferência por um estado de desconforto físico e cuja função evolutiva dessa experiência alerta o animal contra situações de ameaça à vida.

A maioria dos seres humanos se contorcem de dor com uma simples aplicação intravenosa de medicamento. Manifestam gemidos, choros, e outras alterações orgânicas em um período de tempo onde há a presença de dor, aguda ou crônica, e fazem de tudo para cessar tal estado. Até mesmo os desconfortos mais simples, como dores de cabeça, musculares ou dentárias tornam tais momentos desagradáveis e fazem a pessoa recorrer a qualquer medicamento ou tratamento que alivie aquela dor o mais rapidamente possível. Se estiver em nosso poder agir de modo a retirar uma pessoa que se encontre em uma situação de dor, é moralmente correto realizar essa ação. Por outro lado, aceitamos que sejam realizadas ações, de modo intencional, e que provocam dores muito mais intensas e complexas quando se interfere no bem-estar de um animal não-humano e se danifica o seu corpo com um experimento.

Quando se trata dos animais, julga-se a ocorrência do mesmo fenômeno da dor de maneira diferente. Torna-se aceitável e até mesmo institucionalizado as práticas de inflição de dano, dor, sofrimento e morte de animais por meio de atos que não aceitaríamos se fossem praticadas em seres humanos⁴¹⁷. Elas não são proibidas devido ao

⁴¹⁷ Exemplo disso é a Lei 11.794/08, conhecida como Lei Arouca, que recomenda medidas bem-estaristas a fim de apenas regulamentar a inflição de dor, sofrimento e morte de animais usados em pesquisas científicas e no ensino. No capítulo IV CONDIÇÕES DE CRIAÇÃO E USO DE ANIMAIS PARA ENSINO E PESQUISA CIENTÍFICA, em seu artigo 14, que estabelece que “O animal só poderá ser submetido às intervenções recomendadas nos protocolos dos experimentos que constituem a pesquisa ou programa de aprendizado quando,

desconforto e a violação dos interesses dos animais, mas justamente o contrário, elas são regulamentadas e autenticadas, criando uma aura de preocupação moral e científica com a dor e o sofrimento dos animais por meio das regulamentações, protocolos, resoluções, diretrizes e procedimentos, imprimidos nos manuais e tratados que disponham de métodos e regras de conduta dos experimentos, da aplicação de substâncias, da eutanásia e do descarte das carcaças animais.⁴¹⁸ Os mesmos atos impostos em seres sencientes são julgados de maneiras diferentes para as mesmas práticas científicas. Enquanto que em humanos os experimentos dolorosos, sequelares ou letais são proibidos, os mesmos atos, efetivados em não-humanos, têm suas práticas regulamentadas, independentemente de que isso viole os interesses que estes animais compartilham de modo semelhante com os humanos.

A regulamentação e a institucionalização dessas práticas não significa uma igual consideração por parte do experimentador pelos interesses dos animais. Elas significam, antes, uma legitimação de ações que são contrárias aos seus interesses, autorizando seus usos como meros meios instrumentais para os fins humanos, sustentado pela ideia de que os seus interesses em não sentir dor e sofrimento são irrelevantes quando se trata de violá-los para gerar algum benefício direcionado aos seres humanos. As preocupações, em sua maioria, se restringem a administração de sedativos ou anestésias para a realização dos experimentos, ou a prática de eutanásia depois de utilizado o animal, mas apenas quando isso não comprometer, isto é, não alterar ou invalidar os dados obtidos.⁴¹⁹ A prescrição de sedativos para os animais,

antes, durante e após o experimento, receber cuidados especiais, conforme estabelecido pelo CONCEA.” Ainda no mesmo artigo, no §5, estabelece-se que: “Experimentos que possam causar dor ou angústia desenvolver-se-ão sob sedação, analgesia ou anestesia adequadas.” Em seu § 6, fica estabelecido que: “Experimentos cujo objetivo seja o estudo dos processos relacionados à dor e à angústia exigem autorização específica da CEUA, em obediência a normas estabelecidas pelo CONCEA.” A regulamentação da inflição de dor, dano e morte no animal é regulamenta pelo §9, que estabelece que: “em programa de ensino, sempre que forem empregados procedimentos traumáticos, vários procedimentos poderão ser realizados num mesmo animal, desde que todos sejam executados durante a vigência de um único anestésico e que o animal seja sacrificado antes de recobrar a consciência.”

⁴¹⁸ Cf. CARDOSO, Celia V. P. Descarte de Carcaças. In: ANDRADE, Antenor; PINTO, Sérgio Correia; OLIVEIRA, Rosilene Santos de (Org.). *Animais de Laboratório: criação e experimentação*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002. p. 281-288.

⁴¹⁹ Os autores do artigo Ácidos graxos poli-insaturados n-3 e n-6: metabolismo em mamíferos e resposta imune, descrevem a eutanásia praticada com os animais após a realização dos experimentos: Devido à necessidade de avaliar o comportamento de algumas dietas no metabolismo destes animais, pela análise de sangue ou dos tecidos, a eutanásia é necessária. Eutanásia significa morte sem dor ou sofrimento. Deve ser de fácil aplicação, rápida, baixo custo, e não permitir espalhamento de sangue pelo local evitando-se contaminação. Os

ao contrário do que pensa Peter Harrison, é um forte indício de que existe o *reconhecimento*, por parte do experimentador, da presença da consciência nos animais, daí a sua recomendação nos protocolos de alguns experimentos e, principalmente, nas cirurgias veterinárias. As exigências de eutanasiar o animal antes desse recobrar a consciência⁴²⁰ também é um reconhecimento de que o dano sofrido pelo animal de pesquisa o impossibilitará de ter uma vida satisfatória, sendo a sua morte o único alívio para o sofrimento e as sequelas que lhes são causadas.

Muitos experimentos, no entanto, que realizam enxertos de tumores em animais, por exemplo, exigirá uma observação, por parte do experimentador, do dano e do curso da doença infligida no animal. Isso significa que, embora tenha sido causado um dano no animal, ele deverá permanecer vivo por um período de tempo onde vai ser constantemente observado, manipulado e sofrendo as intervenções dos testes das drogas pesquisadas a fim de encontrar a cura da doença que lhe foi implantada no organismo, nas tentativas de devolver-lhe a vida normal e na *crença* de que esses resultados poderão ser extrapolados para a espécie humana.

O reconhecimento da insatisfação experimentada pelo animal que serve de cobaia se restringe apenas ao âmbito científico, faltando o passo seguinte, que seria o reconhecimento de âmbito moral da importância da dor e do sofrimento vivido pelo animal. O experimentador, de um modo geral, afirma que, apesar das diferenças existentes entre os animais e os seres humanos, ainda assim o modelo animal serve para prever as respostas humanas, pois é possível fazer uma comparação entre os dados obtidos pelos animais com os humanos a partir de suas semelhanças.

métodos mais aceitáveis para este procedimento em camundongos são os métodos químicos que utilizam anestésicos por inalação e barbitúricos. Os métodos físicos compreendem deslocamento cervical, traumatismo craniano, decapitação, exanguinação, tiro por arma de fogo e eletrocussão. Vale salientar que o método físico só deve ser empregado quando outros métodos invalidam uma determinada informação ou pesquisa” (PERINI, J. A. et. al. Ácidos graxos poli-insaturados n-3 e n-6: metabolismo em mamíferos e resposta imune. In: Revista de Nutrição. n. 23. v.6, p. 1075-1086, Campinas, 2010, p. 1077).

⁴²⁰ Cf. BRASIL. Lei n. 11.794/08 (Lei Arouca). A regulamentação dos processos de eutanásia são observados nessa lei pelo Art. 14 No § 1, onde lê-se: “O animal será submetido a eutanásia, sob estrita obediência às prescrições pertinentes a cada espécie, conforme as diretrizes do Ministério da Ciência e Tecnologia, sempre que, encerrado o experimento ou em qualquer de suas fases, for tecnicamente recomendado aquele procedimento ou quando ocorrer intenso sofrimento.” § 2o Excepcionalmente, quando os animais utilizados em experiências ou demonstrações não forem submetidos a eutanásia, poderão sair do biotério após a intervenção, ouvida a respectiva CEUA quanto aos critérios vigentes de segurança, desde que destinados a pessoas idôneas ou entidades protetoras de animais devidamente legalizadas, que por eles queiram responsabilizar-se.” (BRASIL. Lei n. 11.794/08)

Mas essa comparação, que segundo o cientista, justifica o uso de animais, cessa imediatamente quando a semelhança da estrutura física/anatômica do animal possibilita também a existência da senciência, isto é, a capacidade de sentir dor e sofrimento, e que se assemelha a mesma capacidade em seres humanos, passando a ser comparada *moralmente*. O experimentador só faz uso de uma semelhança que o permita utilizar animais para seus propósitos científicos. As semelhanças morais derivadas da condição de seres sencientes, e que deveriam, portanto, limitar o seu uso em experimentos, tal como limitam o uso de humanos, são amplamente ignoradas pelo cientista. A exigência ética de que os interesses semelhantes desses animais recebam uma consideração moral semelhante a que é oferecida aos humanos implicaria nos dilemas morais mencionados anteriormente e que precisam, portanto, ser ignorados para que o experimento no animal tenha prosseguimento.

Como observa Felipe, “o *status* dos ratos e camundongos não foi elevado, ao longo das décadas de pesquisa, embora a similaridade dos nossos organismos mamíferos seja apontada como razão para seu uso”.⁴²¹ Mas, a similaridade em relação à senciência, assim como a implicação moral que se resulta disso, permanece ignorada pela maioria dos cientistas e demais experimentadores. O reconhecimento e a consideração pelos seus interesses implicariam diretamente na abolição do uso de animais nos experimentos, tal como é abolido todo tipo de experimento humano que implique dor, sofrimento, danos, sequelas e morte.

Submeter um ser humano contra a sua vontade, ignorando a sua indisposição em participar de experimentos, afligindo-lhe dor curta ou prolongada, provocando danos e sequelas em seu organismo, agindo com procedimentos invasivos realizados à força pela introdução de tubos por vias nasais, orais e anais para a inserção de substâncias químicas, contendo-o a força ou sedando-o para manuseá-lo e aplicar-lhes injeções, mantendo-o isolado de qualquer contato com outros membros de sua espécie, inserir células cancerígenas para observar o desenvolvimento de um tumor e testar, consecutivamente, os fármacos para aliviar os sintomas e curá-lo, são atos considerados imorais e ilegais, estando eles abolidos de qualquer pesquisa biomédica que respeite os princípios éticos que protegem os seres humanos de tudo aquilo que lhes é prejudicial, independentemente dos resultados desses

⁴²¹ FELIPE, Sônia. T. Ética e Experimentação Animal: fundamentos abolicionistas. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007, p. 331.

atos poderem vir a beneficiar os próprios seres humanos, no que tange ao conhecimento sobre o câncer e os meios de combatê-lo.

Da imoralidade e da ilegalidade de tal procedimento em humanos, ainda que venham oferecer melhores resultados para a pesquisa, substituí-los por animais que deveriam, então, servir como modelos das doenças pesquisadas e serem capazes de prever ou antecipar as respostas e reações humanas para os mesmos testes. Se por um lado, conforme atestam os autores aqui trabalhados, os animais não se mostram semelhantes aos humanos no modo como reagem aos testes de substâncias cancerígenas, na relação do tumor com o restante do organismo, nas respostas aos fármacos para tratamento e eliminação do câncer; por outro, eles se mostram semelhantes no que diz respeito à capacidade de experimentar dor a partir dos danos e sequelas físicas pelo qual passam constantemente nesses procedimentos. Os experimentos oncológicos realizados em animais contrariam o estado e a condição natural desses organismos, sendo muitas vezes impossível originar determinados tumores *tipicamente humanos* em seres de outras espécies, como é, por exemplo, o caso do câncer de pulmão, colo retal, estômago, entre outros. Quando há algum sucesso na implantação desses tumores, ainda assim as suas relações com outras partes do organismo, sistema imunológico, metabólico e etc., se mostram diferentes das que ocorrem em humanos. Mas, é importante entender que o fato do câncer não se manifestar em animais tal como em humanos, não significa, no entanto, que não esteja sendo causado algum outro tipo de dano no animal. O dano ainda ocorre, mas ocorre de modo distinto em comparação com o ser humano e também entre variadas espécies animais.

Os testes de inalação do tabaco, por exemplo, não desenvolvam um câncer no cão, no rato ou na galinha, mas isso não significa que outras avarias e desconfortos não sejam originados nesses animais, como a obstrução do sistema respiratório, secreção traqueal, vômitos, irritação e etc, em virtude da intensa quantidade das substâncias que são inseridas em seus corpos. Sabe-se, atualmente, do alto poder cancerígeno no tabaco em humanos, mas por décadas as evidências do risco das substâncias que compõe o cigarro foram ignoradas e as pesquisas que se utilizaram modelos animais foram usadas como argumentos basilares para se provar a falta de correlação entre o tabaco e o câncer de pulmão em humanos.⁴²²

⁴²² Cf. GREEK, Jean Swingle. *Specious Science: how genetic and evolution reveal why medical research on animals harm humans*. New York: Continuum, 2002, p. 83.

A pesquisa oncológica com animais promete oferecer a cura para os diversos cânceres humanos, o que, segundo os cientistas, justifica o seu uso. Mas, como pôde ser constatado anteriormente, com base nos dados oferecidos pelo INCA, a cada ano o número de novos casos de diversos tipos da doença têm aumentado, enquanto que a cura por décadas vêm sendo prometida *apostando-se* nos modelos animais para pesquisas. Dados epidemiológicos demonstram que 90% dos cânceres têm suas causas ambientais e derivadas dos hábitos das pessoas. Isso significa que existe uma responsabilidade de cada indivíduo em se prevenir desses hábitos e ambientes de risco, e não uma responsabilidade de que o modelo animal ofereça as respostas para o conhecimento das doenças, suas causas e curas. De acordo com os médicos Greek e Greek, “dois terços de todas as doenças podem ser prevenidas,”⁴²³ a partir das mudanças de hábitos dietéticos e exercícios.

A saúde e a integridade física dos animais são violadas em defesa do incremento de bem-estar, saúde e minimização dos sofrimentos humanos e aumento da qualidade de vida. Mas, grande parte da população insiste em manter os hábitos cujas evidências oferecidas principalmente pelas observações clínicas e pesquisas epidemiológicas realizadas ao longo dos anos, demonstram a alta probabilidade de desenvolver algum tipo de câncer. O crescente consumo dos produtos de origem animal nas sociedades industriais está acompanhado também do crescente número de casos de câncer de estômago, colo retal, intestino, pâncreas⁴²⁴, renal⁴²⁵, mama, entre outros, mas nem por isso as populações são incentivadas, em nome da própria saúde, bem-estar e qualidade de vida, a diminuir ou cessarem seus consumos de carnes e demais produtos derivados de animais e que estão associados ao desenvolvimento de câncer, mas, muito pelo contrário, são incentivadas a consumirem excessivamente esses alimentos por programas sociais, governamentais e, principalmente, pelas empresas

⁴²³ Ibid. p. 257.

⁴²⁴ Cf. Carne processada aumenta risco de câncer no pâncreas, diz estudo. Revista [13 de Janeiro de 2012] São Paulo: Revista Veja. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/saude/carne-processada-aumenta-risco-de-cancer-no-pancreas-diz-estudo> Acesso em: 09 de Outubro de 2012.

⁴²⁵ Cf. Estudo sugere ligação de carne vermelha com câncer renal. [29 de Dezembro de 2011] Publicado na Internet. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/ciencia/noticias/0,,OI5536567-EI8147,00-Estudo+sugere+ligacao+de+carne+vermelha+com+cancer+renal.html> Acesso em: 09 de Outubro de 2012.

privadas fabricantes de alimentos.⁴²⁶ Mesmo estando cientes dos riscos que determinados hábitos conferem à saúde e à qualidade de vida humana, muitas pessoas e instituições as ignoram e procuram, ao mesmo tempo, nos animais, as curas para os males e doenças físicas específicas de nossa espécie e que são diretamente derivadas desses hábitos impraticáveis pelos animais.

São as análises epidemiológicas, e não os testes em animais, que têm demonstrado as correlações entre os diversos tipos de cânceres com os fatores ambientais, a dieta, exposição ou ingestão de substâncias químicas, e, principalmente hábitos de vida,⁴²⁷ pois são essas observações que podem:

- Determinar quem tem mais chance de desenvolver uma determinada doença.
- Quando a doença é mais provável de ocorrer.
- O padrão de ocorrência da doença ao longo do tempo.
- Que tipo de exposição suas vítimas têm em comum.
- Quantidade de exposição que aumenta a taxa de ocorrência da doença.
- Quantos casos da doença poderiam ser evitados com a eliminação da exposição.⁴²⁸

De acordo com Greek e Greek, as pesquisas epidemiológicas tem demonstrado que:

[...] dois terços de todos os cânceres são inteiramente evitáveis não porque médicos podem nos proteger, mas porque podemos nos proteger a nós mesmos. Vegetarianos têm cerca de metade dos riscos de câncer dos carnívoros por boas razões. Uma dieta vegana (nenhum produto animal, isto é, nem carne, ovos ou laticínios) aumenta a quantidade de ligação do hormônio sexual globulina (SHBG) no sangue. E o SHBG protege contra hormônios relacionados ao câncer.⁴²⁹

⁴²⁶ Exemplo disso é a campanha que se iniciará no ano de 2013, desenvolvida pela Associação Brasileira dos Criadores de Suínos, para incentivar o consumo de carne suína no Brasil com o apoio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

⁴²⁷ Cf. GREEK, Ray; GREEK, Jean Swingle; Specious Science: how genetic and evolution reveal why medical research on animals harm humans. New York: Continuum, 2002, p. 247.

⁴²⁸ Ibid.

⁴²⁹ Ibid., p. 80.

Já é de amplo conhecimento que determinados costumes relacionados ao tabagismo, alcoolismo, maus hábitos de alimentação, trabalho, higiene, sedentarismo e etc., são, em grande parte, responsáveis pelo desenvolvimento de cânceres e diversas outras doenças. A abstenção desses hábitos e a sua substituição por outros mais saudáveis e menos prejudiciais ao organismo, representam de modo significativo uma melhoria da qualidade de vida, do bem-estar, da saúde e, com isso, do prazer para seres humanos do que o consumo de medicamentos para alívio dos sintomas e tratamentos de cura. Mas, o custo de cada indivíduo para empreender-se em uma mudança de hábito para prevenir doenças, de desprender-se das más escolhas e dos vícios indutores de cânceres, obesidade, colesterol e outras doenças coronárias, diabetes e etc., é evitado na crença de que para todos esses males existe um medicamento ou tratamento ou há uma pesquisa em andamento que promete a cura.

Como Singer chama atenção, a medicina ocidental não se desenvolveu enfatizando a prevenção das doenças e epidemias, mas concentrou seus esforços nas curas posteriores.⁴³⁰ Nesse sentido, quando houveram mudanças socioeconômicas nos países, possibilitando o acesso a novos bens de consumo e alterando os padrões nutricionais e condições de trabalho, pouca atenção foi dada sobre os hábitos indutores de câncer e outras doenças, impulsionando os pesquisadores a se comprometerem muito mais em resolver os problemas que são, então, criados pelos novos hábitos humanos, realizando cada vez mais novos experimentos com animais. Quando os efeitos dos hábitos nocivos ao próprio organismo, mantidos ao longo da vida, começam a surgir, os pesquisadores, mas também os médicos e até os pacientes, apoiam e reafirmam que cabe a experimentação animal grande parte da responsabilidade em inventar a solução para esses males por meio de novos tratamentos e medicamentos testados em animais que não sofrem desses problemas e enfermidades. No entanto, como observa Richard Ryder, diferentemente do sofrimento ocasionado por doenças e males humano:

[...] o sofrimento imposto aos animais de laboratório é claramente deliberado e *artificial*, no sentido de que, se o experimento não fosse realizado, o sofrimento, é claro, não ocorreria;

⁴³⁰ Cf., SINGER, Peter. *Libertação Animal*. Tradução: Marly Winckler. Revisão técnica: Rita Paixão. Ed. rev. Porto Alegre, São Paulo: Lugano, 2004, p. 102.

mas, o sofrimento que se espera reduzir, ao fazer o experimento, é causado ou por males *naturais* ou por riscos *auto impostos* (por exemplo, através do uso de um novo cosmético) – em outras palavras, o especista procura justificar a imposição deliberada do sofrimento a um animal inocente alegando que o conhecimento obtido pode, talvez, em algum lugar, em um momento indeterminado do futuro, aliviar dores naturais ou auto infligidas de sua própria espécie. Tal parecer ser um argumento egoísta, preconceituoso e logicamente inaceitável [...].⁴³¹

Os segundos, minutos ou horas de dor colocam o ser humano em outra perspectiva, física, mental e que influencia até mesmo o seu raciocínio moral, pois no desespero de se aliviar da dor experimentada, ou uma doença que se estende por meses ou anos, o ser humano pode deixar de agir eticamente, não pensando nas consequências de suas ações, podendo até mesmo agir contra outra pessoa se isso significar o alívio imediato da sua dor. Todo experimento realizado em animais, portanto, se apresenta como justificável sob a luz da tradição moral especista, tal como Carl Cohen defende, devendo até mesmo ser aumentado o seu uso, desde que isso resulte, de alguma maneira, na minimização do mal-estar e do sofrimento humano por meio do desenvolvimento de medicamentos para o alívio da dor e dos demais sintomas causados pelas doenças.⁴³²

Cohen, no entanto, se deixa levar pela ideia de que todo e qualquer animal é sempre capaz de *prever* respostas humanas. O autor desconhece, ou ignora, os procedimentos envolvidos na escolha do modelo animal, uma vez que raramente isso entra nos relatórios ou conclusões de pesquisa, o que, se fosse feito, denunciaria cabalmente a

⁴³¹ RYDER, R, apud: FELIPE, Sônia. T. *Ética e Experimentação Animal: fundamentos abolicionistas*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007, p. 191.

⁴³² Exemplos das implicações dos argumentos de Cohen podem ser encontrados nas declarações do diretor do CEDEME (Centro de Desenvolvimento de Modelos Experimentais para Medicina e Biologia) Luiz Eugênio Mello, que em 2002 afirmou que o órgão de pesquisa era contava com 30 mil animais disponíveis para experimentos, mas que para atender a demanda por cobaias, essa quantidade deveria ser 50% maior. Entre os animais mantidos pelo CEDEME, têm-se carneiros, cães, rãs, coelhos e, obviamente, ratos e camundongos. Cf. NETO, João G. “UNIFESP produz Animais Transgênicos”. Departamento de Comunicação Institucional – UNIFESP. São Paulo [publicado na Internet] 2002. Disponível em: <http://dgi.unifesp.br/sites/comunicacao/index.php?c=Noticia&m=ler&cod=4990df00> Acessado em: 09 de Outubro de 2012.

falta de uma metodologia genuinamente científica e, principalmente, a enorme desconsideração pelos interesses dos animais e o amplo desperdício de vidas envolvido, especialmente, por exemplo, na metodologia de tentativa-e-erro.

Sua preocupação moral com o bem-estar e o alívio das dores e sofrimentos humanos derivados de doenças, como o câncer, por exemplo, não deveria estar firmada numa metodologia de pesquisa pseudocientífica e com alto grau de ineficiência, incertezas, geradora de conhecimentos limitados e riscos para a saúde e o bem-estar de seres humanos. Sua preocupação com os benefícios para os membros de nossa espécie deveriam levar em consideração os potenciais riscos que a utilização de animais nas pesquisas sobre as doenças, o desenvolvimento de medicamentos e tratamentos, colocam para o ser humano.

Se o uso de animais tem prejudicado de modo significativo o conhecimento humano sobre o câncer, e comprometido as descobertas de tratamentos mais eficazes para sua cura, tal procedimento se mostra imoral e injustificado não apenas com os bilhões de animais que já foram usados ao longo dos mais de quarenta anos de pesquisa, com os que continuam sendo usados no presente, e que ainda serão utilizados nas pesquisas futuras, mas também com os próprios seres humanos que ficam sujeitos aos equívocos, erros e diversos outros prejuízos advindos da experimentação animal e da esperança de encontrar nesse modelo de pesquisa a cura para os seus males. Portanto, é justamente pelos prejuízos que as pesquisas com animais têm causado para seres humanos, que Cohen, dentro de toda sua perspectiva especista de preocupação exclusiva com a espécie humana, deveria se posicionar contra os usos do modelo animal nas pesquisas biomédicas. Inclui-se nessa mesma perspectiva, que o aumento do uso de animais na alimentação se apresenta acompanhando do crescente número de cânceres, originados justamente devido a inclusão de grande variedade de produtos de origem animal, principalmente carnes e leites. Mais uma vez, portanto, Cohen deveria, em toda a sua preocupação com a qualidade de vida, bem-estar, saúde e prazer humano, se posicionar de modo contrário ao uso de animais na alimentação, uma vez que, conforme atestam as estimativas epidemiológicas do INCA, o aumento de câncer nas populações e muitas outras doenças que comprometem a saúde e a vida humana, se devem, em parte, ao crescente consumo de

produtos de origem animal, motivado principalmente pelas mudanças econômicas que impulsionam alterações nos padrões alimentares.⁴³³

Como tem sido exposto, apesar de todo o incentivo à experimentação animal, o uso deles na pesquisa sobre o câncer não tem oferecido a cura prometida ao longo das décadas para essa doença. Para determinados tipos de câncer, nem mesmo o alívio dos sintomas tem alcançado êxito.⁴³⁴ O câncer continua sendo cada vez mais crescente, não apenas entre adultos e idosos, mas também entre as crianças e adolescentes, que já têm herdado uma pré-disposição para a doença. Além disso, os índices de sobrevivência após os diagnósticos têm tido pouco ou, em alguns casos de cânceres, nenhum aumento.

É importante observar que o crescente número de casos da doença não se deve apenas porque as populações aumentaram, envelheceram ou tiveram mais acessos aos diagnósticos. Como demonstram, por exemplo, os autores do artigo *Risco de Câncer no Brasil*, o aumento do número de casos está estritamente vinculado com as mudanças econômicas e sociais ocorridas nas últimas décadas no país, implicando diretamente sobre os padrões de consumo das populações, em seus hábitos de vida, nutrição, trabalho e exposição às substâncias cancerígenas que compõe os alimentos e bebidas industrializadas que passam a ser consumidas, impulsionado fortemente também pelas campanhas publicitárias.⁴³⁵

Estas mudanças são perceptíveis principalmente pelo aumento dos índices de câncer entre crianças e adolescentes, expostos mais cedo às substâncias químicas em comparação com as crianças nascidas em décadas passadas, reflexo direto da mudança de hábito impulsionado pelos novos padrões econômicos dos países. A epidemiologia, e não os testes em animais, é que tem evidenciado as relações entre as mudanças de hábitos alimentares e a incidência de câncer, demonstrando que a qualidade de vida e a melhoria da saúde de humanos dependem muito

⁴³³ Cf. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. Coordenação Geral de Ações Estratégicas. Coordenação de Prevenção e Vigilância. Estimativa 2012: Incidência de Câncer no Brasil. Rio de Janeiro: Inca, 2011, p. 42. Disponível em: <http://www.inca.gov.br/estimativa/2012/estimativa20122111.pdf> Acesso em 09 de Outubro de 2012.

⁴³⁴ Cf. II Consenso Nacional de Dor Oncológica, 2010. 1. ed. -- São Paulo : EPM - Editora de Projetos. Disponível em: <http://www.dor.org.br/profissionais/pdf/IIConsensoDeDor.pdf> Acesso em: 15 de Outubro de 2012.

⁴³⁵ Cf. GUERRA, Maximiliano R. et al. Risco de Câncer no Brasil: tendências e estudos epidemiológicos mais recentes. In: Revista Brasileira de Cancerologia, v. 51, n. 03, p. 227-234, 2005. Disponível em: http://www.eteavare.com.br/arquivos/81_392.pdf Acesso em: 13 de Outubro de 2012.

mais dos cuidados individuais, diagnóstico precoce e da prevenção, do das pesquisas realizadas em animais para compreender as causas da doença, seu funcionamento e cura.

A moral tradicional que aceita a utilização de animais como modelos de pesquisa para gerar benefícios humanos, tal como defende Cohen, tem ignorado as muitas falhas e prejuízos causados não apenas para os animais que sofrem nestes procedimentos, mas também para os seres humanos através dos muitos medicamentos que se mostraram inofensivos aos animais, mas que depois de dez anos de pesquisa até chegar ao mercado, tiveram de ser retirados devidos aos danos e sequelas causadas nos organismos de seus consumidores em larga escala em num curto período de tempo. Apenas para citar um exemplo, entre os anos de 1976 e 1985, foram desenvolvidos e postos no mercado, apenas nos Estados Unidos, 198 novos medicamentos, sendo que destes, 102 foram retirados por apresentarem efeitos colaterais severos e letais em seres humanos, mas que não foram *previstos* nos testes em diversas espécies de animais como ratos, camundongos, cães gatos, coelhos, entre outros. Os efeitos mais comuns em humanos foram: distritma cerebral letal, ataques cardíacos, falhas renais, parada respiratória, teratogênese, entre outras mais, podendo em alguns casos ocasionar até mesmo a morte.⁴³⁶ Esses e outros erros, prejuízos e sofrimentos causados em humanos advindos do uso de animais não são fatos ocasionais e raros, mas possuem um elevado grau de ocorrência devido à ineficiência do modelo animal para prever respostas humanas sobre as doenças e fármacos, e que deveriam ser mais seriamente levadas em conta pelos cientistas, médicos e filósofos especistas, que por sua vez, replicam que esses desastres não invalidam a totalidade das descobertas e benefícios de medicamentos, conhecimento da doença e cura.

Ainda que existam certos benefícios e descobertas válidas conquistadas com esse uso, isso permanece sendo imoral porque os interesses de uma espécie são violados para a satisfação dos interesses de outra. Segundo Felipe, em relação aos seres humanos é aceito que os “benefícios oferecidos a uns às custas de danos, dor, sofrimento e morte

⁴³⁶ Cf. GREEK, R.; GREEK, Jean Swingle. Animal Testing Is Not Essential for Medical Research. In: Animal Experimentation. Edited by: Cindy Mur. San Diego: Greenhaven Press, 2004, p. 26. De acordo com a ANVISA, efeitos adversos graves oriundos de medicamentos são: óbito, ameaça à vida, hospitalização ou prolongamento de uma hospitalização já existente, incapacidade persistente ou significativa, anomalia congênita. Cf. Boletim de Farmacovigilância, Ano 1, N. 1, julho/setembro de 2012.

de outros não alcançam justificativa ética”.⁴³⁷ No entanto, em relação aos animais, a moral especista que predomina dentro dos laboratórios, aceita que a prática de atos que prejudiquem uns, nesse caso, os animais, sejam realizadas se isso resultar em algum benefício para outros, os seres humanos, mesmo apostando em todos os riscos já mencionados. O contrário disso é inaceitável e até mesmo indiscutível. Nenhuma ética, especista ou abolicionista, aceitaria a realização de experimentos dolorosos e danosos em milhares de humanos para beneficiar, se isto for possível de alguma maneira, outras espécies de animais ou até mesmo a própria espécie humana. Mas, se não aceitamos ser vítimas de dores, sofrimentos e danos para com isso beneficiarmos outros, tanto de nossa própria espécie, quanto mais de outra, torna-se injustificável o argumento que busca se fundamentar, como observa Felipe, “por um lado, na defesa do nosso direito de não sofrer danos, mas, por outro, no direito de os infligir a outros”.⁴³⁸ Esse tipo de justificativa fere os princípios éticos de imparcialidade e universalidade.

Um número incalculável de animais foram torturados⁴³⁹ e mortos ao longo das décadas pela insistência de cientistas em buscar a cura do câncer em modelos animais de um fenômeno que não pode ocorrer naturalmente em seus corpos, senão artificialmente e cujas respostas necessárias para os seres humanos não podem ser encontradas nesses organismos diferentes. Mas, conforme conclui Sidney Gendin, a questão não deve ser resumidamente posta em termos de comparação entre as promessas de ganhos e benefícios humanos, com as perdas e prejuízos para os animais. A questão, sobretudo, está em avaliar as *perdas* de milhares de vidas humanas e animais que se decorrem justamente do fato de se insistir buscar as curas e os alívios do sofrimento em um lugar e método errado, isto é, em organismos de animais de outras espécies.⁴⁴⁰

⁴³⁷ FELIPE, Sônia. T. Ética e Experimentação Animal: fundamentos abolicionistas. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007, p. 319.

⁴³⁸ *Ibid.*, p. 320.

⁴³⁹ A etimologia da palavra tortura se aplica prontamente ao caso de animais utilizados em laboratório. Deriva do verbo latino *torquere*, que significa torcer, entortar, dobrar, e designa um sofrimento físico ou psicológico imposto em uma pessoa para levá-la a dizer ou fazer o que não pode ou não quer. Animais, nesse sentido, são torturados fisicamente em experimentos no intuito de serem forçados a oferecer aos humanos aquilo que não podem, por meio de atos realizados em seus corpos e contrários aos seus interesses.

⁴⁴⁰ GENDIN, Sidney. The Use of Animals in Science. In: REGAN, TOM (Ed) *Animal Sacrifices: religious Perspectives of the Use of Animals in Science*. Philadelphia: Temple University Press, 1986, p. 33.

O que também é fundamentalmente importante na avaliação destes casos é o fenômeno da dor e do sofrimento *em si mesmos*, independente do tipo de organismo em que ele ocorre, ou seja, se ele é experimentado por um primata humano ou primata não-humano, por um rato ou por um cavalo.⁴⁴¹ O fenômeno da dor é compartilhado por diversas espécies, e se protegemos os seres de nossa espécie dessas desagradáveis e reconhecidas perturbadoras sensações, esse mesmo princípio ético de proteção deve se estender também para os seres de outras espécies capazes de vivenciá-las. Como afirma Singer, a universalidade da ética exige que voltemos nossa atenção não apenas para os nossos próprios interesses, mas também para os interesses e preferências, isto é, para as necessidades, vontades e desejos daqueles que são afetados por nossos julgamentos, ações e escolhas. Nesse sentido, as necessidades físicas dos animais em não viverem as experiências de dor e sofrimento que colocam em risco sua vida e que são intensamente infligidas nos experimentos, devem, de acordo com esse método de raciocínio ético, serem igualmente levados em consideração. Do mesmo modo, suas vontades manifestadas ao tentar fazer cessar, pela fuga, por exemplo, as experiências de dor infligidas

⁴⁴¹ Como já foi mencionado nos capítulos 2 e 3 desta dissertação, as diferenças entre os seres implicam no modo como sentem suas dores. Conforme os autores do livro *Dor Oncológica*, afirmam que: “A intensidade da dor e a expressão do sofrimento variam grandemente de indivíduo para indivíduo e nas diferentes espécies de animais. Numerosos fatores individuais e ambientais, incluindo-se entre eles, os aspectos genéticos, raciais, sociais, culturais, religiosos, filosóficos, experiências pregressas e o estado mental dos indivíduos podem exercer efeito amplificador ou atenuador da expressão nociceptiva. O estresse, o medo, a ansiedade e a duração da dor interferem no mecanismo de ativação do sistema opioide envolvido na modulação da analgesia. As endorfinas e outros neuromodulares da nocicepção são liberados quando a dor é muito intensa e quando há estresse. A depressão e a ansiedade também interagem na percepção da dor via mecanismos inibitórios e facilitatórios ainda não adequadamente elucidados. Talvez vias noradrenérgicas e serotoninérgicas estejam envolvidas no mecanismo da ansiedade e da depressão, condições habitualmente associadas à dor crônica.” (II Consenso Nacional de Dor Oncológica, 2010. 1. ed. -- São Paulo : EPM - Editora de Projetos, p. 36. Disponível em: <http://www.dor.org.br/profissionais/pdf/IIConsensoDeDor.pdf> Acesso em: 15 de Outubro de 2012.p. 36.) Essas diferenças entre as dores experimentadas por humanos com câncer e os animais utilizados em suas pesquisas são profundamente determinantes para os tratamentos. Esses fatores podem tornar a dor e o sofrimento de seres humanos muito mais complexos do que o experimentado por ratos e cães, uma vez que esses animais não possuem estas dimensões culturais, filosóficas em suas naturezas. No entanto, a ausência delas não interfere no fato de que a dor por ele experimentada tenha suas próprias características. Ela importa para ele dentro de suas dimensões e padrões, assim como a dor humana importa dentro dos padrões de nossa espécie. No entanto, como foi mencionado em outros momentos deste trabalho, em muitos casos a compreensão limitada dos animais pode colocá-los em uma situação em que por desconhecer as ações que o cercam, contrárias a qualquer situação em seu estado natural, venham a sentir um maior desconforto, medo e experimentar um intenso sofrimento.

pelo pesquisador, merecem igual consideração conferida à vontade manifestada por humanos em não vivenciar essas mesmas sensações originada por experimentos danosos. “Evitar sofrimento, portanto, recebe a mesma elevada prioridade, em ética, que tem em toda nossa vida, quando se trata de nosso próprio sofrimento,”⁴⁴² conclui Singer. Pela importância moral da ciência e sua existência em diversos animais, “[...] devemos dar à eliminação do sofrimento de outros – humanos e não-humanos – o mesmo empenho que damos à eliminação de sofrimento similar, quando se trata do nosso próprio.”⁴⁴³ Isso implica diretamente em abolir os experimentos em animais que não são considerados dignos de serem efetivados, na prática, em seres humanos.

Devemos, portanto, eliminar todos os experimentos dolorosos e sequelares levados a efeito em animais, tal como eliminamos sua efetivação nos seres humanos, oferecendo-lhes a mesma proteção ética e legal contra todos os tipos de atos nocivos condicionados por pesquisas que realizam intervenções, mutilações, invasões, enxertos de tumores, testes de substâncias químicas, modificações genéticas que desenvolvem animais com deficiências orgânicas, e todas as outras práticas que geram quaisquer tipo de dor, dano, sofrimento e morte.

Todas essas práticas, regulamentadas em protocolos, violam o princípio da igual consideração dos interesses dos animais em não experimentar as desagradáveis sensações que se derivam dessas práticas e que são desconsiderados. As finalidades alegadas pelos pesquisadores para manter essa prática, como pôde ser observado, não tem sido alcançados, o que demonstra ainda mais a *imoralidade* de se utilizar animais em pesquisas sobre o câncer. O princípio da igual consideração dos interesses implica que a eliminação da dor e sofrimento de uns não seja alcançada por meio da imposição de sofrimentos a outros seres também capazes de vivenciar essa experiência, independentemente da espécie em que ela ocorre, e por esse motivo devem ser abolidas as experiências que fazem dos animais meros meios para os fins humanos.

Se a pesquisa do câncer, conforme alegam os autores Greek e Greek, Gendin, Singer e Felipe, tem sofrido atrasos ou não alcançado os benefícios por mais de cinco décadas prometidos para os seres humanos, a insistência nesse modelo de pesquisa se mostra, portanto, ainda mais injustificável. Como pôde ser visto ao longo deste capítulo, nem mesmo

⁴⁴² SINGER, Peter. A Significância do Sofrimento Animal. Trad. Sônia T. Felipe. In: Pensata Animal, n. 15, 2008, p. 07. Disponível em: www.pensataanimal.net. Acesso em: 10 de Setembro de 2012.

⁴⁴³ Ibid.

o argumento dos próprios experimentadores tem se aplicado nessa área da biomedicina, uma vez que a capacidade de prever respostas humanas a partir dos experimentos em modelos animais tem se mostrado ineficiente e gerando quantidades incalculáveis de dor, sofrimento, sequelas irreversíveis não apenas aos animais que são então destinados então à eutanásia, e até mesmo para os seres humanos que, em muitos casos, se tornam também vítimas dos equívocos originados pela experimentação animal.

Ainda que fossem eficientes modelos para prever respostas humanas e houvessem benefícios claros e diretos alcançados com o uso de animais, isso seria, do mesmo modo, moralmente errado. Insistir nesse argumento, tal como Cohen, implica necessariamente em comprometer-se com a realização dos *mesmos* experimentos em modelos humanos, uma vez que eles oferecem, então, uma maior capacidade preditiva de um indivíduo para outro do que de uma espécie de roedor, por exemplo, e garante maiores benefícios para os seres de nossa própria espécie. Se não é moralmente aceitável efetivá-los em humanos, pelas razões já mencionadas ao longo de toda esta dissertação, o mesmo julgamento ético se estende, então, para além da espécie humana, e inclui todos os animais, refletindo-se na abolição de seus usos como modelos experimentais.

O desenvolvimento de animais com alterações genéticas, principalmente os ratos, e que são tidos muitas vezes como modelos ideais à pesquisa oncológica também geram problemas de ordem moral. Conforme resume Paixão e Schramm, “essas novas tecnologias, por sua vez, expõe os animais a fatores de risco adicionais que terão implicações em seu bem-estar”.⁴⁴⁴ Os autores citam Morton e Mephan, que categorizam os riscos em quatro grupos:

- a) Efeitos de mutações: que podem gerar consequências que são imprevisíveis, podendo vir a ser perceptíveis algumas gerações depois.
- b) Efeitos de expressão: são considerados potencialmente muito variáveis, podendo resultar em modificações fisiológicas indesejáveis e inadequadas para os propósitos dos experimentos, afetando o bem-estar do animal e ocasionando um grande desperdício de animais.

⁴⁴⁴ PAIXÃO, Rita Leal; SCHRAMM, Fermin Roland. Experimentação Animal: razões e emoções para uma ética. Niterói: EdUFF, 2008, p. 26.

- c) Efeitos metodológicos: nos métodos de produção de animais transgênicos há uma grande quantidade de animais envolvidos, resultado de muitas testagens de combinações de DNA que podem comprometer o bem-estar desses animais criados.
- d) Efeitos sistemáticos: refere-se ao modo como estes animais desenvolvidos serão mantidos e tratados no ambiente laboratorial e no manejo.⁴⁴⁵

Em relação aos animais modificados geneticamente na tentativa de se construir um modelo que sirva para a pesquisa sobre o câncer e muitas outras, Bernard Rollin observa que as questões morais suscitadas pela biotecnologia têm sido pouco discutidas, e pouca atenção tem se voltado para esses animais e os possíveis sofrimentos gerados para eles. Essa é uma nova e significativa fonte de sofrimento animal que tem se desenvolvido na duas últimas décadas.⁴⁴⁶

Como pôde ser visto, diversos experimentos não passariam pelos raciocínios ou testes morais mencionados ao longo dessa dissertação. A comunidade científica e filosófica, e até mesmo o sociedade de maneira geral, não estariam preparadas e dispostas a autorizar moralmente a utilização seres humanos na maioria das pesquisas tal como são efetuadas em animais. Apesar da importância que as pesquisas oncológicas têm, poucos estariam realmente preparados para utilizar seres humanos saudáveis, cancerosos, acometidas por danos cerebrais severos ou bebês órfãos, nos experimentos invasivos, sequelares, danosos e dolorosos, ainda que isso garanta melhores informações e benefícios para o conhecimento sobre câncer em seres humanos e sua cura. Apelar ao benefício a qualquer custo, tal como fazem os experimentadores, resulta no uso de próprios seres humanos, uma vez que isso geraria melhores resultados, e consequentemente, mais benefícios. O uso de animais em pesquisas, por sua vez, se mostra imoral, tal como o é se realizado em seres humanos, acrescentando-se ainda com sua constante ineficiência e os diversos riscos, danos e prejuízos que têm causado para pacientes humanos. A pesquisa sobre o câncer não deve estar respaldada em um modelo que, além de falho, prejudica os seres humanos e principalmente os animais. O princípio da igual consideração pelos interesses exige, portanto, a

⁴⁴⁵ Cf. *Ibid.*

⁴⁴⁶ Cf. ROLLIN, Bernard E. *Biotechnology and Ethics II: Rampaging Monsters and Animal Suffering*. In: *Science and Ethics*. Cambridge University Press, 2006, p. 155-184. Mais precisamente no Brasil, esta tecnologia tem se desenvolvido na última década no Brasil, realizada pela CEDEME.

abolição do uso de animais na pesquisa oncológica e em quaisquer outras que provoquem nos animais aquilo que nos recusaríamos fortemente a praticar em humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão central que direcionou todo este trabalho foi analisar a importância moral da dor e do sofrimento de animais não-humanos a partir do princípio da igual consideração de interesses desenvolvido pelo filósofo Peter Singer. Essa análise encaminhou o trabalho a investigar o uso de animais na pesquisa científica sobre o câncer humano, e de que modo tal uso se mostra imoral por violar os interesses dos animais em não sentirem dor e sofrimento, repousando nisso a imoralidade de tal procedimento e o fundamento da proposta, aqui defendida, de se abolir o uso de modelos animais em pesquisas. Constatou-se também, que tal imoralidade do uso de animais não se limita apenas para esses seres, mas se direciona também para os próprios seres humanos, que ficam vulneráveis aos diversos equívocos, erros, e prejuízos que decorrem dessas pesquisas realizadas com modelos animais e cujas consequências, muitas vezes, resultam diretamente no sofrimento de muitos seres humanos.

O trabalho defendeu, nesse sentido, a abolição do uso do modelo animal nos experimentos oncológicos em razão do intenso sofrimento que ele ocasiona para os muitos animais que são utilizados, mostrando ainda que a insistência nesse uso, em razão de possíveis benefícios que podem gerar, implica, *necessariamente*, no uso de seres humanos nas pesquisas sobre o câncer, uma vez que isso supera o problema de extrapolação de dados de uma espécie para a outra, em razão da *ineficiência* dos animais em *prever* respostas humanas. No entanto, o que preserva humanos e não-humanos da possibilidade de virem a ser usados em experimentos é a capacidade da sciência e a importância moral que ela possui na fundamentação dos interesses e da proteção moral, e que supera os limites impostos pelas características tradicionalmente mencionadas pelos filósofos especistas, como foi amplamente analisado no terceiro capítulo, como as habilidades cognitivas, dentre elas, a razão, inteligência, linguagem, consciência, e as habilidades morais, tais como a autonomia, empatia, capacidade de compreender seus direitos e deveres, assim como realizar contratos recíprocos.

Essa conclusão de deu a partir de três momentos. Primeiramente, expus determinados conceitos básicos acerca do que é a ética e com os quais Singer trabalha. Eles são importantes para justificar sua adoção ao utilitarismo, tanto hedonista quanto preferencial, e principalmente no desenvolvimento do princípio da igual consideração de interesses, que incorpora, então, importantes características como a

imparcialidade e a universalidade para justificá-lo e fundamentá-lo, superando, assim, os problemas trazidos pelos princípios éticos relativistas e subjetivistas que implicam em uma tomada de decisão parcial e que favorece ou prioriza os interesses de uns em detrimento dos interesses de outros.

Com base nessas considerações, analisei no segundo capítulo, o princípio da igual consideração de interesses, e de que modo ele é desenvolvido por Singer e aplicado então aos animais. Esse princípio ordena levar em igual consideração os interesses de todos os seres dotados da capacidade de sentir dor e sofrimento. Tal princípio possui uma amplitude e conseqüentemente contempla todos os seres que ficam excluídos das características dos princípios morais especistas que fundamentam não apenas uma exclusão de animais, mas também daqueles seres humanos que não satisfazem essas características, como são os casos de bebês órfãos, indivíduos mentalmente afetados, incapazes de exercer um contrato mútuo ou agir com reciprocidade, autonomia, intenção racional e etc. Esses indivíduos permanecem tendo interesses, no mínimo, o interesse básico em não sentir dores e sofrer. Essa capacidade, e conseqüentemente, o interesse que ela origina, não é afetado pela falta dessas habilidades, tanto em humanos quanto em não-humanos. Singer busca, portanto, conferir aos animais a mesma proteção moral que é conferida para esses seres humanos. Negar tal importância moral para a consciência de animais implica, portanto, a comprometer-se em recusá-las também para os humanos. Dentro da perspectiva do princípio da igual consideração de interesses, a proteção moral oferecida aos animais também resulta em uma proteção dos humanos. Dentro da perspectiva especista, a desconsideração moral com os animais, por sua vez, implica na negligência moral com seres humanos.

No capítulo que se seguiu a análise desse princípio, e que compôs o segundo momento do trabalho, foi realizado um exame minucioso e crítico de várias objeções dirigidas aos pressupostos básicos que constituem o princípio da igual consideração de interesses, qual seja, a capacidade dos animais em sentirem dor e sofrimento, assim como a de terem interesses. Foi analisado quatro tipos de posições: (i) a que nega a capacidade nos animais em sentir dor e sofrimento, representada pelo filósofo Peter Harrison; (ii) a que reconhece a consciência nos animais, mas nega sua importância moral, defendida por Carl Cohen; (iii) a que não reconhece a existência de interesses nos animais, tese essa sustentada por R. G. Frey; e, finalmente (iv) a que

reconhece a existência de interesses semelhantes nos animais, mas defende uma prioridade moral na consideração dos interesses humanos, defendida por Lawrence Becker.

Em relação à tese de Peter Harrison, foram discutidas determinadas inconsistências encontradas em sua argumentação destinadas a demonstrar a não existência da experiência de dor e sofrimento nos animais. Conforme analisado, o autor sustenta a incapacidade senciante nos animais a partir de analogias equivocadas entre eles, seres orgânicos, biológicos e naturais, com as máquinas (robôs), artefatos inventados e artificiais, uma clara herança cartesiana presente em seus argumentos. No entanto, na análise de sua concepção, foi enfatizado o quanto Harrison ignora o fato de que os procedimentos intervenientes nos animais, como cirurgias e até mesmo experiências científicas, prescrevem a administração de sedativos ou anestésias com o objetivo de tornar os animais *insensíveis* à dor, sempre que isso não comprometer um experimento. Isso, por si só, é uma forte evidência de que animais são seres sencientes, fato esse reconhecido por aqueles que lidam diretamente com animais, como os médicos veterinários. Se essas substâncias tornam humanos e não-humanos insensíveis aos estímulos dolorosos, significa, portanto, a existência da senciência em ambos os seres, e não apenas em humanos. A negação de tal capacidade nos animais carece, nos argumentos de Harrison, de evidências científicas para sustentá-la.

As várias diferenças nas estruturas biológicas entre animais e humanos mencionadas por Harrison para negar que a possibilidade de animais experimentarem a dor de modo comparável aos humanos, encaminha, conforme foi discutido, os experimentadores especistas a um dilema tanto metodológico quanto moral. Ou seja, se os animais são suficientemente diferentes dos humanos em suas estruturas físicas e mentais, a ponto de ser negada quaisquer semelhanças a respeito da capacidade de sentir dor e sofrimento, conforme sustenta Harrison, então, nem um experimento realizado neles com o objetivo de que suas informações sejam extrapoladas para humanos, tal como realizado intensamente por exemplo, pela psicologia experimental, se mostra, cientificamente justificado. Por outro lado, reconhecidas essas semelhanças com humanos, principalmente no que tange a capacidade de sentir dor e sofrimento, razão pela quais muitos psicólogos experimentais realizaram testes de comportamentos com estímulos de dor em animais, elas implicam que os animais são iguais aos humanos e por isso não deve ser levado a efeito neles os experimentos dolorosos que são recusados a serem feitos em humanos. O princípio que confere

uma importância moral para o fenômeno da dor exige, portanto, que a dor e o sofrimento desses animais seja igualmente levada em consideração pelos agentes morais.

Se animais não sentem dor, ou não manifestam outras semelhanças com os humanos, todo o seu uso em pesquisas voltadas para encontrar respostas para organismos humanos é equivocada. Se manifestam tal capacidade, seu uso é moralmente errado. De qualquer modo, esse dilema implica diretamente em abolir os experimentos em animais, seja por razões científicas, mas principalmente por razões morais, uma vez que provocam dor e sofrimento e violam, assim, os interesses dos animais em não vivenciar tais experiências.

Essa conclusão que se alcança por meio do princípio da igual consideração de interesses semelhantes, no entanto, é negada por Carl Cohen, que por sua vez, diferentemente de Harrison, reconhece a sentiência nos animais, mas, ignorando o dilema moral que isso impõe, defende que os interesses que essa capacidade origina podem ser violados desde que isso se resulte, de algum modo, em benefícios nos termos de saúde, bem-estar e qualidade de vida para os seres humanos. Essas razões, segundo Cohen, justificam, dentro de sua perspectiva especista, a realização de experimentos em animais, ainda que inflijam dor e sofrimento, reconhecidamente indesejáveis para todos os seres capazes de vivenciá-las. Para o autor, o aspecto consequencialista do utilitarismo ampara o uso de animais quando eles geram algum benefício ou prazer para seres humanos. No entanto, conforme foi discutido, o autor ignora amplamente o caráter imparcial do utilitarismo, principalmente no que se refere à exigência de se levar moralmente em consideração não apenas os interesses dos agentes morais, mas principalmente dos pacientes morais, ou seja, daqueles que sofrem os desdobramentos e consequências de uma decisão ou ação, nesse caso, portanto, que se reflete nos milhões de animais de laboratório dotados também daquilo que tem valor moral para o utilitarismo, como prazer, dor, felicidade, e preferências. Violar essas características se torna, portanto, moralmente errado. O uso de animais, ao contrário do que pensa Cohen, não tem beneficiado a maioria dos seres humanos, mas muito pelo contrário, seu intenso uso como produto central na alimentação tem sido apontado como uma das principais causas de cânceres e doenças, e, obviamente, de sofrimentos para seres humanos, conforme atestam as estimativas sobre o câncer e as suas causas analisadas no último capítulo. Seus usos também têm se mostrado prejudicial nas áreas de pesquisa que visam o entendimento de doenças

e o desenvolvimento de tratamentos farmacológicos para suas curas. Portanto, dentro da própria perspectiva especista de Cohen, cuja preocupação se concentra essencialmente com o seu bem-estar, a qualidade de vida e o prazer de seres humanos, o uso de animais nessas e outras áreas que se mostrem prejudiciais aos seres humanos, deveriam ser abolidas.

Essa sua mesma perspectiva especista, fortemente amparada no argumento dos benefícios que podem ser obtidos para os seres humanos por meio da exploração e violação dos interesses dos animais, encaminha, conforme constatado ao analisar o último capítulo, para uma preferência concreta pelo uso de alguns seres humanos nos experimentos científicos voltados ao entendimento sobre o câncer e sua cura, uma vez que tais pesquisas podem ser realizadas em indivíduos cuja qualidade de vida ou nível mental que os impossibilita fazerem uso de suas habilidades morais, como autonomia, reflexão moral, capacidade de reivindicar seus direitos e compreender seus deveres, e que os coloca, portanto, no mesmo patamar de animais não-humanos, mas com a significativa vantagem de que, devido ao pertencimento na espécie *homo sapiens*, não haver as tantas discrepâncias e divergências de resultados, não tendo, portanto, a necessidade de extrapolar as barreiras das espécies, tal como ocorre quando se tem um animal como modelo de pesquisa e de onde se derivam, então, os muitos problemas, equívocos e prejuízos para os seres humanos.

De fato, a substituição de animais por seres humanos é o preço a ser pago pela desconsideração moral pelos animais e a insistência de seus usos em pesquisas biomédicas. Conforme foi analisado, o filósofo R. G. Frey aceita essa consequência prática da realização de experimentos em humanos ao defender também o uso de animais. Ao negar a aplicação do conceito de interesses nos animais, desvinculando-o da senciência conforme sustentado por Singer, e incorporando-o a conceitos mais complexos, como o *querer*, o *desejo* e a *crença*, sendo isso tudo estruturado pela faculdade da *linguagem*, Frey aceita a implicação que sua teoria tem para os próprios seres humanos quando eles se encontram também desprovidos dessas capacidades e que os tornam então, aptos a serem, tal como os animais, objetos de experiências biomédicas. Mais uma vez, no entanto, o uso de humanos se torna preferível, justamente por não apresentar todas as disparidades que ocorrem com o uso de modelos animais, como ratos e camundongos, que se mostram muito diferentes dos humanos em resposta aos mesmos estímulos. Ao contrário de Singer, que busca conferir aos animais a mesma consideração que é oferecida pra esses

seres humanos, Frey, por sua vez, aceita que o *status* moral desses humanos seja equiparado aos dos animais, o que permite, então, o uso de humanos e não-humanos nos experimentos. Essa é a consequência existente por sustentar o especismo, ou seja, praticar também a desconsideração moral com esses seres humanos, e submetê-los aos mesmos procedimentos pelos quais os animais passam nas pesquisas biomédicas.

A concepção defendida por Lawrence Becker confere uma maior prioridade aos interesses humanos do que os mesmos interesses presentes nos animais, por considerar que esses últimos estão socialmente distantes, ou seja, estão em uma condição tal que não há com eles *relação*, *dependência* ou *empatia*. Isso confere, segundo Becker, uma preferência ou prioridade pelos seres humanos e seus interesses, o que pode significar uma negligência com os semelhantes interesses dos animais. Tal consideração, conforme foi analisada, não se segue. Animais, principalmente os mantidos em laboratório e os criados para alimentos, estão, de fato, em uma estreita relação de *proximidade* e *dependência* com os seres humanos, uma vez que os desdobramentos que eles sofrem se devem basicamente em virtude das consequências das decisões e escolhas humanas. A falta de empatia nesses casos, não confere a um ser o direito de violar os interesses daqueles pelos quais não se tem empatia alguma. Sustentar de modo afirmativo tal tese, como faz Becker, implica em ter de ser aceitar também que as pessoas deem prioridades para animais com os quais se têm mais empatia do que com humanos, e isso também não é moralmente aceitável dentro da perspectiva do princípio da igual consideração de interesses, que busca justamente tratar *igualmente* os interesses e não conferir a prioridade de uns em detrimento dos outros.

Teses especistas, principalmente como as de Cohen e Frey, formuladas para justificar uma desconsideração moral pelos animais e a manutenção de práticas especistas que violem os interesses dos animais em não sentir dor e sofrimento, por meio do uso deles em pesquisas científicas, implicam, como foi debatido, que os pesquisadores sobre o câncer aceitem uma substituição de animais por seres humanos. Cohen, em razão do seu forte apelo aos benefícios humanos, deveria se posicionar de modo contrário aos diversos usos de animais nas pesquisas oncológicas, justamente em virtude dos prejuízos que eles acarretam para os próprios seres humanos, conforme mostram os autores Greek e Greek e discutidos então no terceiro momento, onde foram apresentadas as razões pelas quais os animais são considerados

ineficientes modelos de pesquisa, e de que maneira geram prejuízos no conhecimento sobre o câncer, atrasos na busca de suas causas e curas.

Ao analisar, neste último capítulo, o uso de animais feito pelas pesquisas oncológicas, constatou-se, primeiramente, a falta de uma metodologia genuinamente científica, uma vez que, como mostram Greek e Greek e outros autores, os modelos animais carecem de algo importante numa pesquisa científica: a capacidade *preditiva*. As várias diferenças existentes superam de modo significativo as semelhanças que são encontradas entre os organismos humanos e não-humanos. Isso compromete a capacidade dos animais em *prever* as respostas humanas para os mesmos estímulos, gerando disparidades de informações, como ocorre nos testes de substâncias cancerígenas, no enxerto e desenvolvimento de tumores e nas respostas aos fármacos testados para aliviar os sintomas e obter uma cura. Esses equívocos, como discutidos, implicam diretamente em prejuízos para os seres humanos em termos de conhecimento sobre o câncer, suas causas e mecanismos de desenvolvimento, e comprometendo as perspectivas de cura e tratamento.

Os possíveis benefícios alcançados, conforme foi analisado, ocorrem muitas vezes como consequência do acaso ou se resultam de uma metodologia respaldada pelos procedimentos de tentativa-e-erro. A busca pelo modelo animal considerado ideal para determinada pesquisa exige que muitos testes sejam anteriormente realizados numa grande variedade de espécies animais, com o objetivo de encontrar aquela que melhor responderá aos propósitos da pesquisa, que por sua vez só pode ser encontrada quando já se tem dados humanos para só então poder afirmar quais das espécies animais servem de modelo ou possuem alguma eficiência preditiva. Tal metodologia pode ser aceita quando os objetos pesquisados são de natureza física e inanimada. No entanto, quando aplicada em animais, essa metodologia implica em um intenso uso e descarte de seres sencientes, residindo nisso a imoralidade de todo o método de pesquisa levado a efeito nos animais. Tal método viola os interesses de uma grande quantidade de seres sencientes. Se a ética na pesquisa proíbe que procedimentos de tentativa-e-erro sejam efetuados com seres humanos, em razão dos danos, prejuízos, dores, sequelas, sofrimentos e mortes que lhes causariam, então, essas mesmas razões se aplicam prontamente quando o animal em questão é de outra espécie.

O uso de modelos animais, além de ser cientificamente equivocado, por basear seus conhecimentos num método cujo grau de previsão para a ocorrência dos fenômenos em humanos é baixa, produzindo disparidades de informações, se mostra imoral por violar os

interesses dos animais. Ainda que gere benefícios, isso não anula a imoralidade de tal ação, pois o princípio da igual consideração de interesses não admite que benefícios e vantagens para uns sejam adquiridas por meio da infligência de danos e prejuízos para outros.

Apesar dessas implicações morais que os argumentos especistas têm para os próprios seres humanos, juntamente com os tantos equívocos, problemas, atrasos e sofrimentos originados, o fato permanece sendo o de que os animais continuam sendo imoralmente utilizados em pesquisas científicas sobre o câncer humano. Eles continuam sendo tomados como modelos, apesar de todos os problemas que isso tem ocasionado no que diz respeito à compreensão dessa doença tipicamente humana, tendo seus organismos violados para se tentar entender a partir deles, as causas, os mecanismos e a cura de cânceres e tantas outras doenças que poderiam ser evitadas por meio de ações preventivas e mudanças de hábitos, ações essas muito mais éticas e eficientes para alcançar e assegurar tudo o que se tenta obter por meio do intenso uso abusivo de animais: qualidade de vida, bem-estar, saúde e prazer.

Este trabalho, além de defender uma consideração moral pela dor e pelo sofrimento dos animais, fundamentando uma proposta de abolição de seus usos em pesquisas, demonstrou ainda que a tal proteção conferida aos interesses dos animais se estende também para os muitos seres humanos que, segundo os próprios argumentos especistas, como dos quatro autores discutidos aqui, acabam tendo a consideração moral pelos seus interesses em não sentir dor e sofrimento comprometida. O princípio da igual consideração de interesses, conforme analisado neste trabalho, e aplicado em situações práticas, defende que uma atitude ética reconheça a importância moral da ciência nos animais e, portanto, inclua-os na esfera de ação moral dos agentes, o que, por sua vez, significa a abolição de seus usos em todo tipo de prática que viole os seus interesses.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Márcia, C. R. Criação e Manejo de Primatas não-humanos. ANDRADE, Antenor; PINTO, Sérgio Correia; OLIVEIRA, Rosilene Santos de (Org.). *Animais de Laboratório: criação e experimentação*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.
- ANDRADE. Antenor. Fatores que Influenciam no Resultado do Experimento Animal. In: ANDRADE, Antenor; PINTO, Sérgio Correia; OLIVEIRA, Rosilene Santos de (Org.). *Animais de Laboratório: criação e experimentação*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.
- BAIRD, Robert; ROSENBAUM, Stuart. (Ed). *Animal Experimentation: the moral issues*. New York: Prometheus Books, 1991.
- BARR, Stuart. Nociception or pain in a decapod crustacean? In: *Animal Behaviour*. n. 75, p. 745-751, 2008.
- BECKER, Lawrence C. The Priority of Human Interests. In: REGAN, Tom; SINGER, Peter. *Animal Rights and Human Obligations*. 2 ed. New Jersey. Prentice Hall, 1989.
- BENIASHVILI, Dzhemali. *Experimental Tumors in Monkeys*. CRS Press, 1994.
- BENTHAN, Jeremy. *An Introduction to the Principles of Morals and Legislation*. J. H. Burns and H. L. Hart (Ed.). Oxford University Press, NY, 1996.
- BERNARDAC, Christian. *Médicos Malditos*. Tradução: Eleonora Xavier. Rio de Janeiro: Otto Pierre Editores, 1980.
- BRASIL, Conselho Nacional de Saúde. Resolução Nº. 251 de 07 de Agosto de 1997.
- BRASIL. Lei Nº 11.794 de 08 de Outubro de 2008 (Lei Arouca).
- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução Nº 196 de 10 de Outubro de 1996.

BRÓLIO, M. P. et. al. A barreira placentária e sua função de transferência nutricional. In: *Revista Brasileira de Reprodução Animal*. v. 34, n. 4, p. 222-232, out. 2010.

BRÜGGER, Paula. *Amigo Animal: reflexões interdisciplinares sobre a educação e meio ambiente: animais, ética, dieta, saúde, paradigmas*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

BUCKE, Stephen. Peter Singer's Argument for Utilitarianism. In: *Theoretical Medicine and Bioethics*. v. 26, p. 175-194, 2005.

CAPLAN, Arthur. R. (Ed). *When Medicine Went Mad: bioethics and holocaust*. Ney Jersey: Human Press, 1992.

CARDOSO, Celia V. P. Descarte de Carcaças. In: ANDRADE, Antenor; PINTO, Sérgio Correia; OLIVEIRA, Rosilene Santos de (Org.). *Animais de Laboratório: criação e experimentação*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.

CARVALHO, Maria Cecília. O Estatuto Moral dos Animais em Questão: a posição de Peter Carruthers. In: *ETHIC@: Revista Internacional de Filosofia Moral*. v. 6. n. 4, p. 57-68, 2007.

COETZEE, J. M. *A Vida dos Animais*. Tradução: José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

COHEN, Carl. The Case for the Use of Animal in Biomedical Research. In: *The New England Journal of Medicine*. n.314, p. 865-870, 1986.

_____. Do Animals Have Rights? In: *Ethics & Behavior*. v. 7, n. 2, p. 91-102, 1997.

COUTO, S. E. R. Equipamentos, Materiais e Insumos. In: ANDRADE, Antenor; PINTO, Sérgio Correia; OLIVEIRA, Rosilene Santos de (Org.). *Animais de Laboratório: criação e experimentação*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.

COX, Roxbee J. W. From Universal Prescriptivism to Utilitarianism. In: *The Philosophical Quarterly*. v. 36, n. 142, p. 1-15, 1986.

DARWIN, Charles. *A Expressão das Emoções no Homem e nos Animais*. Tradução de Leon de Souza Lobo Garcia. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

DeGRAZIA, David. Moral Vegetarianism from a Very Broad Basis. In: *Journal of Moral Philosophy*. v. 6, p. 143-165, 2009.

ELSOOD, Robert; APPEL, Mirjam. Pain experience in hermitcrabs? In: *Animal Behaviour*. n.77, 2009, p. 1243-46. Disponível em: http://www.mbl.edu/research/services/iacuc/pdf/pain_hermit_crabs.pdf. Acesso: 12 de Abril de 2012.

FELIPE, Sônia T. *Por Uma Questão de Princípios: alcance e limites da ética de Peter Singer em defesa dos animais*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2003.

_____. *Ética e Experimentação Animal: fundamentos abolicionistas*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

_____. Princípios Éticos Para Uma Justiça Global. In: FELIPE, Sônia T. e NEGRÃO, Silvio Luiz. *Curso de Extensão em Ética Global. Florianópolis: UFSC/Doutorado Interdisciplinar Sociedade e Meio Ambiente*. Departamento de Filosofia, Auditório do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 25 de abril de 2003.

_____. O Status dos Animais Usados em Experimentos: da negação filosófica ao reconhecimento jurídico. In: TRÉZ, Thales (Org.). *Instrumento Animal: o uso prejudicial de animais no ensino superior*. Bauru: Canal 6, 2007.

_____. Agência e Paciência Moral: razão e vulnerabilidade na constituição da comunidade moral. In: *ETHIC@: Revista Internacional de Filosofia Moral*. v. 6. n. 2, 2007.

FERGUSON, D. Tobacco Consumption During Pregnancy and its Impact on Child Development. In: TREMBLAY, R; BARR, R.G; PETERS, R. (ed.). *Encyclopedia on Early Childhood Development*. Montreal, Quebec: Centre of Excellence for Early Childhood Development, 2002. Disponível em: <http://www.child-encyclopedia.com/documents/FergusonANGxp.pdf> Acesso: 09 de Outubro de 2012.

FOX, Michael. Animal Suffering: a reply to Singer and Regan. In: *Ethics*. v. 88, n. 2. P. 134-138, 1978.

_____. "Animal Liberation": a critique. In: *Ethics*. v. 88, n. 2, p. 106-118, 1978.

FRANCIS, Leslie P.; NORMAN, Richard. Some Animals Are More Equal Than Others. In: *Philosophy*. v. 53, n. 206, p. 507-527, 1978.

FRANZ, C. G. Effects of Mixex Neutro-gamma Total-body Irradiation Physical Activity Performance of Rhesus Monkeys. In: *Radion Research*. v. 101, n. 03, p. 434-441, 1985. Disponível em: <http://www.rjournal.org/doi/abs/10.2307/3576502?journalCode=rar>
e Acesso: 23 de Agosto de 2011.

FREY, R. G.; PATON, Sir William. A Reply to Frey. In: REGAN, Tom; SINGER, Peter. *Animal Rights and Human Obligations*. 2 ed. New Jersey. Prentice Hall, 1989.

FREY, R. G. Rights, Interests, Desires and Beliefs. In: *American Philosophical Quarterly*. v. 16. n. 3. p. 233-239, 1979.

_____. Vivisection, Morals, and Medicine: An Exchange. In: *Journal of Medical Ethics*. n. 09, p. 94-97, 1983.

_____. *Interests and Rights: the case against animals*. Oxford: Clarendon Press, 1980.

_____. Moral Standing, The Value of Lives, and Speciesism. In: *Between the Species*. v. 4, n. 3, p. 191-201, 1987.

GENDIN, Sidney. The Use of Animals in Science. In: REGAN, Tom (Ed.). *Animal Sacrifices: religious perspectives of the use of animals in science*. Philadelphia: Temple University Press, 1986.

GREEK, C. Ray; GREEK, Jean Swingle. *Specious Science: how genetic and evolution reveal why medical research on animals harm humans*. New York: Continuum, 2002.

_____. *Sacred Cows and Golden Geese: the human cost of experiment on animals*. Foreword by Jane Goodall. New York/London: Continuum, 2000.

_____. Animal Testing Is Not Essential for Medical Research. In: MUR, Cyndy. *Animal Experimentation*. San Diego: Greenhaven Press, 2004.

_____. Is the Use of Sentient Animals in Basic Research Justifiable? In: *Philosophy, Ethics, and Humanities in Medicine*. v.5, 2010. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2949619/> Acesso: 12 de Outubro de 2012.

GREIF, Sérgio; TRÉZ, Thales. *A Verdadeira Face da Experimentação Animal: sua saúde em perigo*. Rio de Janeiro: Sociedade Educacional “Fala Bicho”, 2000.

GUERRA, Maximiliano R. et al. Risco de Câncer no Brasil: tendências e estudos epidemiológicos mais recentes. In: *Revista Brasileira de Cancerologia*. v. 51, n. 03, p. 227-234, 2005.

HARE, R. M. *Essays in Ethical Theory*. Oxford: Clarendon, 1993.

HARRISON, Peter. Do Animal Pain? In: *Philosophy*. v. 66, n. 255, p. 25-40, 1991.

_____. Theodicy and Animal Pain. In: *Philosophy*. v. 64, p. 79-92, 1989.

_____. Good and Animal Mind: a response to Lynch. In: *Sophia*. v. 33, n. 02, p. 67-78, 1996.

HASS, P.; ANTON, A.; FRANCISCO, A. Câncer colo retal no Brasil: consumo de grãos integrais como prevenção. In: *Revista Brasileira de Análises Clínicas*, v. 39 (3), 2007, 231-235. Disponível em: http://www.sbac.org.br/pt/pdfs/rbac/rbac_39_03/rbac_39_3_16.pdf Acesso em: 14 de Outubro de 2012.

HILL, Lawrence. *The Case for Vegetarianism: Philosophy for a small planet*. Rowman & Littlefield Publishers, 1996.

HOUSE, Ian. Harrison on Animal Pain. In: *Philosophy*. v. 66, n. 257, p. 376-379, 1991.

HUNZIKER, Maria Helena. Comportamento de Dor: análise funcional e alguns dados experimentais. In: *Temas de Psicologia*. v. 18, n. 02, p. 227-233, 2010. Disponível em: <http://www.sbponline.org.br/revista2/vol18n2/PDF/v18n2a06.pdf> Acesso em: 23 de Abril de 2011.

Consenso Nacional de Dor Oncológica (II) 1. ed. -- São Paulo: EPM - Editora de Projetos, 2010. Disponível em: <http://www.dor.org.br/profissionais/pdf/IIConsensodeDor.pdf> Acesso em: 15 de Outubro de 2012.

INSTITUO NACIONAL DO CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA Coordenação Geral de Ações Estratégicas. Coordenação de Prevenção e Vigilância. *Estimativa 2012: Incidência de Câncer no Brasil*. Rio de Janeiro: Inca, 2011, p. 39. Disponível em: <http://www.inca.gov.br/estimativa/2012/estimativa20122111.pdf> Acesso em 09 de Outubro de 2012.

INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER. *Câncer: o que é*. Disponível em: <http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/cancer/site/oquee> Acesso: 22 de Novembro de 2012.

JAMIESON, Dale. *Singer and His Critics*. Blackwell Publishers, 1999.

KNIGHT, Andrew, et al. Animal Carcinogenicity Studies: implications for the REACH System. In: *Atla*, v. 34, n. 01, p. 139-147, 2006, p. 142. Disponível em: http://www.frame.org.uk/dynamic_files/34knightbailey.pdf Acessado em: 11 de Outubro de 2012.

KUHSE, Helga. Interests. In: *Journal of Medicine Ethics*. v. 11, n. 3, p. 146-149, 1985.

LASTER, B. Lave. Information Value of the rodent bioassay. In: *Nature* 336, p. 631-633, 15 de Dez., de 1988. Disponível em: <http://www.nature.com/nature/journal/v336/n6200/abs/336631a0.html> Acesso: 09 de Outubro de 2012.

LLORENTE, Renzo. The Moral Framework of Peter Singer's Animal Liberation: an alternative to utilitarianism. In: *Ethical Perspective*. v. 16, n. 1, p. 61-80, 2009.

- LOCKE, Don. The Principle of Interests. In: *The Philosophical Review*. v. 90, n. 4. p. 531-559, 1981.
- LYNCH, Joseph. *Theodicy and Animals*. In: *Between Species: Issue II*, 2002. Disponível em: <http://digitalcommons.calpoly.edu/bts/vol13/iss2/4/> Acesso: 06 de Setembro de 2011.
- MATHENT, Gaverick. Utilitarianism and Animals. In: SINGER, Peter (Ed). *In Defense of Animals: the second wave*. Blackwell Publishing, 2006.
- NACONECY, Carlos. *Ética & Animais: um guia de argumentação filosófica*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.
- NIALL Shanks, GREEK R.; GREEK, J. Are Animal Models Predictive for Humans? In: *Philosophy, Ethics, and Humanities in Medicine*. v. 04, 2009.
- NOBIS, Nathan. Carl Cohen's 'Kind' Arguments For Animal Right and Against Human Rights. In: *Journal of Applied Philosophy*. v. 21, n. 1, p. 43-59, 2004.
- NUSSBAUM, Martha C. *Frontiers of Justice: disability, nationality, species membership*. Harvard University Press, 2007.
- O'KEEFE, S.J.; et. al. Rarity of colon cancer in Africans is associated with low animal product consumption, not fiber. In: *The American Journal of Gastroenterology*, n. 94, v. 5, p. 373-380, 1999..
- PAIXÃO, Rita Leal; SCHRAMM, Fermin Roland. *Experimentação Animal: razões e emoções para uma ética*. Niterói: EdUFF, 2008.
- PERINI, J. A. et. al. Ácidos graxos poli-insaturados n-3 e n-6: metabolismo em mamíferos e resposta imune. In: *Revista de Nutrição*. n. 23. v.6, p. 1075-1086, Campinas, 2010.
- PLUHAR, Evelyn B. *Beyond Prejudice: the moral significance of human and nonhuman animals*. Durham: Duke University Press, 1995.
- RAWLS, John. *Uma Teoria da Justiça*. Tradução de Almiro Pisetta, Lenita Maria Rímoli Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

REGAN, T. *Jaulas Vazias: encarando o desafio dos direitos dos animais*. Tradução de: Regina Rheda. Revisão Técnica: Sônia T. Felipe. Porto Alegre: Editora Lugano, 2006.

_____. Fox's Critique of Animal Liberation. In: *Ethics*. v. 88, n. 2, p. 126-133, 1978.

_____. Frey on Interests and Animal Rights. In: *The Philosophical Quarterly*. v. 27, n. 109, p. 335-337, 1977.

_____. Vegetarianism, and Animal Right. In: *Philosophy & Public Affairs*. v. 9, n. 4, p. 305-324, 1980.

RIVERA, Ekaterina Akimovna B. *Analgesia em Animais de Experimentação*. In: ANDRADE, Antenor; PINTO, Sérgio Correia; OLIVEIRA, Rosilene Santos de (Org.). *Animais de Laboratório: criação e experimentação*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.

ROLLIN Bernard E. Animal Pain. In: REGAN, Tom; SINGER, Peter. *Animal Rights and Human Obligations*. 2a. Ed. New Jersey: Prentice Hall, 1989.

_____. Biotechnology and Ethics II: Rampaging Monsters and Animal Suffering. In: *Science and Ethics*. Cambridge University Press, 2006

_____. The Moral Status of Animals and Their Use as Experimental Subjects. In: KUHSE, Helga; SINGER, Peter. (Ed.). *A Companion of Bioethics*. Oxford: Blackwell Publishers, 1998.

RYDER, R. Painism: some rules for the civilized experimenter. In: *Cambridge Quarterly of Healthcare Ethics*. v. 8, n.1, p. 35-42, 1999.

_____. Speciesism in the Laboratory. In: SINGER, Peter (Ed.) In: *In Defense of Animals: the second wave*. Blackwell Publishing, 2006.

SHORTHOUSE, A. J. et al. The human tumour xenograft: A valid model in experimental chemotherapy? In: *British Journal of Surgery*. v. 67, n. 10, p 715-722, 1980.

SINGER, Peter. *Practical Ethics*. 3^a ed. New York: Cambridge University Press, 2011.

_____. *Libertação Animal*. Tradução: Marly Winckler. Revisão técnica: Rita Paixão. Porto Alegre: Lugano, 2004.

_____. *Ética Prática*. 2^a ed. Tradução: Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. *Rethinking Life and Death: the collapse of our traditional ethics*. Ed. St. Martins's Griffin: New York, 1994.

_____. The Fable of the Fox and the Unliberated Animals. In: *Ethics*, v. 88, n.2, p. 119-125, 1978.

_____. Killing Humans and Killing Animals. In: *Inquiry*. v. 22, p. 145-156, 1979.

_____. Is Act-Utilitarianism Self-Defeating? In: *The Philosophical Review*. v. 81, n. 1, p. 94-104, 1972.

_____. Ethics and Sociobiology. In: *Philosophy & Public Affairs*. v. 11, n. 1, p. 40-64, 1982.

_____. A Response to Martha Nussbaum: Reply to Martha Nussbaum, 'Justice for Non-Human Animals'. In: *The Tanner Lectures on Human Values*, Nov, 2002. Disponível em: <http://www.utilitarian.net/singer/by/20021113.htm>. Acesso em: 03 de Dezembro de 2011.

_____. A Significância do Sofrimento Animal. Tradução: Sônia T. Felipe. In: *Pensata Animal*, n. 15, 2008.

_____. *How are we to live? Ethics in an age of self-interests*. Melbourne: Random House Australia, 1997.

_____. *Quanto Custa Salvar Uma Vida?* Agindo agora para eliminar a pobreza mundial. Tradução: Marcio Hack. Rio de Janeiro: Elsevier: 2010.

_____. The Value of Life. In: REGAN, T. (Ed). *Matters of Life and Death: new introductory essays in moral philosophy*. North Carolina: McGraw-Hill 1993.

_____. Famine, Affluence and Morality. In: *Philosophy and Public Affairs*. v.1, n.3, p. 229-243, 1972.

_____. Utilitarianism and Vegetarianism. In: *Philosophy and Public Affairs*, v.9, n. 4, p. 325-337, 1980.

_____. Speciesism and Moral Status. In: *Metaphilosophy*. v. 40, n. 3. P. 567-581, 2009.

_____. Ethcis and Intuitions. In: *The Journal of Ethcis*. n. 9, p. 331-352, 2005.

_____. *Vida Ética: os melhores ensaios do filósofo mais polêmico da atualidade*. Trad: Alice Xavier. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

SINGER, Peter; MASON, Jim. *A Ética da Alimentação: como nossos hábitos alimentares influenciam o meio ambiente e o nosso bem-estar*. Tradução: Cristina Yamagami. Revisão técnica: Marly Winckler. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

_____. *Animal Factories*. New York: Harmony Books, 1990.

STEINBOCK, Bonnie. Speciesism and the Idea of Equality. In: *Philosophy*. v. 53, n. 204, p. 247-246, 1978.

BARR, Stuart. Nociceptionor pain in a decapod crustacean? In: *Animal Behaviour*, n.75, p. 745-751, 2008.

TAYLOR, K. et. al. Estimates for Worldwide Laboratory Animmal Use in 2005. In: *ATLA*, n. 36, p. 327-342, 2008.

THE CAMBRIDGE DECLARATION ON CONSCIOUSNESS.
Disponível em:
<http://fcmconference.org/img/CambridgeDeclarationOnConsciousness.pdf> Acesso: 12 de Outubro de 2012.

TOWNLEY, Cynthia; LIDBURY, Brett. Mousetraps and How to Avoid Them: The Convergence of Utilitarian and Scientific Cases for Limiting the Mouse Model in Biomedical research. In: *Between Species*. v. 15, n. 1, p. 59-74, 2012.

UTIDJIAN, M. The interaction between epidemiology and animal studies in industrial toxicology. In: *Perspectives in Basic and Applied Toxicology*. London: Butterworth-Heinemann, 1988.

ANEXO 1

The Cambridge Declaration on Consciousness *

On this day of July 7, 2012, a prominent international group of cognitive neuroscientists, neuropharmacologists, neurophysiologists, neuroanatomists and computational neuroscientists gathered at The University of Cambridge to reassess the neurobiological substrates of conscious experience and related behaviors in human and non-human animals. While comparative research on this topic is naturally hampered by the inability of non-human animals, and often humans, to clearly and readily communicate about their internal states, the following observations can be stated unequivocally:

- The field of Consciousness research is rapidly evolving. Abundant new techniques and strategies for human and non-human animal research have been developed. Consequently, more data is becoming readily available, and this calls for a periodic reevaluation of previously held preconceptions in this field. Studies of non-human animals have shown that homologous brain circuits correlated with conscious experience and perception can be selectively facilitated and disrupted to assess whether they are in fact necessary for those experiences. Moreover, in humans, new non-invasive techniques are readily available to survey the correlates of consciousness.
- The neural substrates of emotions do not appear to be confined to cortical structures. In fact, subcortical neural networks aroused during affective states in humans are also critically important for generating emotional behaviors in animals. Artificial arousal of the same brain regions generates corresponding behavior and feeling states in both humans and non-human animals. Wherever in the brain one evokes instinctual emotional behaviors in non-human animals, many of the ensuing behaviors are consistent with experienced feeling states, including those internal states that are rewarding and

punishing. Deep brain stimulation of these systems in humans can also generate similar affective states. Systems associated with affect are concentrated in subcortical regions where neural homologies abound. Young human and nonhuman animals without neocortices retain these brain-mind functions. Furthermore, neural circuits supporting behavioral/electrophysiological states of attentiveness, sleep and decision making appear to have arisen in evolution as early as the invertebrate radiation, being evident in insects and cephalopod mollusks (e.g., octopus).

- Birds appear to offer, in their behavior, neurophysiology, and neuroanatomy a striking case of parallel evolution of consciousness. Evidence of near human-like levels of consciousness has been most dramatically observed in African grey parrots. Mammalian and avian emotional networks and cognitive microcircuitries appear to be far more homologous than previously thought. Moreover, certain species of birds have been found to exhibit neural sleep patterns similar to those of mammals, including REM sleep and, as was demonstrated in zebra finches, neurophysiological patterns, previously thought to require a mammalian neocortex. Magpies in particular have been shown to exhibit striking similarities to humans, great apes, dolphins, and elephants in studies of mirror self-recognition.
- In humans, the effect of certain hallucinogens appears to be associated with a disruption in cortical feedforward and feedback processing. Pharmacological interventions in non-human animals with compounds known to affect conscious behavior in humans can lead to similar perturbations in behavior in non-human animals. In humans, there is evidence to suggest that awareness is correlated with cortical activity, which does not exclude possible contributions by subcortical or early cortical processing, as in visual awareness. Evidence that human and nonhuman animal emotional feelings arise from

homologous subcortical brain networks provide compelling evidence for evolutionarily shared primal affective qualia.

We declare the following: “The absence of a neocortex does not appear to preclude an organism from experiencing affective states. Convergent evidence indicates that non-human animals have the neuroanatomical, neurochemical, and neurophysiological substrates of conscious states along with the capacity to exhibit intentional behaviors. Consequently, the weight of evidence indicates that humans are not unique in possessing the neurological substrates that generate consciousness. Nonhuman animals, including all mammals and birds, and many other creatures, including octopuses, also possess these neurological substrates.”

* The Cambridge Declaration on Consciousness was written by Philip Low and edited by Jaak Panksepp, Diana Reiss, David Edelman, Bruno Van Swinderen, Philip Low and Christof Koch. The Declaration was publicly proclaimed in Cambridge, UK, on July 7, 2012, at the Francis Crick Memorial Conference on Consciousness in Human and non-Human Animals, at Churchill College, University of Cambridge, by Low, Edelman and Koch. The Declaration was signed by the conference participants that very evening, in the presence of Stephen Hawking, in the Balfour Room at the Hotel du Vin in Cambridge, UK. The signing ceremony was memorialized by CBS 60 Minutes.

ANEXO 2

EFEITOS DISTINTOS DAS DROGAS EM ANIMAIS E HUMANOS

DROGA	EFEITOS EM COBAIAS	EFEITOS EM SERES HUMANOS
Ácido Fenclóxico	Seguro em ratos, camundongos e macacos	Toxicidade hepática
Acutano	Seguro	Defeitos de nascimento
Acetilcolina	Dilata as artérias coronárias de cães	Contraí as mesmas
Amanita phalloides (Espécie de cogumelo)	Alimento de coelhos	Tóxico, podendo levar à Morte
Aminoglutetimida	Anticonvulsivante	Inibidor de cortisol
Amidopirina	Nenhum efeito importante	Doenças sanguíneas
Amil Nitrato	Glaucoma	Reduz a pressão interna dos Olhos
Antimonia	Engorda suínos	Fatal
Arsênico	Seguro em grandes doses administradas em ovelhas	Fatal
Aspirina	Mata gatos, causa defeitos congênitos em cães, macacos, ratos e gatos	Analgésico e retarda a coagulação sanguínea
Atropina	Inofensivo para coelhos e Cabras	Fatal em altas doses
Beladona	Inofensivo para coelhos e Cabras	Fatal
Bradiquinina	Contraí os vasos sanguíneos cerebrais em cães	Relaxa
Butazolidina	Não afeta a medula óssea	Afeta a medula óssea, geralmente fatal
Canamicina	Sem efeitos colaterais Preocupantes	Danos renais e surdez
Cetoconazol e	Seguro	Danos hepáticos, morte.
Cloranfenicol	Seguro	Danos irreversíveis à medula óssea
Clorofórmio	Asfixia	Infarto cardíaco como causa mais comum
Clorpromazina	Doença motora	Tranquilizante, pode causar danos ao fígado

Clindamina	Seguro em ratos e cães	Diarreia, às vezes fatal
Clioquinol	Sem registro	Cegueira, paralisia e morte
Clonidina	Descongestionante nasal	Antidepressivo
Cortisona	Defeitos congênitos em camundongos e coelhos	Problemas endócrinos, pressão alta, psicose, etc. Sem defeitos congênitos
Cianido	Seguros em corujas	Fatal
Depo-provera	Câncer; Infecções uterinas e de mamas em cães	Seguro
DES	Seguro	Câncer em filhas de mães que receberam DES e defeitos congênitos em suas filhas
Dinitrofenol	Não provoca cataratas	Provoca cataratas
Dipitrex	Nenhum dano nervoso	Danos nervosos
Disulfiram	Anti-helmíntico	Reações tóxicas após ingestão de álcool
Donperidona	Nenhuma mudança no ritmo Cardíaco	Arritmias sérias
Encainida	Seguro	Ataques cardíacos e morte. Junto com a Flecaidine, foi causa de morte de cerca de 3.000 pessoas.
Eraldin	Altamente seguro	Danos à córnea, incluindo cegueira, danos ao aparelho digestivo e morte.
Estricnina	Não mata porcos-da-índia, macacos e galinhas.	Fatal
Fenacetina	Sem efeitos importantes	Danos renais e às células vermelhas do sangue
Fenformina	Nenhum	Mortes
Fluorido	Nenhum	Inibe as cáries dentárias
Furmetina	Seguro, mesmo em contato com olhos de coelhos por longo tempo	Obstrução permanente do canal lacrimal em pacientes que usaram a substância por três meses
Furosemida	Danos hepáticos em camundongos e outros	Nenhum
Glutetimida	Anticonvulsivante	Sedativo e hipnótico
Halotano	Sem danos hepáticos	Danos hepáticos e morte
Holofenato	Hipolipêmico	Hipouricêmico
Hemlock	Inofensivo para cabras,	Fatal em humanos

	cavalos, camundongos e ovelhas	
Ibufenac	Sem danos hepáticos, apenas em ratos, quando expostos a doses letais.	Danos hepáticos e morte
Imipramina	Depressivo	Antidepressivo
Isoniasida	Sem danos hepáticos	Pode causar danos hepáticos
Isopretenerol	Sem efeitos importantes	Pode causar danos hepáticos
Metildopa	Não reduz a pressão Sanguínea	É eficiente em reduzir a pressão sanguínea
Metilsergida	Sem efeitos sérios	Fibrose retroperitoneal, que pode ser fatal por obstruir os vasos sanguíneos e ureteres. Danos cardíacos foram registrados.
Mianserina	Sem desordens sanguíneas	Desordens sanguíneas fatais
Opren (Oraflex)	Seguro em altas doses em primatas não-humanos	Danos hepáticos e morte
PCP (ou “Angel dust”)	Sedativo para cavalos	Altamente estimulante
Penicilina	Fatal para porquinhos-da-Índia	Antibiótico
Pentazocina	Antagonista narcótico	Analgésico
Perexilina	Sem danos hepáticos	Danos hepáticos e morte
Prenilamina	Reduz o ritmo cardíaco em muitos animais	Taquicardia ventricular
Psicofuranina	Sem danos cardíacos em camundongos, ratos, cães e macacos	Tóxico ao coração
Quimiotripsina	Perfuração córnea e danos severos aos olhos de coelhos	Nenhuma complicação séria
Selacrin	Seguro	Danos hepáticos e Fatalidades
Sorbitol férreo	Câncer no local da injeção	Nenhum
Suprofen	Seguro	Danos renais sérios
Tegretol	Seguro	Doenças sanguíneas fatais. Descobertas epidemiológicas sugerem um aumento na incidência de defeitos congênitos

Talidomida	Seguro	Defeitos congênitos e morte do feto
Zimelidina	Seguro	Febre, danos hepáticos, dores nas articulações, danos nervosos e paralisia
Zipeprol	Seguro	Sintomas neurológicos sérios, ataques e mortes.

FONTE: FADALI, M. A. *Animal Experimentation*. California: Hidden Springs Press: 1996. p. 44-50.